

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC - SP

Adriano Henriques Machado

**Os católicos oPTaram?:
os “setores católicos” e o Partido dos Trabalhadores (PT) na grande
São Paulo (1978-1982)**

MESTRADO EM HISTÓRIA

SÃO PAULO
2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Adriano Henriques Machado

**Os católicos oPTaram?:
os “setores católicos” e o Partido dos Trabalhadores (PT) na grande
São Paulo (1978-1982)**

MESTRADO EM HISTÓRIA

Dissertação Apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em História Social, sob a orientação da Prof.^a Doutora Heloisa de Faria Cruz

SÃO PAULO

2010

Banca Examinadora

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a bolsa concedida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sem a qual este trabalho simplesmente não existiria.

A orientadora e professora Dr.^a Heloisa de Faria Cruz, pelas importantes observações, questionamentos, grandiosas e certeiras indicações feitos durante todo o trabalho de pesquisa e na elaboração e formatação final do texto, com relações sempre marcadas pelo respeito à diversidade de pensamento e de opinião, fazendo com que o pensamento científico antes de ser fruto de uma imposição, seja uma construção crítico-constructiva.

Aos professores que participaram de minha banca de qualificação: Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida da PUC-SP e Prof. Dr. Fernando Torres-Londoño da UFU pela disponibilidade, pelas importantes análises críticas e pelos apontamentos feitos em vários pontos do trabalho.

Aos demais professores do Programa de Pós-Graduação de História da PUC-SP que me auxiliariam em diversas questões, sempre se mostraram interessados em relação à minha pesquisa e se disponibilizaram a discutir algumas temáticas envolvidas nela: Prof. Dra. Márcia Barbosa Mansor D'Alessio, Prof. Dra. Yara Maria Aun Khoury, Prof. Dra. Estefânia K. C. Fraga e Prof. Dra. Olga Brites.

Ao colega e professor da UFSC-BA Luiz Henrique dos Santos Blume pela disponibilidade em fazer a leitura de meu texto na aula de “Pesquisa Histórica” e pelas suas críticas, as quais além de muito criteriosas e perspicazes foram muitos pertinentes e estimulantes.

Aos diversos Arquivos, Centros de Documentação ou outros órgãos de pesquisa, os quais seus acervos foram fundamentais para a realização desta dissertação, com destaque para seus funcionários e colaboradores que foram extremamente solícitos e prestativos na disponibilização de seu tempo e mesmo na pesquisa e indicação de materiais, sendo eles: o Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro (antigo Centro de Pastoral Vergueiro - CPV), através da disponibilidade da Luiza; ao Arquivo Metropolitano de São Paulo “D. Duarte Leopoldo e Silva”, mais conhecido como o Arquivo da Cúria; ao Centro Sérgio Buarque de Holanda (CSBH), mantido pela Fundação Perseu Abramo, através do atendimento feito pelo Carlos; ao Centro de Documentação e Informação Científica “Prof. Casemiro dos Reis Filhos” (CEDIC) da PUC-SP; e pela atenção e conversa tida com a Pastoral Operária de Santo André.

A minha mãe Natalia que além do apoio e do incentivo, ainda disponibilizou o seu tempo para ajudar na correção deste texto.

A minha namorada Gisele, pelo carinho e pelo companheirismo nesse momento em que por diversas razões se encontram no mesmo ritmo e em sintonia.

A todos os colegas de caminhada do mestrado da PUC-SP, com os quais apesar da correria discutíamos bastante sobre as questões de nossas pesquisas, sobre as dificuldades do

próprio mestrado e outras coisas só para descontrair, além das diversas observações, seminários e discussões realizadas durante as aulas e após delas: Alfredo, André Freitas e o Cezareto, Antonio Carlos, Kátia, Luiz, Marcelo, Mariana, Michele, Regiane, Samantha e aos colegas da UNESP-Franca com quem mantenho contato, em especial ao Marcelo, que foi muito solícito com o auxílio do gravador.

RESUMO

O presente trabalho discute as relações estabelecidas entre os diversos “setores católicos” da região da grande São Paulo com o Partido dos Trabalhadores (PT), durante o período de 1978 e 1982, a partir das perspectivas da história social, ou seja, de suas tensões, disputas, aproximações, rejeições e pontos de identificação e convergência. No interior da conjuntura dos diversos movimentos que emergiram ao longo dos anos 1970 e que posteriormente articularam a criação do PT, problematiza as relações estabelecidas entre os diversos grupos católicos tais como: Pastoral Operária (PO), Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), Comissões de Justiça e Paz, a própria hierarquia, dentre outros, com os movimentos populares e os movimentos operário-sindicais. Além disso, analisa como a hierarquia, os diversos grupos e militantes católicos relacionaram-se e posicionaram-se perante a abertura política, a reorganização partidária e as eleições de 1982, ou seja, desde as articulações visando a criação de um Partido Popular (PP), passando pela criação do PT, por sua consolidação e a participação do partido nas eleições de 1982.

Palavras-chave: História e Partido dos Trabalhadores, Igreja Católica, Religião e Política, Teologia da Libertação, Comunidades Eclesiais de Base.

ABSTRACT

This paper discusses the relations between the various “sectors Catholics” in the big region of São Paulo with the Workers’s Party (PT) during the period between 1978 and 1982, from the perspectives of social history, ie, their tensions, disputes, approaches, rejections and points of identification and convergence. Inside the juncture of the various movements that have emerged over the years 1970 and later articulated the creation of PT, discusses the relations between the various Catholic groups such as: Pastoral Workers (PO), Basic Ecclesial Communities (BEC), Commissions Justice and Peace, the hierarchy itself, among others, with popular movements and labor-union movements. Moreover, examines how the hierarchy, the various groups and Catholics were related and positioned himself in the presence to political openness, reorganizing party and the elections of 1982, ie, since the joints seeking to create a Popular Party (PP), passing through the creation of the PT, it’s consolidation and the involvement of party elections in 1982.

Keywords: History and Workers’s Party, the Catholic Church, Religion and Politics, Liberation Theology, Basic Ecclesial Communities.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCD – Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema.
ACO – Ação Católica Operária
AI-2 – Ato Institucional n.º 2
AI-5 – Ato Institucional n.º 5
APML – Ação Popular Marxista – Leninista
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
CBA – Comitê Brasileiro pela Anistia
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEDIC – Centro de Documentação e Informação Científica “Prof. Casemiro dos Reis Filho”
CELAM – Conselho Episcopal Latino-americano
CEMI – Centro de Comunicação e Educação Popular de São Miguel “Manoel do Ó”
CMTC – Companhia Municipal de Transportes Coletivos de São Paulo
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CPV – Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro (antigo Centro de Pastoral Vergueiro)
CSBH – Centro Sérgio Buarque de Holanda
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DEOPS – Departamento de Ordem Política e Social
FIESP – Federação das Indústrias de São Paulo
FNT – Frente Nacional do Trabalho
JOC – Juventude Operária Católica
JUC – Juventude Universitária Católica
MCV – Movimento do Custo de Vida
MEP – Movimento de Emancipação do Operariado
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
OSM-SP – Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo
ORM- Polop – Organização Revolucionária Marxista – Política Operária
PAC – Proletários Armados pelo Comunismo

PCB – Partido Comunista Brasileiro
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PDC – Partido Democrata Cristão
PDS – Partido Democrático Social
PDT – Partido Democrático Brasileiro
PJ – Pastoral da Juventude
PL – Partido Liberal
PO – Pastoral Operária
POC – Partido Operário Comunista
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPDS – Partido Popular Democrático Socialista
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
RCC – Renovação Carismática Católica
STF – Supremo Tribunal Federal
TL – Teologia da Libertação
TRT – Tribunal Regional do Trabalho
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
Unicamp – Universidade de Campinas
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – A PRÁTICA CATÓLICA E A FORMAÇÃO DO PT	35
1.1 Os “setores católicos” e o movimento popular	40
1.2 Os “setores católicos” e o movimento operário-sindical	57
CAPÍTULO 2 – DA CRIAÇÃO DE UM “PARTIDO POPULAR” AO SURGIMENTO DO PT	78
2.1 Os “setores católicos” e o “partido popular”	79
2.2 Os “setores católicos” e o surgimento do PT	95
CAPÍTULO 3 – OS “SETORES CATÓLICOS”, A POLÍTICA E AS ELEIÇÕES DE 1982	119
3.1 Os “setores católicos” e a política	124
3.2 Os setores católicos frente às eleições de 1982: a opção pelo PT?	152
CONSIDERAÇÕES FINAIS	183
FONTES	192
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	198

INTRODUÇÃO

“O Partidos dos Trabalhadores nasceu na sacristia de certa área da Igreja Católica, aumentou o número de participantes e, da nave da Igreja, passou para as ruas.”

Jarbas Passarinho, em 1981¹

“Esses cristãos não entraram no PT – ajudaram a construí-lo. Entendiam o partido como um meio para realizar o sonho da libertação, elaborado dentro do campo religioso, mas a se realizar no campo social.”

Leonardo Boff, em 2005²

“A legenda de Lula [PT] [...] é no fundo um partido populista católico.”

Francesco Cossiga, em 2009³

As três citações acima foram ditas por pessoas com posições políticas e perfis bem diferentes, além de cada uma delas estar inserida num contexto específico da história do país. Essas falas, apesar de possuírem diversos significados, já que buscam de maneiras diferentes enaltecer ou criticar os sujeitos das mesmas, possuem “algo em comum”, ou seja: todas relacionam a ligação existente entre a Igreja Católica ou de alguns de seus setores com a criação e o desenvolvimento do Partido dos Trabalhadores (PT).

O primeiro comentário foi dito por Jarbas Passarinho, na época senador pelo Partido Democrático Social (PDS)⁴ e presidente do Senado, numa entrevista à Associação Comercial do Rio de Janeiro, a qual teve partes da mesma publicada no jornal “O Estado de São Paulo”, de 28 de agosto de 1981. Passarinho, coronel reformado e uma destacada figura pública da base de sustentação da ditadura militar, onde ocupou diversos ministérios, como da Educação e do

¹ CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Dossiê: A Igreja, os movimentos e o Estado 1980-1981. In: **Pasta: Igreja-Política – Igreja e as eleições 1972-1983**, mai. 1995.

² CHAUI, Marilena et al. **Leituras da crise: diálogos sobre o PT, a democracia brasileira e o socialismo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006, p. 208.

³ SELIGMAN, Felipe. Para senador italiano, Tarso disse “umas cretinices”. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 jan. 2009. Brasil. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1601200911.htm>>. Acesso em: 30 jul. 2009.

⁴ O PDS foi fundado em janeiro de 1980, com o intuito de suceder a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido governista extinto com o fim do bipartidarismo.

Trabalho, então como senador vinha fazendo duras críticas ao posicionamento da Igreja frente à abertura política e à reformulação partidária. Nesse contexto, a frase do senador buscava criticar o envolvimento de setores da Igreja Católica com os diversos movimentos sociais e mostrava a preocupação que o surgimento do PT trazia para o partido de sustentação do governo. Desse modo, o senador criticava a influência do pensamento de esquerda dentro da Igreja Católica brasileira, a sua não neutralidade frente à política partidária e ainda buscava colocar os setores católicos contra os grupos de esquerda, pois para Passarinho, como o PT era simplesmente fruto de uma parcela da Igreja Católica, o mesmo poderia ter como objetivo futuro conduzir o país para um governo teocrático.

A segunda frase foi retirada de uma entrevista dada pelo teólogo Leonardo Boff no ano de 2005. O ex-frade franciscano é um dos principais pensadores da Teologia da Libertação (TL), sempre possuiu uma forte ligação com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e desde o surgimento do PT foi um importante militante e apoiador público do partido. A entrevista em questão tinha como temática principal discutir a atuação do PT depois da chegada do mesmo a Presidência da República e após uma crise surgida no partido, quando alguns de seus membros foram acusados de se envolverem com casos de corrupção, o que ficou conhecido como “crise do mensalão”. Porém, a partir dessa temática o teólogo resgata o surgimento do PT e defende que os militantes católicos foram uma das principais forças sociais a comporem o partido; e atribui ao PT a função de ser a materialização política dos anseios de certos grupos católicos durante o período de reformulação partidária e que, além disso, o seu surgimento trazia para a prática política o discurso teológico elaborado pela Igreja Católica daquele período.

O terceiro excerto foi extraído de uma entrevista do senador vitalício italiano Francesco Cossiga, realizada durante uma disputa político-diplomática criada em torno do asilo político dado a um militante de esquerda italiano refugiado no Brasil. O ex-presidente da Itália entre 1985 e 1992, ex-primeiro-ministro durante 1979-1980 e um dos principais líderes da Democracia Cristã italiana fez essa declaração ao criticar o posicionamento de Tarso Genro, ministro da justiça nesse momento e um histórico militante petista, que havia decidido pelo asilo político ao ex-militante italiano Cesare Battisti, o qual durante os anos 1970 atuava no grupo de extrema-esquerda Proletários Armados pelo Comunismo (PAC), acusado pelo governo de seu país de ter cometido quatro assassinatos, e que por isso pedia a sua extradição. Assim, buscando criticar a posição do governo brasileiro, mais especificamente a do ministro da justiça que decidiu o caso e

defendeu publicamente a permanência de Battisti no país, qualificando-o como um refugiado político, o senador tenta desqualificar o PT, que apesar de se proclamar democrático, ele seria um partido vinculado à mentalidade da esquerda antiamericana similar a de setores de esquerda da América Latina e que o mesmo não passaria de um partido populista católico, desconsiderando assim toda a história e a complexidade existente dentro do partido.

Desse modo, as três frases que iniciam esta introdução, apesar de serem produzidas num intervalo de 28 anos, entre 1981 e 2009, por três figuras diferentes, dentro de contextos sócio-políticos diversificados, com objetivos distintos e com múltiplos significados, todas matizam o forte pensamento de que há uma importante relação entre a Igreja Católica e o Partido dos Trabalhadores. O número de citações que discutem sobre essa relação poderia ser muito maior, porém escolhi as três acima, porque além de serem representativas devido a diversidade dos seus autores e contextos, trazem uma amplitude de como essa relação foi e é vista por diversos sujeitos, ou seja: um apoiador da ditadura militar, um pensador da Teologia da Libertação e um senador italiano da democracia-cristã.

Desde a minha graduação, quando comecei a me interessar pelas transformações ocorridas na Igreja Católica latino-americana dos anos 1970 e 1980, a partir da leitura de diversos textos e de conversas com militantes católicos e petistas, percebi que a ligação existente entre a Igreja Católica e o Partido dos Trabalhadores, era um tema recorrente no discurso desses sujeitos, a qual aparecia de diversas maneiras, tanto de uma forma teológica, abstrata ou a partir de várias experiências de vida. Partindo desses relatos comecei a me perguntar de que modo as relações entre a Igreja Católica e o PT haviam se estabelecido nos seus primeiros anos e como este tema teria sido abordado por outros estudos. Para minha surpresa, notei que essa discussão era muito incipiente, tanto nas ciências sociais, quanto na minha área de estudo, a história.

Desse modo, a presente dissertação tem como objetivo principal estudar, a partir das perspectivas da história social, como se deram as relações entre os “setores católicos” e o Partido dos Trabalhadores (PT), ou seja, suas tensões, vivências, significados e resignificados produzidos pelos sujeitos envolvidos nesse processo. Porém, devido à amplitude da temática, alguns recortes foram feitos a fim de direcionar melhor a pesquisa e mesmo para ter um melhor foco sobre um determinado período e local.

Um primeiro recorte deu-se sobre a questão temporal. Porque, apesar de em certos momentos a pesquisa avançar ou retroceder em alguns anos, o período estudado centrar-se-á

entre os anos de 1978 e 1982. Nessa delimitação, busco abranger os diversos movimentos populares, as greves iniciadas em 1978 na região do ABCD paulista⁵ e os primeiros debates em torno da criação de um “partido popular” ou dos trabalhadores; perpasso a fundação oficial do partido em 1980, as primeiras etapas de organização e estruturação do mesmo e concludo no ano de 1982, quando pela primeira vez o PT participa de um processo eleitoral.

O segundo recorte refere-se a delimitação geográfica da pesquisa. Partindo das fontes analisadas, as quais tratarei mais pormenorizadamente logo a frente e a partir de diversos estudos que abordam a mesma temática, percebi que o PT e a própria relação estabelecida entre os “setores católicos” e o partido tinham uma maior relevância dentro da região conhecida como grande São Paulo.⁶ Dentre as diversas causas dessa preponderância da grande São Paulo, destacam-se as lutas originárias nesses locais, ou seja, a articulação criada pelos sindicalistas autênticos do ABCD paulista, pela forte atuação dos “setores católicos” junto ao movimento operário-sindical, popular, de bairro, entre outros e pela maior amplitude alcançada pelo PT no estado de São Paulo do que em comparação com outros estados da federação num primeiro momento. Porém, mesmo dentro da grande São Paulo⁷, alguns locais tiveram uma maior relevância na produção de documentos e de estudos sobre essa temática, principalmente a região do ABCD paulista e a cidade de São Paulo, com um maior destaque para as regiões sul e leste da mesma.

Para tanto, a leitura de autores da Nova Esquerda Britânica, tais como Edward P. Thompson e Raymond Williams, dentre outras perspectivas trazidas pela história social,⁸ muito me auxiliaram em compreender tanto os sujeitos envolvidos dentro desse contexto, quanto as próprias instituições analisadas pela pesquisa, ou seja: o partido político (no caso o PT) e a própria Igreja Católica. Desse modo, este trabalho não tem a intenção de compreender os sujeitos de forma fragmentada ou tendo como base de análise uma individualidade de viés liberal, mas

⁵ A sigla ABCD paulista representa as cidades de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema, porém a região ainda compreende os municípios de Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, todas localizadas no sudeste da Região Metropolitana de São Paulo.

⁶ Dentre os diversos estudos que ressaltam a forte presença do PT na grande São Paulo, destacam-se: MENEGUELLO, Rachel. **PT: a formação de um partido 1979-1982**. São Paulo: Paz e Terra, 1989, p. 15-57-58.; MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 258.

⁷ A região da grande São Paulo é composta pelos 39 municípios que pertencem a Região Metropolitana de São Paulo, a qual compreende a própria cidade de São Paulo, a região do ABCD paulista, dentre outras cidades.

⁸ Dos autores da Nova Esquerda Britânica, destacam-se os textos: THOMPSON, Edward P. **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.; WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. E sobre a história social na historiografia brasileira, ver: FENELON, Déa Ribeiro. *Cultura e História Social: historiografia e pesquisa*. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 73-90, dez. 1993.

sim a partir dos seus diferentes modos de vida, os quais se expressam em suas lutas, tensões, resistências, projetos, possibilidades, fé religiosa, sonhos, valores, sentimentos, significados; produzidos nas suas relações sociais vividas, ou seja, na sua experiência social.⁹

Para compreender as instituições que são abarcadas pela pesquisa, essa forma de pensar levou-me a rejeitar as análises que as compreendem como seres autônomos, não imbricados em seu contexto social, ou seja, explicadas a partir de suas próprias estruturas, levando em consideração apenas o seu funcionamento interno; como blocos homogêneos ou mesmo criando formulações abstratas não-históricas. Assim, busco compreender as instituições analisadas, como formadas por diferentes sujeitos com valores, pensamentos, expectativas, projetos, os quais se articulam em grupos e tendências, fazendo das mesmas um campo de tensões e disputa pelo hegemônico, realizadas dentro de um determinado contexto histórico. Entretanto, ao mesmo tempo, a utilização dessa perspectiva de análise não significa que se deve deixar de lado ou mesmo eclipsar a trajetória histórica, as particularidades e as singularidades de cada uma dessas instituições, mas sim, confrontar tanto as tradições e as trajetórias das mesmas, quanto a teoria que foi produzida a respeito delas, com a experiência social realizada pelos seus sujeitos dentro de um contexto histórico, ou seja: a região da grande São Paulo, entre 1978 e 1982.

A partir desse entendimento, muitas vezes utilizo o termo “setores católicos” ao invés de Igreja Católica, porque este último tende a restringi-la ao seu aspecto institucional, ou seja, os bispos, padres, frades, freiras e a própria Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); excluindo de sua análise toda a complexidade dos movimentos que eram ligados ou possuíam alguma relação com a Igreja Católica do período. Desse modo, acredito que a categoria “setores católicos” possibilite uma melhor compreensão da diversidade dos movimentos ligados a Igreja Católica, que além de abarcar a Igreja enquanto instituição, também incorpora as pastorais sociais, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), as Comissões de Justiça e Paz, dentre outros. Assim sendo, busco com esse termo abranger os “setores católicos” que se desenvolveram de diversos modos durante os anos 1970 e 1980 e que de alguma forma estabeleceram ligações com os movimentos sociais, com o movimento sindical e com o próprio PT. Porém, apesar de ter consciência de que esse termo também é uma generalização, que me auxilia na forma de

⁹ Para Thompson, na experiência humana os homens e mulheres “retornam como sujeitos [...] – não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura.” THOMPSON, op. cit., p. 182.

identificar esse amálgama de sujeitos, procuro no decorrer da dissertação sempre identificar a atuação e as especificidades de cada um desses militantes e grupos, evitando assim cair num reducionismo ou numa generalização abstrata.

Na segunda metade dos anos 1970 emergiram diversos personagens na esfera pública, tais como movimentos populares ou ligados ao movimento operário-sindical. Junto a isso, as greves que tiveram o seu início na região do ABCD paulista no ano de 1978 e que posteriormente se espalharam pelo estado de São Paulo e por todo o Brasil, tornaram-se o centro aglutinador de diversos setores da sociedade que se opunham à ditadura militar, tais como: intelectuais, estudantes, políticos de oposição, grupos de esquerda e importantes segmentos católicos. Ao mesmo tempo, elas foram o embrião de diversos atores, que nas décadas posteriores tiveram um enorme peso na política e em diversos setores da sociedade brasileira, dentre os quais se pode destacar o Partido dos Trabalhadores (PT), criado em 1980 e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), formada em 1983.

No ano em que esta dissertação é produzida, o PT completa três décadas de fundação, na condição de maior partido de esquerda do país e tendo Luís Inácio Lula da Silva, o seu principal líder e articulador, conquistado por duas vezes consecutivas a Presidência da República. Assim, analisando o PT nesse contexto, muitas vezes perde-se no tempo a imagem de que o PT em seus primeiros anos, apesar da novidade que representava para a política brasileira, era um partido pequeno dentro do quadro da política nacional, o qual só passou a colher resultados de grande expressão no final dos anos 1980, quando em 1988 conquistou o poder em importantes cidades, como São Paulo e Porto Alegre e consolidou-se como o principal partido de esquerda em 1989, quando Lula, no segundo turno da eleição para presidente frente a Fernando Collor, conquistou expressivos 31 milhões de votos.¹⁰

Nessa perspectiva, a conquista da presidência da República em 2002 tornou-se emblemática para o partido, já que após duas décadas de formação e três derrotas em segundos turnos de eleições presidenciais, Lula, com toda a sua representatividade dentro do partido e pelo que sua trajetória representava para a história recente do país, conquistou o cargo mais alto da política nacional. Essa vitória trazia em si um enorme simbolismo e grandes expectativas, tanto no sentido da eleição do próprio Lula, ou seja, de um ex-metalúrgico ter chegado à presidência e

¹⁰ Para uma breve análise sobre a trajetória do PT dentro da política partidária brasileira, ver: SINGER, André. **O PT**. São Paulo: Publifolha, 2001.

ao mesmo tempo, quanto na conquista do poder por um partido de esquerda. Luís Inácio foi eleito em 2002, a partir de uma aliança de centro-esquerda, a qual contava com partidos de diversas tendências no espectro político brasileiro, como o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o centrista Partido Liberal (PL) do seu vice, o empresário José Alencar.

Durante o primeiro mandato de Lula como presidente da República, o PT passou pela maior crise da sua história, quando importantes dirigentes petistas foram acusados de realizar caixa dois para o partido, ou seja, terem recebido de forma ilegal, financiamento privado para o pagamento de dívidas de campanha, além do pagamento de quantias de dinheiro mensal a parlamentares a fim de apoiar os projetos do governo, o que ficou nacionalmente conhecido como “crise do mensalão”.¹¹ Ao mesmo tempo, muitos militantes e alguns intelectuais ligados ao partido passaram a criticar a política econômica do governo, a qual, segundo eles, não representava as mudanças prometidas pelo PT.¹² Devido a esses acontecimentos, o partido sofreu um forte desgaste na sua imagem a partir de 2005, o que levou alguns desses militantes a se afastarem do governo e do próprio PT, enquanto um grupo de parlamentares e de intelectuais descontentes com os rumos do governo e do próprio partido criaram o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)¹³. Conseqüência dessa crise, foi que até mesmo dentro do partido, alguns importantes militantes passaram a defender a sua refundação, no qual o nome de maior destaque foi Tarso Genro, ex-prefeito de Porto Alegre e ministro de várias pastas durante os dois governos Lula.¹⁴

Entretanto, apesar da crise, do desgaste na imagem do PT e das mudanças ocorridas no partido, Lula foi reeleito com certa facilidade em 2006. Porém, para compreender o significado dessas eleições, além do crescimento do PT desde o final do século XX, não se pode deixar de salientar o carisma e a influência política de Lula, que em muitos momentos transcende a do

¹¹ No que diz respeito ao caixa dois praticado pelo partido, vários dirigentes petistas assumiram a responsabilidade sobre esses acontecimentos; já sobre o pagamento de dinheiro a deputados para o apoio de projetos (mensalão), o processo que apura o caso encontra-se em trâmite no Supremo Tribunal Federal (STF).

¹² Dentre os intelectuais petistas que criticaram fortemente a política econômica e se afastaram do governo pode-se citar como exemplo Francisco de Oliveira, professor de sociologia da Universidade de São Paulo (USP) e o professor de sociologia do trabalho Ricardo Antunes, da Universidade de Campinas (Unicamp).

¹³ O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) foi fundado em 2004, por um grupo de parlamentares expulsos do PT por terem se oposto ao projeto de Reforma da Previdência proposto pelo governo Lula e intelectuais descontentes com o PT; dentre os políticos destaca-se Heloisa Helena, ex-senadora por Alagoas; e entre os intelectuais ressalta-se os dois professores citados na nota acima, além do ex-deputado federal pelo PT de São Paulo, Plínio de Arruda Sampaio.

¹⁴ Após a crise, o Campo Majoritário, corrente do partido que agregava a maioria dos apoiadores e defensores do governo Lula, foi extinto, dando lugar a duas principais correntes: Construindo um Novo Brasil, que mantém o controle do partido; e Mensagem ao Partido, dissidência formada por aqueles que defendiam a sua refundação.

próprio partido. Assim, ao mesmo tempo em que o governo Lula é criticado por muitos militantes e intelectuais de esquerda, para os quais o governo não trouxe grandes mudanças na política econômica e poucos avanços nas políticas sociais; segundo diversas pesquisas de opinião, o segundo governo Lula (2006-2010) possui uma aprovação maior que 70 pontos percentuais,¹⁵ além de ter o programa Bolsa Família¹⁶ como principal carro-chefe da sua política social e como principal bandeira junto a diversos setores da população.

A Igreja Católica, por outro lado, passou por profundas transformações na segunda metade do século XX e assim como o PT são instituições que possuem uma extraordinária relevância para a história brasileira recente. A instituição católica sempre teve uma grande importância na sociedade brasileira, tanto que até a chegada da República, Igreja Católica e Estado confundiam-se, já que a mesma era mantida e controlada pelo governo no sistema conhecido como Padroado. Entretanto, durante o período analisado por esta dissertação, as ações e os posicionamentos da Igreja Católica passaram por enormes modificações.

Para se ter uma idéia das mudanças pelo que passou a Igreja Católica no Brasil, durante a segunda metade do século XX, basta analisar o papel desempenhado pela instituição no golpe de 1964 e a partir dos anos 1970 frente à ditadura militar. No golpe perpetrado contra o governo João Goulart, alguns setores da instituição católica, aludindo ao perigo comunista que pairava sobre o país, foram uns dos grandes apoiadores e incentivadores na campanha pela deposição do presidente, atuando principalmente no apoio e na realização das Marchas com Deus pela Família e Liberdade e tendo a própria Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), órgão máximo da Igreja no país, aplaudido a derrubada do presidente pelos militares, os quais teriam atendido “[...] à geral e angustiosa expectativa do Povo Brasileiro que via a marcha acelerada do comunismo para a conquista do Poder.”¹⁷

¹⁵ Segundo pesquisa realizada pelo instituto Datafolha entre 14 e 18 de dezembro de 2009 com 11.429 eleitores, o governo Lula recebeu 72% de ótimo ou bom, 21% de regular e apenas 6% de péssimo ou ruim, em: DELGADO, Malu (Da Reportagem Local). Aprovação a Lula bate recorde. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 20 dez. 2009. Caderno Brasil, p. A-10.

¹⁶ O programa de transferência de renda Bolsa Família, lançado em outubro de 2003, constituía na unificação de quatro outros programas já existentes: Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Auxílio-Gás e Cartão Alimentação; sendo instituído em janeiro de 2004 para atender famílias em situação de pobreza ou extrema-pobreza, atingindo atualmente mais de 11 milhões de famílias.

¹⁷ Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) – Comissão Central. Declaração da CNBB sobre a Situação Nacional. mai. 1964 apud LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. **Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil: hipóteses para uma interpretação**. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 147.

Dentre as transformações que vinham ocorrendo na Igreja Católica da América Latina na esteira do Concílio do Vaticano II, dois fatos simbolizaram essas mudanças, sendo eles: a IIª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano¹⁸, realizada na cidade de Medellín em 1968 e o surgimento de diversas análises teológicas que partiam da realidade concreta dos povos latino-americanos e incorporavam diversos elementos da análise marxista, que em seu conjunto recebeu o nome de Teologia da Libertação¹⁹. Além disso, torna-se importante ressaltar as mudanças que vinham ocorrendo em toda a região e no Brasil especificamente, onde a Igreja Católica ficou marcada pelo crescimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), da Pastoral Operária, das Comissões de Justiça e Paz, dentre outros órgãos que passaram a ter uma forte presença junto a diversos movimentos populares, operário-sindicais e de oposição à ditadura militar instalada em 1964. Nesse sentido, é praticamente unânime, entre os analistas da Igreja Católica e do próprio período, que a Igreja, tanto em nível institucional, através do posicionamento de padres, freiras, religiosos, bispos e da própria CNBB, como através dos movimentos criados ou ligados a ela, ao longo dos anos 1970, tornou-se uma das principais, senão a principal instituição que se posicionava criticamente frente às arbitrariedades cometidas pelo regime da época, além de apoiar diversos movimentos que se opunham a ditadura, surgidos em diversos setores da sociedade.²⁰

Porém, essa mudança no posicionamento de importante parcela da Igreja Católica no país ao longo dos anos 1960 e 1970, passou por um forte refluxo, devido principalmente a um processo de desarticulação gestado pelo Vaticano, após a chegada de João Paulo II ao pontificado, em 1978. Esse processo ocorreu através da transferência e substituição de bispos que tinham uma maior ligação com os movimentos sociais ou que criticavam publicamente o regime ditatorial, onde a divisão da arquidiocese de São Paulo representou o exemplo maior dessa política;²¹ com a produção de documentos que condenavam diversos aspectos da Teologia da

¹⁸ CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO (CELAM). **A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio**: conclusões de Medellín. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1971.

¹⁹ Alguns tópicos sobre a Teologia da Libertação serão analisados ao longo da dissertação. Já sobre os seus principais formuladores, podemos citar no Brasil os frades e irmãos Leonardo e Clodovis Boff, além do peruano Gustavo Gutiérrez, o chileno Pablo Richard, o salvadorenho Jon Sobrinho, entre outros.

²⁰ Para uma análise ampla das transformações passadas pela Igreja Católica no Brasil na segunda metade do século XX, principalmente a sua relação com a política, ver: MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

²¹ A Arquidiocese de São Paulo, comandada pelo cardeal D. Paulo Evaristo Arns possuía um forte e reconhecido trabalho na defesa dos direitos humanos, de apoio a diversos movimentos sociais e de crítica à ditadura militar, além de ser uma das maiores incentivadoras da ampliação das CEBs. No processo de divisão foram criadas 5 novas dioceses autônomas: Osasco, Campo Limpo, Santo Amaro e São Miguel Paulista, na qual foram subtraídas 146

Libertação, chegando até a punir diretamente membros dessa vertente de pensamento, na qual a condenação do frei Leonardo Boff a um ano de silêncio obsequioso, dentre outras medidas restritivas, tornou-se o caso mais emblemático desse processo.²²

Mesmo com essa política de desarticulação implementada pelo Vaticano durante os anos 1980 e após o fim do período de redemocratização, onde houve um maior distanciamento da Igreja Católica junto aos movimentos sociais e com a própria política, esses “setores católicos”, que possuem um maior engajamento perante a realidade sócio-política e que produzem um pensamento crítico da sociedade a partir da doutrina e tradição católica, mesmo que diminuídos em importância ainda permanecem na Igreja Católica, apesar das mudanças decorrentes dos contextos e problemáticas em que estes estão envolvidos. Entretanto, ao mesmo tempo em que esses setores sofreram um refluxo nas últimas décadas, ocorreu um forte crescimento dentro da Igreja Católica de grupos que possuem um caráter mais sacramental e espiritualista, com uma preocupação voltada para o indivíduo e a família, ao mesmo tempo em que costumam manter um distanciamento perante às questões referentes a realidade sócio-política, além de possuírem um forte apelo midiático, dentre os quais destacam-se os grupos ligados a Renovação Carismática Católica (RCC). Esses segmentos católicos apesar de defenderem uma separação e até uma certa rejeição para com as questões políticas, principalmente no estado de São Paulo, costumam articular-se e apoiar publicamente candidatos ligados a partidos de centro-direita, como o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).²³

Sobre a pesquisa feita nos arquivos, as fontes encontradas, além de me auxiliarem nas problemáticas formuladas durante o período de elaboração do projeto, levaram-me a caminhos e a questões que não me chamavam atenção num primeiro momento; entretanto, outros assuntos em que esperava encontrar algum tipo de documentação, como a relação entre os “setores católicos” e os grupos de esquerda, essa percepção não foi correspondida. Outro aspecto a

paróquias numa área que agregava 6,9 milhões de pessoas, desarticulando assim, fortemente o trabalho pastoral que vinha sendo desenvolvido até então; sobre isso ver a minuciosa tese: LORO, Tarcísio Justino. **Espaço e poder na igreja: a divisão da arquidiocese de São Paulo**. 1995. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

²² Sobre um panorama amplo desse processo de desarticulação realizado junto a esses setores da Igreja Católica, ver: MACHADO, Adriano Henriques. **A Desarticulação da “Igreja da Libertação” no Brasil (1979-1989)**. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2006.

²³ A respeito da trajetória e das características da Renovação Carismática Católica (RCC) no Brasil e a sua relação com a política, ver: PRANDI, Reginaldo. **Um sopro do Espírito: a renovação conservadora do catolicismo carismático**. São Paulo: Edusp; Fapesp, 1998.

destacar refere-se à conservação e preservação desses documentos, pois apesar de pesquisar um período considerado recente da história brasileira, muito me chamou a atenção que esses registros, além de muitas vezes serem escassos, em certos casos encontram-se em precário estado de conservação, o que mostra a não preocupação de muitas instituições e das próprias políticas públicas voltadas para a preservação de acervos e documentos, para com a história da esquerda, dos movimentos sociais e dos trabalhadores do país.

Assim, adentrando nas fontes pesquisadas e selecionadas para a pesquisa, há uma certa diversidade na gama de documentos encontrados sobre o tema, indo desde matérias de jornais de grande circulação até cartilhas políticas produzidas por paróquias ou pequenos grupos católicos.

Uma das fontes selecionadas para a pesquisa e que muito contribuiu para o entendimento não só do meu objeto de estudo, mas para a compreensão da dinâmica em que se encontrava a Igreja Católica, os movimentos sociais e o próprio debate sócio-político do período, foi o jornal “O São Paulo”. Esse semanário produzido pela arquidiocese de São Paulo desde os anos 1950 e publicado até os dias de hoje é o veículo oficial da Igreja paulistana. A partir de sua leitura pode-se analisar o posicionamento da mesma frente a diversas questões, tais como ao governo ditatorial, a abertura política e a reformulação partidária, além de poder apreender de que forma estabeleciam-se os relacionamentos com os diversos movimentos que ganhavam enorme destaque naquele período, tais como o Movimento do Custo de Vida e o movimento operário-sindical da cidade de São Paulo e na própria região do ABCD paulista. Porém, além de ser o mais importante meio de comunicação para se apreender o pensamento da Igreja de São Paulo, o jornal é muito rico para se entender os diversos movimentos sociais da época, já que ao mesmo tempo em que trazia o posicionamento da Igreja paulistana frente a eles, “O São Paulo” realizava uma ampla cobertura, além de promover entrevistas, mesas-redondas e debates com diversos líderes e participantes desses movimentos. Desse modo, o periódico “O São Paulo” torna-se uma das principais fontes para compreender a relação estabelecida entre a Igreja de São Paulo junto aos diversos movimentos do período, mas principalmente frente à questão político-partidária e ao próprio PT.

A maior parte dos documentos selecionados para a pesquisa foram encontrados no Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro (CPV)²⁴. Nesse arquivo, mais do que a quantidade de

²⁴ Esse é o nome atual dado ao antigo Centro de Pastoral Vergueiro. O CPV foi criado em 1973 pelo frade dominicano Giorgio Callegari junto a um grupo de militantes que se reuniam há alguns anos na comunidade dominicana da região para discutir as problemáticas do período. Num primeiro momento, o Centro tinha como objetivo apoiar os trabalhos desenvolvidos pelos diversos movimentos populares e sociais da época, mas com o tempo passou também a manter,

fontes localizadas, destaca-se a diversidade das mesmas, pois vão desde recortes de jornais, documentos oficiais da Igreja Católica, cartilhas de educação política produzidas em diversas partes do país, até pequenos periódicos produzidos por diversos grupos, como associações de bairro, ligados a Igreja Católica e mesmo das diversas agremiações de esquerda e do próprio movimento sindical.

Dentre os documentos selecionados para a pesquisa, os Dossiês produzidos pelo CPV são de fundamental importância para a compreensão das relações entre a instituição católica e seus diversos grupos com os movimentos sociais, a abertura política, a reformulação partidária e mesmo para perceber qual era o espaço dado pela grande imprensa da época para essas temáticas e como elas eram apreendidas pela mesma. Os Dossiês constituem-se basicamente de recortes de jornais de grande circulação no período, com destaque para os produzidos dentro do eixo Rio-São Paulo, tais como: “O Estado de São Paulo”, “Folha de São Paulo”, “O Globo” e “Jornal do Brasil”; os quais estão agrupados segundo diversos assuntos, por exemplo: “A Igreja, Os movimentos e o Estado - 1978-1979”, “A Igreja e as eleições – 1972-1983”, “Igreja-CEBs”, dentre outros. Nesses Dossiês algumas temáticas e relações possuem uma maior cobertura, dentre os quais se destaca o posicionamento da Igreja enquanto instituição, ou seja, de padres, bispos e da própria CNBB frente ao governo militar, a abertura política, a criação do PT e as eleições de 1982, mas também se encontram questões que ligam os militantes católicos junto aos movimentos sociais, sindicais, ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), além do grande destaque dado principalmente àquelas pessoas que atuavam ou possuíam uma maior aproximação com as CEBs.

Na segunda metade dos anos 1970 e nos anos 1980 havia uma grande mobilização de diversos movimentos populares, com destaque para os movimentos de bairro, os quais produziram significativos periódicos. Esses jornais da chamada pequena imprensa ou imprensa popular, na maioria das vezes, circulavam na região em que eram produzidos e quase sempre de forma gratuita, eram economicamente limitados e devido a isso tinham uma produção intermitente; além de buscarem em grande medida articular as questões locais, com as de âmbito nacional, com grande destaque para os problemas sócio-políticos. Para esta dissertação, dois desses periódicos foram selecionados: o “Jornal da Vila: o jornal do trabalhador” e o “Grita Povo: Jornal da Região São Miguel”.

coletar e preservar os materiais produzidos por esses grupos fazendo do seu acervo uma referência para a compreensão dos movimentos populares dos anos 1970-1980 e de toda a conjuntura política da época.

O “Jornal da Vila” era editado mensalmente e distribuído gratuitamente em alguns bairros da zona sudeste da cidade de São Paulo, circulando entre os meses de março de 1978 a junho de 1980. O periódico, mesmo não tendo uma profunda relação com grupos católicos, apresenta muito detalhadamente as discussões acerca da criação de um “partido popular”, as questões levantadas sobre a importância do PMDB enquanto frente de oposição e como o surgimento do PT modificava e ampliava os debates sobre a reformulação partidária, além de trazer o posicionamento e o pensamento de parte do movimento popular frente à ditadura militar. Desse modo, o jornal torna-se muito importante para compreender não só as temáticas citadas acima, mas também para analisar como os movimentos populares compreendiam e se posicionavam frente a esses acontecimentos.

Enquanto o “Jornal da Vila” não possuía uma ligação com os segmentos católicos, o jornal “Grita Povo” era produzido por grupos católicos de uma região da zona leste da cidade de São Paulo. Desse modo, a publicação do periódico “Grita Povo”, o qual se intitulava como o jornal da Região São Miguel, ficava a cargo do Centro de Comunicação e Educação Popular de São Miguel “Manoel do Ó” (CEMI), órgão vinculado a Região Episcopal Leste II (São Miguel), sendo o seu jornalista-responsável o próprio bispo-auxiliar da região, D. Angélico Sândalo Bernardino, que também assessorava a Pastoral do Mundo do Trabalho em nível arquidiocesano, além de nessa época, ser o editor do jornal “O São Paulo”.

O jornal “Grita Povo” circulou entre os anos de 1982 e 1990, tendo nos seus primeiros números uma periodicidade mensal, que ao longo do tempo passou a ser quinzenal. Apesar do seu período de publicação coincidir em apenas um ano com o recorte temporal delimitado para a pesquisa, ele possui uma extrema riqueza, porque era um jornal que expressava o pensamento não só da Igreja Católica da região enquanto instituição, mas principalmente como os seus militantes e os movimentos sociais ligados a ela, compreendiam e se posicionavam perante à reformulação partidária, o PT e principalmente frente às eleições de 1982, ocorridas no ano do surgimento do jornal.

Uma documentação que muito me chamou a atenção foram as chamadas cartilhas de educação política.²⁵ A produção das mesmas teve o seu ápice durante o final dos anos 1970 e início dos anos 1980, com destaque para o período de 1980 a 1982, já que devido ao ambiente

²⁵ Para um panorama geral sobre a produção e características das cartilhas políticas produzidas nesse período em nível nacional, ver: LESBAUPIAN, Ivo. As cartilhas políticas diocesanas de 1981-1982. In: _____ (Org.). **Igreja – Movimentos populares – Política no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1983. p. 57-74.

político da época, elas tinham como temas centrais a consolidação dos novos partidos e principalmente as eleições de 1982. Esse tipo de material foi produzido em diversas regiões do país, chegando a mais de uma centena delas, onde sua edição e confecção ficavam a cargo de diversos segmentos católicos, tais como: grupos de Pastoral Operária, Comissões de Justiça e Paz, dioceses e mesmo paróquias ou pequenos grupos de militantes católicos.

Porém, devido a grande diversidade dos grupos e das localidades que produziram essas cartilhas, concernente ao recorte espacial da pesquisa, analiso apenas aquelas feitas na região da grande São Paulo. Como dito acima, na feitura desses documentos também há um maior destaque para as regiões sul e leste da cidade de São Paulo e o próprio ABCD paulista, como os locais onde esse tipo de documentação ocorreu com maior frequência. Assim, dentre as principais cartilhas produzidas destacam-se: as duas cartilhas de educação política elaboradas pelo Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Santo André, as quais foram assumidas e publicadas pela própria Diocese de Santo André; na zona sul de São Paulo, a cartilha “Basta” foi produzida pela equipe de educação política do Setor Interlagos, pertencente a Região Episcopal de Santo Amaro; e na zona leste a “Acorda Povo” organizada pela equipe de subsídios da Região de São Miguel, vinculada a Região Episcopal Leste II da arquidiocese de São Paulo.

Essas diversas cartilhas de educação política costumavam apresentar uma linguagem simples e didática, o que poderia ter ou não uma intencionalidade, porém essa característica fazia com que esse material alcançasse um número significativo de pessoas e grupos ligados aos movimentos católicos e populares, criando de certo modo uma aproximação ao conjunto desses fiéis e desses militantes para com algumas temáticas, nas quais se destacam: as mudanças políticas ocorridas no período, a história política brasileira, as transformações da Igreja na América Latina, a forma como está organizada a sociedade brasileira, além de apresentar os novos partidos, através de diversas características, informações, reflexões, além de apontar critérios para a atuação do católico nessa realidade, trazendo assim, todo um amálgama de significados de como esses grupos analisavam não só o período em questão, mas o entendiam e a partir disso, posicionavam-se frente às novas agremiações e às eleições de 1982.

Para a discussão das temáticas apresentadas acima, as cartilhas faziam o uso de diversos tipos de linguagem, como por exemplo, textos, dados estatísticos, citações diversas, ilustrações, quadrinhos, cantos, esquemas lógicos, dentre outros, como uma forma de atingir e de aproximar essas temáticas, muitas vezes vista de forma distante por alguns grupos e pessoas, para diversos

tipos de leitores, mas principalmente para os militantes católicos das chamadas “bases”. Assim, esses documentos e suas diferentes formas de apresentação constituem-se num rico material para análise, pois além de trazerem diversas percepções a respeito do posicionamento dos setores católicos frente à reformulação partidária e as perspectivas, opiniões, anseios e limitações sobre o Partido dos Trabalhadores, eles também apresentam um amplo quadro do pensamento desses setores sobre a sua prática cotidiana, os seus discursos, as suas relações, as suas influências, os seus projetos, objetivos e propostas políticas, tanto sobre aquele momento específico, como também as propostas e projetos de construção de uma sociedade a longo prazo.

Além disso, dentro das fontes encontradas, uma importante documentação produzida por grupos católicos ligados ao movimento operário-sindical, como a Ação Católica Operária (ACO) e a Pastoral Operária (PO) ganha destaque. Apesar desses documentos terem como temática central a relação da Igreja com o movimento operário e sindical, eles constituem uma fonte essencial para entender não só essa relação, mas como estavam sendo estabelecidas as relações e tensões entre duas das três grandes forças sociais que compuseram o PT, ou seja, os setores católicos e o movimento operário-sindical.

Dentre os documentos produzidos por esses dois grupos destacam-se o Boletim Nacional da Comissão de Pastoral Operária e o Boletim Nacional da Ação Católica Operária, os quais trazem diversos textos, entrevistas, debates, que demonstram a relação entre os setores católicos com o movimento operário-sindical, com destaque para o período das grandes greves, entre 1978 e 1980. Entretanto, apesar de não ser a preocupação central desses grupos, a abertura política e os novos partidos também foram discutidos nesses documentos, principalmente através do depoimento de militantes cristãos-operários defendendo a escolha pessoal por um dos partidos surgidos. Nesse sentido, ganha destaque o debate realizado em 1982 pela Pastoral Operária de São Bernardo do Campo, durante a IIª Semana do Trabalhador, que dedicou uma de suas noites para a temática “O cristão e a militância política”, onde a discussão ficou a cargo de militantes católicos que atuavam nos novos partidos políticos.

Por fim, gostaria de destacar alguns documentos encontrados no Centro de Documentação e Informação Científica “Prof. Casemiro dos Reis Filho” (CEDIC) da PUC-SP e no Centro Sérgio Buarque de Holanda pertencente à fundação Perseu Abramo. Esses arquivos, apesar de não terem como temática central a relação da Igreja Católica e seus militantes durante o período estudado, visto que o CEDIC tem como ponto de referência os movimentos e grupos católicos da

primeira metade do século XX até os anos 1960, enquanto o CSBH se volta mais para os documentos produzidos sobre o PT, de seus grupos e correntes internas, esses centros possuem alguns importantes materiais utilizados por esta pesquisa.

No Centro Sérgio Buarque de Holanda destaco o “Jornal dos Trabalhadores” editado entre abril de 1982 e maio de 1983, o qual se constituiu no primeiro periódico produzido pelo partido, que apesar de pouco destacar a relação dos católicos com o PT, traz um amplo panorama das propostas, projetos e mesmo da organização e estruturação inicial do partido. No CEDIC encontrei materiais relacionados à Pastoral Operária e às Comunidades Eclesiais de Base, destacando-se o caderno de orientação política pertencente ao polêmico material produzido pela Comissão Arquidiocesana de Pastoral dos Direitos Humanos da arquidiocese de São Paulo para as eleições de 1982, intitulado “Fé e Política: povo de Deus e participação política.”

Fora a documentação citada, diversas análises foram feitas no período, principalmente por teólogos, padres ou religiosos com temáticas referentes a participação do cristão na política, nos novos partidos e a formação e constituição do próprio PT, nas quais ganha destaque os artigos, entrevistas e outros textos dos irmãos Leonardo e Clodovis Boff e de Carlos Alberto Libânio Christo, mais conhecido como Frei Betto. Na maioria das vezes, essas análises e artigos discutem esses assuntos a partir de uma perspectiva teológica ou tomam como base de discussão a própria prática pastoral articulada pelos grupos católicos desse período, porém, mesmo produzindo muitas vezes uma análise teológico-abstrata sobre os mesmos, elas são fundamentais para compreender como esses pensadores católicos discutiam essas temáticas e as articulavam com as suas análises teológico-analíticas.

A discussão sobre a relação entre os “setores católicos” e o Partido dos Trabalhadores (PT) é pequena dentro da historiografia brasileira. Entretanto, penso que não só essa relação, mas a própria política partidária e as eleições, principalmente no período pós-1980, são assuntos que ainda foram pouco apreendidos por esse campo de estudo.²⁶ Dentre os motivos para essa ausência de trabalhos, acredito que ainda existe certo preconceito de base positivista, que considera essas temáticas como muito recentes e assim destituídas de análise pelo historiador, ou mesmo devido a

²⁶ Percebo nos últimos semestres, que novos e importantes estudos relacionados com essa temática começaram a ser produzidos, principalmente no campo da História. Prova disso é a dissertação que analisa a relação do Partido dos Trabalhadores com a Igreja Católica na cidade mineira de Montes Claros, durante a década de 1980; ver: MENDES, Leandro de Aquino. **O “Povo de Deus” na política: Partido dos Trabalhadores e Igreja Católica em Montes Claros – MG na década de 1980.** 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, 2010.

uma tendência historiográfica que optou em trabalhar assuntos com um alto grau de delimitação, fazendo com que o historiador, muitas vezes, perdesse de vista o estudo sobre processos mais amplos, tais como, as instituições e as próprias eleições. Outro aspecto a destacar neste sentido, refere-se a falsa impressão de que essas temáticas seriam melhor compreendidas por outras disciplinas das ciências humanas, como a sociologia e a ciência política. Nesse sentido, o presente trabalho busca analisar essas temáticas dentro do campo da historiografia, não como forma de delimitar e dividir o que compete a cada disciplina, mas buscando trazê-las para a reflexão e as perspectivas abertas pela história social, ou seja, a partir de suas experiências, modos de vida, disputas, tensões e produção de seus diversos significados.

Mesmo não sendo uma temática central da historiografia, a relação entre a Igreja Católica e o Partido dos Trabalhadores foi discutida por trabalhos de outras áreas das ciências humanas, que tiveram como objetos de estudo o Partido dos Trabalhadores (PT) ou a própria Igreja Católica no Brasil durante a segunda metade do século XX. Nesse sentido, um dos primeiros estudos acadêmicos, que teve como temática principal a formação do PT, foi feito pela brasilianista Margareth E. Kech, no livro “PT – A Lógica da Diferença”²⁷. Nele, o partido é analisado desde a sua formação, entre o final dos anos 1970 e início dos anos 1980, na região da grande São Paulo e visto como uma novidade dentro da história política brasileira, pois o mesmo seria o primeiro partido surgido a partir das bases, além de possuir uma ligação intrínseca com o movimento operário.

Porém, já na apresentação do livro, concluído em 1986 e publicado no Brasil apenas em 1991, a autora coloca que um aspecto pouco discutido e que ainda precisaria de melhores análises pelas ciências humanas seria: “[...] a relação do partido com a Igreja Católica e os movimentos sociais a ela vinculados [...]”²⁸. Entretanto, apesar de concordar com a necessidade de mais pesquisas que tratem da relação Igreja - PT, no seu estudo é feita uma análise da importância de como cada setor da sociedade participou e contribuiu para o surgimento e a formação do partido.

O estudo coloca que os principais articuladores do partido foram os sindicalistas combativos, surgidos durante o período grevista de 1978-1980. Contudo, a autora reconhece que outros segmentos também atuaram na base inicial do partido e tiveram uma importância

²⁷ KECK, Margaret E. **PT – A lógica da diferença**: O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo: Ática, 1991.

²⁸ *Ibid.*, p. 8.

fundamental em muitos aspectos de sua organização, onde destaca a esquerda organizada, os políticos progressistas, intelectuais, representantes de movimentos sociais e ativistas católicos.

Sobre o papel dos segmentos católicos durante a ditadura militar e na reformulação partidária, Keck reconhece a função “agregadora” que a Igreja construiu junto aos movimentos populares, de bairro e sindicais, entretanto, vê um distanciamento dos mesmos frente à criação dos partidos políticos, à própria política partidária e às instituições de forma geral. Segundo ela, esse distanciamento frente às instituições será ao mesmo tempo um dos aspectos trazidos pelos militantes católicos para o PT, ou seja, a importância dada ao aspecto local e à preponderância da base frente a organizações políticas superiores.

Porém, diferentemente das relações que o PT estabeleceu com políticos do MDB e com os agrupamentos de esquerda, as quais a autora aborda pormenorizadamente no capítulo dedicado à fundação do partido, a partir dos seus sujeitos, grupos e disputas; os setores católicos são analisados, na maioria das vezes, como um bloco homogêneo, sem um maior aprofundamento, perdendo assim as suas especificidades e as suas tensões, tanto internamente, como na relação com a abertura política e com o próprio PT. A citação abaixo deixa claro como os segmentos católicos eram vistos pela brasilianista para a composição do partido, nesse caso específico o conjunto das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs):

As comunidades eclesiais de base, que se contavam aos milhares só em São Paulo e cujos membros desempenhavam um papel cada vez mais ativo em outros movimentos sociais, ajudaram a ampliar a base potencial do partido. [...] As ligações entre o movimento operário e esses de bairro, forjadas em grande parte pelo papel central neles desempenhado pelos ativistas católicos, foram cruciais na mobilização do apoio local para as greves [...] [e] para expandir a base de discussão do projeto do PT além dos sindicatos.²⁹

Percebe-se assim, nesse primeiro estudo de fôlego sobre a formação do partido, que apesar dos setores católicos estarem presentes no seu início e nos movimentos para a sua expansão, a análise dos mesmos, enquanto participantes desse processo, mais as suas especificidades e particularidades, ainda são colocados de forma marginal.

O segundo estudo sobre o PT foi publicado em 1989 por Rachel Meneguello com o título “PT: a formação de um partido (1979-1982)”³⁰, o qual era resultado de sua dissertação de mestrado em ciência política, apresentada na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em 1987. Nesse trabalho, o PT também é visto como uma novidade no sistema político brasileiro, a

²⁹ KECK, op. cit., p. 96-97.

³⁰ MENEGUELLO, Rachel. **PT: a formação de um partido (1979-1982)**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

qual se exprimia no seu novo tipo de organização partidária, ou seja, enquanto resultado da organização autônoma das classes trabalhadoras; e tem como foco de análise o estado de São Paulo, entre 1979 e 1982.

Sobre a relação do PT com os católicos e os outros segmentos do partido, Meneguello também faz uma importante análise de como ocorreu a relação entre esses setores em sua formação e constituição. Desse modo, apesar de debruçar-se prioritariamente na relação do PT com o sindicalismo autêntico, a autora apresenta uma novidade, que apenas se fortaleceu nas análises seguintes, ou seja, defende que a formação do partido não ocorreu apenas por causa do setor operário, mas a ebulição deste segmento levou a união de diversos grupos sociais em torno de um projeto de representação política e dentre eles, a própria Igreja Católica e os movimentos populares urbanos articulados a ela. Sobre eles, Meneguello ressalta:

[...] provavelmente em função do perfil popular que o PT configurou nos debates pela sua formação, a aproximação da Igreja ao partido deu-se desde o início, e foi provavelmente estimulada pela idéia anteriormente existente da própria Igreja de viabilizar a construção de um partido de trabalhadores, um ‘PT-Cristão’.³¹

Desse modo, a autora ressalta que junto com outros elementos, como os sindicalistas, os intelectuais, os políticos e as organizações de esquerda, os grupos de origem católica foram uma das forças sociais a articularem-se no processo de organização do partido desde o seu início. Além disso, ela ressalta que a idéia de se criar um partido, que agregasse os grupos católicos e os movimentos ligados a eles, era algo que já vinha sendo discutido pelos mesmos durante a segunda metade dos anos 1970 e que o surgimento do PT ocorreu dentro desse processo de formação de um “partido popular”, que a autora denomina de “PT-Cristão”.³²

Assim, a relação dos setores católicos no e com o PT tornou-se um elemento preponderante nas análises posteriores sobre o partido, e além disso, será cada vez mais, vista de forma ampla e complexa, ressaltando sua importância, particularidades, projetos e disputas. Nesse caminho, inscreve-se a dissertação “Partido dos Trabalhadores: tradição e ruptura na esquerda brasileira”³³, de Márcia Regina Berbel, um dos poucos estudos senão o único sobre a formação do PT produzido pela historiografia. Essa dissertação defendida em 1991, diferente dos

³¹ MENEGUELLO, op. cit., p. 64.

³² A idéia de se criar um “partido popular” ou dos trabalhadores pelos segmentos católicos é discutida no segundo capítulo desta dissertação.

³³ BERBEL, Márcia Regina. **Partido dos Trabalhadores: tradição e ruptura na esquerda brasileira (1978-1980)**. 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1991.

dois trabalhos citados anteriormente não vê o PT apenas como uma novidade dentro da política brasileira, mas sim, como um ator político que aglutinou diversos setores sociais e políticos, que traziam no seu cerne diversos pensamentos, trajetórias e projetos, os quais dentro do PT produziram novas idéias, rupturas e ressignificados para os mesmos e no perfil e nas definições dos caminhos tomados pelo próprio partido, apresentando assim, elementos de ruptura e continuidade.

Concentrando a sua análise nos sujeitos que articularam a formação do PT, entre 1978 e 1980, Berbel vai além da interpretação de Keck, pois vê os “setores católicos” não simplesmente como um dos segmentos a participarem do processo de formação do PT, mas os compreende como um importante agente político, portador de pensamentos e projetos políticos próprios, os quais vinham sendo constituídos nas décadas anteriores à criação do partido. Para isso, a autora faz uma análise das transformações pelo que passou a Igreja Católica na América Latina, desde os anos 1960, discutindo a sua relação com os movimentos sociais, o seu papel frente ao regime militar, o pensamento da Teologia da Libertação e o fortalecimento das Comunidades Eclesiais de Base, até situar o PT dentro do processo histórico particular desses grupos.

A partir de Berbel, a atribuição dessas características aos setores católicos e o estudo de sua complexidade na relação com o PT, apenas ganharam força nas análises feitas a partir dos anos 1990. Nessa perspectiva, o cientista político Clovis Bueno de Azevedo, no seu livro “A estrela partida ao meio: ambigüidades do pensamento petista”³⁴, no qual discute o socialismo petista, destaca o papel das três forças sociais que compuseram o partido, ou seja: os sindicalistas combativos, os cristãos “progressistas” e os militantes de esquerda, além de políticos oriundos do MDB, intelectuais, setores da classe média, estudantes e militantes de grupos populares.

No entanto, além de reafirmar a presença dessas três forças sociais como principais grupos a articularem o partido, a novidade da análise de Azevedo está na compreensão de que elas não atuavam isoladamente no período anterior a sua criação. Mas sim, que havia toda uma relação entre esses sujeitos sociais, que interagiam e se articulavam nos anos anteriores, ou seja, era comum que um militante cristão atuante na Pastoral Operária (PO) ou nas CEBs fosse ao mesmo tempo um sindicalista combativo ou que participasse de grupos ou organizações de esquerda. Logo, não se poderia compreender esses grupos como algo homogêneo e sem interações, perdendo-se assim o que autor chama de “[...] superposição ou intersecção das

³⁴ AZEVEDO, Clovis Bueno de. **A estrela partida ao meio: ambigüidades do pensamento petista**. São Paulo: Entrelinhas, 1995.

categorias”³⁵. Um claro desdobramento dessa interação seria a formação das correntes dentro do partido a partir de 1983, as quais não correspondiam diretamente às forças sociais que estiveram presentes na sua formação.

Desse modo, apesar de não aprofundar essa análise e em alguns momentos dizer que essas forças sociais não tinham uma ideologia ou um posicionamento específico, perdendo assim as particularidades e a profundidade dos projetos articulados por esses grupos, durante os anos anteriores e no próprio período de reformulação partidária; a contribuição de Azevedo está em salientar que os contatos, os conflitos, as influências e os ressignificados produzidos e sofridos por esses grupos não ocorreram apenas após o surgimento do PT, mas estes já vinham se delineando durante toda a década de 1970.³⁶

Nos trabalhos produzidos nos anos 2000, a discussão não se volta mais para quem são ou não os grupos essenciais na formação do partido, mas buscam apreender e compreender os aspectos, contribuições e projetos em disputa entre eles e o partido em si. Nesse campo, encontra-se a dissertação de mestrado em ciências sociais de Tânia Maria Marossi, intitulada “Utopia e realidade”³⁷, que estuda a organização e a dinâmica dos núcleos de base formados pelo PT na cidade de São Paulo, durante os anos 1980. Sobre os grupos formadores, a autora busca compreender como cada um deles pensava a concepção de partido e como eles interferiram no debate e na própria forma de se organizar e articular o PT.

Desse modo, analisando a relação da Igreja e dos movimentos populares na capital paulista, Marossi amplia a idéia de Azevedo e defende que as relações estabelecidas entre os militantes das CEBs, da Pastoral Operária e das organizações de esquerda e suas conseqüentes interações, tanto nos bairros, como nas fábricas paulistanas, durante os anos 1970, estavam de certo modo imbricadas, que seria praticamente impossível separar, quantificar ou mesmo analisar isoladamente cada um desses sujeitos. Além disso, a autora toca em outro aspecto importante da relação católicos-PT, ou seja, como o posicionamento da Igreja e dos católicos frente aos partidos políticos tornou-se muito mais ambíguo e complexo em comparação às relações que vinham sendo estabelecidas com o movimento operário-sindical e com os movimentos populares.

³⁵ AZEVEDO, op. cit., p. 75-76.

³⁶ A relação dos “setores católicos” com o movimento operário-sindical e com os movimentos populares é discutida ao longo do primeiro capítulo deste trabalho.

³⁷ MAROSSO, Maria Tânia. **Utopia e realidade**: os núcleos de base do Partido dos Trabalhadores na cidade de São Paulo nos anos 80. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2000.

Por outro lado, analisando a trajetória política do PT de forma geral, o pequeno manual “O PT”³⁸, publicado em 2001, pelo cientista político André Singer, ressalta a importância que os segmentos católicos tiveram no sentido de consolidar e fortalecer a proposta petista em nível nacional, principalmente nos locais onde havia uma forte presença de movimentos católicos atuantes, como ressalta: “A incorporação dos cristãos foi decisiva porque deu capilaridade ao partido. Onde menos se esperava, nos rincões mais afastados, aparecia, como do nada, um núcleo pró-PT. Eram militantes anônimos da Igreja.”³⁹. Essa característica sobre a participação dos grupos católicos já havia sido descrita no estudo de Margareth Keck⁴⁰, onde analisa a formação do PT no Acre, local em que o apoio e a atuação da Pastoral da Terra e das CEBs, em conjunto com os sindicatos rurais, foi de fundamental importância na constituição do partido, resultando assim, no primeiro estado brasileiro a ter diretórios petistas em todos os municípios.

Nos estudos sobre a Igreja Católica na segunda metade do século XX, a relação entre os setores católicos e o Partido dos Trabalhadores, também foi motivo de análise, mesmo que de forma indireta. Nesse aspecto, o brasilianista Scott Mainwaring, no livro “Igreja Católica e Política no Brasil”⁴¹, finalizado em 1986 e publicado no Brasil em 1989, tenta compreender as transformações sofridas pela Igreja Católica no Brasil e suas relações com o Estado e as classes populares, entre 1916 e 1985. Apesar de não fazer uma ampla análise desses sujeitos no período da reformulação partidária, ele aponta algumas limitações e aproximações dos setores católicos frente à abertura política e ao surgimento do PT. Dentre elas, cita o distanciamento existente entre os movimentos populares e a criação dos novos partidos, movimentos esses, que muitas vezes se fechavam em seu próprio trabalho ou se concentravam em fortalecer as suas “bases”, enquanto a questão partidária acabava sendo vista como algo secundário, ou seja, segundo o autor haveria uma supervalorização da auto-organização dos setores populares, muitas vezes também chamada de “basismo”, em detrimento das instituições políticas mais amplas, como o Estado e os próprios partidos políticos.

Dentre esses estudos, encontra-se a tese em ciências sociais, defendida em 1997 por Ivan Antônio de Almeida, que recebeu o nome de “A síntese de uma tragédia”⁴². Nessa obra, publicada em 2000, o autor defende que a Teologia da Libertação, por ser um pensamento

³⁸ SINGER, André. **O PT**. São Paulo: Publifolha, 2001.

³⁹ Ibid., p. 25.

⁴⁰ Keck, op. cit., p. 119-120.

⁴¹ MAINWARING, op. cit.

⁴² ALMEIDA, Ivan Antônio de. **A Síntese de Uma Tragédia**: Movimento Fé e Política. Ouro Preto: UFOP, 2000.

moderno, seria dessacralizada; analisando, para isso, alguns de seus pensadores, as CEBs, os seus Encontros Inter-eclesiais e o Movimento Fé e Política. Na relação dos mesmos com o PT, Almeida ressalta como o grupo dos pensadores da Teologia da Libertação, os quais ele chama de “ideólogos da libertação”⁴³, compreendiam e analisavam a chegada do novo partido. Assim, para esses pensadores, o surgimento do PT era visto como o conduto para otimizar o trabalho e o pensamento dos mesmos, através de uma atuação parlamentar e política, o qual teria a sua base formada majoritariamente por militantes ligados às CEBs, sendo assim, um novo e ideal instrumento para a organização dos trabalhadores. Desse modo, para Almeida, o Movimento Fé e Política, fundado por esse grupo de pensadores em 1989, manteria esse pensamento e essas idealizações sobre o PT, ao mesmo tempo que não se constituía nem como uma tendência interna do partido, nem se desligava totalmente da Igreja.

Entretanto, para o estudo das relações estabelecidas entre os segmentos católicos e o Partido dos Trabalhadores, duas obras são comumente citadas, apesar de não terem como objetivo principal estudar a relação católicos – PT diretamente. O primeiro trabalho é a tese de Antônio Flávio de Oliveira Pierucci defendida em 1984 e intitulada “Democracia, Igreja e voto”⁴⁴, na qual o sociólogo busca analisar o comportamento da Igreja Católica, ou seja, do clero e dos leigos militantes pertencentes à arquidiocese de São Paulo, nas eleições de 1982. O segundo estudo é a dissertação de mestrado de Ricardo Galletta, apresentada em 1985, com o nome “Pastoral Popular e Política Partidária no Brasil”⁴⁵, na qual o autor estuda as relações que foram estabelecidas entre a política partidária e a pastoral popular, esta última entendida como as iniciativas realizadas pela Igreja Católica junto às classes populares, compreendendo assim as CEBs, a PO, a Pastoral da Juventude (PJ) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), em todo o território nacional durante o período de abertura política, ou seja, entre 1979 e 1984.

No entanto, os dois trabalhos apesar de trazerem importantes informações e reflexões sobre o período, principalmente no que diz respeito a algumas características da Igreja e dos militantes católicos da época e sobre a participação dos segmentos católicos frente à

⁴³ Almeida identifica o grupo dos principais pensadores da Teologia da Libertação no Brasil a uma “vanguarda leninista”, dentre os quais ele destaca os irmãos e religiosos Leonardo e Clodovis Boff e o sociólogo Pedro Ribeiro de Oliveira.

⁴⁴ PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira. **Democracia, Igreja e voto**: o envolvimento dos padres de paróquia de São Paulo nas eleições de 1982. 1984. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1984.

⁴⁵ GALLETTA, Antonio Ricardo Knippel. **Pastoral Popular e Política Partidária no Brasil**. 1985. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais (História Social) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 1985.

reformulação partidária e às eleições de 1982, eles utilizam-se de análises quantitativas e questionários fechados, buscando assim, uma amostra representativa desses segmentos e muitas vezes tentando quantificar a atuação e o posicionamento desses grupos. Nesse aspecto, esses estudos pouco podem contribuir para a presente dissertação, porque ao contrário deles, que têm o intuito de produzir dados quantitativos da presença dos católicos no que se refere a esses assuntos, esta pesquisa diverge quanto aos objetivos e às perspectivas teóricas destes, pois ao invés de quantificar e classificar as informações, busca-se aqui problematizar os projetos, as falas e as ações desses sujeitos, além é claro de discutir as nuances, as disputas, as singularidades, as particularidades e os significados produzidos por eles através das suas diversas experiências.

A presente dissertação é dividida em três capítulos:

O primeiro capítulo “A prática católica e a formação do PT” traz uma breve análise das transformações pelo que passou a Igreja Católica, os seus diversos grupos e participantes a partir das experiências, propostas e projetos articulados por esses sujeitos na região da grande São Paulo, ao longo dos anos 1970. Através disso, demonstro como foram estabelecidas as relações e tensões entre os “setores católicos” com o movimento popular e operário-sindical, nos anos que precederam ao surgimento do PT, por meio de seu cotidiano, suas diversas lutas, projetos, tensões, resignificações e toda a sua complexidade, tendo como ponto de perspectiva as forças sociais e os projetos e perspectivas sócio-políticas que se aglutinaram para formar o Partido dos Trabalhadores.

O segundo capítulo “Da criação de um ‘Partido Popular’ ao surgimento do PT” analisa como a idéia de se criar um canal que se tornasse a expressão política dos diversos movimentos surgidos ao longo dos anos 1970, ou seja, um “partido popular” ou dos trabalhadores povoou as diversas forças sociais que formaram o PT, com destaque para os posicionamentos e características apresentadas e discutidas pelos militantes e grupos católicos. Partindo disso, é discutido como as articulações e o próprio surgimento do PT, ao longo de 1979 e 1980, foram apreendidos pelos diversos “setores católicos”, ou seja, como esses sujeitos colocaram-se frente à criação do PT, à divisão da oposição ao regime militar, à criação de uma frente de oposições e a relação do partido para com os movimentos populares, a partir de seus diversos posicionamentos, projetos políticos e conflitos.

O capítulo três “Os ‘setores católicos’, a política e as eleições de 1982” discute como os diversos grupos, militantes e a própria hierarquia compreendiam a política partidária brasileira

naquele momento de abertura e se posicionavam perante a consolidação dos novos partidos, tendo em vista a relação, a participação e a atuação dos católicos dentro da esfera político partidária. Além disso, analiso como esses diversos “setores católicos” a partir de suas experiências, práticas, propostas políticas e projetos de sociedade colocavam-se frente aos novos partidos políticos e suas propostas partidárias, através de suas recusas, rejeições, pontos de contato, de convergência e de identificação, tendo como ponto de referência as relações estabelecidas com o Partido dos Trabalhadores, no período que precedeu às eleições de 1982.

O título da dissertação “Os católicos oPTaram?” foi inspirado na matéria de capa da edição n. 4 do jornal “Grita Povo”, produzido por grupos católicos da região de São Miguel, na zona leste paulistana, que trazia em novembro de 1982 em letras garrafais o seguinte título: “As CEBs oPTaram?”, fazendo referência ao primeiro pleito disputado pelo PT e à relação estabelecida entre as CEBs e a agremiação. O bordão “oPTei” foi criado pelo publicitário e militante petista Carlito Maia para as eleições de 1982, o qual se tornou posteriormente um mote dentro do PT. Porém, a sua adaptação para a pergunta “As CEBs oPTaram?” feita pelo jornal, buscava discutir se o PT havia conseguido com sua proposta e projeto político o apoio geral dos grupos católicos que tinham uma maior participação ou atuação junto aos diversos movimentos populares. No entanto, é importante ressaltar que, naquele momento o termo CEBs não correspondia apenas as Comunidades Eclesiais de Base em si, mas traziam um significado muito maior, já que estas representavam toda uma nova forma de ser Igreja, por parte desses setores e muitas vezes entendidas como a própria materialização da presença da Igreja Católica junto aos movimentos populares. Contudo, não é o intuito desta dissertação dar uma resposta à pergunta do título, mas sim, discutir quais significados a mesma produzia para os “setores católicos”, desde o debate sobre a criação dos novos partidos até a eleição de 1982, ou seja: os posicionamentos e as tensões trazidas com o surgimento do Partido dos Trabalhadores para a hierarquia e os diversos militantes e grupos que pertenciam ou possuíam alguma ligação com a Igreja Católica na região da grande São Paulo.

CAPÍTULO 1 – A PRÁTICA CATÓLICA E A FORMAÇÃO DO PT

“A Comunidade de Base, antes de tudo, é povo. O principal é comunhão na luta e no bem. Tudo o que se tem, deve-se colocar para o bem do outro. [...] Nosso inimigo maior não está nas pessoas com quem a gente briga no nosso meio, o inimigo é o sistema que oprime, é a sociedade que está totalmente voltada para os interesses dos poderosos.”

Nilton de Almeida Tourinho, participante de uma CEB no Jardim Itápolis, na zona leste paulistana, em outubro de 1980⁴⁶

“O amor a Deus é fundamentalmente o amor a Deus no encontro com o próximo. O próximo por excelência – segundo o Evangelho – é o pobre. Ora, o pobre, tal como o encontramos hoje – concretamente tal como o encontramos hoje na América Latina – é o oprimido, é a raça marginalizada, a classe explorada, a cultura desprezada... O amor pelo pobre não pode não ter, portanto, um sentido libertador. E compreendemos esse pobre não como alguém isolado, mas como pertencente a uma coletividade, [...] e amá-lo como tal é tomar o caminho de uma libertação da situação que o marginaliza e que o faz viver de forma intra-humana.”

Gustavo Gutiérrez, teólogo peruano, numa entrevista em agosto de 1975.⁴⁷

Ao longo dos anos 1970, o Brasil e mais especificamente a região da grande São Paulo viu a emergência de diversos sujeitos, que foram elencados por Eder Sader como sendo: o sindicalismo, os grupos de esquerda e a Igreja Católica, as quais seriam as três grandes forças sociais que posteriormente formariam o PT.⁴⁸ Contudo, as duas citações colocadas acima demonstram que a emergência de alguns setores da Igreja Católica na grande São Paulo, inseriam-se dentro de um contexto muito mais amplo o qual articulava desde as mudanças da Igreja a nível mundial, passando pela elaboração de um pensamento próprio, a Teologia da Libertação até as mudanças práticas, nas quais diversos grupos e comunidades católicas de toda a América Latina vinham experimentando e organizando, desde os anos 1960.

⁴⁶ CEBS: uma vida gerada no meio do povo. “**O São Paulo**”, São Paulo, p. 4, semana 31 out. a 6 nov. 1980.

⁴⁷ CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. FERNÁNDEZ, José Maria; GALLEGO, José Maria Vigil. Uma teologia a partir da vida: entrevista com Gustavo Gutiérrez teólogo da libertação In: **Dossiê** (Pasta Suspensa), Igreja – Teologia da Libertação (Documentos até 1979).

⁴⁸ Segundo Sader essas três instituições encontravam-se em crise e abriram espaço para novas elaborações teórico-práticas, sendo elas: da estrutura sindical controlada e esvaziada pelos militares surgiu o “novo sindicalismo”; a esquerda, que vinha de derrotas políticas, buscou uma reaproximação com os trabalhadores a partir de uma reelaboração do pensamento marxista; e a própria Igreja Católica, cujas transformações serão discutidas ao longo do texto; sobre isso ver: SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

Desse modo, será a articulação de todos esses sujeitos e elementos que levaram à formação e à constituição de uma práxis católica, concebida e entendida por muitos estudiosos como sendo uma Igreja Popular, da qual poderia ser feita uma ligação entre o discurso e o posicionamento de um participante de uma Comunidade Eclesial de Base, na periferia leste da cidade de São Paulo até com um dos mais importantes pensadores da Teologia da Libertação.

Nas duas citações percebe-se que tanto o teólogo, quanto o participante da CEB, em suas falas compreendem que o amor de Deus está relacionado com o amor ao próximo e tudo o que se tem deve ser posto para o bem do outro. Porém, em suas formulações apesar de usarem palavras diferentes, as mesmas estão carregadas de simbologias e significados relacionados ao desenvolvimento dessa prática católica, porque enquanto no texto do teólogo o próximo é essencialmente o “pobre” e o “oprimido”, para o militante, o próximo é o próprio “povo” que se organizava nas CEBs em oposição ao sistema “opressor”.

A utilização dessas terminologias pobre, povo e opressor-oprimido, além de serem um conceito e uma opção discursiva desses elementos, traziam em si diversas implicações tanto na prática da atuação da Igreja Católica, de seus membros sejam eles hierarquia ou leigos, como na forma desses sujeitos compreenderem e analisarem a sociedade e posicionarem-se frente a ela. Nesse sentido, primeiramente percebe-se com o termo “opressor-oprimido”, a caracterização de uma sociedade que possuía os seus interesses voltados para os poderosos, a qual tinha tornado “oprimido” a maioria das pessoas, materializadas nas classes populares e nos marginalizados. Partindo disso, o “pobre” identificado muitas vezes como sendo o próprio “povo”, as massas ou a própria coletividade, além de ser uma categoria ou um indivíduo, era o produto de uma sociedade marcada por um processo de dominação e exploração; sendo assim, o “pobre” constituía-se no sujeito social que levaria às transformações sócio-econômicas, ou seja, à libertação e à construção de uma sociedade diferente daquela estruturada entre opressores e oprimidos.⁴⁹

Nessa perspectiva, a própria Igreja deveria posicionar-se perante essa situação, ou seja, apoiaria os “pobres” em sua libertação ou manteria seu apoio a essa sociedade marcada pela situação de opressão, através da sua ligação ou vinculação com as elites e as classes dominantes. No nível hierárquico, essa posição foi tomada durante as duas reuniões do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM) ocorridas nas cidades de Medellín, em 1968 e Puebla, em 1979, as

⁴⁹ Para uma análise histórica mais aprofundada desses conceitos e as suas implicações prático-teóricas, ver: WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **Democracia e Igreja Popular**. São Paulo: Educ, 2007.

quais tinham como objetivo inicial discutir as mudanças do Concílio Vaticano II para a realidade da sociedade e da Igreja Latino-Americana. Logo, as discussões dessas reuniões tiveram como resultado, a consagração pela maioria da hierarquia da Igreja do subcontinente da “opção preferencial pelos pobres”, na qual a Igreja se comprometia com a luta do “pobre” em sua efetiva organização e libertação, além de apoiá-lo na construção de uma sociedade baseada na justiça e na liberdade.

É importante destacar que esse posicionamento da hierarquia nunca foi uníssono, mas sempre marcado por diversas tensões e conflitos entre seus diferentes grupos e segmentos. Mas mais do que isso, deve-se compreender que essa atuação, antes de ser uma novidade criada por esses bispos, trazia em si as perspectivas teóricas e as experiências práticas que vinham sendo gestadas pelas diversas comunidades e grupos católicos desde os anos 1950. Assim, para esta dissertação, mais importante do que analisar o histórico dessas práticas, ou mesmo aprofundar os conceitos produzidos pelos pensadores que criaram uma linha teológica própria, a Teologia da Libertação, torna-se fundamental discutir alguns aspectos de como essas experiências desenvolveram-se na região da grande São Paulo, como elas estabeleceram relações com os movimentos populares e operário-sindicais, e num segundo momento com a política, os novos partidos e com o próprio PT.

Para compreender essas práticas e a atuação da Igreja na região da grande São Paulo, muito me auxiliou os planos bienais da arquidiocese de São Paulo, produzidos desde 1976, os quais elegiam as prioridades a serem fortalecidas e praticadas pelo conjunto da arquidiocese, a partir de discussões entre leigos e religiosos nas paróquias, em assembléias nos seus 38 setores e em uma Assembléia Arquidiocesana que escolheu democraticamente essas diretrizes, em novembro de 1975. É claro que a hierarquia da Igreja tanto na arquidiocese de São Paulo, através de seu cardeal-arcebispo, D. Paulo Evaristo Arns e na diocese de Santo André, com D. Cláudio Hummes, no apoio aos direitos humanos e às lutas dos movimentos populares e operário-sindicais ao longo dos anos 1970, e mesmo no apoio e incentivo a essas novas prioridades e forma de atuar da Igreja, foram preponderantes para a concretização dessas experiências e práticas; mas as mesmas estavam inseridas dentro de uma práxis e de um contexto muito mais amplo e complexo.

Como ressalta Luiz Eduardo Wanderley, a força dessa nova compreensão e atuação da Igreja, estava ligada à montagem de uma rede, a qual se materializava através do trabalho e da

atuação de diversas pessoas, sejam elas leigos ou do próprio clero, a partir do fortalecimento de comunidades, da realização de cursos de formação, encontros, trocas de experiências, produção de diversos materiais, dentre outros, os quais tinham como objetivo principal atuar na libertação do “pobre” e na construção da nova sociedade propalada por essa Igreja Popular. A formação dessa rede na região da grande São Paulo pode ser apreendida pelas prioridades escolhidas para o “1º Plano Bienal de Pastoral”, da arquidiocese de São Paulo, que vigorou entre 1976 e 1978, sendo elas: Comunidades Eclesiais de Base, Direitos Humanos e Marginalizados, Periferia e Mundo do Trabalho.⁵⁰

Nota-se nessas prioridades que todas tinham em comum uma relação de apoio e atuação junto ao “pobre” e ao “oprimido”, seja através do desrespeito aos direitos humanos, com as injustiças sociais existentes na periferia, as quais produziam uma massa de marginalizados ou pelo trabalho, marcado por relações pouco justas e harmoniosas. Contudo, a escolha das Comunidades Eclesiais de Base como primeira prioridade revelava não só uma opção da Igreja de São Paulo, visto que ela também foi escolhida no Primeiro Plano de Pastoral da diocese de Santo André, no ABCD paulista e nos encontros de Medellín e Puebla; mas simbolizava a aproximação real da Igreja com o pobre e sua luta em favor da libertação, através de uma nova estrutura de organização eclesial, a qual era vista por esses grupos e militantes como a concretização de “uma nova forma de ser Igreja”.

As CEBs possuíam diversas especificidades e características que as tornavam, esse ente que representava a concretização desse novo modelo de ser Igreja. Dentre elas, pode-se ressaltar o seu caráter democrático, pois em oposição à paróquia que tinha como centralidade hierárquica a figura do padre, a CEB mesmo tendo o auxílio de um padre, de um assessor ou de um agente de pastoral, era vista como um grupo de pessoas onde todos eram co-responsáveis por sua organização, tinham voz e eram compreendidos como irmãos, ou seja, como iguais. Sobre essa dinâmica, o participante da CEB citado no início do texto ressaltava: “Nas Celebrações fazemos um círculo, sem dirigentes, dividimos cada pedacinho da liturgia para as pessoas. Não tem

⁵⁰ Sobre as mudanças ocorridas na arquidiocese de São Paulo, os seus planos bienais e a importância das CEBs, ver: DOMEZI, Maria Cecília. A paróquia desafiada a ser Comunidade de Comunidades. In: TORRES-LONDOÑO, Fernando (Org.). **Paróquia e comunidade no Brasil: perspectiva histórica**. São Paulo: Paulus, 1997, p. 209-247.; LORO, Tarcísio Justino. **Espaço e poder na igreja: a divisão da arquidiocese de São Paulo**. 1995. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995, f. 228-314.

ninguém que vai dar a palavra final [...] vai deixar sempre a gente pensando durante a semana, para a gente ir se aprimorando”⁵¹

Além desse caráter democrático e da forte valorização do leigo, outra característica das CEBs era que ao invés de possuírem como função principal a prática litúrgica dos sacramentos, elas tinham sua centralidade voltada para a palavra de Deus, isto é, a leitura e a reflexão da Bíblia. Porém, mais do que uma simples leitura da Bíblia, esta prática é que fazia a ligação entre a fé religiosa e a vivência cotidiana, os problemas dos seus participantes, do bairro e a realidade sócio-econômica do país; articulação essa que desencadeava a força e levava seus participantes a atuarem, tanto na comunidade um a serviço do outro, quanto na própria sociedade, através dos movimentos populares, do sindicato ou da política; seja pela resolução de um problema do bairro, até a transformação das estruturas sociais; como expunha o mesmo militante: “É na comunidade de Base que vamos descobrir como participaremos para mudar todo o contexto da realidade nacional.”⁵²

De um certo modo, será toda essa elaboração teórico-prática e experiência eclesial e mística, que articulavam desde os documentos da hierarquia da Igreja, o pensamento da Teologia da Libertação até o desenvolvimento de suas diversas zonas de contato, sejam elas as CEBs, as pastorais sociais, os grupos de direitos humanos, dentre muito outros elementos que formaram as características principais da atuação da Igreja e de seus diversos participantes na grande São Paulo. Participação essa, que se dará desde a atuação nos movimentos populares até nos partidos políticos, a qual mesmo apresentando algumas características em comum, ela nunca será homogênea, mas sempre marcada por pontos de tensão e conflitos tanto internos, como na relação com outras esferas de caráter não religioso, os quais são abordados e trabalhados ao longo de toda a dissertação.

Partindo disso, o presente capítulo discute alguns aspectos de como os “setores católicos” interagem-se, articulavam-se, divergiam e produziam ressignificados com os diversos atores que emergiram nos anos 1970 e que posteriormente tornar-se-iam as três principais forças sociais a comporem o Partido dos Trabalhadores. Através das fontes selecionadas e dos estudos já publicados,

⁵¹ CEBS, op. cit., p. 4.

⁵² CEBS, op. cit., p. 4.

o capítulo centrar-se-á na relação dos setores católicos com alguns desses sujeitos, sendo eles: o movimento operário-sindical e os movimentos populares, na região da grande São Paulo.⁵³

1.1 Os “setores católicos” e o movimento popular

Como dito anteriormente, a região da Grande São Paulo nos anos 1970 tornou-se num dos importantes palcos da política nacional, no que diz respeito a contestação do regime militar, e mais do que isso, fez com que emergisse no interior da sociedade brasileira novos sujeitos sociais, a partir de diversos movimentos, sejam eles por creche, por saúde, pelo Custo de Vida, ou mesmo o operário-sindical, que traziam uma nova forma de concepção, ou seja, marcados por uma dinâmica própria ligada fortemente com o cotidiano e com o contexto de repressão vivido no período.

Não é a intenção deste trabalho estudar toda a dinâmica e complexidade dos diversos movimentos surgidos ao longo dos anos 1970 na região da Grande São Paulo, uma vez que esses já foram e vem sendo amplamente discutidos e analisados por inúmeros autores e pesquisadores. Mas sim, buscar compreender o caráter geral desses movimentos, dos seus atores e a participação e tensões estabelecidas entre eles e os “setores católicos”, em função de analisar o contexto de abertura política e reorganização partidária em que brotou o debate sobre os novos partidos políticos e o próprio Partido dos Trabalhadores.

Sobre a constituição e a conjuntura em que emergiram esses novos movimentos populares, ganha destaque o estudo da cientista política Vera da Silva Telles, intitulado “A experiência do autoritarismo e práticas instituintes: os Movimentos Sociais em São Paulo nos Anos 70”, o qual compreende o autoritarismo daquele período não de forma abstrata, ou seja, sua análise não tem como ponto de partida nem os aparatos repressivos impostos pelo Estado e muito menos uma tentativa quantificar a repressão. Mas o autoritarismo é compreendido a partir das experiências vividas pelos sujeitos naquele momento, através da sensação de medo, de angústia e a ausência de alternativas e de propostas de ação coletivas; assim, o autoritarismo é visto “[...]”

⁵³ Segundo a maioria dos estudos sobre a criação do PT (discutidos na Introdução), as três grandes forças sociais que compuseram o PT foram: os “setores católicos”, o novo sindicalismo e os grupos de esquerda. Porém, a relação entre os “setores católicos” com os diversos grupos e militantes de esquerda, apesar de ser um dos objetivos iniciais desta pesquisa, as fontes encontradas e selecionadas pouco contribuíram para que se pudesse fazer uma maior análise dessa relação. Assim, acredito que, apesar de ser rapidamente discutida por alguns autores como Eder Sader, a mesma devido a sua complexidade e multiplicidade ainda merece uma maior atenção por parte dos pesquisadores.

enquanto reordenamento da sociedade, imposição de formas de sociabilidade no interior das quais os trabalhadores pensam e reagem.”⁵⁴

Foi dentro desse contexto marcado pelo medo, onde qualquer reivindicação, por mínima que fosse, poderia representar para esses sujeitos a perda do emprego, uma perseguição, ou seja, qualquer manifestação em defesa de algum direito podia ser relacionada a um ato de subversão ou desordem, além do controle dos espaços de participação e representação como associações, sindicatos e partidos, que surgiram os novos movimentos populares. Assim, para Telles, o autoritarismo não se materializava apenas na violência e truculência implantada pelos aparelhos repressivos do regime, mas trazia como significado maior a tentativa de destruir o “povo”, logo, os movimentos sociais e sua atuação política serviram como uma alternativa a essa determinada conjuntura.

Assim, foi nesse quadro, em que se buscava destruir os espaços políticos e o próprio caráter político dos diversos atores da sociedade, que emergiu os movimentos populares nos anos 1970, o qual ao mesmo tempo, delineou e marcou a configuração dos mesmos. Como decorrência disso, uma das características desses movimentos, deu-se no modo como eles surgiram, indo desde os bairros, passando pelas seções de fábricas até as mais diversas formas de lazer, ou seja, nas relações cotidianas; porque apesar da tentativa de destruição desses espaços e movimentos pela ditadura, a mesma não conseguiu apagar e silenciar todos os conflitos e tensões que estavam presentes na sociedade, os quais passavam a se manifestar prioritariamente na “[...] dimensão cotidiana da vida social.”⁵⁵

Deste modo, a grande novidade desse momento não foi o aparecimento de movimentos populares que tinham como principais demandas questões relacionadas ao espaço cotidiano, posto que estes sempre existiram ao longo da história republicana brasileira. Mas a grande diferença, foi que em outros momentos, esses tipos de demandas encontravam de certo modo uma ressonância no espaço público e nas instituições, como sindicatos e partidos, enquanto nos anos 1970 esses movimentos, surgidos dentro da experiência autoritária possuíam uma amplitude, uma complexidade e uma teia de significados e sentidos políticos muito maior.

⁵⁴ TELLES, Vera da Silva. **A experiência do autoritarismo e práticas instituintes: Os Movimentos Sociais em São Paulo nos Anos 1970.** 1984. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1984, f. 19.

⁵⁵ Ibid., f. 23.

Partindo desses pensamentos, uma pergunta se faz necessária: de que forma esses movimentos populares passaram a interagir e a relacionar-se com a Igreja Católica na região da grande São Paulo? E mais do que isso, quais serão esses movimentos, as suas dinâmicas internas e os pontos de tensão existentes entre os seus militantes, grupos e a própria hierarquia católica. Nesse sentido, torna-se praticamente impossível neste trabalho analisar e compreender todas as características e singularidades dos diversos movimentos populares surgidos nos anos 1970, assim como todas as relações estabelecidas entre estes e a própria instituição católica, devido a diversidade e complexidade dos mesmos.

Contudo, além das experiências das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), discutidas anteriormente e do movimento operário-sindical, trabalhado no próximo tópico; devido à relevância e importância conquistadas, dois movimentos serão apreendidos por essa dissertação na tentativa de analisar a sua dinâmica, os avanços, as rupturas, as tensões e as relações estabelecidas, principalmente no que se refere ao contato com os grupos católicos, a hierarquia da Igreja, a abertura política e o próprio PT; sendo eles: o Movimento do Custo de Vida, surgido na zona sul da cidade de São Paulo e o Movimento de Saúde articulado na região leste da mesma cidade. Esses dois movimentos foram selecionados não só pela grande importância e magnitude que conquistaram na segunda metade dos anos 1970, mas em decorrência de que eles tiveram uma promissora e destacada relação no período de abertura política tanto com os “setores católicos”, quanto com o surgimento e formação do próprio PT.

O Movimento do Custo de Vida (MCV)⁵⁶ foi um dos principais, senão o maior movimento de contestação à ditadura e ao seu modelo econômico durante a segunda metade dos anos 1970 até a eclosão das greves operárias. O movimento possuía intrínsecas relações com a Igreja Católica, seus militantes, seus grupos e organizações, desde o seu surgimento na zona sul paulistana até a sua expansão pela região metropolitana, por cidades do interior paulista e de outros estados. Em certos momentos fica quase impossível analisar separadamente a atuação do MCV e o seu relacionamento com a instituição católica, porém, a proximidade entre eles não

⁵⁶ A respeito do Movimento do Custo de Vida, dois importantes estudos, analisando a sua trajetória histórica, a experiência dos seus participantes, os projetos e as tensões existentes foram realizados, sendo um deles na área de História e outro na de Ciências Sociais; ver: DOMEZI, Maria Cecília. **Elas ergueram as panelas: Donas de casa: da luta contra o Custo de Vida à construção da cidadania, periferia sul de São Paulo, 1970-1980.** 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 1997.; UYDENBROEK, Xavier. **Movimento do Custo de Vida: um movimento que rompeu o cerco da repressão.** 1987. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 1987.

significava que cada um não possuísse dinâmicas próprias e ao mesmo tempo práticas e projetos sócio-políticos muitas vezes conflitantes e permeados por diversas tensões.

O MCV teve o seu início através dos diversos Clubes de Mães que surgiram em alguns bairros da periferia sul da cidade de São Paulo, a partir dos anos 1970, os quais foram criados por intermédio da Igreja Católica, principalmente junto às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) ou por iniciativa da prefeitura ou de alguma outra organização. Esses Clubes eram locais que reuniam mães e desenvolviam diversos tipos de trabalho, tais como: assistenciais, oficinas, palestras relacionadas com as questões de saúde familiar e pública e sobre o papel da mulher na sociedade, trabalhos manuais, cursos, reflexões; além é claro de ser um local de convívio e mesmo de lazer dessas mulheres, desde as simples conversas ou com a realização de brincadeiras, cantos, confraternizações, dentre outras atividades; ou seja, eram espaços em que essas mães desenvolviam e produziam profundas e complexas sociabilidades.

No entanto, esses Clubes, que em seu início possuíam muitas vezes um caráter assistencial ou paternalista, foram ao longo dos anos 1970 se transformando num espaço de debate sobre os problemas vividos por esses sujeitos e de construção de lutas por melhorias no bairro, em questões como transporte, saúde, alimentação, educação, além é claro do aumento do custo de vida e dos baixos salários que assolavam a população mais pobre de maneira geral. A respeito dessas mudanças e o porquê do surgimento do Movimento do Custo de Vida nesses Clubes, uma participante que não quis se identificar, numa entrevista ao jornal da arquidiocese “O São Paulo”, em maio de 1978, refletia:

[...] um clube de mães nasce da necessidade de um grupo de mulheres que devem se questionar sobre o significado deste clube, sobre o que acham que falta, o que procuram. O Movimento do Custo de Vida não tinha outro lugar para nascer a não ser os clubes de mães da periferia, que reúnem mães do operário explorado, que vêem os filhos subnutridos, pedirem um pedaço de pão e não ter nem isso para dar a eles. O Movimento nasceu dessas mães que chegaram à conclusão que o Presidente da República precisava saber o que estava acontecendo [...].⁵⁷

Na fala dessa militante, percebe-se as péssimas condições de vida a que estavam submetidas essas famílias, seja pela falta de equipamentos públicos nos bairros mais periféricos ou mesmo pela extrema pobreza que marcava o cotidiano dessas pessoas, as quais com a renda obtida não conseguiam suprir as necessidades mínimas necessárias para o provimento de suas famílias.

Além da questão econômica, tanto na fala dessa mãe, quanto na composição do MCV e mesmo de diversos movimentos populares e até operários, que emergiram nesse período,

⁵⁷ O CLUBE é das mães não é das madames. “O São Paulo”, São Paulo, p. 5, semana 13-19 mai. 1978.

observa-se uma forte presença e destacada atuação das mulheres, as quais demonstravam possuir um extremo senso de participação e conscientização sócio-política. Sobre isso, Maria Saraiva de Alencar, uma das primeiras militantes do Movimento do Custo de Vida, onde atuava desde a realização da primeira carta reivindicatória em 1976, analisava:

Nós donas de casa não temos categoria, e o MCV foi uma abertura pra gente participar, pra uma coisa que atinge todo mundo. Essa luta ainda vai exigir muito da gente pra conseguir um governo, que represente o interesse do povo, porque a política, a gente aprende discutindo, fazendo, aprofundando com o povo. E o papel da mulher é igual ao do homem, ela precisa participar das decisões políticas. Com a luta, muitas vezes não dá pra olhar a casa direito, mas meu companheiro, o Saraiva, que é metalúrgico, também ajuda bastante e me dá força pra continuar. Mas nem por isso, por causa da minha participação eu deixei de fazer as coisas.⁵⁸

A partir da fala da militante acima, percebe-se que a atuação das donas de casa, tanto no MCV, quanto em outros movimentos populares, representava de certa forma uma possibilidade para as mesmas poderem participar e reivindicar por melhorias no bairro e até mudanças na sociedade, posto que, diferentemente de outros grupos, como estudantes, metalúrgicos ou outras categorias profissionais; as donas de casa não possuíam nenhum órgão que as congregasse ou que pudessem atuar mais diretamente.

Torna-se importante destacar, que apesar de participar do Movimento do Custo de Vida há vários anos, a dona de casa ainda discorre sobre as dificuldades e as barreiras que eram impostas à participação das mulheres nesse tipo de atividade, tanto pela sociedade ou muitas vezes pelas próprias pessoas de seu entorno. Essa problemática pode ser verificada na citação, quando ela sente a necessidade de ressaltar que a participação da mulher nas questões políticas deveria ser igual à do homem ou no momento em que discorre sobre a “obrigatoriedade” de realizar os serviços domésticos; visto que, apesar de receber o apoio e a ajuda do marido, a reprovação e os diversos impedimentos impostos às mulheres que participavam desses movimentos advinham, na maioria das vezes, da família ou do próprio marido, que não viam com bons olhos a atuação delas num movimento sócio-político, já que devido a participação ativa nessas discussões, deixavam em segundo plano o seu “dever maior” de cuidar da casa e da família.

Desse modo, a atuação dessas mães e das mulheres de forma geral, principalmente nesses movimentos de bairro, onde elas passavam a conhecer e discutir de forma mais profunda as suas carências e o seu cotidiano, visto que, começavam a ter um maior contato com os problemas e as

⁵⁸ ALENCAR, Maria Saraiva de apud UYDENBROEK, Xavier. **Movimento do Custo de Vida**: um movimento que rompeu o cerco da repressão. 1987. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 1987, f. 178.

necessidades do bairro. Assim sendo, apesar de todas as singularidades, dificuldades e enfrentamentos, a presença delas foi algo de vital importância para o crescimento e a consolidação desses movimentos, com destaque para o Movimento do Custo de Vida e o próprio Movimento de Saúde da zona leste, que será discutido mais à frente.

Uma atitude mais coordenada por parte desses clubes e considerada como o início do Movimento do Custo de Vida, ocorreu em 1973, quando os mais de 13 clubes de mães, que já existiam na região sul da cidade, em bairros como Cidade Ademar, Vila Remo, Cidade Dutra e Sabará, colocaram o problema do custo de vida como sendo o ponto central de suas reivindicações.

A partir disso, as mulheres decidiram realizar uma pesquisa a fim de constatar as mudanças de preços que atingiam os itens de primeira necessidade, a qual logo foi apoiada por boa parte da população e por outros movimentos dessa região. Com o resultado da pesquisa em mãos, foi escrita uma carta intitulada “um grito de desespero das mães da periferia”, na qual era solicitada a mediação do cardeal-arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, junto às autoridades a fim deste levar a reivindicação pela diminuição do custo de vida. Assim, a Igreja Católica, nesse momento de forte repressão, era vista como uma mediadora desses movimentos junto às autoridades, e mais do que isso, uma instituição que apoiava e divulgava essas lutas; tanto que, após o recebimento da carta, a mesma foi lida na rádio 9 de julho⁵⁹ e publicada no jornal “O São Paulo”, sendo os dois veículos pertencentes à própria arquidiocese.

A partir do surgimento de novos Clubes de Mães, os quais em 1975 já passavam de 70 apenas na região sul paulistana, de novas CEBs e com o apoio de outros movimentos, além é claro do desenvolvimento dos diversos movimentos de contestação ao governo ditatorial, o Movimento do Custo de Vida também cresceu paralelamente a esse processo. Com isso, além da realização de novas pesquisas, como a produzida em 1975, que resultou em mais de dois mil questionários, o movimento passou a organizar a feitura de um abaixo-assinado e a realizar grandes assembléias para discutir os problemas relacionados com o custo de vida, elementos estes vistos como uma forma de impulsionar e publicizar o movimento.

A realização das assembléias do MCV foram fundamentais para o fortalecimento e o crescimento do movimento, posto que, com a repressão instalada desde o início dos anos 1970, a reunião de milhares de pessoas discutindo esse tipo de problemática, além de consolidar a força

⁵⁹ Após a leitura da carta e devido a diversos programas que tinham um caráter de contestação à ditadura e às injustiças sociais, no final de 1973, a rádio 9 de julho teve a sua concessão cassada pelo governo ditatorial, voltando a operar somente no final de 1999.

do movimento, representava a disposição das pessoas em se articular frente a um momento político extremamente fechado. As assembleias receberam o apoio da Igreja Católica tanto no aspecto organizacional, através da divulgação dos eventos e da disponibilização de sua estrutura, quanto diretamente, a partir da atuação dos seus militantes, organizações, pastorais e da própria hierarquia.

A primeira grande Assembleia do MCV aconteceu em junho de 1976, no colégio católico Santa Maria, em Santo Amaro, a qual contou com a presença de mais de quatro mil pessoas, sendo mulheres a grande maioria. Nesse evento foi lida a carta que havia recebido o apoio de 19 mil assinaturas, a qual reivindicava: o congelamento dos preços, o aumento de salário de acordo com o aumento do custo de vida e abono de emergência, além da construção de creches e a organização de cooperativas. Como a maior autoridade presente na assembleia era o bispo-auxiliar de São Paulo, D. Mauro Morelli, responsável pela região-episcopal de Santo Amaro, o abaixo-assinado foi entregue a ele, o qual deu total apoio às reivindicações propostas.

Desse modo, a realização da Assembleia trouxe uma maior publicização para o movimento, o qual passou a se articular por todas as regiões da cidade de São Paulo e a contar com a participação de outros grupos e organizações, tais como: diversos sindicatos, como o dos jornalistas, dos gráficos, dos têxteis, dos metalúrgicos de Santo André e São Bernardo; estudantes; intelectuais; grupos de teatro e diretórios do Movimento Democrático Brasileiro (MDB); além de outros grupos da própria Igreja Católica.

A partir da expansão conquistada pelo movimento, foi realizada em agosto de 1977, no Colégio Arquidiocesano, também católico, uma Assembleia que contou com mais de 500 delegados advindos dos Clubes de Mães e desses novos grupos e movimentos que passavam a fazer parte do MCV. No encontro foi criada uma coordenação geral composta por quarenta integrantes e foi definido como principal instrumento de luta a ser encampado por todos os participantes do movimento, a realização de um abaixo-assinado direcionado às autoridades, o qual denunciava as situações decorrentes do aumento do custo de vida e a extrema desigualdade existente na sociedade brasileira decorrente do modelo econômico adotado pelo governo. No entanto, torna-se importante destacar, que a escolha da realização do abaixo-assinado como principal forma de atuação, não visava apenas recolher assinaturas diante de uma causa que afetava a maioria das pessoas, mas era compreendido como uma maneira de levar a discussão e a luta desenvolvida pelo movimento para o conjunto da população, além é claro de ser uma forma

de publicizar o movimento perante a sociedade, os veículos de comunicação, as diversas instituições e o próprio governo.

Desde o lançamento da campanha do abaixo-assinado no Colégio Arquidiocesano em março de 1978, que contou com a presença de mais de sete mil pessoas, até a realização da assembléia de entrega em agosto do mesmo ano, o movimento multiplicou suas atividades e alavancou sua dinâmica de mobilização, através da discussão sobre o custo de vida entre vizinhos, em pequenos grupos, nos bairros, com a produção de cartilhas, músicas, peças de teatro e o lançamento do abaixo-assinado em Igrejas e Centros Comunitários, o que ocorreu em diversas regiões da grande São Paulo e em outros municípios paulistas e de outros estados.

A proposta de realização do abaixo-assinado, que objetivava coletar um milhão de assinaturas e tinha como principais reivindicações: o congelamento dos preços de primeira necessidade, o aumento dos salários acima do custo de vida e um abono emergencial de 20% para todas as categorias de trabalhadores, foi amplamente apoiada por diversos setores católicos, desde os clubes de mães ligados ao MCV, às CEBs, à Pastoral Operária, dentre outros grupos, e pela própria hierarquia da arquidiocese de São Paulo, os quais apoiavam o movimento e o seu desenvolvimento de diversas formas. Assim, além de divulgar as atividades do MCV e de ceder locais, como colégios, igrejas e centros comunitários, tanto para a realização das Assembléias, quanto para a coleta de assinaturas; no próprio ato de lançamento do abaixo-assinado, D. Mauro Morelli, uma das cinco pessoas que discursou, reiterava sobre o Movimento do Custo de Vida: “Esse é um movimento, que a Igreja apóia, porque o Evangelho é lutar pelo bem comum, é o direito do povo participar; sem participação o Brasil não tem futuro.”⁶⁰

A fala do bispo deixa claro que a atuação da Igreja junto ao movimento, não ocorria de forma indireta ou apenas através de alguns de seus grupos ou militantes leigos, mas constituía-se num apoio institucional da própria hierarquia. Contudo, o maior apoio por parte da Igreja deu-se durante os preparativos para a Assembléia do Movimento Custo de Vida em agosto de 1978, marcada para ocorrer na Praça da Sé, na qual seria feita a contagem final das assinaturas. Porém, a realização do ato foi proibida por “questões de segurança” pelo então secretário de segurança, o coronel Enio Vieiras, com a justificativa de que a praça só poderia ser utilizada em eventos organizados por partidos políticos ou em atos religiosos.

⁶⁰ MORELLI, D. Mauro apud UYDENBROEK, op. cit., f. 88.

Nesse contexto, frente à proibição do uso da praça, a coordenação do movimento procurou D. Mauro, que naquele momento respondia pela arquidiocese, posto que, D. Paulo estava em viagem a Roma. Assim, o bispo disponibilizou o espaço da Catedral da Sé para a realização da Assembléia e ainda escreveu um artigo no jornal “O São Paulo” mostrando a importância sócio-política do Movimento do Custo de Vida e do abaixo-assinado, no qual conclamava a presença do povo no evento. Apesar das pressões e das diversas dificuldades colocadas pelo governo para a realização do encontro, a Assembléia reuniu na Igreja e na praça mais de 20 mil pessoas, onde foi entregue o abaixo-assinado contendo 1.250.000 assinaturas para a Comissão Justiça e Paz da arquidiocese, a qual foi realizada sob um forte clima de repressão policial e terminou num confronto que teve a prisão de treze pessoas.

Apesar da Assembléia do MCV ter conseguido um destacado papel de mobilização popular, o que se seguiu ao evento mostrou quanto a ditadura estava aberta para receber as demandas dos movimentos populares. Porque, além de destacados membros do governo darem declarações afirmando que não reconheciam o movimento ou muitas vezes até o desqualificando; a comissão enviada pelo Movimento do Custo de Vida até Brasília não foi recebida por nenhuma autoridade do poder executivo e o abaixo-assinado acabou sendo entregue a um assessor presidencial.

O governo ao receber as assinaturas enviadas, ao invés de responder às reivindicações do movimento, mandou o abaixo-assinado para ser periciado pela Polícia Federal, a fim de apontar que muitas das assinaturas não eram autênticas, buscando desse modo deslegitimar o próprio movimento, o que foi duramente criticado pela Comissão de Justiça e Paz da arquidiocese de São Paulo e pelo próprio cardeal D. Paulo Evaristo Arns, o qual concedeu uma entrevista coletiva defendendo a legitimidade e autenticidade do movimento e criticando a falta de respeito e sensibilidade do governo para com as reivindicações e os problemas pelos quais passava a maioria da população.

Desse modo, a entrega do abaixo-assinado e o descaso dos governantes frente às reivindicações fizeram com que o encaminhamento da luta através desse tipo de mobilização ficasse esgotado, o que levou o movimento a uma reorganização no final de 1978, abandonando assim o seu caráter reivindicatório e passando a ter uma atitude mais contestatória, a partir da defesa do fim do regime militar e pela volta das liberdades democráticas. Porém, mesmo com a adoção dessas mudanças, o MCV após ter conquistado o seu auge na grande assembléia de 1978, não mais conseguiu manter a mobilização e o processo de ascensão que vinha tendo até então,

por vários motivos, desde o desânimo de alguns participantes após o resultado do abaixo-assinado, as mudanças ocorridas dentro do próprio movimento e na sua coordenação, além da eclosão de outros movimentos reivindicatórios na esfera pública, principalmente após as greves articuladas pelo movimento operário-sindical.

A respeito da participação dos militantes e da hierarquia da Igreja Católica junto ao movimento, um ponto de tensão existente dentro do MCV deu-se através da relação estabelecida entre esses sujeitos e militantes vindos de partidos políticos, principalmente do Partido Comunista do Brasil (PC do B), clandestino na época; e com a participação de alguns dos coordenadores do movimento na política partidária.

O envolvimento de militantes do MCV na política partidária teve o seu início nas eleições parlamentares de 1978, quando dois de seus coordenadores, com forte influência nos movimentos populares da zona sul paulistana, decidiram candidatar-se, sendo eles: Irma Passoni, a deputada estadual e Aurélio Perez a deputado federal, ambos pela sigla do MDB, os quais foram eleitos com uma ampla votação principalmente nas zonas sul e leste da cidade de São Paulo.

A decisão de participarem das eleições e a forma de como os dois militantes foram escolhidos, acabaram se tornando num ponto emblemático na maneira de como a hierarquia católica recebeu e avaliou essas candidaturas, o que ajuda a compreender a tensão estabelecida entre a Igreja Católica, o movimento popular e a política partidária. Sobre a decisão de tornar-se candidata, Irma destacou que a escolha do seu nome para a disputa da eleição ocorreu através de uma reunião realizada no bairro da Capela do Socorro, na zona sul paulistana, na qual teriam participado cerca de 63 entidades, as quais acabaram decidindo pelo lançamento das candidaturas para as eleições de 1978.

Contudo, o padre Luiz Giuliani da paróquia de Vila Remo, fortemente ligado ao MCV, possuía uma visão bem diferente a respeito das candidaturas e do seu processo de escolha, chegando a distribuir na época um comunicado no qual desvinculava qualquer ligação que existisse entre as candidaturas de Aurélio e Irma e as comunidades católicas. Numa entrevista ao *Jornal do Brasil* em outubro do mesmo ano, o religioso salientava: “O problema maior é que o assunto não foi discutido nas bases, antes, como deveria ser. Se isso tivesse acontecido, mesmo que a candidatura fosse um erro, seria positivo, porque seria um erro participado.”⁶¹

⁶¹ CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Dossiê: A Igreja, os movimentos e o Estado 1980-1981. In: **Pasta**: Igreja-Política – Igreja e as eleições 1972-1983, mai. 1995.

Assim, diferente de Irma Passoni, que via a escolha de sua candidatura como resultante de um processo no qual haviam participado sessenta e três entidades, para o padre de Vila Remo a discussão, o debate sobre a participação na política partidária e a escolha das candidaturas deveria ter-se iniciado anteriormente, sendo necessário que ela ocorresse de maneira bem mais ampla, no qual deveriam estar inclusos os diversos movimentos sociais e as próprias CEBs. Com isso, o religioso compreendia que a política partidária deveria ser o resultado do amadurecimento e do fortalecimento dos próprios movimentos populares, enquanto para Irma Passoni e Aurélio Perez, apesar dos limites impostos à atuação política e aos próprios partidos pelo regime militar, a entrada nesse campo de disputa era vista como uma maneira de ampliar as formas de luta dos movimentos populares, como ressaltou Irma: “A gente está cansada de ser base política de outros. Como não é possível ter um Partido novo, agora, e como estamos totalmente fora do processo político achamos que seria importante fazer uma experiência como aprendizagem.”⁶²

Outro ponto de tensão que existiu entre os católicos e os diversos movimentos populares, principalmente no MCV, foi o relacionamento estabelecido com os militantes advindos do Partido Comunista do Brasil (PC do B). Dentro do Movimento do Custo de Vida, os militantes do PC do B passaram a ter uma atuação mais destacada principalmente após o ano de 1977 e junto com os católicos formavam os dois principais grupos de sustentação do movimento.

Apesar de possuírem referências, projetos sócio-políticos e práticas de atuação bem diferentes e muitas vezes conflitantes, a relação e o trabalho desenvolvido entre os católicos e os militantes do PC do B foram apreendidos de diversas formas pelos grupos e militantes católicos. A respeito disso, Carlos Strabelli, que atuava junto aos movimentos populares e no MCV na zona leste paulistana, além ter sido coordenador do Centro de Comunicação e Educação Popular de São Miguel (CEMI) e da equipe de coordenação do Secretariado Regional da Pastoral da Região Episcopal de São Miguel, numa entrevista realizada em 1988, discorria sobre o PC do B:

Nunca houve problemas maiores ao nível [...] do trabalho conjunto com eles, a gente tava aprendendo por não ter experiência [...] era um pessoal comprometido, sabe amassava barro junto com a gente, não era um pessoal que ficava discutindo na cúpula, decidindo tudo prá outros fazerem, não, eles ajudavam a decidir, ajudavam fazer e também era um pessoal que merecia um respeito muito grande de quem tava mais diretamente ligado na questão das lutas da época.⁶³

⁶² CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO, op. cit.

⁶³ RODRIGUES, Geraldo Antonio. **Lutas Populares e a Pastoral Católica na Zona Leste: 1968/1988**. 1988. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 1988, v. 2, f. 51-52.

Em sua fala, o militante católico compreendia, que apesar das diferentes concepções, perspectivas políticas e de trabalho existentes entre os católicos e os militantes do PC do B, a relação existente entre esses dois sujeitos era positiva e natural, pois da mesma forma que os militantes comunistas se utilizavam e atuavam a partir de muitos trabalhos e movimentos articulados pela Igreja, devido ao fechamento imposto pela ditadura a essas organizações e partidos, eles também contribuía para esses movimentos e com os próprios militantes católicos, a partir das reflexões e experiências de trabalho que possuíam. Porém, Strabelli vai além, quando destaca não ser apenas no aspecto organizativo e decisório que esses militantes se envolviam e davam contribuições, visto que, eles atuavam nas várias esferas desses movimentos, desde a organização dos trabalhos de base, até em atividades desenvolvidas internamente dentro da própria Igreja.

Entretanto, sobre o posicionamento adotado por alguns militantes do PC do B que participavam no Movimento do Custo de Vida, o bispo-auxiliar de São Miguel D. Angélico Sândalo Bernardino, apesar de ressaltar o trabalho dos militantes do PC do B em diversos movimentos populares na região da zona leste paulistana, advertia: “Depois da ‘entrega dos abaixo assinados’, lideranças do PC do B tomaram o Movimento de assalto. Fragmentaram-no; acabaram por matá-lo tantas foram as disputas internas.”⁶⁴ Ou seja, para ele as mudanças ocorridas no MCV após meados de 1978, decorrentes do novo momento e do próprio crescimento do movimento, como a coordenação que passou das mãos das comunidades para uma formada por onze pessoas, ao mesmo tempo em que ocorria um maior distanciamento entre a cúpula e as bases do movimento, eram resultado das atitudes tomadas pelos militantes do PC do B, os quais entraram em conflito com os grupos católicos e foram acusados por muitos deles e pelo próprio D. Angélico como detentores de um posicionamento manipulador, divisionista e até certo modo golpista e oportunista.

Desse modo, o clima de abertura política e o crescimento dos movimentos populares, principalmente do Movimento do Custo de Vida, que em seu início possuíam uma forte articulação com a Igreja Católica, fizeram com que o relacionamento dos militantes e dos diversos segmentos católicos com outros sujeitos e grupos, tais como, as pessoas que começavam a se envolver nas disputas eleitorais e com os próprios partidos políticos aumentasse e muito a

⁶⁴ RODRIGUES, op. cit., f. 13.

sua complexidade e os seus pontos de tensão, inclusive com a formação e a consolidação do Partido dos Trabalhadores.

O Movimento de Saúde da Zona Leste⁶⁵ recebeu essa denominação no ano de 1983, quando houve a unificação das diversas lutas populares, que tinham como um de seus principais pontos de convergência a reivindicação por melhores condições na área da saúde. Porém, esse movimento era o resultado de muitas lutas que tiveram o seu início em diversos bairros e vilas que pertenciam à zona leste de São Paulo. Essa região, principalmente os bairros mais pobres localizados em sua periferia, tinha como uma de suas características a carência de diversos equipamentos e serviços públicos em áreas como habitação, saneamento básico, transporte, educação e saúde. Desse modo, as lutas surgidas nesses bairros não se restringiam apenas às questões ligadas à saúde, porém, os movimentos que reivindicavam por esse direito conseguiram uma maior organização por parte dos moradores dessa região, devido a grande falta de leitos hospitalares, centros e postos de saúde, ambulatórios e hospitais.

Assim, apesar desses movimentos terem como eixo central as questões ligadas à saúde, eles compreendiam desde as lutas por asfalto, água encanada, saneamento básico, criação de creches até a construção de hospitais e ambulatórios públicos. Logo, expressavam os diversos problemas e necessidades básicas que estavam presentes no cotidiano desses bairros e de seus moradores, a partir da compreensão de que essas reivindicações eram demandas que traduziam um direito e ao mesmo tempo um dever das autoridades e dos órgãos em seus mais variados níveis de poder.

Os primeiros movimentos sobre os quais se tem notícia nessa região tiveram o seu início ainda na segunda metade dos anos 1960. Por exemplo, em 1968, um grupo de donas de casa do bairro de Burgo Paulista e de outras vilas próximas se reuniam “[...] para conversar sobre o Evangelho e problemas dos bairros.”⁶⁶ Porém, foi principalmente na segunda metade dos anos 1970, que esses movimentos tiveram um forte crescimento, os quais tinham a sua atuação materializada de diversas formas, desde a realização de reuniões, pesquisas, abaixo-assinados até

⁶⁵ Sobre as lutas populares surgidas na região da zona leste paulistana, o Movimento de Saúde e a relação destes com os “setores católicos”, uma referência a respeito dessas discussões são os estudos produzidos por Geraldo Antonio Rodrigues, ver: RODRIGUES, Geraldo Antonio. **Lutas Populares e a Pastoral Católica na Zona Leste: 1968/1988**. 1988.; Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 1988. 2 v; RODRIGUES, Pe. Geraldo Antonio. **Defesa da Vida e Cidadania: experiências pastorais e políticas de moradores da Região Leste da cidade de São Paulo**. 1995. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 1995. 2 v.

⁶⁶ Pequeno Histórico de Nossa Luta apud RODRIGUES, op. cit., f. 15.

a organização de assembléias populares e caravanas reivindicatórias a vários órgãos públicos. De início, essas atividades não contavam com uma organização coordenada que aglutinasse as múltiplas lutas que vinham se desenvolvendo nos diversos bairros.

Assim, as lutas populares de saúde da zona leste eram o resultado dos vários movimentos que emergiram nesse período nos bairros da região, as quais compreendiam diversas organizações, tais como: Associações de Donas de Casa, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), Sociedades Amigos de Bairro, Pastoral da Saúde, grupos de médicos, entre outros. Dentre as regiões da zona leste que compuseram esse movimento destacavam-se: Itaquera, São Mateus, Ermelino Matarazzo, São Miguel, Itaim Paulista, Guaianazes, dentre mais de oitenta outros bairros e vilas.

Esses movimentos tiveram como principais marcas: a criação das Comissões de Saúde nos bairros e as eleições para os Conselhos de Saúde. As Comissões de Saúde eram formadas por moradores do próprio bairro, que se reuniam a fim de discutir os problemas, elaborar as principais reivindicações no que dizia respeito às questões da saúde locais e a partir disso promoviam a organização de abaixo-assinados, assembléias e caravanas, dentre outras atividades para pressionar pela resolução desses problemas.

Um marco na luta dessas comissões foi a organização das grandes Assembléias de Saúde. Na região de São Mateus, a Assembléia foi realizada no pátio da Igreja de mesmo nome, em maio de 1979, a qual reuniu mais de mil pessoas e teve a presença de secretários municipais e estaduais ligados às questões da saúde. Esse evento foi o ponto de partida para a organização da Caravana da Saúde um ano depois, a qual contou com oito ônibus e a presença de mais de quinhentas pessoas rumo a Secretaria da Saúde, com o objetivo de pressionar as autoridades para o cumprimento das promessas feitas na Assembléia e levar as novas reivindicações levantadas durante as mais de duzentas reuniões, que foram realizadas em preparação para a caravana.

Paralelo as Comissões surgiram os primeiros Conselhos de Saúde, os quais tinham a função de fiscalizar o atendimento e o funcionamento dos Centros de Saúde e eram compostos por pessoas eleitas pelos moradores da própria região, sendo a ampla maioria deles formado por mulheres. A primeira experiência de Conselho ocorreu no Jardim Nordeste, em março de 1979, quando foram eleitos doze representantes, numa escolha que teve a participação de mais de oito mil pessoas. Depois disso, a formação de novos Conselhos tornou-se uma prática que se alastrou por toda a região, sendo formados mais de vinte Conselhos; com destaque para o ano de 1981,

quando houve a participação de mais de 90 mil moradores na escolha dos conselheiros, os quais além de conquistarem a criação de um regimento interno próprio, tinham seus conselheiros eleitos reconhecidos pelo governo, a partir de publicação no Diário Oficial, o que só aconteceu após muita pressão por parte desses movimentos junto aos governos.

Entretanto, mais do que fazer uma análise das lutas populares relacionadas à saúde surgidas na região leste paulistana, busca-se aqui compreender de que forma dar-se-ia a atuação da hierarquia, dos militantes e grupos católicos junto a esses movimentos, ou seja, como foram estabelecidas essas relações e quais foram os pontos de tensões, aproximações e distanciamentos dos “setores católicos” junto a esses movimentos populares.

Primeiramente, torna-se importante salientar que a relação dos católicos com as lutas populares de saúde, estava inserida num espectro mais amplo, no qual grande parte da Igreja Católica brasileira e principalmente da arquidiocese de São Paulo colocava-se a favor e atuando diretamente em diversos movimentos populares, tais como: por moradia, por creche, por saneamento básico; além das lutas desenvolvidas junto ao movimento operário-sindical, entre outras. Na zona leste paulistana, as relações estabelecidas entre os diversos movimentos populares e a Igreja Católica tiveram um grande impulso principalmente após o ano de 1975, quando foi criada a Região Episcopal Leste II (São Miguel), que compreendia a maior parte dos bairros periféricos da zona leste e a chegada do bispo-auxiliar D. Angélico Sândalo Bernardino. A criação dessa Região Episcopal e a chegada de D. Angélico foram fundamentais para um maior desenvolvimento da relação entre a Igreja Católica junto aos diversos movimentos populares, já que a partir de então, a linha pastoral adotada pela Igreja buscava apoiar a organização desses movimentos populares e a atuação dos seus participantes e da própria hierarquia nos mesmos, mostra disso deu-se principalmente através do fortalecimento das CEBs e das diversas pastorais sociais que atuavam nessa região.

Nas questões relacionadas à saúde ocorreu o fortalecimento da Pastoral da Saúde, durante a segunda metade da década de 1970, quando a mesma passou a ter não só um caráter de assistência religiosa aos doentes, mas começou a apoiar e a atuar nos movimentos populares que reivindicavam por melhores condições de saúde, posto que, muitas doenças tinham como causa a falta de assistência médica ou eram decorrentes das péssimas condições de vida impostas a essa população.

Contudo, torna-se importante destacar que as lutas populares de saúde e as comissões de saúde, apesar de muitas delas terem surgido dentro de algumas CEBs ou com a participação de

agentes da Pastoral da Saúde, elas não eram vinculadas à Igreja, ou seja, tinham autonomia e uma dinâmica própria; posicionamento esse, que era sempre destacado nos documentos desses grupos. Com isso, eles reforçavam o caráter de independência que possuíam frente a qualquer instituição, seja ela, Igreja, partido político ou outro movimento, fato este, que pode ser compreendido como uma consequência do próprio crescimento do movimento, ou mesmo, uma forma de manter e fortalecer a pluralidade dos sujeitos que constituíam esses grupos.

Porém, a participação e a atuação da Igreja Católica junto às diversas lutas populares de saúde e ao Movimento de Saúde ocorreram de diversas formas, desde a disponibilização de sua infra-estrutura, como locais para reunião, aparelhos de som e máquinas para a confecção de materiais do movimento até o apoio e a participação direta de militantes de diversas pastorais, das CEBs, de padres e do próprio bispo regional, em várias atividades, como nas Assembléias e Caravanas da Saúde. Sobre isso, o médico sanitário Carlos Alberto Pletz Neder, que atuava junto ao Movimento de Saúde desde meados dos anos 1970, no Jardim Nordeste, ressaltava:

[...] Na caravana de 83, em agosto de 83, foi um momento importante no movimento, houve uma participação muito grande, a Igreja através das diversas Pastorais e da Pastoral de Saúde, junto com as Comissões de Saúde dos Conselhos de Saúde é [...] de uma forma totalmente integrada num trabalho dentro de uma perspectiva não de só de [...] de opinar, como também de arregaçar as mangas e participar do trabalho e da luta.⁶⁷

Assim, na fala do médico, que posteriormente ocupou no PT os cargos de vereador, deputado estadual e secretário municipal da saúde na gestão Luiza Erundina, fica claro que a atuação católica não se restringia à Pastoral da Saúde, mas compreendia as diversas pastorais, paróquias e CEBs, da região leste paulistana; e além disso ela ocorria de forma integrada junto ao Movimento de Saúde, mencionando como exemplo o que havia acontecido na caravana realizada em 1983, onde mais de três mil pessoas reunidas em sessenta e dois ônibus dirigiram-se à Secretaria da Saúde com o objetivo de reivindicar e pressionar por melhorias na área.

Entretanto, dois aspectos dessa fala tornam-se relevantes: primeiramente, a destacada participação dos grupos católicos na organização e realização da caravana de 1983, ressaltando que a atuação dos “setores católicos” junto aos movimentos populares, nesse caso específico do Movimento da Saúde não era algo que ocorria apenas no início do movimento, mas que permanecia ao longo de todo o trabalho, apesar das mudanças, da autonomia e da dinâmica concernente a cada um desses sujeitos. Além disso, nesse acontecimento constata-se que o apoio e a participação dos “setores católicos” não ocorriam apenas de maneira indireta, no sentido de

⁶⁷ RODRIGUES, op. cit. f. 116.

colaborar com locais para reunião, ceder material de infra-estrutura ou na sua divulgação; mas era algo que se dava de forma direta através da atuação dos seus militantes e de muitos de seus grupos.

Contudo, a relação e o apoio da instituição católica com as lutas populares de saúde e com os outros setores e grupos que compunham esses movimentos nunca abarcaram a totalidade da Igreja e sempre foram marcados por diversas tensões e pontos de conflito.

Um exemplo disso estava na concepção política e na forma que as lutas populares de saúde e o Movimento de Saúde eram compreendidos por alguns religiosos ou militantes da Igreja. Desse modo, ocorria que padres da região ou mesmo agentes e coordenadores da Pastoral da Saúde não participavam dessas lutas nem disponibilizavam a infra-estrutura que possuíam a favor do Movimento de Saúde, porque consideravam que o mesmo tinha um forte caráter político. Nesse sentido, o depoimento coletado por Rodrigues em 1988, junto a Elizabete Costa Dantas, responsável pelo setor de Educação Popular do Centro de Comunicação e Educação Popular de São Miguel (CEMI)⁶⁸, torna-se bastante elucidativo:

Segundo uma coordenadora da Pastoral da Saúde, tem lugares, e na coordenação regional, há grupos e pessoas que ficam apenas na dimensão da misericórdia por falta de um aprofundamento ou formação política [...] Aham que no movimento é muito político, muito partidário, muito PT [...]⁶⁹

No depoimento da militante acima, fica claro que mesmo nos locais onde havia se estabelecido uma forte relação dos diversos grupos católicos junto aos movimentos populares, como era o caso dessa região da zona leste paulistana, esse apoio e atuação nunca foi algo homogêneo. Segundo Dantas, no caso específico da saúde, isso ocorria devido a concepção mantida por parte de alguns agentes e mesmo de coordenadores, que a função da Pastoral da Saúde era de caráter exclusivamente de auxílio religioso ao doente, logo, não competia a ela fazer um trabalho junto às lutas populares da saúde, devido ao caráter essencialmente político que marcavam esses movimentos. Dessa forma, essa aversão ao caráter político ou a relação político partidária, que envolviam as lutas populares de saúde, traziam a percepção de que deveria existir uma separação entre a esfera política e a atuação e o trabalho da Igreja. Desse modo, esse pensamento não era algo exclusivo da Pastoral da Saúde ou de militantes e grupos católicos dessa

⁶⁸ O CEMI era uma organização vinculada à Região Episcopal Leste II, que tinha como objetivo auxiliar e apoiar as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e as diversas lutas e organizações populares que existiam na região, disponibilizando diversos serviços, como o de gráfica, uma equipe de som composta por técnicos, instrumentos musicais e aparelhagem para grandes eventos, uma equipe de educação popular dedicada à alfabetização, um departamento de documentação e biblioteca, uma equipe de vídeo e áudio-visuais, além de produzir o jornal Grita Povo.

⁶⁹ RODRIGUES, op. cit., f. 150.

região, mas sim uma visão que abarcou todo o processo de abertura política e reorganização partidária, sendo esse, um dos pontos de tensão que balizou as relações entre os “setores católicos” e os novos partidos políticos, principalmente o próprio PT, como já citado neste depoimento de 1988.

Portanto, muitos desses projetos e aspirações levados a cabo, tanto por membros da instituição católica, quanto por militantes e grupos que tinham uma maior participação nos movimentos populares surgidos ao longo dos anos 1970, eram resultado das experiências e das tensões que haviam sido vividas por esses diversos sujeitos e constituem-se na base de sua atuação e posicionamento frente à abertura política, à reorganização partidária e ao próprio surgimento e consolidação do Partido dos Trabalhadores.

Da mesma forma que os movimentos populares, no próximo item discuto alguns aspectos da relação estabelecida entre os “setores católicos” com o movimento operário-sindical na região da grande São Paulo, suas peculiaridades, concepções, experiências e projetos sócio-políticos, os quais também farão parte desse amálgama de sujeitos que formaram e posicionaram-se frente a criação dos novos partidos e do próprio PT.

1.2 Os “setores católicos” e o movimento operário-sindical

“A Igreja não está sendo mediadora. Ela está sentada no banco dos trabalhadores, que por enquanto estão sem voz para defender seus direitos. E a Igreja participa porque defende o direito de voz e reunião livre dos trabalhadores e quer ver esse direito restaurado.”

D. Cláudio Hummes, bispo da diocese de Santo André, em abril de 1979.⁷⁰

“Foi uma coisa impressionante, então, como as donas de casa participaram. E eram aquelas donas de casa que iam à Igreja, rezavam aqueles terços, de trás para frente, da frente para trás etc. e tal, mas foi um debate muito rico. Eu acho que aí a Igreja começou a ter participação efetiva dentro do movimento. Por outro lado, nesses próprios lugares que a gente ia, eles já começavam a se organizar em termos de uma possível greve, no sentido de tirar comissões para arrecadar fundos de greve, arrecadar alimentos, comissões para piquetes etc. Tudo isso era feito dentro da Igreja”

Pedro, militante da Pastoral Operária de São Bernardo do Campo.⁷¹

⁷⁰ CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Dossiê: Trabalhadores Metalúrgicos (Parte II) In: **Pasta: Igreja-Política – Igreja e as eleições 1972-1983**, mai. 1995.

⁷¹ MARTINS, Heloisa H. T. de Souza. Debate: A Igreja na greve dos metalúrgicos São Bernardo – 1980. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 7-68, nov. 1980, p. 8.

Os dois excertos acima estão inseridos no contexto das greves de 1978-1980, as quais marcaram profundamente a relação da Igreja Católica, tanto da hierarquia, quanto dos grupos ligados a ela, com as lutas e as experiências que vinham sendo desenvolvidas pelo movimento operário-sindical, ao longo da segunda metade dos anos 1970. Porém, cada um desses depoimentos foi dito numa situação específica, os quais possuíam determinados interesses, além de buscarem atingir diferentes resultados e produzirem diversos significados.

A primeira fala foi dita por D. Cláudio Hummes numa entrevista ao jornal Folha de São Paulo, publicada no dia 04 de abril de 1979, momento em que as greves ocorridas na região do ABCD paulista eram consideradas ilegais pela justiça e os sindicatos dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Santo André e São Caetano do Sul sofriam uma intervenção do governo. A diocese de Santo André (a qual abrangia toda a região do ABCD paulista), que já apoiava o movimento, defendendo o caráter justo da greve, arrecadando alimentos e atuando na formação do fundo de greve, nesse momento disponibilizou diversas dependências da diocese aos metalúrgicos, tais como: salões paroquiais e os próprios templos para a organização e realização de reuniões, possibilitando assim, a continuidade do movimento grevista, visto que, a polícia ocupava tanto as sedes dos sindicatos sob intervenção, quanto outros locais públicos.

Da fala do bispo é possível apreender diversos significados. Primeiramente, salta aos olhos que D. Cláudio inicie com uma negação, ou seja, que a Igreja não estava ali na posição de mediadora, mas sim, apoiando o movimento dos operários. Tanto nessa entrevista, como em outros momentos, quando o bispo de Santo André afirmava que a Igreja estava ao lado dos operários, o prelado buscava enfatizar que a sua atuação e da própria Igreja em nenhum momento procurava conduzir ou controlar a luta dos trabalhadores, buscando assim, repelir as críticas recebidas do próprio governo, que acusava o modo de como a Igreja Católica estava atuando junto ao movimento grevista, pois a mesma estaria incitando a continuidade da greve. Porém, quando o bispo dizia que a Igreja estava agindo daquela maneira, devido às restrições e repressões a que a luta dos trabalhadores estava sofrendo, ele buscava afastar qualquer desconfiança que pudesse existir por parte dos trabalhadores perante a atuação e o próprio apoio dado pela Igreja, devido ao perfil conservador que foi construído historicamente pela instituição.

A segunda citação foi extraída de uma entrevista feita por Heloisa Helena T. de Souza Martins e mais dois pesquisadores junto a oito operários e dois religiosos, na qual se buscou fazer uma análise da atuação e participação dessas pessoas, da Pastoral Operária e de toda a Igreja

Católica do ABCD paulista durante a greve de 1980. Nesse depoimento, feito pelo operário católico Pedro, um ex-participante da Juventude Operária Católica (JOC) e militante da Pastoral Operária de São Bernardo do Campo, ele discorre sobre as diversas reuniões realizadas em bairros, comunidades e paróquias, no período da campanha salarial, momento esse que antecedeu a deflagração da greve de 1980.

Na fala do operário pode-se apreender diversas facetas sobre a participação e a relação construída entre os “setores católicos” e o movimento operário-sindical. Num primeiro momento, o operário explicita a atuação das donas de casa dentro do processo de construção da luta operária, mas antes disso ressalta a forte prática sagrado-religiosa que elas possuíam, a qual se realizava principalmente através da reza de terços, dirimindo assim, o pensamento de que essa atitude, analisada de forma isolada, poderia demonstrar uma apatia frente aos problemas sócio-políticos dos trabalhadores ou ser vista como representante de uma religiosidade popular apolítica e até mesmo de um catolicismo conservador.

Porém, o militante destaca como essas mesmas mulheres, a partir do momento em que começaram a freqüentar as reuniões promovidas pelo sindicato, realizadas muitas vezes dentro do próprio espaço da igreja, passaram a ter uma efetiva participação nessas lutas. Desse modo, ele relata a importância da participação dessas mulheres num movimento operário predominantemente masculino e como elas começaram a apoiar a greve, não apenas de forma indireta, mas também atuando diretamente na formação do fundo de greve e na própria organização de piquetes. Além disso, ele explicita a importância que o espaço da Igreja possuía nestas lutas, já que a maioria dessas ações tinham como principal local de encontro e organização, a própria Igreja.

A partir desses dois relatos, percebe-se que a relação entre os “setores católicos” e o movimento operário-sindical não ocorria apenas nos momentos críticos, como no período em que os sindicatos estavam sob intervenção do governo ou quando da utilização da estrutura da instituição por parte de algum movimento de trabalhadores; mas, era algo que vinha sendo processado ao longo dos anos, no próprio cotidiano, nas diversificadas formas de luta constituídas pelos trabalhadores e nas inter-relações estabelecidas entre esses sujeitos. Além disso, a fala do operário amplia e muito a complexidade existente nessas relações, principalmente quando demonstra que a atuação e participação dos “setores católicos” junto ao movimento operário-sindical não se restringia apenas à hierarquia da instituição ou àqueles grupos que possuíam uma

maior proximidade com os trabalhadores, tais como, a Ação Católica Operária (ACO) e a Pastoral Operária (PO), mas apresenta como a participação e a forma de atuação desses sujeitos, era muito mais ampla e complexa.

Como visto na introdução, os pesquisadores, em sua maioria, colocam os “setores católicos” e o movimento operário-sindical como duas das principais forças a formarem o Partido dos Trabalhadores (PT), porém, como demonstrado nas citações acima, as relações entre os militantes, os grupos e a própria hierarquia católica com o movimento operário-sindical já vinha sendo estabelecida de diversas formas, principalmente a partir dos anos 1970. Assim, de certo modo, as relações, tensões e singularidades, além dos diversos projetos e propostas políticas construídas por esses grupos no período anterior a criação do PT serão fundamentais para compreender como os mesmos se relacionavam frente à abertura política, à reorganização partidária e ao surgimento e constituição do próprio PT.

Na grande São Paulo, a relação dos grupos e militantes católicos junto ao movimento operário-sindical ganhou magnitude e importância, principalmente através de duas experiências: no trabalho junto a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSM-SP), na capital paulista; e na região do ABCD paulista, através das greves ocorridas entre 1978-1980 e no relacionamento estabelecido com os sindicalistas “autênticos”, principalmente com o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo Campo e Diadema. Esses dois movimentos, apesar das diferenças e singularidades concernentes a cada um deles, ficaram conhecidos como sendo os representantes do “novo sindicalismo”. Nesse sentido, busca-se analisar como as relações entre os “setores católicos” junto a essas duas experiências, através de suas singularidades e práticas, podem apresentar características que ajudem a compreender como esses diversos sujeitos, projetos e práticas políticas, construídas nesse período, portaram-se frente ao surgimento do PT.

As relações entre os “setores católicos” e a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSM-SP), principalmente através da Juventude Operária Católica (JOC), num primeiro momento e da Pastoral Operária (PO), posteriormente, eram tão interligadas e complexas, que em certos momentos chegava-se a confundir o que seria a essência e as características de cada um desses grupos. As Oposições Sindicais em geral surgiram dentro do contexto de repressão que era imposto pela ditadura militar frente às lutas operárias e à intervenção junto aos sindicatos. Desse modo, as oposições emergiram em resposta a essa conjuntura específica, principalmente a partir

de pequenas lutas de resistência, da atuação de algumas lideranças no próprio espaço fabril, na formação de chapas para disputar as eleições sindicais e na organização de paralisações e greves.

A Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSM-SP)⁷² desde o seu início possuía uma forte relação com os “setores católicos”, porque foi a partir da junção de alguns ex-militantes comunistas e de militantes católicos advindos principalmente da JOC, que se fundamentou o surgimento da Oposição na segunda metade dos anos 1960.⁷³ Segundo o estudo de Faria⁷⁴, os militantes católicos teriam sido o principal grupo na formação da OSM-SP, pois enquanto os ex-militantes comunistas estavam num momento de rearticulação e reorganização de suas forças, a JOC possuía uma maior organização, porque além de contar com a infra-estrutura da Igreja, a mesma vinha desenvolvendo um trabalho de nucleação em algumas fábricas, desde o início dos anos 1960, o que possibilitava uma maior continuidade na experiência que estava sendo realizada.

Ao mesmo tempo em que cresciam as pequenas lutas de resistência nas fábricas, tais como operações-tartaruga, greves de seções e greves por empresa, a OSM-SP sofreu uma forte repressão no ano de 1974, quando ocorreu a prisão de toda a sua coordenação e mais de 70 militantes. Porém, nesse momento, em que a OSM-SP se encontrava praticamente desarticulada, a atuação da Pastoral Operária (PO) foi fundamental para a sua recomposição, o que possibilitou a continuidade do trabalho desenvolvido pela Oposição, tanto que entre os anos de 1974 e 1977, as atividades da OSM-SP restringiam-se praticamente ao trabalho realizado pela PO e a “[...] Oposição chega a perder sua identidade.”⁷⁵

Nesse período, uma amostra desse processo era que o trabalho da Oposição Sindical tinha sua divisão baseada nas áreas administrativas formuladas pela arquidiocese de São Paulo e não

⁷² Para uma análise mais ampla sobre a trajetória da OSM-SP e a sua relação com os setores católicos, ver: FÁRIA, Hamilton José Barreto de. **A experiência operária nos anos de resistência: a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e a Dinâmica do Movimento Operário (1964-1978)**. 1986. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 1986.

⁷³ Entre os militantes de esquerda destacam-se ex-integrantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), militantes independentes e de outros grupos. Porém, ao longo dos anos 1970, devido a uma opção tático-programática e também a forte repressão do período, muitas dessas pessoas e grupos de esquerda passaram a desenvolver seu trabalho no espaço da fábrica ou nos próprios movimentos ligados à Igreja Católica, como a Pastoral Operária (PO), sendo uma forma de se reorganizarem e rearticularem, com o objetivo de manter e ampliar os seus trabalhos e projetos políticos, os quais também foram extremamente importantes para a consolidação e fundamentação da Oposição Sindical, com destaque para os grupos: Ação Popular (AP), Partido Operário Comunista (POC), Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-Polop), Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), e grupos trotskistas, como a Liberdade e Luta (Libelu).

⁷⁴ FÁRIA, op. cit., f. 71.

⁷⁵ FÁRIA, op. cit., f. 235.

nas regiões industriais. No entanto, segundo Faria, essa atuação desenvolvida pela PO teve um papel decisivo na reorganização da OSM-SP, já que por possuir um trabalho em várias regiões da cidade de São Paulo, “Ela contribuiu para a aproximação de diversos grupos que estavam dispersos pelas regiões e nem sequer tinham contatos.”⁷⁶

Assim sendo, para entender a importância da atuação dos militantes católicos nesse processo de reaglutinação da OSM-SP, é fundamental analisar como surgiu a Pastoral Operária (PO) na cidade de São Paulo, as suas características e a elaboração de suas práticas. A iniciativa de se criar a PO na cidade de São Paulo, no início dos anos 1970, ocorreu por parte da hierarquia da Igreja, que buscava reunir as diversas experiências católicas existentes na cidade de São Paulo e encontravam-se dispersas e sobre a qual tentou a partir de sua coordenação implantar uma linha de atuação que buscava harmonizar os patrões e os empregados dentro do espaço fabril, através de uma filosofia chamada de “comunitarismo”. Contudo, ao mesmo tempo ocorreu o fortalecimento de diversos grupos e núcleos de Pastoral Operária em diversas paróquias e regiões da arquidiocese, que viam a relação entre os operários e os patrões como inconciliáveis e defendiam a atuação da PO na fábrica e no sindicato, a fim de transformar essa situação de opressão. Esses grupos, além de contrabalancearem as posições iniciais da hierarquia da Igreja e nos anos seguintes conquistarem praticamente uma hegemonia dentro da PO, elaboraram diversas práticas próprias e passaram a ter uma atuação bastante combativa. Mesmo assim, a opção da PO pela “classe operária” sempre foi um ponto de tensão dentro da hierarquia da Igreja.⁷⁷

Porém, a prática desses grupos, além do importante trabalho de articular as lutas operárias junto aos bairros e a outros grupos da Igreja Católica, temas esses que discutirei mais a frente, eles possuíam algumas especificidades de organização, os quais levaram a uma maior efetividade na atuação e na construção de lutas mais amplas do que a Juventude Operária Católica (JOC) e a Ação Católica (ACO), que neste momento encontravam-se praticamente desarticuladas devido à forte repressão que vinham sofrendo.

Assim, diferentemente da JOC e da ACO, que eram movimentos ligados a uma organização internacional e por esse motivo possuíam certa autonomia perante a hierarquia da

⁷⁶ FARIA, op. cit., f. 236.

⁷⁷ Sobre o surgimento da PO na arquidiocese de São Paulo, seu desenvolvimento, seus posicionamentos e conflitos, ver: AUGUSTO, Adailton Maciel. **Mística e Utopia: História da Pastoral Operária em São Paulo (1970-1996)**. 1997. Dissertação (Mestrado em Teologia Dogmática) – Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, São Paulo, 1997.; VARUSSA, Rinaldo José. **Pastorais Operárias: religiosidade, propostas e práticas políticas** (São Paulo, 1964-1975). 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 1995.

Igreja local, a Pastoral Operária era um órgão vinculado e subordinado à diocese e ao bispo local. Porém, essa característica de uma maior subordinação e controle por parte da hierarquia, naquele momento de forte repressão junto a qualquer movimento de contestação, ao invés de levar a uma limitação no avanço das lutas da PO, mesmo com todas as tensões e os divergentes posicionamentos existentes internamente, acabou se transformando num suporte de apoio a esses militantes, porque em última instância era a própria hierarquia local que respondia pelas ações e posicionamentos assumidos pela Pastoral Operária.

Contudo, esse tipo de relação só pôde ser desenvolvido, porque tanto na arquidiocese de São Paulo, quanto na diocese de Santo André, a hierarquia e grande parte do clero apoiavam e incentivavam o crescimento desses movimentos. Uma amostra desse apoio foi o primeiro Plano de Pastoral da Arquidiocese de São Paulo, formulado no ano de 1975, no qual a temática “Mundo do Trabalho” foi escolhida como uma das quatro prioridades a ser desenvolvida pelo conjunto da arquidiocese. Na diocese de Santo André “O Mundo do Trabalho” também foi aclamado como prioridade em seu primeiro Plano Diocesano de Pastoral, em 1979; concernente a isso, a própria CNBB em sua Campanha da Fraternidade de 1978 escolheu como tema a “Fraternidade no Mundo do Trabalho”.

Torna-se importante ressaltar que apesar de em muitos momentos os militantes e o trabalho da Pastoral Operária pudessem parecer hegemônicos dentro da Oposição Sindical Metalúrgica, essa hegemonia nunca ocorreu de fato, já que, diversos grupos de esquerda, que não possuíam uma relação ou mesmo uma proximidade com a atuação da PO, passaram a disputar a hegemonia e a própria identidade da instituição, principalmente após 1976.

Entretanto, o mais importante para este trabalho está em analisar como se deu a atuação dos militantes católicos na cidade de São Paulo tanto na Oposição Sindical Metalúrgica, quanto nos diversos significados trazidos por suas formas de luta ao longo dos anos 1970. Assim, pode-se observar que dentro da OSM-SP uma prática defendida pela PO e também por outros militantes ou grupos era a organização dos trabalhadores a partir da fábrica, concepção essa que servia como ponto de unificação dos diversos militantes da Oposição Sindical, que posteriormente se materializou na defesa das comissões de fábrica eleitas pelos próprios trabalhadores.

Para o melhor entendimento das diversas práticas adotadas pela Pastoral Operária na cidade de São Paulo, algumas particularidades marcaram a atuação e a plataforma de luta encampada pelos seus militantes, tais como: a articulação entre as lutas existentes nos bairros e

no cotidiano fabril; uma forte crítica ao modelo de sindicato estabelecido naquela época, marcado pelo distanciamento das lutas operárias e controlado por cúpulas burocráticas atreladas ao Estado, o que levava uma parte dos militantes da PO a defender de forma quase intransigente a organização dos operários por local de trabalho, através da formação e fortalecimento dos grupos e comissões de fábrica. Assim, esses grupos e comissões de fábrica defendidos por muitos militantes da PO constituíram-se num referencial para a OSM-SP, desde a comissão de fábrica formada durante a greve ocorrida na fábrica da Cobrasma, na cidade de Osasco em 1968, até as diversas comissões que emergiram em várias empresas durante a greve de novembro de 1978, na cidade de São Paulo.

Essa concepção de atuação formulada por parte de alguns grupos da Oposição era algo tão fortemente defendido, que o 1º Congresso da OSM-SP, realizado em março de 1979, aprovou a organização dos trabalhadores no espaço fabril e o fortalecimento das comissões de fábrica como seu principal objetivo, o que levaria à construção de um sindicato autêntico e democrático, em oposição à concepção que via o sindicato como principal centro organizador das lutas operárias. Essa centralidade da OSM-SP na defesa das comissões de fábrica levou a certas tensões, tais como serem vistos por alguns sindicalistas autênticos como portadores de uma atitude anti-sindical ou acusados de que esse posicionamento levaria a constituição de um sindicalismo paralelo.

Desse modo, a importância dada às bases pelos diversos grupos dentro da Igreja Católica desse período, era mais uma vez encampada como principal forma de atuação e modelo de organização, só que neste caso, em torno das lutas em que atuavam os militantes operários da cidade de São Paulo e ligados à Pastoral Operária. Essa concepção foi muito bem expressada num encontro realizado com os grupos da PO da arquidiocese de São Paulo, em setembro de 1979, no qual o trabalho da Oposição Sindical foi aprovado pela maioria dos grupos presentes, posto que: “Corresponde enquanto é um trabalho de base, conscientiza, e organiza; é um instrumento de participação e leva o trabalhador a mudar a estrutura sindical.”⁷⁸

No ABCD paulista, as greves ocorridas entre os anos 1978 e 1980, devido à amplitude alcançada pelo movimento, marcaram profundamente a relação, a atuação e os posicionamentos dos diversos grupos e segmentos católicos frente a esses eventos e ao movimento operário-sindical de forma geral. A atuação da Igreja, principalmente a do ABCD paulista frente às greves

⁷⁸ CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Documento: Fé e Política, In: **Pasta:** Igreja – Pastoral Operária – Arquidiocese – São Paulo.

de 1979 e 1980, além de se ter colocado a favor do movimento, ajudou na constituição do fundo de greve, no recolhimento de alimentos e permitiu a utilização de seus espaços físicos, quando das intervenções sofridas pelos sindicatos e com a proibição de se realizar manifestações e assembléias em locais públicos. Desse modo, esses posicionamentos e ações, além de terem sido amplamente divulgados por grande parte da mídia, abalaram ainda mais as relações já estremecidas de parte da Igreja Católica no Brasil com o aparato civil-militar que governava o país.

No entanto, a dimensão nacional que a relação desenvolvida entre a Igreja Católica do ABCD e o movimento operário-sindical alcançou durante o período grevista, não foi simplesmente uma reação imediatista ou até oportunista de uma parcela da Igreja, dentro daquele forte surto grevista, mas era consequência de um trabalho muito mais antigo e complexo da atuação dos “setores católicos” nessa região. Nesse sentido, o trabalho de Heloisa H. de Souza Martins, intitulado “Igreja e movimento operário no ABC: 1954-1975”⁷⁹, demonstra que as relações estabelecidas entre a Igreja Católica do ABCD paulista e o movimento operário-sindical reportavam à criação da diocese de Santo André e à chegada do seu primeiro bispo diocesano, D. Jorge Marcos de Oliveira, no ano de 1954.

Segundo Martins, desde o seu início a diocese de Santo André buscou uma maior aproximação junto ao operariado, o que ocorreu de forma direta a partir da atuação de uma importante parcela da hierarquia e de forma indireta, através do fortalecimento e apoio dado a grupos de leigos, tais como a Juventude Operária Católica (JOC) e a Ação Católica Operária (ACO).

A JOC desde a segunda metade dos anos 1950 e a ACO a partir de 1961 tiveram um importante papel dentro desse processo, porque além de realizarem um trabalho de base nas fábricas e nos bairros, ofereciam uma formação política a seus militantes. O crescimento e o trabalho desses grupos fizeram com que muitos de seus participantes tivessem uma atuação no movimento sindical e em diversas lutas operárias, como em comissões de salários e greves, o que ocorreu principalmente até o golpe de 1964, quando se iniciou uma forte repressão junto a esses grupos e suas atividades. Porém, é importante salientar que mesmo após o golpe militar, o trabalho desses militantes, mesmo que reduzidos a pequenos grupos de fábrica, na militância em alguns bairros ou em grupos de educação popular, o mesmo nunca se dizimou por completo.⁸⁰

⁷⁹ MARTINS, Heloisa Helena Teixeira de Souza. **Igreja e movimento operário no ABC: 1954-1975**. São Paulo: Hucitec; São Caetano do Sul: Prefeitura de São Caetano do Sul, 1994.

⁸⁰ Torna-se importante destacar que nos anos seguintes ao golpe militar, houve uma forte aproximação de muitos militantes e grupos católicos com a Ação Popular (AP), renomeada em 1971 para Ação Popular Marxista-Leninista

Assim, além do apoio dado à formação e ao trabalho realizado por esses grupos, após a criação da diocese, a própria hierarquia da Igreja de Santo André passou a ter não só uma relação mais próxima com o mundo operário, mas a participar e atuar diretamente em muitas das lutas travadas pelos trabalhadores. Esse envolvimento de boa parte do clero e do próprio bispo diocesano junto ao movimento operário-sindical deu-se através do apoio a diversas campanhas, como pelo 13º salário e pelas reformas de base; ajudando na mobilização e preparação de passeatas e atos públicos; além de participar em diversas greves, onde atuava desde a organização dos fundos de greve até participando de assembléias, reuniões e intermediando a favor dos trabalhadores junto aos empresários. Desse modo, mais do que se aproximar dos operários, a Igreja do ABCD paulista desse período passou a ser vista como uma instituição que apoiava as suas lutas, tanto que o próprio D. Jorge era conhecido na região como o “bispo dos operários”.

O desenvolvimento dessas relações são de extrema relevância para compreender, que apesar da forte repressão que o trabalho desenvolvido pela Igreja Católica do ABCD sofreu a partir da segunda metade dos anos 1960, a atuação da mesma nas greves de 1978 a 1980 não se constituiu numa novidade para o movimento operário-sindical da região, visto que a relação dos “setores católicos” junto aos trabalhadores sempre existiu de alguma forma desde meados dos anos 1950, inclusive nos momentos de maior repressão. Entretanto, as greves do ABCD paulista, além de fomentarem e publicizarem a atuação e o trabalho desenvolvido pelos “setores católicos” junto ao movimento operário-sindical ao longo dos anos 1970, ao mesmo tempo revelaram as particularidades e as singularidades produzidas por essa relação, a qual sempre foi permeada por diversas tensões e possuidora de diversos significados.

Sobre as greves ocorridas na região do ABCD paulista no final dos anos 1970, diversos estudos foram produzidos com o intuito de analisar e compreender os seus motivos, sua dinâmica e seus significados. Dentre eles, acredito ser importante destacar os trabalhos que me possibilitaram compreender melhor a complexidade desses eventos e também as relações dos “setores católicos” com o movimento operário-sindical; ou seja, os estudos que buscaram

(APML). Essas relações surgiram a partir do contato estabelecido entre esses militantes nos vários trabalhos que realizavam nos bairros e nas fábricas, principalmente aos ligados à alfabetização de adultos e na formação de núcleos de conscientização, além de utilizarem as análises produzidas pela AP a respeito da política e da transformação da sociedade. Desse modo, percebe-se que a relação entre os “setores católicos” com os grupos de esquerda na região do ABCD paulista, principalmente com a AP, a partir do contato existente entre eles, tanto pelos trabalhos realizados em conjunto, quanto pelas análises produzidas por seus grupos, os quais influenciavam e interagiam na forma como eles compreendiam e atuavam na sociedade e no movimento operário-sindical, relação esta que se iniciou ainda nos anos 1960 e mesmo com a forte repressão sofrida permeou por toda a década de 1970.

compreender esses movimentos não apenas pelo seu aspecto econômico, mas sim, a partir de sua complexidade e tentando apreender os seus diversos significados.

Nessa perspectiva, muito contribuiu o estudo de Laís Wendel Abramo, “O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária”⁸¹, resultado de sua dissertação de mestrado defendida em 1986, mas publicada somente em 1999. Nesse livro, a autora analisa as greves de 1978 e defende que além dos fatores econômicos presentes na greve, tais como o arrocho salarial, os quais dentro do quadro do autoritarismo da época teriam levado a diversos “efeitos políticos”; esses não eram os únicos elementos presentes no discurso operário daquele momento e a análise sobre o entendimento da greve não se encerrava apenas no seu aspecto econômico.

No livro de Abramo e em outras análises sobre o período, ganha destaque a visão de que a eclosão de diversas greves a partir de 1978 não eram frutos do acaso ou apenas uma reação às condições econômicas impostas aos trabalhadores, mas tinham como gênese um longo processo que se iniciou após o golpe de 1964 e permeou todos os anos 1970.⁸² Assim, o movimento grevista passa a ser compreendido como o resultado das lutas e experiências dos trabalhadores, desenvolvidas tanto no próprio espaço fabril, quanto em outros locais, tais como os movimentos populares e de bairro que emergiram nesse período, nos quais participavam militantes e grupos de diversas matizes e práticas políticas. Porém, no caso específico do ABCD paulista, esse processo de organização confluiu com um novo tipo de ação sindical, articulada na atuação dos chamados “sindicalistas autênticos”; além é claro de uma conjuntura marcada por um clima geral de insatisfação da sociedade perante o regime da época, que levou a um crescimento dos movimentos de contestação.

Assim, tendo como ponto de partida as vivências das condições de trabalho e as lutas dos trabalhadores metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Abramo compreende que as greves surgidas nesse período não eram apenas o reflexo do arrocho salarial, da rotatividade do emprego, dos sindicatos controlados pelo governo e da situação de autoritarismo e arbitrariedade patronal dentro das fábricas. Mas para ela, as greves eram consequência de um processo mais amplo, o qual se constituía na “[...] dilapidação das energias físicas e psíquicas dos trabalhadores,

⁸¹ ABRAMO, Laís Wendel. **O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária**. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 1999.

⁸² Dentre os estudiosos que compartilham desse pensamento, apesar de algumas variações pode-se citar: MARTINS, op. cit., p. 235; FARIA, op. cit., f. 19; ABRAMO, op. cit., p. 37-38.

pelo desrespeito sistemático aos seus direitos profissionais, cidadãos e humanos e pela violentação da sua dignidade.”⁸³

Desse modo, além dos condicionantes econômicos, o desenvolvimento das greves era uma reação condensada e abrangente dos trabalhadores perante a situação vivenciada naquele período, na qual tentavam recuperar a sua “dignidade violentada”. Portanto, no dizer da autora, a “dignidade violentada” representava todo um processo de injustiça aliado a um sentimento de exclusão e humilhações pelas quais passavam os trabalhadores durante a década de 1970, processo esse “[...] a que estavam submetidos, tanto no interior das fábricas, mas em todo o conjunto da sociedade.”⁸⁴

Tendo essa análise, como ponto de referência para compreender a situação dos trabalhadores nesse período, especificamente na região do ABCD paulista, e apreender os significados produzidos por suas lutas; busca-se agora discutir alguns aspectos de como ocorreu a participação dos “setores católicos” dentro desses eventos, analisando não apenas a sua atuação direta, mas as diversas tensões e singularidades que permearam todo esse processo.

Como visto nos parágrafos anteriores, a relação dos “setores católicos” com o movimento operário-sindical no ABCD paulista teve o seu início ainda na primeira década da segunda metade do século XX. Porém, num momento especial, ou seja, durante a greve de 1980, devido a magnitude e complexidade alcançada por esse evento, a participação da Igreja tanto da hierarquia, quanto de grupos de militantes e leigos foi extremamente profunda, pois revelava os posicionamentos e a forma de agir desses sujeitos nesse momento de forte embate entre os trabalhadores com os patrões e a própria ditadura militar, atuação essa que criou novas perspectivas na relação entre os “setores católicos” e o movimento operário-sindical.

A greve de 1980, muito mais do que nas greves dos anos anteriores, onde a Igreja Católica também atuou de diversas formas, além de sua maior publicização, trouxe a tona as muitas tensões presentes nos diversos setores da Igreja Católica com o movimento operário-sindical. Por um lado, as características e a dinâmica dessa greve foram, de certa forma, os motivos que obrigaram a essa maior participação e a uma tomada de posicionamento dos grupos católicos. Dentre elas, pode-se citar: o desenvolvimento da greve por mais de 40 dias; a intransigência na abertura de negociações por parte do setor patronal; uma ofensiva do governo contra o

⁸³ ABRAMO, op. cit., p. 45.

⁸⁴ RODRIGUES, Iram Jácome. **Sindicalismo e política**: a trajetória da CUT. São Paulo: Scritta, 1997. p. 19.

movimento, a qual se iniciou com a decretação da ilegalidade da greve pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT) e prosseguiu com a intervenção nos sindicatos dos metalúrgicos de São Bernardo e Santo André, com a prisão de lideranças sindicais, a proibição de manifestações públicas no Paço Municipal e no estádio de Vila Euclides, além de um forte esquema policial montado a fim de reprimir e dirimir qualquer aglomeração ou manifestação.

Será então nesse clima tenso, de forte embate entre a repressão articulada pelo governo e pelos patrões frente aos trabalhadores, que não só a Igreja, mas diversas entidades e movimentos da sociedade civil colocaram-se em apoio à causa dos operários do ABCD paulista. Nesse contexto, parte da hierarquia da Igreja, a partir principalmente dos seus bispos e da própria Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), irá posicionar-se e até atuar diretamente no apoio ao movimento e na busca por uma resolução do mesmo.

Como visto na frase de D. Cláudio Hummes no início deste item, o apoio e a atuação do bispo de Santo André junto aos trabalhadores ocorreram de modo muito direto e incisivo. Já em dois de abril, no segundo dia de greve, D. Cláudio redigiu um documento no qual solicitava a todos os padres e coordenadores de comunidade, que assim como na greve de 1979, as paróquias fossem postos de arrecadação de alimentos e de ofertas para a constituição do fundo de greve, além de pedir que os mesmos fizessem um trabalho de conscientização junto ao povo, com a finalidade de que o mesmo apoiasse o movimento grevista.

Juntamente a esse pedido, o prelado do ABCD apresentou oito razões explicitando o porquê dessa atitude da Igreja para com o movimento grevista. Dentre elas, destacou o caráter justo e pacífico da greve, a qual revelava não só a luta dos metalúrgicos da região, mas seu simbolismo transgredia para a luta de todos os trabalhadores, a fim de mudar as estruturas sociais e políticas do país. Porém, suas maiores críticas recaíam sobre o governo militar, devido a repressão feita ao movimento dos operários e o apoio irrestrito dado aos empresários: “O governo e o exército estão claramente do lado dos empresários. As negociações de greve então tornam-se uma mera farsa, senão uma farsa completa.”⁸⁵. Nesse sentido, para D. Cláudio, enquanto o aparato civil-militar do governo posicionava-se a favor dos empresários, a Igreja de Santo André colocava-se ao lado dos pobres e ajudando a organização do povo, que naquele momento materializava-se no apoio dado à greve geral promovida pelos metalúrgicos.

⁸⁵ CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Dossiê (Pasta suspensa): Documentos, In: **Igreja – Política.**

Os novos contornos que o movimento grevista tomava, ou seja, o aumento das animosidades, das tensões e a própria repressão sofrida, fez com que a greve se tornasse um tema central na política do país, ao mesmo tempo em que modelou e ampliou os posicionamentos e a atuação dos diversos “setores católicos”. Essas mudanças fizeram com que a atuação e o compromisso da Igreja local ocorressem mais diretamente e com maior afinco, porém, essa participação nunca se deu de forma homogênea e livre de conflitos, tanto no campo da hierarquia, quanto nos movimentos e nos grupos da Igreja do próprio ABCD paulista.

Dentro desse contexto, o momento em que a atuação da Igreja recebeu um maior destaque foi quando os sindicatos estavam sob intervenção do governo e os trabalhadores proibidos de se reunirem em locais públicos; fazendo com que o bispo diocesano oferecesse as dependências das paróquias para a realização de reuniões e assembleias dos trabalhadores, nas quais D. Cláudio e outros membros da hierarquia sempre se fizeram presente. Apesar da forte atuação da Igreja no apoio à greve, especialmente a do ABCD paulista, o mesmo posicionamento não ocorreu de maneira homogênea na hierarquia nacional, a qual trazia para a esfera pública as diferentes compreensões sócio-políticas existentes dentro da Igreja brasileira no que diz respeito, tanto à luta dos trabalhadores, quanto ao próprio regime que existia na época.

Dentre aqueles que apoiaram a atuação da Igreja do ABCD paulista e o próprio movimento grevista de forma direta, destaca-se principalmente a figura do cardeal-arcebispo de São Paulo D. Paulo Evaristo Arns e seus bispos auxiliares, o que de certa forma era uma consequência do trabalho que a arquidiocese de São Paulo vinha desenvolvendo junto aos operários, como visto acima, e também pela proximidade geográfica desses acontecimentos, todos ocorridos na região metropolitana de São Paulo. A própria Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) demonstrou extrema solidariedade ao movimento grevista e à atuação da Igreja dessa região, a qual se deu primordialmente através de notas e pronunciamentos do seu presidente e do seu secretário-geral, respectivamente D. Ivo Lorscheider bispo da diocese gaúcha de Santa Maria e D. Luciano Mendes de Almeida, bispo-auxiliar de São Paulo.

Esses posicionamentos acentuavam ainda mais as tensões existentes entre a hierarquia da Igreja Católica e o aparato civil-militar, chegando ao ponto do presidente-ditador João Baptista Figueiredo dizer que a CNBB não representava a totalidade da Igreja no país. Além disso, o delegado paulista, do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), Edsel Magnotti produziu um inquérito em que argumentava pelo possível indiciamento de D. Claudio, o qual segundo ele:

“[...] vem realizando palestras bem como sermões e missas que levam aos menos desavisados a se manterem em greve, se contrapondo às leis, ao Tribunal e ao próprio governo [...]”⁸⁶.

Uma das vozes dissonantes dentro da hierarquia foi a de D. Alfredo Vicente Scherer, cardeal-arcebispo de Porto Alegre, o qual via como corretas as prisões de Lula e dos demais líderes sindicais, porque elas apenas refletiam o cumprimento da lei, já que segundo ele a greve havia sido considerada ilegal. Assim, além de se colocar a favor da legalidade imposta pelo governo, o cardeal gaúcho ainda criticou fortemente a atuação de D. Cláudio e D. Paulo, que segundo ele “[...] ao invés de manterem uma presença conciliatória aderiram frontalmente ao movimento; entretanto, foi uma atitude isolada que não expressa a opinião do episcopado.”⁸⁷

Desse modo, a fala de D. Vicente, saudada com muito entusiasmo pelo governo e por dirigentes da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), mostrava que apesar das transformações sofridas pela Igreja católica da América Latina nos últimos anos, principalmente no Brasil, o pensamento da hierarquia católica não era algo homogêneo, mas sim, permeado por tensões e diferentes compreensões da realidade sócio-política e do próprio papel da Igreja na sociedade. Pois, enquanto D. Paulo, D. Cláudio e a própria CNBB diziam que a Igreja havia escolhido o lado dos mais fracos, ou seja, dos trabalhadores; o arcebispo de Porto Alegre relativizava essa atuação, a qual segundo ele não representava a maioria do episcopado brasileiro, mas atitudes isoladas desses bispos. Ao mesmo tempo, fica implícito na fala de D. Vicente que uma das suas principais preocupações era manter relações amistosas com o governo, visto que ele defendia todo o arcabouço legal imposto pela ditadura militar, desqualificando assim toda a experiência do movimento grevista e a própria atuação da Igreja na greve, a qual segundo ele não deveria apoiar um lado do conflito, mas apenas cumprir o seu papel de mediadora, ou seja, buscando a conciliação entre empregados e empregadores

Porém, não era apenas na alta hierarquia da Igreja que as interpretações sobre a relação e a atuação dos “setores católicos” junto ao movimento operário-sindical era marcada por diversos conflitos e posicionamentos, mas dentro da própria região do ABCD paulista existiam diversas tensões e diferentes posicionamentos.

⁸⁶ CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Dossiê: Trabalhadores Metalúrgicos (Parte II) In: **Pasta:** Igreja-Política – Igreja e as eleições 1972-1983, mai. 1995.

⁸⁷ CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. **Dossiê:** O Movimento Sindical no A.B.C. (São Bernardo).

A partir da leitura dos documentos produzidos pela Pastoral Operária (PO) da região, analisando as falas do próprio bispo diocesano ou de Frei Betto, assessor diocesano junto a PO, tem-se a impressão de que o posicionamento da Igreja do ABCD perante a greve foi de total apoio aos operários. Uma amostra dessa percepção é encontrada no texto resultante de um encontro realizado pela PO de Santo André, que reuniu mais de 50 militantes católicos de diversos grupos que atuaram no apoio às greves de 1980, tanto da própria região do ABCD, como de outras partes do país, no qual buscaram fazer uma avaliação da greve e da própria participação dos mesmos no movimento; onde defendem que:

Desde o início do movimento, a Igreja de Sto André se colocou claramente ao lado dos trabalhadores, como já tinha acontecido nas greves de 1978 e 1979. Os leigos, participando diretamente e, a hierarquia dando total apoio às reivindicações dos metalúrgicos, foram uma demonstração de que no ABC, a opção da Igreja pelos pobres já é uma realidade concreta.⁸⁸

A partir da leitura do documento, o qual foi posteriormente publicado em nível nacional no Boletim da Comissão de Pastoral Operária, tem-se a impressão de que a Igreja da região do ABCD integrou-se totalmente na luta dos operários em greve e nas diversas formas de apoio ao movimento, abarcando desde os leigos até o todo da hierarquia. É claro que a atuação da Igreja do ABCD de forma geral nesse contexto foi de extrema participação e importância, como bem ressaltaram diversas reportagens e entrevistas do período, o que causou certa ira dos empresários e do próprio governo sobre essa atuação. Porém, o depoimento de alguns militantes ligados a grupos da Igreja Católica que participaram desses acontecimentos, demonstra que essa atuação no próprio ABCD paulista, não era tão homogênea como relatava o documento acima. A respeito disso, o depoimento abaixo torna-se bastante elucidativo:

Houve uma denúncia que o padre de V. P., [...] nos sermões convidava o pessoal a voltar ao trabalho, condenava a luta dos trabalhadores. Depois reunia, lá dentro da Igreja, gente ligada aos empresários, gente que estava ligada à Igreja, funcionários e o pessoal que estava vacilando em voltar, para furar a greve.⁸⁹

A fala do operário Isaías, militante da Pastoral Operária, deixa bem explícito que não era a totalidade dos padres do ABCD paulista que apoiava o movimento dos trabalhadores, como solicitado pelo bispo diocesano. Além disso, no caso em questão o pároco realizava reuniões com a participação de pessoas ligadas ao empresariado e convocava os grevistas a voltarem ao trabalho, buscando assim, enfraquecer o movimento e ao mesmo tempo tentava deslegitimar a

⁸⁸ COMISSÃO DE PASTORAL OPERÁRIA. **Boletim Nacional**. Volta Redonda, ano II, n. 5, jun. 1980, p. 5.

⁸⁹ MARTINS, Heloisa H. T. de Souza. Debate: A Igreja na greve dos metalúrgicos São Bernardo – 1980. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 7-68, nov. 1980, p. 19.

luta dos trabalhadores, o apoio e a atuação que vinham sendo desenvolvidos pelos diversos grupos e por grande parte da hierarquia da Igreja no conflito. Nesse sentido, a reflexão feita pelo operário Daniel também contribui para um melhor entendimento dessas questões:

Eu acho que a atuação das Igrejas depende muito do povo que tem lá, talvez um povo engajado. Quanto mais tem povo engajado, mais a Igreja tem a tendência a voltar-se para os problemas daquele local. Se é uma paróquia rica, então, geralmente eles não querem saber. Eles estão lá, mas eles colocam o Evangelho ao nível da vida deles não é? Agora, nós que estamos em uma situação azarada, nós também vamos buscar os nossos direitos ali dentro do Evangelho.⁹⁰

O depoimento do militante da PO de Santo André, além de fazer uma análise, na qual consegue apreender as nuances, as problemáticas e as singularidades do cotidiano das lutas desenvolvidas naquele momento, torna-se muito esclarecedor quando discorre sobre a complexidade das relações estabelecidas dentro da Igreja Católica, mais precisamente da instituição com o movimento operário-sindical e sua diversificada forma de atuação perante as problemáticas e conflitos que emergiam naquela conjuntura. Desse modo, Daniel ao destacar os diferentes posicionamentos adotados por cada paróquia demonstra que a Igreja Católica, apesar de possuir uma estrutura hierárquica, ela dependia e era influenciada pelo cotidiano e pelos problemas em que estavam inseridos os seus participantes, mostrando assim, a existência do estabelecimento de uma relação dialética entre hierarquia e leigos, muito mais complexa e dinâmica. A existência dessas relações auxiliam a interpretar o funcionamento da instituição católica como algo não homogêneo, não coeso ou plenamente centralizada e hierárquica; desse modo, dissipa-se qualquer tentativa de análise que busque compreender a totalidade ou que produza generalizações a respeito da atuação da Igreja Católica, dos seus membros e grupos.

Um exemplo claro dessa complexa relação construída entre os leigos e a hierarquia, ocorreu no início da participação de D. Cláudio Hummes junto ao movimento grevista. Segundo relatos do bispo e de diversos militantes, o mesmo apesar de já apoiar as greves, através da coleta de alimentos e na formação do fundo de greve, a iniciativa de participar das assembléias no ano de 1979 não partiu dele, mas sim, de integrantes da Pastoral Operária ligados aos sindicatos, que solicitaram a sua presença nas assembléias e em outras atividades de forma mais direta. Entretanto, é importante destacar que nesse momento, o trabalho desenvolvido pelos grupos da PO, da ACO e da JOC já vinha sendo apresentado por esses mesmos militantes a D. Cláudio.

⁹⁰ MARTINS, op. cit., p. 20.

Nesse aspecto, havia entre os militantes católicos ligados ao movimento operário-sindical do ABCD paulista uma certa apreensão, a respeito de qual seria o posicionamento de D. Cláudio frente à luta desenvolvida pelos trabalhadores, porque como abordado acima, o antigo bispo de Santo André, D. Jorge tinha apoiado o fortalecimento e a atuação de grupos como a JOC e a ACO, além de ter atuado diretamente em diversas ocasiões a favor dos trabalhadores. Enquanto isso, D. Cláudio, que havia assumido a diocese no ano de 1976, era um franciscano vindo do Rio Grande do Sul, onde dirigia um seminário da mesma ordem, e segundo a fala do operário Pedro, no momento de sua chegada: “[...] não entendia patavina operário.”⁹¹

Tanto que num primeiro momento, o primeiro líder católico a ser procurado pelos grevistas foi o cardeal de São Paulo D. Paulo Evaristo Arns, o qual possuía um reconhecido trabalho público de apoio aos trabalhadores e na luta pelos direitos humanos; porém, o mesmo declinou do convite, visto que isso poderia ser considerado como uma intromissão na área de jurisdição de uma outra diocese, além de argumentar e acreditar que o próprio bispo de Santo André seria capaz de assumir o movimento. Assim, D. Cláudio, que de início parecia não ter uma proximidade com a luta dos trabalhadores, a partir do envolvimento com os grupos da PO, da ACO e de outros militantes ligados ao movimento operário-sindical, os quais lhe apresentavam o trabalho, os problemas vivenciados pelos operários e o assessoravam a respeito das lutas desenvolvidas pelos mesmos, ele teve uma importante atuação junto às greves, o que segundo o operário Pedro “[...] começou a assumir isso de uma maneira que, inclusive, surpreendeu a gente.”⁹²

Na região do ABCD paulista, desde o início dos anos 1970, além da atuação da JOC e da ACO, ocorreu a formação dos chamados “grupos operários”, que discutiam o cotidiano dos trabalhadores e os problemas enfrentados no interior das fábricas, os quais se tornaram o embrião da Pastoral Operária. Entretanto, a organização de grupos mais estruturados da PO, que passaram a realizar um maior trabalho de militância junto aos operários e buscavam aproximar mais a Igreja dos trabalhadores deu-se a partir de 1975, os quais foram incentivados após a inclusão da Pastoral do Mundo do Trabalho como prioridade no Primeiro Plano de Pastoral da diocese, em 1979, onde se decidiu pelo fortalecimento da PO através dos seus grupos de base, além da realização de cursos de formação de lideranças e a produção de materiais.

⁹¹ MARTINS, op. cit., p. 12.

⁹² MARTINS, op. cit., p. 12.

Contudo, além das peculiaridades concernentes à própria estrutura organizacional da Pastoral Operária, como a sua vinculação à Igreja local, uma característica que marcou esse movimento, pelo menos na região da grande São Paulo ao longo dos anos 1970, foi o seu maior crescimento nos locais em que o sindicato tinha sua direção atrelada ao governo ou não apoiava a luta dos trabalhadores. Em decorrência disso, destaca-se a forte atuação da PO na cidade de São Paulo, como visto na relação estabelecida juntamente à Oposição Sindical Metalúrgica. Na região do ABCD paulista houve um maior fortalecimento da PO no município de Santo André desde meados dos anos 1970, cidade na qual o Sindicato dos Metalúrgicos possuía um trabalho bem menos atuante do que o desenvolvido pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, onde os primeiros grupos da PO surgiram somente após a greve de 1980. Desse modo, tanto a PO quanto os outros grupos ligados à Igreja eram vistos como uma alternativa para a realização de um trabalho mais atuante no meio operário, devido não só a estrutura que possuía, mas como decorrência das limitações da ação sindical no período, como bem destaca o militante Pedro, da Pastoral Operária do ABCD:

Em São Bernardo, por exemplo, a gente tinha um sindicato que, ainda que não fosse o que é hoje, era já, há algum tempo, um sindicato mais combativo. Ao contrário, justamente, do que sempre foi em Santo André. [...] Eu vejo, pois, o seguinte: a Pastoral Operária tende a crescer na medida em que ela tem um sindicato fechado [...].⁹³

Uma característica marcante da atuação da PO e de outros grupos católicos como a JOC, a ACO, dentre outros, tanto na região do ABCD paulista, quanto na cidade de São Paulo, foi a forma como esses grupos faziam uma articulação entre o bairro e a fábrica. O estabelecimento dessa relação foi fundamental em vários aspectos, em primeiro lugar através da procura nos bairros de militantes que pudessem fortalecer a atuação na fábrica ou no sindicato, dependendo do caso. Uma segunda característica a ser destacada era a ligação feita entre as diversas lutas existentes no cotidiano dos bairros, como as reivindicações por escola, por creche, por saneamento básico, com as lutas desenvolvidas dentro do cotidiano fabril, como a super-exploração do trabalho, o arrocho salarial, o autoritarismo das chefias, dentre outras.

Além disso, o trabalho desenvolvido na relação fábrica-bairro possibilitava o envolvimento não só de operários, mas de trabalhadores de outros ramos, mulheres, donas de casa e inclusive de pessoas que não tinham uma maior ligação com a atuação católica, tais como:

⁹³ MARTINS, op. cit., p. 50.

ex-militantes de esquerda ou dirigentes sindicais, principalmente nos momentos de maior repressão ou de maior acirramento das lutas.

Sobre essa relação fábrica-bairro, o depoimento do militante Isaías, o qual analisa sua atuação junto ao trabalho que desenvolvia na zona leste de São Paulo, torna-se bastante esclarecedora:

[...] Lá naquela região da zona leste, desde São Miguel até Vila Alpina, passando por Jardim Elba, por São Mateus, Sapopemba, Itaquera, mora uma grande parte dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, de Santo André [...] a minha participação [...] já vai para mais de 4 anos. Nesses quatro anos, até aqui [1980], a gente viu que, nas Igrejas, nas reuniões, seja, reuniões da comunidade de base, seja reuniões da Pastoral Operária, ou reunião de grupo de jovens [...] foi ocorrendo um processo muito importante [...] se debatia problemas relacionados ao bairro; se debatia problemas relacionados às lutas das diversas categorias, como às dos metalúrgicos de São Paulo; se debatia questões sobre a situação da classe operária, situação do trabalhador no Brasil, a grande exploração de trabalho no Brasil; se debatia problemas com relação às donas de casa, problemas das mulheres [...]⁹⁴

Assim, a fala do operário além de destacar como o trabalho desenvolvido por diversos grupos católicos articulava as diversas lutas que co-existiam na relação fábrica-bairro, as quais envolviam desde questões sindicais até problemas específicos das mulheres, o operário demonstra como o trabalho realizado por esses grupos buscava articular não só as diversas lutas do cotidiano fabril e do bairro, mas refletiam as experiências, as especificidades e as singularidades que os diversos movimentos populares vivenciavam por toda a região da grande São Paulo.

Nesse sentido, o militante Isaías explica como as características urbanas e as condições de trabalho e de moradia dessa região refletiam nesses encontros e nas suas problemáticas. Porque a grande São Paulo, ao possuir uma área urbana com características gigantescas, tinha muitos casos de operários que moravam num bairro e trabalhavam em outra região ou até em outra cidade, como no caso citado por ele. Desse modo, essas peculiaridades faziam com que o trabalho desenvolvido por esses grupos, além de fomentarem a atuação de militantes no trabalho fabril ou sindical, também possibilitava uma articulação das diversas lutas que existiam nos bairros, nas regiões ou mesmo em outras cidades, as quais possuíam uma dinâmica própria e muitas vezes ultrapassavam à área de jurisdição da diocese a que pertenciam. Essa situação possibilitava, apesar das tensões existentes entre os diversos movimentos daquele período, que uma comunidade pudesse ter ao mesmo tempo, tanto militantes envolvidos na Oposição Sindical Metalúrgica na cidade de São Paulo, quanto trabalhadores da região do ABCD paulista, sendo

⁹⁴ MARTINS, op. cit., p. 22-23-24.

que eram nessas comunidades ou nesses grupos que essas pessoas conheciam as singularidades e o contexto em que estava inserido cada um desses movimentos e assim podiam apoiar e atuar diversificadamente em cada uma dessas lutas.

Desse modo, as relações estabelecidas entre os “setores católicos” e o movimento operário-sindical na região da grande São Paulo, principalmente através da experiência da Oposição Sindical Metalúrgica na cidade de São Paulo e na região do ABCD paulista, juntamente com as greves ocorridas entre 1978-1980 e com os sindicalistas autênticos, era algo que vinha se constituindo por toda a segunda metade do século XX, as quais ganharam novos contornos e novas definições, principalmente no decorrer dos anos 1970.⁹⁵

Assim, será toda essa complexa teia de relações desenvolvidas entre os diversos grupos, os militantes e a hierarquia católica juntamente com as diversas lutas travadas pelos trabalhadores e sua atuação perante as greves e o movimento sindical, as quais são permeadas por diversos conflitos e experiências singulares, ou seja, cada uma delas possuía características específicas, dinâmicas e práticas próprias, as quais serão a base dos projetos e das propostas políticas decorrentes de cada uma dessas experiências. Logo, tanto a abertura política, a reorganização partidária, quanto a própria entrada do Partido dos Trabalhadores no cenário político são acontecimentos que serão apreendidos, compreendidos e resignificados através das experiências e dos projetos políticos construídos por esses grupos e movimentos.

Frente a esse contexto, os posicionamentos e as opções dos militantes católicos também serão marcados pelo relacionamento estabelecido com as diferentes experiências e práticas produzidas tanto pelo movimento operário-sindical, quanto pelos movimentos populares na região da grande São Paulo. Assim, o capítulo seguinte discute como as relações, os conflitos e os projetos sócio-políticos construídos e vivenciados ao longo dos anos 1970, pelos “setores católicos” portar-se-ão frente à abertura política e à reorganização partidária, desde a idéia de se formar um Partido Popular até os posicionamentos e impressões perante o surgimento e a organização inicial do Partido dos Trabalhadores, entre os anos de 1978 e 1980.

⁹⁵ Apesar das diferentes experiências e concepções existentes entre as diversas oposições sindicais e a própria Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo com os sindicalistas autênticos do ABCD paulista, foi a aproximação desses dois grupos que levou à formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983. Contudo, a criação da Central não significou o fim das divergências e das tensões existentes entre esses dois ramos do movimento operário-sindical. Sobre as articulações para a formação da central e os conflitos decorrentes desses desdobramentos, ver: ALMEIDA, Paulo Roberto de. **O Movimento Operário e a Construção da Central Única dos Trabalhadores no Brasil: disputas e concepções – 1977-1983**. 1998. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 1998.; RODRIGUES, Iram Jácome. **Sindicalismo e política: a trajetória da CUT**. São Paulo: Scritta, 1997.

CAPÍTULO 2 – DA CRIAÇÃO DE UM “PARTIDO POPULAR” AO SURGIMENTO DO PT

Como visto no capítulo anterior, os anos 1970, principalmente a sua segunda metade, foram fortemente marcados pela eclosão e fortalecimento de diversas lutas e movimentos que se articulavam contra a ditadura militar, com demandas que iam desde uma crítica ao modelo econômico adotado pelo governo da época até problemas que envolviam o próprio cotidiano. As greves, surgidas na região do ABCD paulista em 1978 e depois expandidas por praticamente todo o país, tiveram uma enorme importância sócio-política para o período, porque além de trazerem diversas questões para o centro do debate da sociedade, como a liberdade sindical, as condições de trabalho dos operários, dentre outras, fizeram com que o movimento se tornasse o centro aglutinador dos muitos grupos que vinham se mobilizando desde o início da década e se opunham fortemente ao regime militar.

Foi dentro desse contexto que surgiu o Partido dos Trabalhadores (PT). A criação do PT foi aprovada no plenário do IX Congresso de Entidades Sindicais dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico do Estado de São Paulo, realizado na cidade de Lins, entre os dias 22 e 26 de janeiro de 1979; sendo que, após diversas reuniões e debates marcados por diversas tensões e conflitos, o partido foi oficialmente lançado em 10 de fevereiro de 1980, no auditório do Colégio Sion na cidade de São Paulo.

A história da construção e fundação do PT, acredito que pela importância que o partido ganhou desde os anos 1980 até o presente momento, acabou muitas vezes eclipsando os diversos projetos políticos que se colocavam em discussão pelos grupos e sujeitos que emergiram ao longo da década de 1970. Assim, a fundação do PT, ao mesmo tempo em que trazia para a concretude daquele período o anseio de se criar um ente político, que de certa maneira representasse esses grupos, projetos, propostas e discussões sobre a criação de um novo partido, que tivesse um caráter popular ou dos trabalhadores, fez com essa ampla e complexa discussão fosse praticamente negligenciada ou relegada a um segundo plano pelos estudiosos do período e do próprio PT.⁹⁶

⁹⁶ Uma exceção nesse caso é o trabalho de Márcia Regina Berbel; o único estudo encontrado que faz uma discussão aprofundada sobre os diversos projetos, debates e tensões que marcaram a formação do PT entre os anos de 1978 e 1980, ver: BERBEL, Márcia Regina. **Partido dos Trabalhadores: tradição e ruptura na esquerda brasileira (1978-1980)**. 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1991.

O presente capítulo analisa como os “setores católicos”, durante a segunda metade dos anos 1970, inseriram-se na discussão sobre a criação de um partido, chamado pela maioria de seus membros ou grupos de “partido popular”, ou seja: quais eram as propostas e projetos políticos articulados por esses sujeitos, através da análise de como eles compreendiam a criação desse partido; o que seria esse “partido popular”; quais características mostravam-se como necessárias a esse novo ator político; como esses projetos incorporavam as influências teóricas e traziam em si as divergências e articulações estabelecidas com os grupos a que pertenciam, representavam ou possuíam alguma ligação, dentre eles a própria hierarquia católica, os movimentos populares, o MDB, o “novo sindicalismo”, as oposições sindicais, dentre outros.

Num segundo momento, compreende-se como os diversos “setores católicos” posicionaram-se, relacionaram-se e quais foram os pontos de tensões que existiram desde as primeiras articulações para se criar o Partido dos Trabalhadores em 1979 até a sua fundação, no ano de 1980. Desse modo, analisa-se como as discussões sobre a criação do PT colocavam-se dentro do contexto de abertura política e reorganização partidária promovida pelo governo, as quais abriram novas questões e problemáticas para os diversos sujeitos que se articulavam no movimento de oposição à ditadura militar. Entretanto, torna-se importante ressaltar que os posicionamentos e as relações estabelecidas entre esses atores ocorreram num momento em que a idéia e as conversações para se criar o Partido dos Trabalhadores, eram algo ainda em construção, com características, propostas e conceitos pouco concretos e definidos. O PT nesse momento era muito mais um movimento emergente em torno da criação de um partido, marcado por constantes disputas entre seus grupos formadores e nas relações estabelecidas com os outros setores da sociedade, do que algo prontamente definido e plenamente estruturado.

2.1 Os “setores católicos” e o “partido popular”

A discussão sobre a reorganização partidária e a necessidade de se criar um “partido popular” marcou profundamente a segunda metade dos anos 1970, principalmente a partir do ano de 1978, a qual trazia para o debate político-partidário todas as discussões, anseios, propostas e experiências vivenciadas e construídas pelos diversos sujeitos que emergiram no final dessa década. Dentro da Igreja Católica, tanto pessoas pertencentes à hierarquia, quanto grupos ou militantes católicos ligados ao movimento popular ou ao operário-sindical, começaram a debater, não só, a necessidade de se criar um novo partido, mas a discutir a sua essência e funcionalidade,

ou seja, quais seriam suas características, a possibilidade real de sua efetivação naquela conjuntura e qual projeto de sociedade deveria buscar a longo prazo.

No plano institucional, ou seja, as pessoas ou grupos ligados à hierarquia da Igreja, ganha destaque alguns veículos e depoimentos sobre o assunto. No jornal da arquidiocese de São Paulo, intitulado “O São Paulo”, a discussão sobre a criação de um “partido popular”⁹⁷ e o que seria esse novo partido, estava em pauta já no início de 1978, como demonstra dois editoriais produzidos pelo periódico. O primeiro foi publicado na segunda semana de janeiro de 1978 e trazia como título “Necessidade da presença do povo na política” e o segundo “os novos partidos: para os políticos ou para o povo” estava presente na edição da semana de 18 a 24 de fevereiro do mesmo ano.

Sobre esse periódico torna-se importante ressaltar que, além de se constituir num importante veículo de oposição à ditadura militar, o qual trazia diversas denúncias contra as arbitrariedades cometidas pelo governo e inúmeras reportagens sobre os movimentos contestatórios surgidos, tanto na região da grande São Paulo, como no restante do país; até esse momento, o jornal sofria uma censura prévia, fazendo com que partes de matérias ou mesmo textos inteiros fossem suprimidos, os quais eram substituídos pela direção do jornal pela frase “Leia e divulgue O São Paulo”. A censura ao semanário só teve o seu término no início de junho de 1978, porém, a que foi imposta até aquele momento ainda era muito forte, como demonstra a edição de 27 de maio a 2 de junho do mesmo ano, que trazia como temática central uma discussão sobre os primeiros movimentos grevistas na região do ABCD paulista e teve cinco de suas matérias censuradas por completo. Desse modo, os dois editoriais que tratavam da criação de um “partido popular” ainda estavam inseridos dentro desse contexto de censura imposto ao jornal, ou seja, marcados pelas limitações e pelo clima de medo e tensão trazidos pelo regime de censura prévia da época.

Mesmo dentro desse contexto, a discussão sobre a criação de um novo partido tornou-se um dos assuntos mais relevantes do jornal, presente principalmente nos seus editoriais, que traziam uma discussão bem aprofundada da necessidade desse novo ator político, e como o mesmo colocar-se-ia dentro da conjuntura política daquele momento, além de trazer questões relacionadas a sua estruturação, o formato e as propostas desse “partido popular”. Nesse período,

⁹⁷ Torna-se importante destacar, que o “partido popular” discutido por esses setores, principalmente ao longo dos anos 1978 e 1979, não tinha nenhuma relação com o Partido Popular (PP) criado em dezembro de 1979 por políticos liberais da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e moderados vindos do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o qual se incorporou ao PMDB dois anos após a sua criação.

o editor-responsável do semanário era D. Angélico Sândalo Bernardino, bispo-auxiliar da arquidiocese, responsável pela Região Episcopal Leste II (São Miguel) e pela Pastoral do Mundo do Trabalho, em nível arquidiocesano.

Partindo disso, uma pergunta faz-se necessária: por quê a utilização da terminologia “partido popular” por parte desses sujeitos? Ou seja, por quê a utilização da palavra “popular” nesse contexto? Quais são os significados, as propostas e intenções políticas que decorrem dessa escolha, ao invés de uma denominação como dos trabalhadores, socialista ou qualquer outra? Nesse aspecto, os dois editoriais citados ajudam bastante a definir o por quê e os significados dessa escolha.

A primeira justificativa para a escolha desse termo leva em consideração a recente história político-partidária do país, já que com a terminologia “popular” buscava-se uma diferenciação frente aos partidos populistas, anteriormente existentes na política brasileira, quando afirma: “No Brasil já houve muitos partidos populistas, mas nenhum verdadeiramente popular.”⁹⁸ Nesta afirmação, fica clara a intenção de distanciar esse novo partido de todos os demais que existiram na política brasileira das últimas décadas, salientando que os chamados pelo editor de “partidos populistas”, que existiram até então, incluindo desde o “populismo” iniciado com Getúlio Vargas até o governo João Goulart nos anos 1960, nunca teriam sido verdadeiramente “popular”.

Além de se colocar em oposição a esses antigos partidos, o jornal, a partir dessa afirmação, fazia uma crítica indireta aos políticos que se diziam herdeiros dessa tradição, chamada pelos seus principais líderes de retomada do trabalhismo, os quais propunham a criação de partidos que representassem a tradição trabalhista, construída desde os anos 1930. Entre eles, destacam-se Ivete Vargas, ex-deputada federal e sobrinha de Getúlio, a qual numa disputa com Leonel Brizola conquistou através de uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a sigla correspondente ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); e o próprio Brizola, ex-governador gaúcho e ex-deputado federal, que acabou organizando o Partido Democrático Brasileiro (PDT). Porém, segundo o jornal, o grande problema desses políticos era que os mesmos não tinham nenhuma ligação com os trabalhos de base que emergiam na sociedade de então.

Após essa diferenciação, o jornal ressaltava a necessidade de que esse “partido popular” deveria ter um programa político claro e definido, ou seja, para o jornal não bastava:

⁹⁸ EDITORIAL. Necessidade da presença do povo na política. “O São Paulo”, São Paulo, p. 3, semana 7-13 jan. 1978.

[...] colocar cem, duzentas, quinhentas mil pessoas na praça, a gritar e aplaudir um presidente, ou conseguir alguns milhões de votos para um candidato popular. Se não houver por traz dessas manifestações uma sólida e extensa rede de núcleos políticos, enraizados na base, formados por pessoas conscientes e comprometidas com um programa político claro e definido, nenhum benefício real poderá resultar para o povo.⁹⁹

O trecho acima traz muitas implicações e significados não só sobre o que seria esse novo partido, mas sobre diversos aspectos da sociedade da época, nos quais ganha destaque a limitação dos movimentos sociais, dos políticos e dos partidos então existentes. No que diz respeito à limitação dos movimentos sociais o editorial é bastante claro, ou seja, o movimento social, ao mesmo tempo em que deveria possuir uma forte disseminação entre a população, não poderia estar desconectado de um programa político maior, articulado com um projeto claro do que defende para a sociedade. Em decorrência disso, o editorial compreende o surgimento desse novo ator político como um avanço para uma etapa posterior no processo de atuação desses movimentos, chegando a dizer que “Sem um partido político, o trabalho de base corre o risco de estagnar e mesmo retroceder.”¹⁰⁰

Sobre o panorama político, o texto destacava a fragilidade do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição consentido pela ditadura, e dos candidatos da frente popular, praticamente uma tendência dentro do MDB, na qual seus participantes possuíam uma maior proximidade com os movimentos populares e costumavam ser mais críticos ao regime ditatorial. O editorial criticava o poder limitado de mudança que teriam esses candidatos dentro do MDB, ou seja, de transformar o próprio MDB num “partido popular”, já que o mesmo era muito mais uma frente de oposição à ditadura, o qual continha desde liberais até políticos ligados ao Partido Comunista do Brasil (PC do B), do que um partido propriamente dito, ou seja, com propostas e projeto político claro, tanto para aquele momento, quanto para a sociedade brasileira a longo prazo.

Neste excerto, também ganha destaque, a defesa de que esse “partido popular” deveria possuir uma sólida rede de núcleos políticos de base, posto que essa proposição tornar-se-ia nos anos seguintes, uma das principais bandeiras do próprio PT a respeito da sua organização interna, como foi bem discutido pelo trabalho de Marossi¹⁰¹. Torna-se importante destacar o contexto em

⁹⁹ EDITORIAL, op. cit., p. 3.

¹⁰⁰ EDITORIAL. Os novos partidos: Para os políticos ou para o povo. “O São Paulo”, São Paulo, p. 3, semana 18-24 fev. 1978.

¹⁰¹ MAROSSO, Maria Tânia. **Utopia e realidade:** os núcleos de base do Partido dos Trabalhadores na cidade de São Paulo nos anos 80. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2000.

que essa proposta foi defendida, ou seja, no início de 1978, período em que as articulações para se criar o PT tal como conhecemos hoje nem haviam sido iniciadas, já que as discussões sobre a sua criação apenas tomaram corpo a partir de julho de 1978, momento este, que Lula em suas entrevistas começou a aventar a possibilidade de se criar um novo partido.

O que merece destaque nesse caso, é que os núcleos criados pelo PT e a tomada dos mesmos como a principal forma de organização do partido, podem ser compreendidos, num certo sentido, como algo fortemente influenciado pelas propostas e práticas desenvolvidas por diversos grupos católicos, especialmente pelas experiências produzidas através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e pelos diversos movimentos populares de bairro daquele período, principalmente nas regiões periféricas da grande São Paulo, onde essa forma de organização teve grande apoio da hierarquia católica, sobretudo nas regiões sul e leste da cidade de São Paulo e na região do ABCD paulista, ao longo dos anos 1970 e 1980.

Feitas essas observações e diferenciações, os dois editoriais passam a discutir qual seria a principal ou as principais características que esse novo partido político deveria conter em sua proposta, ou mesmo na sua estruturação. A principal característica ressaltada por esses documentos e também por alguns membros da hierarquia católica, em outras falas e entrevistas, as quais serão trabalhadas logo à frente, diz respeito à composição do mesmo, ou seja, que ele deveria ser formado pelo “povo”. Com isso, buscava-se diferenciar o “partido popular” dos demais partidos que existiram até então na política brasileira, pois os mesmos, segundo o jornal, teriam sido sempre controlados por pequenos grupos e na maioria dos casos, por elementos advindos da classe média e alta.

Nessa perspectiva, para o partido ser verdadeiramente popular, não bastaria que fosse apenas composto pelo “povo”, mas também dirigido pelo “povo” e não por uma pequena cúpula burocrática. Além disso, os seus membros deveriam estar sempre presentes e a par dos debates acerca das temáticas discutidas pelo partido, e mais ainda, possuir uma estrutura democrática em que seus participantes pudessem criticar, propor e decidir sobre os caminhos do mesmo. Desse modo, os seus representantes e líderes deveriam ter o compromisso de ouvir os seus núcleos de base e a obrigação de seguir as decisões tomadas pela estrutura democrática do partido.

Pode-se concluir assim, que a idéia de criar um “partido popular” por parte da hierarquia católica de São Paulo, não era algo que estava apenas num nível abstrato ou teológico, já que o cerne de suas propostas e as características atribuídas a esse sujeito político estavam fortemente

relacionadas com as demandas práticas e com a conjuntura política do período, dentre as quais se pode destacar: o “partido popular” em contraposição ao populismo dos antigos partidos e dos líderes remanescentes da tradição trabalhista, vistos como desconectados dos movimentos populares; a necessidade da criação desse novo partido como uma forma de avanço para os movimentos populares do período; que esse “partido popular” possuíse um programa político claro, minimizando assim a possibilidade de grandes mudanças através do MDB e dos candidatos populares a ele vinculados; ser composto e dirigido democraticamente pelo “povo”, em oposição aos partidos até então sempre controlados por pequenas cúpulas ou pelas classes médias e altas; e uma estrutura organizacional interna democrática, onde todos pudessem participar da formulação de suas propostas e de suas decisões.

O debate sobre a criação, as necessidades e as características que esse novo “partido popular” deveria conter, era também um assunto de grande preocupação para os movimentos populares que tinham uma relação próxima com a Igreja Católica da região da grande São Paulo. Exemplo disso, foi a cartilha editada em novembro de 1979, com o título “O povo e a reorganização partidária”, que traz um texto elaborado por um grupo de trabalho em preparação para o “1º Encontro sobre a participação política da mulher”, realizado na primeira semana de dezembro de 1979, na cidade de São Bernardo do Campo, que contou com a presença de mais de quinhentas mulheres. Esse texto teve sua publicação vinculada a então deputada estadual pelo MDB Irma Passoni, que tinha uma grande influência junto as CEBs, além de ser uma das coordenadoras do Movimento Custo de Vida, na zona sul de São Paulo e que a partir do ano de 1980 migrou para o PT, onde se tornou secretária estadual de organização e a partir de 1982, deputada federal por três mandatos consecutivos.

A cartilha produzida por esse grupo de mulheres, diferente dos editoriais do “O São Paulo”, os quais haviam sido publicados no início de 1978, inseria-se num momento em que o debate sobre a criação de novos partidos aprofundava-se, visto que o fim do bi-partidarismo já havia sido anunciado e as greves iniciadas em 1978 tornar-se-iam o principal acontecimento político do final década de 1970. Foi dentro desse ambiente que o texto foi escrito e ao mesmo tempo, por ter sido produzido por um grupo que possuía uma importante ligação com o movimento popular, pode-se através dele compreender os significados, as influências, as peculiaridades e as propostas vinculadas por esse grupo, não só sobre o “partido popular”, mas a

respeito de como esse segmento compreendia aquele momento político e articulavam as suas propostas de sociedade para além daquele contexto.

Antes de entrar na questão do “partido popular” propriamente dito, torna-se importante salientar que o documento foi escrito de forma bem didática, dividido em tópicos, como se fosse um pequeno manual, onde se discutia não só o que seria esse novo partido, mas também a conjuntura sócio-política e a forma como estava estruturada a sociedade brasileira. Nessa perspectiva, para o grupo em questão o partido político era compreendido como “[...] uma associação de pessoas, organizado em torno dos mesmos objetivos, em relação à forma de transformar, organizar e dirigir a sociedade.”¹⁰², o qual teria por finalidade a conquista do poder para atingir os seus objetivos. Partindo disso, uma idéia central do documento, a qual irá permear todo o debate sobre a construção de um novo partido, refere-se à forma como está posta a sociedade e a luta pelo poder, ou seja, estes estavam divididos em dois interesses opostos, sendo eles: os interesses dos trabalhadores e os dos que os exploram.

Nesse aspecto, nota-se que diferente dos editoriais citados, os quais discutiam a criação de um “partido popular”, muito mais no seu aspecto organizacional e estrutural; o texto produzido pelas mulheres discutia o novo partido, tomando por base a sua compreensão de como estava organizada e dividida a sociedade e qual os objetivos finais deveriam ser conquistados por esse partido. Percebe-se assim, que o documento produzia um discurso muito comum aos movimentos populares de então, o qual buscava aproximar o pensamento marxista das experiências e lutas produzidas por aqueles sujeitos, ou seja, compreende a sociedade como dividida entre os trabalhadores e aqueles que os exploram; sendo que, os explorados devem lutar pelo poder, a fim de acabar com “[...] todas as formas de exploração da sociedade brasileira [...] para [que] a riqueza produzida pelo povo seja usada em benefício de cada um e de todos os trabalhadores.”¹⁰³

Partindo dessa concepção de sociedade, a cartilha também analisava a conjuntura política daquele período e assim como os editoriais do “O São Paulo”, desqualificava a capacidade de mudança do MDB, o qual nunca teria sido verdadeiramente um partido do povo, mas apenas um instrumento para a eleição de alguns políticos de oposição, sendo o seu crescimento muito mais uma consequência do fortalecimento daqueles que se opunham à ditadura militar. A questão da importância do partido político frente ao movimento social também era colocada e mostra

¹⁰² PASSONI, Irma dep. **O povo e a reorganização partidária**: colaboração de um grupo de trabalho em preparação para o encontro sobre a participação política da mulher, nov. 1979.

¹⁰³ Ibid.

claramente a influência de algumas análises marxistas do período, pois apesar de ressaltar que todas as lutas contêm uma carga política muito grande, seria apenas o partido político que teria o pleno acesso “[...] ao controle dos aparelhos e das máquinas do Estado [...]”¹⁰⁴

O texto também apresentava as características que o “partido popular” deveria possuir. A primeira delas dizia respeito a sua composição, porque segundo esse grupo, o partido teria que contar com a mais ampla participação popular, ou seja, deveria ter não só a participação do “povo” enquanto categoria abstrata, como nos editoriais acima, mas sim, a participação efetiva da maioria dos trabalhadores brasileiros. A segunda característica referia-se ao “partido popular” como um instrumento de organização do povo brasileiro, começando com uma estrutura interna democrática, na qual os seus participantes, a partir do debate e do confronto de opiniões, tomariam as decisões que melhor interessassem ao povo. Além disso, esse novo ator político deveria ter como princípio básico a defesa do “[...] fim da exploração do homem pelo homem.”¹⁰⁵

No mesmo mês em que a cartilha desse grupo de mulheres foi produzida, ou seja, em novembro de 1979, Frei Betto editava o documento intitulado “Prática Pastoral e Prática Política”. O frade dominicano Carlos Alberto Libânio Christo, conhecido como Frei Betto, era um ex-presos político, considerado como uma importante figura dentro dos movimentos populares que tinham uma maior ligação com a Igreja Católica, além de ser um organizador e fomentador das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Fora isso, o religioso havia ganho um grande destaque nas greves do ABCD, quando passou a assessorar a Pastoral Operária na região; sendo que, nos anos posteriores tornou-se um ativo militante do PT e no primeiro ano do governo Lula ocupou o cargo de assessor especial da Presidência da República.

No documento em questão, o frade tinha como objetivo principal discutir e analisar quais seriam as perspectivas e redefinições a serem enfrentadas pela pastoral popular e pelos seus agentes frente ao novo contexto, marcado pela abertura política e pela reorganização partidária, o que segundo ele, trazia em seu cerne a necessidade de uma nova prática política a esses sujeitos. Para Frei Betto, esse novo momento político, concomitantemente aos novos canais de expressão que surgiam, seria marcado por uma maior polarização de projetos e propostas políticas; muito diferente do período anterior em que a Igreja havia se tornado num dos mais importantes espaços de debate e prática sócio-política, aliando-se a diversos movimentos de oposição à ditadura

¹⁰⁴ PASSONI, op. cit.

¹⁰⁵ PASSONI, op. cit.

militar. A partir disso, o frade buscava demonstrar quais eram os limites da prática pastoral dentro desse novo contexto.

Segundo ele, era necessário que o trabalho de organização popular desenvolvido pelos agentes de pastoral passasse a “[...] uma proposta programática menos genérica que a da pastoral e mais vinculada à mudança de poder na sociedade política.”¹⁰⁶, a qual seria concretizável através de um partido político, entendido como o “[...] conduto entre sociedade civil e a sociedade política – o aparelho de Estado.”¹⁰⁷ A análise do religioso sobre esse momento político torna-se de extrema relevância, posto que a mesma tinha como ponto de partida o próprio trabalho desenvolvido pelos diversos grupos católicos, os quais em seu conjunto são identificados por ele como pastoral popular. No entanto, Frei Betto ressalta e apreende os limites concernentes tanto à prática desses grupos, quanto as suas propostas e projetos de sociedade, os quais segundo ele teriam um caráter mais genérico, simbólico e utópico; assim, menos concretos e de certa forma insuficientes para compreender a realidade do momento político brasileiro; que como consequência não teriam a capacidade e o discernimento de levar à mudança real de poder da sociedade, o que só seria realizável através da atuação desses militantes num partido político.

Será essa então a preocupação central do texto de Frei Betto, ou seja, devido aos limites decorrentes da prática e do discurso produzido pela pastoral popular, a atuação de seus agentes na política partidária passava a ser vista como um amadurecimento da prática desses grupos e na forma como os mesmos compreendiam a sociedade e o próprio poder político. Porém, disso decorre uma pergunta: como se daria a ação desses sujeitos perante a novidade trazida pelos novos partidos?

Diferentemente dos editoriais do jornal “O São Paulo” e do documento produzido pelo grupo de mulheres, que mostravam uma grande preocupação na criação de um partido popular e nas características necessárias a esse novo ator político, o dominicano estava muito mais interessado em discutir como os militantes católicos articular-se-iam perante esse novo quadro político diverso e polarizado, do que na forma organizacional, estrutural e programática da criação desse novo partido. Em consequência disso, Frei Betto vai além e critica aqueles militantes que ao invés de se articularem nas discussões sobre os novos partidos, possuíam uma

¹⁰⁶ BETTO, Frei. **Prática Pastoral e Prática Política**. nov. 1979, p. 6.

¹⁰⁷ *Ibid.*, p. 7.

esperança utópica, onde “[...] surgiria um partido feito sob medida, sem mácula ou ambigüidades, perfeitamente adequado às aspirações da base popular.”¹⁰⁸

Para Frei Betto, mais importante do que analisar siglas e líderes partidários, a avaliação dos militantes católicos sobre os partidos políticos deveria recair sobre “[...] a natureza e o caráter de seu bloco hegemônico e o conteúdo de seu programa de ação.”¹⁰⁹ A partir disso, o religioso, ao invés de elencar as características necessárias a um determinado partido, discorre sobre quais práticas vivenciadas pela pastoral popular deveriam ser realçadas e de certo modo, poderiam contribuir para a construção de uma prática política tanto desses agentes, quanto para a própria constituição dos partidos em geral, sendo elas: a opção pelas classes populares, ou seja, esse conduto político deveria ter seu centro hegemônico no operariado urbano e rural e não ser dirigido por um pequeno grupo de dirigentes; respeitar e incentivar a autonomia e a forma de organização dos movimentos populares de base, já que os mesmos (comissões de fábrica, equipes de pastoral da terra) não deveriam concorrer e muito menos ser absorvidos pela estrutura partidária, porque seria a dinamicidade das práticas democráticas desenvolvidas pelas classes populares que deveria refletir na própria forma de democracia construída pelo partido, ou seja, levaria o mesmo a formular uma estrutura interna democrática; além de valorizar todas as iniciativas voltadas para a educação popular, sem que ocorresse uma instrumentalização partidária das mesmas, o que poderia levar a um asfixiamento do próprio processo de construção dessas práticas e assim limitar o seu próprio desenvolvimento e a constituição de suas formas de luta.

Partindo dessas observações, pode-se perceber que Frei Betto inverte a lógica proposta pelos editoriais e pelo documento do grupo de mulheres, ou seja, ao invés de elencar as características necessárias a um partido popular, ele ressalta como as práticas pastorais, produzidas pelos movimentos populares e operários, poderiam balizar a atuação dos seus agentes e contribuir para a construção de uma prática político-partidária. Contudo, algumas de suas proposições apresentam certas similitudes com os primeiros documentos, tais como, o partido formado e dirigido pelas classes populares e a constituição de uma estrutura interna democrática.

Além de ressaltar a necessidade de não se restringir o “processo de libertação” das classes populares às instituições surgidas em decorrência do processo de reformulação partidária dirigido pelo governo, para Frei Betto, as características de cada partido não seriam definidas através do

¹⁰⁸ BETTO, op. cit., p. 21.

¹⁰⁹ BETTO, op. cit., p. 26.

discurso encampado pelos seus líderes, mas decorreriam do próprio processo de prática política desenvolvido pela massa e pelo proletariado, incluindo aí os militantes e grupos da pastoral popular, através das suas formas de expressão e de luta junto aos mesmos.

Entretanto, segundo os militantes, grupos e pessoas ligadas à Igreja Católica, que defendiam a criação de um “partido popular”, qual seria a sua finalidade maior, ou seja, além de sua forma de organização e estruturação, qual deveria ser o projeto de sociedade buscado por ele?

Os editoriais do jornal “O São Paulo” pouco falam sobre a finalidade a longo prazo desse partido, já que a sua preocupação maior estava centrada na necessidade de criação desse novo ator político e na forma em que o mesmo deveria se estruturar. O documento produzido pelo grupo de mulheres colocava essa finalidade como uma das características para que esse novo ator político fosse verdadeiramente um grande “partido popular”. Partindo disso, o texto propõe como principal meta desse partido, construir um caminho na direção do que seria o objetivo maior dos trabalhadores: “[...] uma sociedade justa, onde não exista a exploração do homem pelo homem, [mais precisamente] uma sociedade socialista.”¹¹⁰

A respeito disso e também sobre as prioridades da Igreja Católica, mas principalmente dos “cristãos engajados” e ligados às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), daquele momento; o teólogo franciscano Leonardo Boff apresentava um claro programa sobre os caminhos a serem trilhados por esses sujeitos e qual seria o objetivo final a ser buscado pela sociedade brasileira. Esse relato consta de uma entrevista realizada em setembro de 1978 junto ao jornal carioca “O Globo”.

Boff, como dito na Introdução, um dos principais formuladores da Teologia da Libertação, possuía uma forte ligação com às CEBs e posteriormente tornou-se um apoiador público do PT. Para ele, a atuação da Igreja deveria voltar-se naquele momento ao intuito de fortalecer a oposição ao regime militar e num segundo momento apoiar a criação de um “partido popular”. Nesse caminho, para o religioso, o objetivo principal a ser alcançado por esse partido a longo prazo, seria o de criar “[...] condições para a instalação de um regime socialista democrático.”¹¹¹

Nota-se assim, que tanto o documento produzido pelo grupo de mulheres, quanto a fala de Boff, apesar de defenderem como objetivo final a construção de uma sociedade socialista, na qual

¹¹⁰ PASSONI, op. cit.

¹¹¹ CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Dossiê: A Igreja, os movimentos e o Estado 1978-1979. In: **Pasta**: Igreja-Política – Igreja e as eleições 1972-1983, mai. 1995.

o primeiro passo dar-se-ia com a formação e constituição de um “partido popular”, pouco adentravam na discussão sobre como chegar a essa sociedade e como seria sua estruturação de uma forma mais complexa. A respeito disso, duas observações podem ser colocadas: a primeira refere-se ao pensamento elaborado pela Teologia da Libertação, que apesar de criticar fortemente o sistema capitalista, as desigualdades e as injustiças produzidas por ele e defender a construção de uma sociedade que acabasse com toda a forma de exploração, pouco se aprofundava em questões mais complexas, tais como, o que seria de fato esse socialismo e como se chegaria a ele. O segundo aspecto a ser levantado refere-se ao contexto político pelo qual atravessava a sociedade brasileira, ou seja, momento este em que o país vinha passando por uma lenta abertura política e os diversos movimentos populares começavam a ganhar destaque no espectro sócio-político da época.

Com isso, os temas relacionados à construção de um novo partido e a relação dos movimentos populares perante esse novo cenário, parecem ser assuntos muito mais relevantes e palpáveis para esses sujeitos do que discutir as características e peculiaridades de uma sociedade socialista, a qual não parecia estar nem na ordem do dia, nem se colocava por eles como algo a ser concretizável num futuro próximo.

Porém, se a possibilidade de uma sociedade socialista não estava dentro das discussões mais imediatas desses grupos; de que forma, tanto a hierarquia da Igreja, quanto os grupos ligados a ela, viam a real possibilidade de efetivação desse “partido popular” naquele momento?

Sobre a perspectiva da efetivação ou mesmo surgimento de um “partido popular” naquele momento, o arcebispo de João Pessoa, D. José Maria Pires, também conhecido como D. Pelé ou D. Zumbi, que também defendia a criação de um partido dirigido e composto por gente do povo; no final do mês de dezembro de 1978, a respeito da possibilidade de sua concretização dizia: “não ocorre atualmente e nem parece estar nas perspectivas dos nossos partidos que vão ser organizados”¹¹². A fala do arcebispo paraibano é bem clara sobre a probabilidade real de se criar um partido popular naquele momento, e mais do que isso, essa possibilidade não era vista como realizável num futuro próximo.

Porém, um mês após a declaração de D. José, a proposta de criação de um Partido dos Trabalhadores, era aprovada pela ampla maioria dos participantes da plenária do Congresso dos sindicatos de trabalhadores paulistas dos setores metalúrgicos e elétrico, realizado na cidade de

¹¹² CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO, op. cit.

Lins, a qual havia sido colocada em votação pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André. Além disso, cinco meses depois, em maio de 1979, a Carta de Princípios do PT era lançada, o que impulsionou fortemente as discussões e articulações para a efetivação desse novo partido.

Torna-se importante destacar que, mesmo antes das propostas de criação de um novo partido pelo grupo dos sindicalistas, diversas discussões e mesmo tentativas de articulações para a criação desse “partido popular” já haviam ocorrido. Nesse sentido, ganha destaque a figura do ex-deputado federal pelo Partido Democrático Cristão (PDC) nos anos 1960, Plínio de Arruda Sampaio, o qual mantinha publicamente uma forte relação com a Igreja Católica e com vários de seus grupos, com destaque para as CEBs. Plínio tornou-se posteriormente um ativo militante petista, partido em que foi eleito deputado federal constituinte e no qual se candidatou a governador do estado de São Paulo.

Plínio, também era um defensor da criação de um “partido popular”, como declarou em dezembro de 1978, quando defendeu a criação de um partido “verdadeiramente popular [...] que tenha origem nas bases organizadas da massa trabalhadora das cidades médias e grandes, e que seja constituído predominante por quadros e dirigentes originários desses setores.”¹¹³. Porém, além de defender a criação desse novo ator político, segundo o estudo de Márcia Regina Berbel, o ex-deputado vinha participando de articulações que visavam criar um novo partido desde 1976.¹¹⁴ Segundo Berbel, o ativista católico, juntamente com outros segmentos paulistas, tais como intelectuais ligados ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), dentre os quais se destacam Fernando Henrique Cardoso, Paul Singer, Francisco Weffort e fora desse grupo, Almino Afonso, ex-ministro do trabalho do governo João Goulart e mais alguns sindicalistas ligados à Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e do ABCD paulista, articularam-se por alguns anos visando à constituição e formação do Partido Popular Democrático Socialista (PPDS).

Segundo a autora, aqueles que participaram das articulações para a criação do PPDS defendiam que o partido deveria ter como características principais, uma crítica radical ao

¹¹³ SAMPAIO, Plínio de Arruda, 1978 apud PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira. **Democracia, Igreja e voto: o envolvimento dos padres de paróquia de São Paulo nas eleições de 1982**. 1984. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1984, f. 12.

¹¹⁴ A respeito da discussão sobre as articulações para a formação do Partido Popular Democrático Socialista (PPDS), ver os trabalhos de: BERBEL, Márcia Regina. **Partido dos Trabalhadores: tradição e ruptura na esquerda brasileira (1978-1980)**. 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1991, f. 31-32-33-34-77-93-94; KECK, Margaret Elizabeth. **PT – A lógica da diferença: O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira**. São Paulo: Ática, 1991, p. 70-75.

stalinismo, além de ter como premissa uma forte defesa da democracia, sem perder de vista a idéia de construção de uma sociedade socialista. Porém, no que diz respeito ao caráter popular do partido, os seus mentores defendiam uma ampla ligação do mesmo com os “setores populares”, além de uma estrutura interna democrática que possibilitasse e pudesse abranger a “[...] manifestação dos diferentes setores sociais nele incluídos.”¹¹⁵

No entanto, a proposta de criação do Partido Popular Democrático Socialista foi pouco a pouco sendo abandonada, muito em decorrência dos diversos fatores ocorridos nos anos de 1978 e 1979. Uma parcela desse grupo aderiu fortemente ao MDB, fazendo com que a proposta de criação do PPDS fosse abandonada, dentre os quais ganham destaque os nomes de Almino Afonso e Fernando Henrique Cardoso, este último, muito influenciado pelo resultado obtido na campanha a senador por São Paulo em 1978, onde conquistou a suplência. Esses militantes passaram então a defender a idéia de que o MDB poderia ser de fato a concretização do “partido popular” do qual o grupo vinha discutindo, já que para eles, o partido “[...] contava com o apoio dos setores populares e constituía um grupo em torno do qual os futuros partidos poderiam organizar-se.”¹¹⁶

Ao mesmo tempo, a partir da eclosão das greves do ABCD, outros membros desse grupo começaram a estabelecer uma maior articulação junto ao setor sindical e a buscar conversações com o próprio, a fim de articular a criação do próprio PT. Assim, enquanto Fernando Henrique Cardoso passava a criticar a limitação do PT, num primeiro momento, devido ao seu caráter sindical, a sua não articulação com outras forças políticas nacionais e a não aceitação do MDB como grande força de oposição; outros membros desse grupo, dentre os quais o próprio Plínio de Arruda Sampaio e Francisco Weffort aproximavam-se do PT e tornaram-se importantes militantes e divulgadores do partido, nos seus primeiros anos.

Retomando a discussão sobre a possibilidade de efetivação de um “partido popular” naquele contexto, ganha destaque o documento produzido pelo grupo de mulheres, no final de 1979. Pois, nesse momento, a idéia de criação do PT estava praticamente consolidada e mais do que isso, já se delineava o caráter, as características e a composição do Partido dos Trabalhadores, o que ocorreu através de diversos encontros, debates, reuniões, os quais resultaram na Carta de Princípios, lançada em maio de 1979 e na Declaração Política, de outubro do mesmo ano, as quais traziam os pontos essenciais da proposta petista.

¹¹⁵ BERBEL, op. cit., f. 32.

¹¹⁶ KECK, op. cit., p. 73.

De forma antagônica à proposta que ia se construindo pelo PT, o documento mostrava-se bastante cético perante a criação e efetivação de um “partido popular” naquele momento, além de criticar fortemente as articulações e a forma como vinham se desenhando os partidos que estavam sendo construídos na reorganização partidária, como se pode observar:

Quem vai fundar os partidos? O povo? Não. A formação dos partidos está nas mãos de 500 pessoas, [...] Evidentemente que desse arranjo de 500 pessoas não vai sair o partido que interessa ao povo. Mas não há dúvida de que, pelo menos um desses partidos vai agrupar aqueles que estão perto do povo. Não serão eles que poderão criar um partido popular. Mas eles poderão abrir um espaço, uma clareira no matagal de privilégios, onde o povo começará a semear o seu roçado.¹¹⁷

Para compreender o excerto acima, é preciso levar em conta não só o contexto político do período, mas também a situação em que se encontrava a reorganização partidária, a formação do PT e a forma como se dava a prática e o pensamento do grupo que o escreve; para a partir disso buscar os seus diversos significados. Desse modo, o documento criticava a reorganização partidária, já que a mesma era vista por esses setores como algo proposto e controlado pelo aparato civil-militar da ditadura, que tinha como principal objetivo desarticular o crescimento da oposição e de acordo com o documento “[...] afastar o povo da política.”¹¹⁸ ainda mais.

Uma consequência que marcava essa reorganização foi a forma como estavam sendo constituídas as novas agremiações partidárias, ou seja, a partir de pequenos grupos e não por segmentos representativos da sociedade e dos movimentos populares, emergidos no final dos anos 1970. Essa crítica aos pequenos grupos, os quais estavam articulando a criação dos novos partidos, vai de encontro à importância que os movimentos populares de então, tais como o Movimento do Custo de Vida, as Associações de Bairro, as próprias CEBs, entre outros, davam as “bases”, muitas vezes vistas pelos seus críticos como um ponto negativo desses movimentos, e por isso, chamada pejorativamente de “basismo”. Desse modo, se uma das três características colocadas como fundamentais para a consolidação do “partido popular” era a ampla participação do povo, nenhum partido surgido até então contava com tamanho apoio, se for levado em conta apenas o período inicial de organização.

A importância dada à ampla participação popular e o acolhimento dos diversos movimentos populares nesse “partido popular” também serviam de crítica à formação do PT naquele momento, visto que a criação e construção do mesmo estava vinculada apenas aos líderes de uma parcela de um determinado movimento, ou seja, dos dirigentes do “novo sindicalismo”.

¹¹⁷ PASSONI, op. cit.

¹¹⁸ PASSONI, op. cit.

O grupo de mulheres, diferentemente do debate estabelecido em certos movimentos populares que tinham uma forte relação com a Igreja Católica, muitos dos quais viam de forma negativa a atuação dos seus militantes na política partidária, já que essa aproximação poderia enfraquecer ou mesmo desarticular o movimento popular; o grupo em questão colocava-se favoravelmente à participação de seus militantes nos partidos políticos surgidos da reorganização partidária. Porém, essa defesa na participação partidária era feita de forma crítica, visto que o documento considerava os partidos como instituições limitadas, além de não corresponderem a todas as características que um verdadeiro “partido popular” deveria conter, como ressalta: “O povo não decidirá sobre os partidos políticos e nem sequer sobre o partido que defenderá os seus interesses. Mas o povo poderá reforçar a sua organização política de base para, a partir daí, avançar lenta e seguramente no partido mais próximo dos interesses populares”¹¹⁹

Desse modo, o documento, apesar de todas as críticas feitas quanto a forma como se organizavam os novos partidos, defendia que o “povo”, mesmo não controlando as suas decisões, deveria ingressar num desses partidos, ainda que possuísse diversas limitações, posto que algum deles iria agrupar os militantes e grupos que tinham uma ligação com os movimentos populares. No entanto, como o “povo” teria apenas uma posição periférica nesse partido, a sua principal função seria a de fortalecer as organizações de base, sendo que, a partir desse trabalho poderia conduzir esse partido para os interesses populares.

Dois características marcam esse documento: primeiramente, apesar de defender a construção de um “partido popular”; a sua efetivação, além de não parecer estar no plano político dos próximos anos, o mesmo era visto como uma instituição marcada por um caráter ideal, parecendo muitas vezes mais uma esperança utópica do que verdadeiramente algo possível de ser concretizado. Em segundo lugar, como a efetivação do “partido popular” estava longe de ser realizada, tanto a médio, quanto a longo prazo, o que se aventava como possibilidade política real para os movimentos populares seria a sua participação num dos partidos surgidos dentro da reforma e assim, através do fortalecimento do trabalho político de base, pudessem aproximar os interesses e propostas desse partido às demandas da ampla maioria da população.

Foi dentro desse contexto que diversos movimentos populares e grupos de oposição à ditadura militar, com destaque para aqueles que pertenciam ou tinham alguma ligação com a Igreja católica, debatiam a respeito das características e da necessidade de se criar um “partido

¹¹⁹ PASSONI, op. cit.

popular”, o qual representasse as suas diversas demandas, que foi criado o Partido dos Trabalhadores.

Nessa perspectiva, no próximo item discuto como os diversos “setores católicos” posicionaram-se frente à criação do PT, à política partidária e à abertura política de forma geral, analisando quais foram as tensões, os conflitos e os pontos de convergência, que existiram nesse primeiro contato entre os católicos perante a criação desse novo partido político e os seus outros grupos formadores.

2.2 Os “setores católicos” e o surgimento do PT

“A idéia do Partido dos Trabalhadores surgiu com o avanço e o fortalecimento desse novo e amplo movimento social que, hoje, se estende das fábricas aos bairros. dos sindicatos **às comunidades eclesiais de base**: dos Movimentos contra a Carestia às associações de moradores; do Movimento Estudantil e de intelectuais às associações profissionais; do movimento dos negros ao movimento das mulheres. e ainda outros. como os que lutam pelos direitos das populações indígenas. [...] Cabe citar, ademais dos setores que atualmente o apóiam, alguns parlamentares do MDB mais comprometidos com as lutas das grandes maiorias da Nação e **os setores da Igreja mais comprometida com a libertação social.**”

Declaração Política do PT, de 13 de outubro de 1979.¹²⁰

“[...] hoje aparecem vários partidos. Acho que dos que aí se apresentam o que oferece mais possibilidades das bases discutirem e crescerem politicamente é o PT (Partido dos Trabalhadores). Não devemos ser ingênuos e pensar que tudo no PT é ótimo, claro que tem os seus defeitos. Mas hoje não podemos mais apoiar os velhos caciques do MDB, não podemos mais ser instrumento de manobra nas mãos dos liberais, nas mãos dos adesistas.”

Paulo Tasso Diniz, militante católico, em março de 1980.¹²¹

As duas citações acima foram desenvolvidas dentro do contexto da reformulação partidária e no início do processo de formação do Partido dos Trabalhadores (PT). Primeiramente, a Declaração Política havia sido elaborada em outubro de 1979 e faz parte dos documentos petistas que foram produzidos no período anterior à fundação oficial do partido. A Declaração, junto com as “Normas Transitórias” do partido, foram resultantes da “1ª Reunião Nacional do Movimento pelo Partido dos Trabalhadores”, a qual reuniu num restaurante de São

¹²⁰ DIRETÓRIO NACIONAL DO PT/ SECRETARIA NACIONAL DE FORMAÇÃO POLÍTICA: FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO/ PROJETO MEMÓRIA (Org.). **Partido dos Trabalhadores**: resoluções de encontros e congressos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 55-56, negrito nosso.

¹²¹ PARÓQUIA DE VILA REMO. **A SEMENTE**, São Paulo, n. 27, mar. 1980. Informativo, p. 24-25.

Bernardo do Campo mais de 130 articuladores de seis estados, dentre eles parlamentares do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), militantes da Ação Popular Marxista – Leninista (APML), intelectuais, entre outros.

Na parte do documento transcrita acima percebe-se que os organizadores do PT buscavam apresentá-lo como um partido cujas origens eram as diversas lutas populares que emergiram no país durante os anos 1970. Nesse sentido, o documento apresentava como setores que originaram o partido as próprias Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), as quais naquele momento, principalmente na grande São Paulo e em quase todo o país, constituíam-se numa das principais prioridades da instituição católica e eram dentro daquele contexto muitas vezes entendidas como representantes de um novo modelo de Igreja; além de serem a grande ligação e na maioria das vezes as impulsionadoras dos diversos grupos e militantes católicos junto aos movimentos populares e ao próprio movimento operário-sindical, como demonstrei no capítulo anterior.

Entretanto, além de colocar as CEBs como fazendo parte da gama de movimentos que o PT buscava representar, a Declaração Política também afirmava que os setores da Igreja que tinham um maior compromisso com a libertação social colocavam-se, juntamente com alguns parlamentares do MDB, como apoiadores concretos pela criação e construção do partido. Tendo em vista essas colocações, torna-se importante perguntar: como esses setores da Igreja, que o documento petista colocava como um dos principais defensores e apoiadores da criação do partido, posicionaram-se frente ao surgimento do PT, à abertura política e à própria reorganização partidária, ou seja, será que o apoio desses “setores católicos” ao partido teria ocorrido de uma maneira tão intrínseca e objetiva tal como apontava o documento ou de uma forma heterogênea e até mesmo conflituosa? Ou mesmo aqueles que se mostravam favoráveis ao surgimento do partido, como se colocaram perante o delineamento e a constituição do PT, a partir do momento em que ele passava a ter uma maior definição de suas propostas, da sua estrutura organizacional e de suas plataformas políticas?

A segunda citação foi extraída do texto “Porque entrar para o Partido dos Trabalhadores”, escrito por Paulo Tasso Diniz para o “Informativo da Paróquia de Vila Remo”, cujo título era “A Semente”, o qual era um boletim mensal produzido pelos próprios paroquianos de forma bastante simples e contendo menos de 30 páginas. Antes de discutir propriamente o texto, torna-se importante destacar que a paróquia de Vila Remo, localizada no extremo sul da cidade de São Paulo, era marcada pela forte atuação das CEBs e ficou conhecida publicamente pelos diversos

movimentos reivindicatórios que surgiram na região, mas principalmente por ser uma das principais ligações da Igreja Católica com o Movimento do Custo de Vida.

Em seu texto, Diniz defendia o PT como o melhor partido a ser escolhido pelas bases, tendo como principal argumento a idéia de que ele seria o partido no qual as bases teriam maior possibilidade de voz e atuação. Porém, a sua defesa ao escolher o PT, não se dava tanto pelas qualidades e possibilidades abertas pelo partido, mas sobretudo pela incompatibilidade de manter o apoio que vinha sendo dado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), pois apesar do seu forte crescimento como partido de oposição, principalmente na segunda metade dos anos 1970, a agremiação era dominada por políticos liberais e por aqueles que ele denomina de “adesistas”, ou seja, os políticos que migravam para o MDB a fim de aproveitar o crescimento e a credibilidade que o partido vinha conquistando nos últimos anos, entre os quais incluía-se até ex-integrantes da base de apoio do regime militar.

Essa recusa e limitação imposta ao MDB é algo presente tanto na fala do militante católico, como em diversos documentos produzidos no período de formação PT, principalmente na sua Carta de Princípios de maio de 1979.¹²²

Outra questão levantada por esses dois documentos referia-se à formação de uma Frente, ou seja, um movimento amplo que comportaria e unificaria os setores e os partidos de oposição, que teria como objetivo principal acabar com a ditadura militar. Desse modo, diferentemente de outros grupos ou militantes católicos, como os que serão discutidos posteriormente, que compreendiam a reorganização partidária como uma atitude do governo que tinha como principal objetivo dividir a oposição e estancar o crescimento do MDB, Diniz defendia que essa Frente deveria ser um movimento amplo que congregasse não só os partidos políticos, mas sim todos os grupos e movimentos que lutavam pelo fim da ditadura, a qual deveria ter um programa mínimo que conseguisse unificar todos os setores de oposição, argumentando que: “Não se deve querer

¹²² Em sua Carta de Princípios, os articuladores do PT, apesar de reconhecerem a existência de políticos comprometidos com as lutas populares dentro do MDB, referem-se ao partido como sendo de exclusiva ação parlamentar; porém, a principal crítica à agremiação estava ligada a sua composição social, a qual agregava desde operários e peões até fazendeiros e industriais, cujos interesses em si seriam incompatíveis, ou seja, um “Aglomerado de composição altamente heterogênea e sob controle e direção de elites liberais conservadoras”. Ver: DIRETÓRIO NACIONAL DO PT/ SECRETARIA NACIONAL DE FORMAÇÃO POLÍTICA: FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO/ PROJETO MEMÓRIA (Org.). **Partido dos Trabalhadores: resoluções de encontros e congressos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 49-54.

levar todos no pacote em nome de uma suposta unidade falsa, o povo tem que ter liberdade para escolher, deve haver unidade, mas uma unidade concreta na luta.”¹²³

Assim, o militante católico colocava que a construção de uma Frente que teria como ponto central a derrubada do governo não poderia se sustentar numa unidade artificial como no caso do MDB e do mesmo modo ela não deveria limitar a criação de novos partidos e a liberdade de escolha e de organização. Desse modo, o surgimento de novos partidos e a formação do PT especificamente eram vistos como mais uma ferramenta a ser utilizada pelos movimentos populares, o que não impedia que esses mesmos grupos tivessem uma luta ou objetivos maiores. Contudo, Diniz advertia que esses militantes não poderiam voltar todas as suas forças e organizações populares em função do partido.

Entretanto, Paulo Tasso Diniz analisava que o PT também era um partido em sua essência limitado, porque: “É preciso ter claro também que nenhum dos partidos que estão aí será o partido definitivo que vai libertar o povo brasileiro. Para mim tenho claro que a libertação do povo brasileiro se dará quando todo o povo assumir a luta numa insurreição armada.”¹²⁴ Neste excerto, o militante, assim como parte dos documentos vistos sobre o partido popular, entendia que nenhum partido surgido dentro dessa reorganização teria força de liderar ou mesmo mobilizar e congregar o povo em torno da construção de uma verdadeira transformação, a qual dar-se-ia através de uma revolução. Assim, a fala de Diniz na defesa de um levante armado como a solução para a efetiva libertação do povo, além de demonstrar a forte influência que os grupos políticos de inspiração socialista possuíam, não só no discurso da Teologia da Libertação, mas principalmente junto aos movimentos populares ligados à Igreja, enfatizava que a opção do PT como espaço de militância pelos movimentos populares era a melhor forma de atuar politicamente dentro daquele contexto, porém não seria ele o instrumento que levaria a uma verdadeira revolução.

Nessas primeiras articulações referentes à reorganização das agremiações, ou seja, no momento em que a criação dos novos partidos estavam numa fase bastante embrionária e o próprio PT ainda carecia de maiores definições tanto pragmáticas, de projeto de sociedade, quanto de composição, percebe-se que as reações frente ao seu surgimento nem sempre foram

¹²³ PARÓQUIA DE VILA REMO, op. cit., p. 25.

¹²⁴ PARÓQUIA DE VILA REMO, op. cit., p. 24.

vistas com bom olhos, ou muitas vezes sofreram até uma forte rejeição por parte de alguns “setores católicos”.

Nessa perspectiva, a arquidiocese de São Paulo através do editorial “Cadê o partido do povo”, publicado no final de janeiro de 1979, no qual discutia as eleições de 1978 e dois dias após ter sido aprovada a proposta da criação de um Partido de Trabalhadores, avaliava que:

Um partido exclusivamente de trabalhadores pode não ser a melhor solução para a classe operária, pois, isolada, esta classe não terá muitas condições de fazer valer seus direitos, nem de conseguir as transformações econômicas e políticas necessárias para assegurar-lhe posição condigna a contribuição que traz ao conjunto da sociedade.¹²⁵

O editorial, apesar de analisar a criação de um novo partido por parte dos trabalhadores como algo justo e legítimo frente aos demais partidos dominados por elites dirigentes e por políticos advindos em sua maioria das classes altas e médias, incluindo o próprio MDB, não via com bons olhos o surgimento do PT. Porque, segundo o jornal, o grande problema desse novo partido era que ele havia surgido de apenas um setor da oposição, ou seja, dos dirigentes sindicais autênticos. Essa ressalva advinha da forma de como as discussões sobre o PT vinham sendo conduzidas naqueles primeiros meses de sua formação, as quais ficaram praticamente restritas aos líderes sindicais.

Desse modo, a crítica à formação do PT era que o mesmo não tinha surgido das bases da sociedade, ou seja, dos diversos movimentos populares existentes, mas apenas de um grupo de sindicalistas, o que na visão do semanário católico impossibilitaria o partido de ser o porta-voz desses diversos setores e além disso levaria ao isolamento da classe operária, a qual sozinha não conseguiria grandes mudanças sócio-políticas.

Entretanto, ao mesmo tempo em que a proposta do PT era recusada, o editorial colocava como principal solução política a ser buscada por esses grupos a transformação do MDB num partido verdadeiramente popular, que deveria incluir na sua organização e estrutura os diversos segmentos da população mais pobre, tais como: donas de casa, operários, entre outros tipos de trabalhadores, através da criação de diversos núcleos de base. Contudo, se a transformação do MDB não fosse possível de ser realizada, devido aos obstáculos existentes entre os políticos e na própria estrutura do partido, a única solução encontrada seria “[...] a criação de um novo partido, a partir das bases da sociedade.”¹²⁶, ou seja, permanecia a idéia defendida pelo jornal nos anos

¹²⁵ EDITORIAL. Cadê o partido do povo. “O São Paulo”, São Paulo, p. 3, semana 27 jan. a 2 fev. 1979.

¹²⁶ Ibid., p. 3.

anteriores, de que o melhor posicionamento político a ser tomado por esses setores era a criação de um “partido popular”.

Uma maior discordância frente à possibilidade de criação de um partido formado por trabalhadores foi exposta por Salvador Pires, presidente da Frente Nacional do Trabalho (FNT), num editorial publicado no mesmo jornal “O São Paulo” em junho de 1979, com o título “Fortalecer o trabalho de base”. A Frente Nacional do Trabalho (FNT) era uma organização criada no início dos anos 1960, que possuía um trabalho de assistência jurídica aos trabalhadores e aos sindicatos e ao mesmo tempo desenvolvia atividades com o objetivo de orientar e fortalecer a organização dos operários nas próprias fábricas; a qual além de ter sido fundada por militantes católicos possuía profundas ligações com a instituição religiosa.

Nesse artigo, Salvador Pires perguntava qual seria a função de se criar um Partido do Trabalhador naquele momento, já que ele seria mais fruto da reforma partidária arquitetada pelo governo a fim de dividir a oposição, do que um anseio vindo e construído a partir dos movimentos populares de base. Assim, para o presidente da FNT o partido criado nessa conjuntura já nasceria limitado, visto que a repressão imposta pelo governo aos trabalhadores durante os diversos movimentos grevistas do final dos anos 1970, já demonstrava que a organização de um partido político por parte dos trabalhadores, pouco poderia ampliar as lutas desenvolvidas até aquele momento.

Pires aprofundava sua crítica a respeito do PT, através da seguinte observação:

Dentro do que tenho percebido, a nível de base não sinto, neste momento, ser o Partido do Trabalhador uma aspiração do povo. Isso em termos de periferia e de companheiros de fábrica. [...] Tem sentido parar um trabalho para construirmos um Partido político agora, neste momento?¹²⁷

Neste texto, o editorialista primeiramente criticava a idéia de se formar um partido do trabalhador naquele momento, porque apesar de ser uma preocupação legítima dos trabalhadores, a sua criação não parecia ser uma aspiração das bases, ou seja, segundo ele a necessidade de se formar esse partido não era demonstrada como uma prioridade dentro dos movimentos populares e do movimento operário-sindical com o qual ele mantinha relações.

Ainda nessa citação, Salvador Pires apresentava um argumento que foi bastante utilizado por diversos “setores católicos” a partir de então, principalmente por aqueles mais ligados às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e aos movimentos populares, sendo que: ao invés de se

¹²⁷ EDITORIAL (Salvador Pires). Fortalecer o trabalho de base. “O São Paulo”, São Paulo, p. 3, semana 15-21 jun. 1979.

criar um partido do trabalhador, já que o mesmo não era uma grande aspiração desses movimentos, além é claro dos limites impostos pelo contexto político da época, o objetivo naquele momento seria o de fortalecer o trabalho realizado junto às bases. Porém, mais do que isso, a criação desse partido poderia ser ainda mais prejudicial do que favorável, pois tenderia a levar a uma desarticulação ou até mesmo um enfraquecimento dos trabalhos que vinham sendo realizados pelos diversos movimentos populares e de oposição ao governo. Desse modo, um partido com essas características só deveria surgir a partir dos “[...] objetivos concretos dos trabalhadores conscientes [...] [o qual] deve ser formado através de um trabalho concreto, trabalho esse que deverá ser um complemento do que vem sendo desenvolvido pelas bases.”

Assim sendo, Salvador Pires analisava a criação do PT de forma frontalmente diferente do que foi defendido pelo militante católico Paulo Tasso Diniz, no documento citado inicialmente. Porque, enquanto Diniz compreendia o PT como mais um instrumento de luta a ser utilizado pelos movimentos populares, apesar de ressaltar o perigo de este canalizar todas as lutas em torno do partido; para Pires, o surgimento de um partido formado por trabalhadores deveria ocorrer somente após um maior amadurecimento e a partir de maiores discussões desses movimentos e dos próprios trabalhadores em torno do que seria esse novo partido e de seus objetivos concretos.

Conforme a reorganização partidária ganhava corpo e a proposta petista começava a se consolidar a partir de meados de 1979, mesmo que com poucas definições; diversas reuniões, discussões e debates passaram a ser realizados entre os diversos “setores católicos”, principalmente aqueles mais envolvidos com o movimento popular e o operário-sindical, a fim de esclarecer as propostas desses partidos e o posicionamento desses grupos e militantes frente à reorganização partidária e à criação dos novos partidos.

Uma primeira discussão a respeito desses temas foi trazida por uma matéria do jornal da arquidiocese de São Paulo, em junho de 1979, a qual apresentava diversas opiniões de pessoas pertencentes à Igreja e de militantes ligados aos movimentos populares ou operário-sindicais. Um sentimento presente na fala da maioria dos entrevistados era uma certa desconfiança sobre o porquê da reorganização partidária e se a criação dos novos partidos poderia trazer alguma melhoria para as condições de vida das pessoas ou pelo menos serviriam para a realização de grandes mudanças na sociedade.

O padre Fernando Altemeyer Junior, a respeito da criação de um Partido dos Trabalhadores, possuía uma posição muito parecida com a do presidente da FNT: “Sem uma

articulação de base eu não vejo o porque da formação de um Partidos dos Trabalhadores, [...] Um partido do trabalhador deve nascer da prática das lutas populares.”¹²⁸

Altemeyer nesse momento era padre da paróquia de São Mateus na zona leste paulistana e coordenador da Pastoral da Juventude na Região Leste I (Belém), além de possuir amplas ligações com as CEBs e os movimentos populares; vindo a ocupar nos anos 1990 o cargo de Vicariato Episcopal da Pastoral de Comunicação da arquidiocese, onde atuou como porta-voz oficial da instituição. Entretanto, a sua crítica a respeito da criação de um partido dos trabalhadores naquele momento, não advinha dos limites políticos impostos pelo governo, mas, que perante a forte organização conquistada pelos diversos movimentos populares ao longo dos anos 1970, a formação de um partido com essa pretensão só poderia surgir a partir de uma articulação que envolvesse a maior parte desses sujeitos e estruturasse a sua organização através dessas próprias bases. Pois, segundo ele se não fossem levadas em consideração essas ponderações, o PT não teria um poder de articulação muito grande e corria o sério risco de se tornar mais um partido comandado por uma pequena cúpula ou vinculado a práticas populistas.

Nessa mesma reportagem, para o bancário e membro da Comissão de Direitos Humanos da comunidade de Vila Ré, na zona leste paulistana, Ricardo Guterman, o qual tornar-se-ia anos depois presidente do Diretório Municipal do PT paulistano, o essencial do problema naquele momento estava na própria reorganização partidária, sobre a qual reflete:

Eu pessoalmente acho que no momento não interessa ao povo a fragmentação da sua representação política. A divisão facilita a manipulação por parte do governo. Quando houver total liberdade política aí o povo optará por posições claras. Hoje precisamos nos unir na luta contra o Governo. O MDB por enquanto, é o melhor instrumento político na luta do povo.¹²⁹

Posição semelhante foi expressada pela professora Maria Aparecida Serapião Teixeira, participante do Clube de Mães da Vila Pedro Nunes, também na região leste:

Em tese, sou a favor da existência de muitos partidos, de acordo com as principais tendências. No momento, porém, sou totalmente contra a formação de novos partidos. [...] eu acho que só depois de se conseguir uma democracia real, então as tendências poderão se estruturar e se organizar em partidos livres. Enquanto a gente não conseguir uma democracia aqui, todas as oposições devem estar organizadas num único bloco, como se fosse uma frente de oposição.¹³⁰

Os depoimentos dos dois militantes caminham paralelamente com o que foi pensado por Salvador Pires, porém, para eles ao invés de recusar a formação de novos partidos devido à

¹²⁸ REFORMA partidária. O que acha o povo? “O São Paulo”, São Paulo, p. 6, semana 15-21 jun. 1979.

¹²⁹ Ibid., p. 6.

¹³⁰ Ibid., p. 6.

necessidade de um maior fortalecimento do trabalho de base, o grande problema trazido pelo surgimento dessas novas agremiações seria a divisão da oposição, as quais estruturadas dessa forma poderiam ser melhor controladas pelo governo. Assim, tanto para Guterman, quanto para Teixeira, a criação de novos partidos só deveria advir quando ocorresse o fim do governo ditatorial e se conquistasse uma real democracia. Logo, para os dois militantes o melhor posicionamento a ser tomado naquele momento era o de não atuar na formação de novos partidos, mas sim de permanecer no MDB, porque mesmo limitado, segundo o bancário, ele conseguia agrupar os diversos movimentos e militantes que se opunham ao regime, ou ainda conforme defendia a professora, como uma frente de oposição que congregasse todos os movimentos e militantes de oposição.

A respeito do quadro político que se desenhava, o deputado federal do MDB Aurélio Perez, numa entrevista ao *Jornal da Vila* em outubro de 1979, apesar de compreender que ainda não havia espaço para a criação de um partido “[...] mais ideologicamente definido [...]”¹³¹, devido aos limites impostos pelo regime e a ausência de uma real democracia, ele não descartava, nem se posicionava totalmente contrário à criação do PT. O ex-seminarista e ex-presos político Aurélio Perez possuía amplas relações com a Igreja Católica, devido a sua participação junto à Pastoral Operária e às CEBs, além de ter atuado como militante na Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e coordenador do Movimento do Custo de Vida, tendo como sua principal base de articulação a região sul da cidade de São Paulo. No entanto, torna-se importante ressaltar que apesar de oficialmente pertencer à ala dos autênticos do MDB, Perez sempre manifestou sua vinculação ao Partido Comunista do Brasil (PC do B), organização que atuava politicamente através do MDB e depois pelo PMDB, só retornando à legalidade em 1985.

Nessa perspectiva, Perez, mesmo defendendo a formação de uma frente de oposição que abrangesse os diversos movimentos populares, ressalta que o próprio PT, dependendo de como ocorresse a sua formação, a sua estruturação e a possibilidade de conseguir reunir os diversos setores da oposição, ele mesmo poderia ocupar o espaço que caberia a essa frente, como ressaltava: “Acho o PT uma sigla simpática, e uma proposta que deve ser examinada. Ela nasceu de uma forma bastante estreita, acho, mas já percorreu uma boa caminhada, e pode até vir a se transformar nessa frente de oposições populares.”¹³²

¹³¹ NOVOS partidos: A união contra a ditadura. *Jornal da Vila*: O jornal do trabalhador, São Paulo, ano 2, n. 19, p. 4, out. 1979.

¹³² *Ibid.*, p. 4.

Na declaração acima, o deputado medebista e militante católico colocava o Partido dos Trabalhadores como possível de se transformar no principal partido de oposição ao regime militar, além de poder conquistar uma forte atuação parlamentar e ao mesmo tempo consolidar-se como uma força de articulação e aglutinação política junto aos diversos movimentos e à própria sociedade. Segundo ele para que isso se concretizasse, o PT precisaria agrupar em suas fileiras diversos setores, como trabalhadores, camponeses, servidores públicos, ou seja, os vários segmentos que se posicionavam contrários à ditadura ou que possuíam uma forte atuação no meio social. Contudo, o próprio surgimento do PT era criticado, porque segundo ele a sua criação havia se dado de maneira estreita, referindo-se à forma como o mesmo foi articulado, ou seja, por ter sido forjado majoritariamente por um grupo de sindicalistas. Ao mesmo tempo, ressaltava que as diferentes propostas em questão: criação do PT, de um partido ou de uma frente popular, apesar das divergências que possuíam, poderiam chegar a ser unificadas.

No entanto, essas restrições e mesmo posições contrárias à reorganização partidária, à divisão do MDB e ao surgimento do próprio PT procedentes de alguns setores católicos, ao mesmo tempo co-existiam com posições que apoiavam a criação do partido e o colocavam como uma questão prioritária na atuação desses grupos e dos demais movimentos populares e operário-sindicais. Uma amostra desse posicionamento pode ser observada na fala do militante Paulo, atuante na Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo na região da zona leste paulistana, em agosto de 1979:

Estamos próximos dos grandes dissídios do fim do ano e os patrões já estão organizados, precavidos [...] Para mim a única forma de sairmos vitoriosos nas greves que faremos nestes dissídios para melhorar nossos salários será formarmos o PT, com seus núcleos nos bairros, nas fábricas, etc. Só ele dará um conteúdo político a nossa greve.¹³³

Nessa citação, o operário compreendia o PT como algo fundamental para o fortalecimento das diversas lutas sociais que emergiam naquele período. Ou seja, além de considerar a criação desse partido como mais um instrumento de luta, como salientou Paulo Tasso Diniz no início deste item; para o militante da Oposição Sindical a formação do PT e as conseqüentes discussões e debates que decorreriam do fortalecimento de seus núcleos, tanto nos bairros, quanto nas fábricas, levariam a uma maior organização das diversas lutas que existiam, com destaque para as operário-sindicais, já que segundo ele, todo esse processo imprimiria um caráter político a esses movimentos.

¹³³ OS NOVOS partidos em debate. “**O São Paulo**”, São Paulo, p. 6, semana 10-16 ago. 1979.

A declaração do militante acima foi proferida num debate promovido pelo Centro Cultural Operário do Cangaíba, que tinha como objetivo debater a organização do PT e tentar popularizar o programa do partido, além de discutir o contexto político da época. No entanto, torna-se importante destacar que esse encontro, o qual reuniu mais de cento e cinquenta pessoas, foi realizado no salão da Igreja de São Miguel, cedido por D. Angélico Sândalo Bernardino, bispo da Região Episcopal Leste II (São Miguel). Assim, além da fala de explícito apoio do militante Paulo em favor do PT e da extrema necessidade de sua organização, o fato da reunião, que visava discutir e incentivar a criação de um partido político, ou seja, o próprio PT, ter ocorrido num espaço pertencente à Igreja e ter sido cedido pelo próprio bispo regional, demonstrava uma abertura e até um incentivo por parte da Igreja perante as discussões sobre a política, a reorganização partidária e o próprio PT. Porém, conforme a reorganização partidária e os novos partidos começavam a se consolidar, atitudes como estas se tornaram cada vez mais escassas e costumeiramente serão marcadas por diversos conflitos e tensões.

O forte apoio público manifestado pelo militante da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo em favor da formação e da atuação no PT não era algo homogêneo, nem mesmo no conjunto dos trabalhadores mais envolvidos com as lutas operárias na própria cidade de São Paulo e que possuíam uma relação de proximidade com a Igreja Católica. Uma amostra dessa divergência foi explicitada num encontro da Pastoral Operária (PO) em setembro de 1979, o qual reuniu mais de cem militantes advindos das várias regiões da cidade de São Paulo e de algumas cidades vizinhas, que tinha por objetivo discutir e encaminhar posicionamentos frente às novas opções políticas que se colocavam naquele contexto.

A reunião trazia em si as indefinições quanto às novas propostas partidárias, as quais ainda estavam em processo de formação e de articulações iniciais, porém essas limitações não impediram que os militantes discutissem e chegassem a conclusões tendo por referência as primeiras informações que possuíam a respeito dessas novas agremiações, que mesmo sendo discutidas a partir das poucas definições e propostas que apresentavam, mostravam-se bastante coesas e críticas.

Primeiramente, foram apresentadas as propostas políticas de quatro novos partidos: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Popular (PP), o PMDB e o PT. O PTB foi apresentado como um partido articulado pelo governo com o objetivo de atrair as massas para entrarem num partido populista, no qual não teriam voz e nem poderiam criticar o governo e a

sociedade. Porém, segundo o documento a proposta do PTB tinha naufragado devido ao pouco apoio público que havia recebido.

Sobre o novo PMDB, o documento apenas ressalta a proposta anteriormente defendida por parte dos políticos do MDB em mudar o partido, a fim deste se tornar mais representativo quanto a participação dos operários. A respeito do Partido Popular, a iniciativa de sua criação foi creditada aos parlamentares autênticos, os quais buscavam unir líderes sindicais, oposições e movimentos populares, tais como o Movimento do Custo de Vida, num forte bloco de oposição à ditadura. No entanto, o projeto mostrava-se enfraquecido, visto que muitos desses parlamentares já tinham optado por se manter no novo PMDB e os líderes sindicais e uma parte desses grupos de oposição estavam articulando-se no PT. Logo, a proposta de um partido popular estava praticamente fora de cogitação nessa reorganização partidária, pelo menos num curto prazo.

Enquanto isso, o PT foi apresentado da seguinte forma:

Reflete a ação dos sindicalistas. Esta proposta vem das cúpulas dos sindicatos. Seria um partido só de trabalhadores. Patrões não entram. Há contradições na proposta. Propõe a discussão da proposta nas bases, mas para aprová-la. Há contradições entre os objetivos gerais – que tipo de sociedade que pretende – e seu programa na prática.¹³⁴

Além dessa apresentação geral, os operários católicos ressaltaram a existência de diversas posições co-existindo dentro do PT, porém com as informações que possuíam até aquele momento, esses diferentes posicionamentos ainda ficavam impossibilitados de serem analisados. Fora isso, o documento destacava que a agremiação petista vinha ganhando uma importante adesão por parte das bases dos trabalhadores naqueles últimos meses, principalmente com a formação de núcleos de discussão a respeito da proposta do partido.

Desse modo, o PT foi analisado pelos militantes da Pastoral Operária como um partido que seria formado apenas por trabalhadores, sem a presença dos patrões. Eles também ressaltam as contradições que existiriam na essência dessa proposta, ou seja, que a defesa da criação desse novo partido vinha das cúpulas dos sindicatos e não das bases; e mais do que isso, apesar de propor a discussão nas bases, o poder de decisão não caberia a elas, mas sim à direção do partido formada pelos sindicalistas, logo, elas serviriam apenas para referendar as decisões tomadas pela cúpula partidária.

Como uma informação de complemento a essa proposta, o documento explicita na prática como ocorriam as contradições na proposta petista, através do posicionamento tomado pelo

¹³⁴ CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Documento: Fé e Política, In: **Pasta: Igreja – Pastoral Operária – Arquidiocese – São Paulo.**

partido frente às greves dos metalúrgicos ocorridas na cidade de São Paulo. Desse modo, a Pastoral Operária questionava a atuação do PT nas mesmas, o qual segundo ela não havia oferecido solidariedade ao movimento, assim, os militantes questionavam como um partido, que pretendia ser formado apenas por trabalhadores e colocava o apoio às lutas operárias como uma de suas funções específicas, manteve-se omissa perante esses importantes acontecimentos. Nesse sentido, o documento buscava demonstrar a contradição existente entre a proposta e a prática do partido, visto que, esse não posicionamento refletiria a posição dos líderes sindicais e não a das bases que ele se propunha a representar.

A respeito do posicionamento do PT nesses episódios, não foi apenas na cidade de São Paulo, onde as greves foram fortemente articuladas pelos militantes da Oposição Sindical Metalúrgica que a atuação do partido foi vista como vacilante, mas mesmo no ABCD paulista, onde as greves foram lideradas pelos sindicalistas autênticos, muitos dos quais participavam da formação do PT, a atuação do partido perante o movimento foi fortemente criticada, como é possível observar na análise do operário e também militante católico Isaías, a respeito da participação do PT na greve de 1980, na qual ele também havia atuado: “O PT não fêz nada como partido; seus militantes sim, trabalharam para caramba, mas ele como organização, como PT, foi nulo. Não diria que foi o pior, mas acho que a gente esperava muito mais dele, ou que eles esperavam muito mais deles próprios.”¹³⁵

Em resposta a essas críticas, muitos militantes petistas e o próprio Lula diziam que a decisão de manter o partido como instituição à margem do movimento grevista fora tomada devido a dois fatores: primeiramente, eles não queriam vincular a greve ao partido, com o intento de que ela não fosse compreendida apenas como um movimento político partidário, o que de certa forma poderia até atrapalhar na constituição e na formalização do partido; e ao mesmo tempo, os líderes petistas tinham receio de que o apoio e a publicização do PT naquele contexto poderia comprometer a solidariedade que o movimento recebia de diversos setores da sociedade, principalmente dos políticos pertencentes ao MDB.¹³⁶

Retomando a discussão a respeito do encontro realizado pela Pastoral Operária, após a apresentação das propostas gerais dos novos partidos, os militantes reuniram-se em grupos e

¹³⁵ MARTINS, Heloisa H. T. de Souza. Debate: A Igreja na greve dos metalúrgicos São Bernardo – 1980. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 7-68, nov. 1980, p. 33.

¹³⁶ Sobre o posicionamento de Lula a respeito desse assunto, ver: NÚCLEO AMPLIADO DE PROFESSORES DO PT-SP. **LULA, Luiz Inácio da Silva**: entrevistas e discursos. São Bernardo do Campo: ABCD/Sociedade Cultural, 1980, p. 285.

tiraram suas conclusões sobre as novas agremiações políticas, as quais foram separadas por partido e o que cada um deles “correspondia” ou “não correspondia” com a posição dos militantes, a prática e a filosofia de trabalho da Pastoral Operária.

O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi completamente recusado, porque além de não partir das bases, representaria uma volta do populismo de Getúlio Vargas, sendo assim uma alternativa da burguesia. A proposta do Partido Popular (PP) ao mesmo tempo em que era aceita, porque possibilitaria uma maior participação dos operários no processo político e em sua própria formação, era criticada por possuir um caráter de “frente de oposições”, o que levava o mesmo a não ter grandes definições. Além disso, o PP não correspondia, pois sua proposta de criação não tinha partido das bases e no sentido que era um partido aberto a todos, inclusive para setores da burguesia.

O PT foi o partido sob o qual os militantes mais elencaram conclusões a respeito de suas características e propostas, sendo algumas delas aceitas e outras recusadas a partir da análise da conjuntura e da prática que possuíam. Primeiramente, a grande crítica ao partido remontava a sua fundação, por ele ter surgido de apenas um grupo e não dos diversos movimentos de oposição já existentes, do mesmo modo que “Inclui os antigos pelegos e as cúpulas sindicais e nasce da burocracia de várias tendências de cúpula.”¹³⁷ Fora isso, os militantes faziam outras críticas: um partido composto apenas por trabalhadores seria fraco; o seu líder Lula era visto como o canal de expressão de uma massa desorganizada; podia esvaziar os movimentos populares; além das contradições já demonstradas entre a proposta e a prática adotada pelo partido.

Ao mesmo tempo em que sofreu todas essas críticas, a proposta petista também recebeu vários sinais de aprovação por parte desses militantes. De início, o documento destacava, que apesar de ter surgido de uma cúpula e não das bases, o partido, mesmo não sendo ideal, era considerado “simpático” pelos trabalhadores, pois: seria formado pelas diversas categorias de trabalhadores sem a presença dos patrões; abria uma possibilidade para a participação política dos trabalhadores, o que poderia levá-los a um maior crescimento político; além de destacarem que esta era a primeira vez na história do país que se tentava formar um partido verdadeiramente operário, logo: “Devemos participar para formar um PT com maior comunicação e participação de base”¹³⁸

¹³⁷ CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO, op. cit.

¹³⁸ CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO, op. cit.

Assim, as conclusões a que chegaram os grupos da Pastoral Operária presentes neste encontro mostram as fortes tensões que existiam no meio operário-sindical da grande São Paulo e dentro da própria Pastoral Operária, o que de certo modo refletiam os posicionamentos desses sujeitos frente às novas propostas dos partidos políticos. Desse modo, na análise da proposta petista, esta foi a que recebeu ao mesmo tempo a maior quantidade de críticas e de aprovações por parte desses grupos, logo, essa grande preocupação e atenção destinadas ao Partido dos Trabalhadores, mesmo possuindo muitos pontos de reprovação, principalmente devido à forma como havia surgido, ou seja, a partir de apenas um grupo, o mesmo era visto como um partido que pela primeira vez na política brasileira poderia representar os anseios dos trabalhadores. Com isso, os militantes da PO mostravam que, apesar das críticas, divergências e convergências existentes entre os grupos católicos e o PT, o seu surgimento e a novidade trazida pela sua proposta foi algo que movimentou e muito os posicionamentos dos diversos “setores católicos” daquele período.

Por fim, o documento embora discutisse os pontos positivos e negativos da reorganização partidária e das novas propostas políticas, os grupos chegaram à conclusão de que nenhum desses partidos correspondia aos anseios da maioria dos militantes, porque não vinham das bases e nenhum deles propunha uma transformação social mais profunda visando uma sociedade igualitária. Frente a isso, os militantes em sua maioria decidiram que o posicionamento a ser adotado seria o de discutir com as bases a respeito das articulações partidárias e buscar uma saída adequada para aquela conjuntura ou criando algo novo, visto que:

O momento não é para opção política pois a classe não está preparada. Também nenhuma proposta vai conseguir se não houver um sindicato livre e autêntico. Por isso o caminho da oposição sindical de fortalecer as organizações de base e discutir política nelas é mais aceito do que entrar agora num partido político.¹³⁹

Com essa perspectiva, os membros da Pastoral Operária demonstravam uma posição muito parecida com a do Salvador Pires, presidente da Frente Nacional do Trabalho (FNT), ou seja, que aquele contexto não era o momento ideal para se fazer uma atuação político-partidária, porém, segundo os operários cristãos a maior justificativa para esse posicionamento era que os trabalhadores ainda não possuíam uma preparação tal, que pudessem atuar plenamente numa agremiação político-partidária. Além disso, de acordo com documento, a atuação num partido político só deveria ocorrer quando fosse conquistada a liberdade e a autonomia dos sindicatos e

¹³⁹ CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO, op. cit.

para que isso acontecesse, todas as forças e movimentos deveriam voltar-se para o fortalecimento das organizações de base e a partir delas iniciar as discussões sobre uma atuação política maior e mais consistente.¹⁴⁰

Conforme as propostas dos novos partidos iam se definindo e a reorganização partidária começava a ganhar corpo, principalmente a partir do início do ano de 1980, o jornal da arquidiocese “O São Paulo” em seus editoriais começava a se abster de uma discussão mais aprofundada sobre o posicionamento da instituição e de seus colaboradores mais próximos a respeito dos novos partidos. Essa posição de quase “neutralidade” do jornal frente às novas organizações políticas, que de início evitou discuti-las, com o argumento de que havia pouca clareza nas novas propostas, ficou ainda mais acentuada a partir do ano de 1981 e com a proximidade das eleições do ano seguinte. Apesar disso, torna-se importante salientar que a questão da política no país e da própria política partidária continuavam a ser discutidas pelo jornal. Entretanto, percebe-se que ele começou a distanciar-se dos assuntos que se relacionavam a um debate ou a uma problematização a respeito das propostas partidárias, seus projetos de sociedade a curto e longo prazo, a posição da instituição frente a essas novas agremiações e mesmo no que tangia a opção e participação realizadas por seus militantes.

Uma das últimas grandes investidas do jornal no que tangia às novas propostas partidárias que se desenhavam foi a realização de um debate, no final de fevereiro de 1980, sobre o posicionamento dos católicos frente a esse novo quadro, a partir de questões que versavam sobre a participação imediata ou não dos agentes de pastoral na política partidária e se algum desses partidos havia realmente saído das bases. Nesse debate, coordenado pelo jornalista Rivaldo Chinem, participaram cinco padres: Olívio Bedin, do bairro de Santana, na zona norte paulistana, Luiz Giuliani da paróquia de Vila Remo, na zona sul, George Winnik da região de São Mateus, Agostinho de Oliveira do município de Osasco e João Drexel da Regional I da CNBB; o médico e agente de pastoral Mário Spallicci da paróquia de Santo Antonio do Caxingui e o advogado Luís Eduardo Greenhalg, do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) de São Paulo.

Nesse debate, percebe-se que os religiosos, em sua maioria, compreendiam a reorganização partidária como algo extremamente negativo, além de passarem a impressão de

¹⁴⁰ Neste excerto, a Pastoral Operária (PO) diz concordar com o posicionamento adotado pela Oposição Sindical sobre o fortalecimento das organizações de base, em oposição a uma atuação político-partidária. Essa perspectiva mostra a forte relação e a proximidade teórico-prática que boa parte dos grupos da Pastoral Operária de São Paulo possuía com a Oposição Sindical, como discutido no capítulo anterior.

que, com a criação dos novos partidos, o governo havia conseguido enfraquecer o movimento de oposição que se encontrava em ascensão. Para eles, essa situação tinha como principal causa a forma como os movimentos populares e operários vinham atuando frente a esse contexto, ou seja, por estarem concentrando os seus esforços nas questões relacionadas à política partidária e deixando num segundo plano o fortalecimento das suas lutas e das bases. Essa percepção foi descrita da seguinte forma pelo padre Agostinho de Oliveira: “O governo conseguiu o que queria: ele dividiu toda a oposição que existia com relação a esse governo e ao sistema em geral porque, com essa multiplicidade de oposições eu acho que está evidente esse enfraquecimento.”¹⁴¹

No excerto acima, o padre da cidade de Osasco colocava-se frontalmente contrário à reforma partidária articulada pelo governo, porque além de dividir a oposição, a criação das novas agremiações vinha levando as lutas populares e operárias, apoiadas pela Igreja, a uma situação de decadência e enfraquecimento. Nesse sentido, Oliveira rebate a acusação que a Igreja estava recebendo na época, de ficar numa posição “em cima do muro” frente às novas propostas políticas; o que na opinião do religioso era falacioso, pois a Igreja era o único sujeito que tinha a perspicácia e a coragem de fazer uma análise crítica como a defendida por ele no parágrafo anterior, porque seria impossível a Igreja fazer uma opção partidária naquele momento, visto que: “[...] não estamos suficientemente maduros para fazer uma opção por esse ou aquele partido, porque a coisa vem realmente de cima pra baixo.”¹⁴²

Para o padre Luiz Giuliani da paróquia de Vila Remo, a qual possuía um destacado trabalho junto aos movimentos populares, como já apresentado anteriormente, o problema não estava na questão partidária em si, que deveria ser melhor e amplamente discutida pelos grupos e agentes de pastoral, mas sim, nas relações que vinham sendo estabelecidas entre os novos partidos e os movimentos populares de base, como ressalta: “O problema grave é que tem gente que quer transformar os trabalhos de base em unicamente discussão de partido. [...] O Movimento Custo de Vida entrou no PT. Eu acho um absurdo. Ele nunca será só PT.”¹⁴³

Assim, para Giuliani, a grande dificuldade trazida pelos novos partidos era que muitos movimentos populares vinham convertendo todas as suas lutas para a questão partidária. Como exemplo, o padre relatava o que estava acontecendo com o Movimento do Custo de Vida, o qual possuía uma forte presença em sua paróquia e segundo ele havia entrado praticamente em sua

¹⁴¹ PT, PMDD, PTB, qual deles escolher? “**O São Paulo**”, São Paulo, p. 10, semana 29 fev a 6 mar. 1980.

¹⁴² Ibid., p. 10.

¹⁴³ Ibid., p. 10.

totalidade no Partido dos Trabalhadores. Por esse motivo, ele compreendia que a Igreja e os próprios movimentos populares não deveriam tomar uma posição parecida, posto que, deveriam atuar em várias questões, problemáticas e na própria política de maneira plural e das mais variadas formas, inclusive na questão partidária.

O padre George Winnik da zona leste paulistana concordava com o padre Agostinho de Osasco, no sentido de que a reorganização partidária articulada pelo governo vinha conseguindo o seu intento de enfraquecer as lutas populares e operárias, levando até ao que ele chamou de uma desestruturação das bases. Porém, Winnik discordava do pároco de Vila Remo, no que se referia à diluição do Movimento do Custo de Vida, porque para ele, foi a falta de uma experiência e de uma prática partidária mais ampla, ou seja, que trabalhasse com problemáticas maiores a respeito da política nacional, que foram as causas do seu enfraquecimento.

Em contraste a essas posições, a análise do padre Olívio Bedin, da zona norte de São Paulo, via o surgimento das novas propostas partidárias e a opção dos militantes ligados às CEBs e aos demais movimentos populares como algo natural, ou seja, fazendo parte de um novo processo em que essas lutas entravam nesse contexto, como ressalta a respeito da dinâmica desses grupos ligados à Igreja Católica:

Para a minha realidade, a questão partidária nasceu daí. Um grupo de pessoas que trabalhavam, se questionavam. Foi inevitável a presença de pessoas ligadas a partidos políticos clandestinos. Quer dizer, houve aquilo de sempre, a contradição entre grupos que querem entrar, e grupos que já estão. O que quer dizer que quando se coloca o PT e o PMDB, se está falando também do antagonismo dos grupos de esquerda.¹⁴⁴

Nessa citação, o padre Bedin analisava que as problemáticas decorrentes do surgimento dos novos partidos estavam relacionadas ao momento político vivido pela sociedade da época, ou seja, os movimentos populares que cresceram nos anos 1970, devido à amplitude conquistada, tinham recebido a contribuição de militantes de diversos grupos, partidos e pensamentos de esquerda. Assim sendo, nesse contexto de redefinição das novas propostas políticas era natural que esses diversos militantes, que haviam se relacionado com diferentes pensamentos e posições políticas, aflorassem e passassem a apoiar com maior ou menor empenho um desses novos partidos.

Desse modo, para o religioso, a relação desses movimentos e da própria Igreja com a política partidária, que deixava de possuir apenas uma posição a favor ou contrária ao governo através do embate entre MDB e ARENA, ficava extremamente mais complexa. Nesse contexto em que surgiam diversificadas propostas políticas conflitantes, para o padre Bedin essas novas

¹⁴⁴ PT, op. cit., p. 10.

agregações eram vistas como positivas, porque abriam a problemática da discussão partidária para as CEBs e para os demais movimentos populares, o que poderia ampliar o quadro de referências políticas que esses militantes possuíam, através principalmente dos novos elementos de análise trazidos por esses partidos. E mais do que isso, tais ferramentas e as novas propostas eram compreendidas como uma forma de dar um maior desenvolvimento às lutas feitas por essas pessoas, pois através delas, esses grupos e militantes poderiam ter uma atuação mais ampla, que ultrapassasse as pequenas lutas com a qual esses movimentos estavam envolvidos, como a implantação de uma rede de esgoto, de uma creche, etc.; mas poderiam engajar-se numa plataforma mais ampla e ao mesmo tempo mais crítica.

Nesse mesmo debate o advogado Luiz Eduardo Greenhalg, que na época era presidente do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA)¹⁴⁵ e membro da Comissão Arquidiocesana, foi chamado pelo mediador Rivaldo Chinem, como sendo o representante do PT dentre aquelas pessoas ali participantes, e apesar de não confirmar oficialmente a sua vinculação política ao partido, fez algumas ponderações sobre a agregação. Greenhalg, apesar das indefinições políticas daquele momento, analisava que dentro da reorganização partidária, o PT era o partido que melhor atenderia às necessidades dos movimentos populares e poderia reforçar a participação política das bases, porque: “O PT é o único que foge, na minha opinião, à formação tradicional de um partido nesse país, de cima pra baixo, da cúpula pra base, desprezando a opinião dos militantes de base.”¹⁴⁶

Além de ressaltar que o PT seria uma organização que possuía um caráter diferente, pois levava em consideração as bases, tanto em sua formação, como em sua organização, o advogado salientava que o partido não tinha apenas uma preocupação parlamentar, o que demonstrava uma maior compreensão política, visto que o parlamento, assim como outras instâncias políticas, estava sujeito ao controle imposto pelo governo ditatorial. Assim, o PT não objetivava apenas atuar na via parlamentar, mas pretendia ser um partido com um trabalho de conscientização mais a longo prazo. Contudo, ele concordava com a opinião inicial de Paulo Tasso Diniz, de que nenhum dos partidos decorrentes dessa reorganização partidária levariam à verdadeira libertação nacional.

Uma das questões que mais chama a atenção na fala do Greenhalg, o qual se tornou posteriormente um importante militante petista, onde ocupou vários cargos tanto em sua direção,

¹⁴⁵ O Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) foi criado no Rio de Janeiro em 1978 e depois expandiu-se para outros estados, o qual congregava militantes e organizações de diferentes posições, tais como: grupos de esquerda, liberais, militantes ligados à Igreja, associações de classe como a dos advogados, dos professores e dos jornalistas, dentre outras entidades e pessoas.

¹⁴⁶ PT, op. cit., p. 10.

como em postos eletivos, tais como vice-prefeito de São Paulo na gestão Luiza Erundina e quatro vezes deputado federal, estava ligada ao relacionamento estabelecido entre a Igreja Católica como instituição, sua hierarquia e seus militantes, com a atuação e a participação dos mesmos nos novos partidos políticos. Assim, tanto o advogado, como a ampla maioria dos documentos e dos líderes católicos desse período defendiam que a política partidária era um campo destinado prioritariamente aos leigos, incluindo as próprias CEBs como um espaço de debate para as propostas dos partidos, questão esta que será melhor discutida no último capítulo.

A respeito disso, nesse debate Greenhalg expôs uma situação vivida por ele, onde mostra que a relação dos leigos com a instituição católica e a política partidária não era algo simples, mas sim, bastante complexa e permeada por diversas tensões. Nesse sentido, ele comentou que havia sido convidado para assinar o Manifesto de Lançamento do PT, devido à atuação que possuía nas lutas pela anistia, em defesa dos presos e perseguidos políticos e também por seu trabalho junto à própria Igreja. Nessa reunião citada por ele, ocorreu o lançamento oficial do Partido dos Trabalhadores e do seu Manifesto de Lançamento, que foi realizada em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion, uma escola católica da cidade de São Paulo, a qual reuniu mais de 700 pessoas, representando dezoito estados brasileiros, onde a formação do partido foi definitivamente formalizada.

Porém, como Greenhalg pertencia à Comissão Arquidiocesana, ele levou o assunto para ser discutido com os seus outros membros, os quais convocaram uma reunião extraordinária para discutir somente essa questão. Nessa reunião, o futuro militante petista relatou, que apesar de ser leigo e acreditar que o PT representava a melhor opção dentro do quadro de reformulação partidária, foi aconselhado pelos demais membros da Comissão a não assinar a lista de fundadores do PT; além de terem sido tiradas duas diretrizes a respeito desta questão: “2 – A nossa Comissão, teria de agora em diante, uma espécie de acordo de regra geral de que um membro da comissão não poderia ser um dirigente partidário, e 3 – se fosse candidato a algum cargo eletivo, deveria avisar a Comissão seis meses antes e se afastar dela.”¹⁴⁷

Respeitando a decisão do Conselho Arquidiocesano, Greenhalg declinou do convite que havia recebido de assinar o Manifesto de Lançamento do PT. A decisão desse Conselho mostrava que, com a reformulação partidária e a multiplicidade de projetos e propostas políticas, a relação da Igreja Católica, tanto da hierarquia, quanto dos seus militantes, principalmente daqueles que

¹⁴⁷ PT, op. cit., p. 10.

possuíssem qualquer cargo em algum órgão ou pastoral da Igreja, ficava cada vez mais complexa e permeada por diversos conflitos no que se referia a esses assuntos. Desse modo, a própria decisão tomada pelo conselho sobre o convite recebido pelo advogado e as diretrizes estabelecidas a respeito da participação dos seus membros em organismos partidários e em candidaturas a cargos eletivos traziam em si esse novo momento da política brasileira e a forma como a Igreja, enquanto instituição, tentava organizar-se e posicionar-se perante essas novas questões.

Os posicionamentos adotados por essa comissão a respeito da participação dos leigos na política partidária, parece que não foram utilizados apenas para os seus membros, mas tornaram-se uma norma geral dos diversos órgãos e pastorais que eram ligados à arquidiocese de São Paulo.

Uma amostra desse procedimento ocorreu com o destacado militante dos direitos humanos, advogado, ex-promotor e ex-procurador de justiça Hélio Bicudo, quando este tomou a decisão de filiar-se ao PT, em junho de 1981, partido pelo qual disputou várias eleições, sendo eleito deputado federal e vice-prefeito de São Paulo na gestão de Marta Suplicy. Por ter se filiado a um partido político, foi obrigado a pedir o afastamento dos cargos que ocupava em organismos pertencentes à Igreja, sendo eles: o de presidente do Centro Arquidiocesano Santo Dias da Silva dos Direitos Humanos e o de membro da Comissão Justiça e Paz de São Paulo, da qual era co-fundador. Entretanto, sua filiação partidária não impediu que o jurista continuasse atuando como membro do Conselho Editorial do jornal da arquidiocese “O São Paulo”, cargo que ocupava desde janeiro de 1981.

Fato parecido ocorreu quando o operário católico Waldemar Rossi juntamente com outros militantes históricos da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo decidiram filiar-se ao PT, no início de 1986.¹⁴⁸ Rossi, que nos anos 1960 havia militado na Juventude Operária Católica (JOC), no final dos anos 1970 era coordenador da Pastoral Operária (PO), que devido ao prestígio que possuía nesse segmento foi escolhido pela arquidiocese para falar em nome dos operários no encontro com o papa João Paulo II, realizado no estádio do Morumbi, além de ser um membro-fundador da Comissão Justiça e Paz de São Paulo.

¹⁴⁸ Segundo o estudo de Batistoni, a adesão desses militantes ao PT nesse momento buscava romper o isolamento em que esse grupo se encontrava no campo democrático-popular, o qual tinha no PT a sua principal expressão política, e além disso, tentava-se superar as acusações feitas por alguns setores da Central Única dos Trabalhadores (CUT), de que parte da Oposição Sindical possuía uma postura anti-PT. Sobre isso, ver: BATISTONI, Maria Rosângela. **Entre a fábrica e o sindicato: os dilemas da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (1967-1987)**. 2001. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2001, f. 426.

O operário militante explicou que a sua filiação ao PT não havia ocorrido anteriormente por dois motivos: primeiramente, ele ressaltou o receio de que o crescimento do PT pudesse enfraquecer os movimentos populares, já que se corria o risco de transferir para o partido a força da militância, que segundo ele deveria ser usada prioritariamente na luta sindical.

O segundo motivo apresentado pelo militante católico, assim como nos casos de Greenhalg e Bicudo, referia-se aos cargos que possuía em órgãos católicos: “Sendo reconhecido como militante da coordenação da Pastoral Operária, poderia, com minha filiação ao PT, ajudar a confundir e misturar as áreas de engajamento para inúmeros militantes da P.O.”¹⁴⁹ Desse modo, percebe-se na fala de Rossi, que além das restrições impostas pelos organismos católicos a atuação partidária, havia, pelo menos no seu caso, uma intenção em não utilizar o reconhecimento e a atuação que possuía em torno do seu trabalho como coordenador da PO em favor de um único partido, buscando assim, separar a militância que possuía no organismo da Igreja da sua atuação e opção político-partidária.

No entanto, ao mesmo tempo em que as relações entre a Igreja Católica e os novos partidos começavam a ser o catalisador de mais conflitos e pontos de tensão nos seus organismos, nas pastorais, e na atuação e no posicionamento dos seus militantes e da própria hierarquia; uma matéria do *Jornal do Brasil*, de outubro de 1980, mostrava que o PT vinha recebendo um grande apoio por parte de vários militantes católicos dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

A respeito da cidade de São Paulo, a matéria citava o caso de Albertina Santos de Lima, vinda do antigo MDB, militante das CEBs e pertencente à paróquia Nossa Senhora de Fátima, localizada no bairro Vila das Belezas, na zona sul paulistana, a qual dizia ter escolhido entrar no PT, porque apenas nele ela conseguia discutir os problemas pelo que passavam os trabalhadores e os moradores da periferia.

Da mesma forma, o jornal abordava o posicionamento adotado por José Tomás Vitorino, também ex-militante do MDB e aposentado pela Companhia Municipal de Transportes Coletivos de São Paulo (CMTC), que militava numa CEB da região de Interlagos, na zona sul paulistana, o qual havia optado pelo PT, com o argumento que ele “[...] é um partido que nasce das bases e tem participação direta do trabalhador da periferia e das favelas. A gente sente que o PT nasce de

¹⁴⁹ PORQUE eu entrei no PT. **Grita Povo**: Jornal mensal da Região de São Miguel, São Paulo, n. 43, p. 12, 24 jan. a 7 fev. 1980.

baixo para cima.”¹⁵⁰ Desse modo, percebe-se que o militante da CEB utilizou a questão das bases como ponto central pela sua escolha do PT. No entanto, ao mesmo tempo em que o partido era rejeitado por militantes católicos nos meses anteriores com o argumento dele não ter saído das bases e sim das cúpulas dos sindicatos, agora, o mesmo argumento era usado de forma contrária por esse militante, ou seja, o PT era compreendido em sua prática e na sua organização como um partido que nascia das bases, visto que, existia nele uma efetiva participação do trabalhador e dos demais moradores da periferia.

Essa visão positiva sobre o PT também era compartilhada por pessoas da própria hierarquia da Igreja, como se pode observar numa entrevista realizada com Frei Betto, em março de 1980, pelo jornal vinculado a grupos de esquerda “Em Tempo”¹⁵¹. Para ele, mesmo possuindo certas indefinições nesse momento, o Partido dos Trabalhadores era o único que “[...] surge a partir dos movimentos populares e que poderá, portanto, contribuir para o seu desenvolvimento.”¹⁵² Porém, o religioso destacava que para isso ocorrer de fato seria essencial que fosse garantida e ampliada a participação das “bases” na agremiação, o que dar-se-ia através de sua organização a partir de núcleos partidários junto aos trabalhadores e aos movimentos populares. Contudo, ele temia que esse propósito do PT fosse desvirtuado devido às limitações advindas da legislação partidária imposta pela ditadura ou pela pressão dos parlamentares que estavam no partido, os quais poderiam forçar a agilização por sua legalização e assim escamotear a participação das “bases” das discussões e na sua própria formação.

Portanto, percebe-se que no período existente entre a idéia inicial de se criar um partido dos trabalhadores, principalmente o ano de 1979, marcado por indefinições e poucas propostas concretas, até o momento em que o partido começou a consolidar alguns posicionamentos e algumas de suas diretrizes políticas, principalmente no final 1979 e todo o ano de 1980, foi marcado por posições bastante heterogêneas pelos diversos “setores católicos” da região da grande São Paulo. Essa multiplicidade de apreensões referiam-se a diversificadas questões, tanto a respeito do partido, quanto relacionadas ao contexto político da época, sendo alguma delas: a reorganização partidária, a criação de um Partido Popular, a manutenção do MDB ou a criação de uma Frente de Oposições e a própria proposta de formação do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵⁰ CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Dossiê: A Igreja, os movimentos e o Estado 1980-1981. In: **Pasta**: Igreja-Política – Igreja e as eleições 1972-1983, mai. 1995, p. 37.

¹⁵¹ O jornal “Em Tempo” tinha como principal produtor o grupo de orientação trotskista Democracia Socialista, o qual era ligado ao Secretariado Unificado da IV Internacional.

¹⁵² FALA Frei Betto. **Em Tempo**, São Paulo, ano III, n. 101, p. 5, 6-19 mar. 1980.

Do mesmo modo, essa variedade de posições também marcou os primeiros contatos e relações dos grupos e militantes católicos frente à proposta petista, a qual em certos momentos chegava a ser radicalmente recusada e em outros era plenamente aceita e apoiada; sendo que, as motivações para esses posicionamentos vinham das mais variadas práticas e concepções políticas que esses militantes e grupos possuíam a respeito da sociedade, da Igreja, dos movimentos populares e operário-sindicais, dos partidos políticos e sobretudo do próprio PT.

Dentre esses muitos posicionamentos, pode-se citar: o surgimento do PT como algo vindo das bases ou apenas de um setor sindical; a não prioridade de se organizar novos partidos enquanto não se conquistasse uma verdadeira democracia; a necessidade de se criar novas ferramentas e espaços políticos, devido à mistura de elementos e de posições que não conseguiam se expressar através do MDB; a relação do PT com os demais movimentos populares e o operário-sindical, vista como algo que poderia fortalecer ou contribuir para o enfraquecimento desses movimentos; dentre outras questões, as quais faziam dessa primeira fase da relação Igreja-PT um emaranhado de posições extremamente díspares e conflitantes.

Contudo, a partir de 1980, as relações entre a Igreja Católica, ou seja, da sua hierarquia, seus militantes, seus grupos e organismos, frente à participação e ao posicionamento tomado para com os novos partidos políticos passaram a se tornar cada vez mais permeadas por conflitos e tensões. Partindo disso, o próximo capítulo analisa como os “setores católicos” posicionaram-se frente à reorganização partidária, à concretização das propostas partidárias e a participação e atuação da própria Igreja, seus grupos e membros nesse campo específico. Num segundo momento apreendo como esses mesmos sujeitos posicionaram-se frente aos novos partidos, a partir da análise de suas propostas e projetos, os quais levavam a relações de recusa, rejeição, identificação e apoio, tendo como ponto de perspectiva a relação estabelecida com o Partido dos Trabalhadores.

CAPÍTULO 3 – OS “SETORES CATÓLICOS”, A POLÍTICA E AS ELEIÇÕES DE 1982

“[...] o povo tem agora a chance de dizer mais do que um simples ‘NÃO’ à ditadura militar. [...] Mais importante, porém que o resultado imediato das eleições, será a capacidade a ser demonstrada pelos partidos de oposição mais conseqüentes de manter o processo de mobilização de conscientização política da população; a criação de canais efetivos de participação do poder, o controle de aplicação das verbas e o acesso às informações. [...] O resultado das eleições, seja qual for, deverá estimular nossa criatividade na busca dos caminhos mais acertados e de estratégias mais eficazes que canalize nossas aspirações de uma sociedade mais e igual para todos.”

Editorial do jornal Grita Povo sobre as eleições de 1982¹⁵³

O editorial do jornal Grita Povo, produzido pelo Centro de Comunicação e Educação Popular de São Miguel (CEMI) e ligado aos grupos católicos da Região Episcopal Leste II (São Miguel), traz uma destacada análise sobre a importância e a novidade que as eleições de 1982 representavam, bem como os seus limites e as dificuldades a que estavam circunscritas.

Primeiramente, o texto deixa claro o que considera ser a grande novidade trazida por essas eleições, ou seja, o fim do sistema bipartidário¹⁵⁴ e o surgimento dos novos partidos, situação essa a qual possibilitava à população escolher um partido que estivesse mais próximo de suas convicções políticas e possuísse maiores definições e posicionamentos, do que simplesmente rejeitar o regime militar, através do voto dado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

No início desse sistema bipartidário, os partidos tinham um caráter bastante débil e artificial, além de possuírem um pequeno poder real.¹⁵⁵ Porém, desde as eleições de 1974 e ainda mais nas eleições de 1978, o crescimento do MDB, principalmente nas grandes cidades, fez com que o voto nessa agremiação se convertesse num ato de julgamento frente ao governo de então, ou seja, as eleições começaram a ter um caráter plebiscitário, no qual a escolha pelo MDB representava toda a insatisfação da sociedade perante não só ao governo, mas às diversas arbitrariedades e limites impostos pela ditadura.¹⁵⁶

¹⁵³ EDITORIAL. **Grita Povo**: Jornal da Região São Miguel, São Paulo, n. 4, p. 2, nov. 1982, grifo do autor.

¹⁵⁴ O sistema bipartidário foi criado pela ditadura militar em 1965 após a extinção dos partidos vigentes pelo Ato Institucional n.º 2 (AI-2), com o qual buscava dar um caráter democrático ao regime, onde a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) representava os interesses do governo e o MDB era o partido da oposição consentida.

¹⁵⁵ Uma amostra dessa debilidade e descrédito da população foi a eleição para o senado paulista em 1970 na cidade de São Paulo, onde o candidato do MDB conseguiu 34,8% dos votos, o da ARENA 31,5% e o número de brancos e nulos foi quase maior que o do candidato mais votado, com o percentual total de 33,7% dos votos.

¹⁵⁶ Sobre o sistema bipartidário, o crescimento do MDB e as mudanças na legislação eleitoral, ver: LAMOUNIER, Bolívar. **Voto de desconfiança**: eleições e mudança política no Brasil – 1970-1979. Petrópolis: Vozes; São Paulo:

O próprio fim do regime bipartidário em 1979, articulado pela ditadura e a criação de um sistema pluripartidário tinha como um de seus maiores objetivos, senão o principal, dividir a oposição que havia se concentrado no MDB durante as últimas eleições e que de certa forma ameaçava a hegemonia do partido do governo. Assim, grande parte da Igreja Católica, tanto da hierarquia, quanto de outros grupos, como pastorais, de direitos humanos e leigos ligados aos movimentos populares, às CEBs, dentre outros movimentos, que vinham se articulando em torno do MDB e nos diversos movimentos de oposição à ditadura militar, a partir de então tiveram que se adaptar e se posicionar perante a divisão da oposição e o surgimento dos novos partidos.

Retomando o editorial do jornal *Grita Povo*, nota-se que apesar de considerar o surgimento de novos partidos políticos e o fim das eleições plebiscitárias como um avanço, ele ressalta que o mais importante não seria o resultado das eleições, mas sim, o fortalecimento dos novos partidos, os quais auxiliariam no processo de mobilização até então existente e ao mesmo tempo ampliariam o poder de participação política da população, além de contribuírem na busca de caminhos e estratégias na busca de uma sociedade “mais e igual para todos”.

Um posicionamento parecido quanto a esta questão foi realçado por D. Angélico Sândalo Bernardino, bispo da mesma região episcopal, através da mensagem introdutória que fez para a cartilha política “Acorda Povo”: “É claro que não podemos esperar muito das eleições! Elas servem, ainda, de algum modo, na atual situação, aos donos do poder econômico e político no Brasil. SÃO PORÉM UM PASSO!”¹⁵⁷

Desse modo, quando o periódico e o próprio D. Angélico destacavam que o resultado das eleições traria poucas mudanças para a população, já que elas estavam vinculadas a um controle por parte do poder civil-militar que comandava o país, eles procuravam demonstrar que apesar do surgimento dos novos partidos, a eleição de 1982 ainda era extremamente limitada e ao mesmo tempo controlada pelo regime ditatorial.

Apesar da eleição de 1982 ter ocorrido após a revogação do AI-5, depois da promulgação da Lei da Anistia, sem a presença da censura na imprensa e de ser a primeira com eleição direta para governador, o período em questão e a própria eleição ainda estavam marcados por diversos limites. Dentre eles, destaca-se primeiramente a não possibilidade de escolha para o cargo de presidente, sendo este o detentor principal do poder real no país, além da impossibilidade de votar

CEBRAP, 1980.; MENEGUELLO, Rachel. **PT: a formação de um partido (1979-1982)**. São Paulo: Paz e Terra, 1989, p. 22-28.

¹⁵⁷ EQUIPE REGIONAL DE SUBSÍDIOS (São Miguel). **Acorda Povo**. São Paulo, jun. 1982, p. 2, grifo do autor.

nos prefeitos das capitais e dos municípios considerados Área de Segurança Nacional, o que de certa forma dava à eleição e aos políticos eleitos pouco espaço para implementar mudanças que pudessem levar a uma maior transformação sócio-política.

Além disso, as eleições de 1982 tinham outras limitações. Dentre elas, uma referia-se à propaganda eleitoral no rádio e na televisão, através da lei n.º 6.339, mais conhecida como “Lei Falcão”, promulgada em 1976. Por essa lei ficava proibido os debates de candidatos nesses meios e restringia-se à propaganda eleitoral, na qual cada partido tinha o período de cinco minutos para apenas apresentar o nome, o número e o currículo do candidato, lidos por um locutor. Na televisão, fora isso, só era permitido divulgar a fotografia do postulante e anunciar o horário e o local dos comícios. Com isso, buscava-se além de enfraquecer a campanha eleitoral e a discussão política, impedir que falas mais críticas frente ao regime fossem levadas a público.

Outra limitação muito criticada por diversos grupos católicos, principalmente através das cartilhas políticas estava no “Pacote Eleitoral”, o qual proibia os partidos de fazerem coligações e os obrigava a lançar candidatos em todos os níveis, além de impor o voto vinculado, ou seja, o eleitor só poderia escolher candidatos de um mesmo partido para todos os cargos em disputa: vereador, deputado estadual e federal, senador, governador e prefeito (menos nas cidades ditas de Segurança Nacional). Se caso o eleitor escolhesse candidatos de partidos diferentes o voto era anulado, além disso, o “voto vinculado” criava situações inusitadas, como por exemplo, se um partido não fosse organizado numa cidade, o eleitor poderia votar para os outros cargos de nível estadual e federal, contanto que deixasse os de vereador e prefeito em branco. Essas normas fortaleciam o discurso de que a reorganização partidária tinha o objetivo maior de dividir a oposição, pois enquanto os políticos da antiga ARENA tinham migrado em sua maioria para o Partido Democrático Social (PDS), a oposição vinda do então MDB, dividia-se entre PMDB, PT e PDT, logo, o “voto vinculado” beneficiava o partido de apoio ao governo e dividia ainda mais o voto de oposição, visto que impossibilitava o voto em candidatos de partidos com legendas diferentes.

Esses limites quanto às eleições em geral e mais especificamente a respeito das restrições e dificuldades decorrentes da não possibilidade de coligação e do “voto vinculado” foram fortemente criticados por diversos grupos católicos, principalmente aqueles ligados aos movimentos populares. Uma amostra disso está na cartilha “Basta” produzida pelo Setor Interlagos, pertencente à Região Episcopal de Santo Amaro, na zona sul da cidade de São Paulo, a qual compreendia “[...] que as

regras impostas para a votação foram feitas para complicar. E mesmo assim não tem havido interesse por parte do governo em esclarecer a população sobre como se deve votar.”¹⁵⁸

Assim, a cartilha concluía que o objetivo da legislação eleitoral imposta pelo governo estava em dificultar o voto da maioria da população e que além da imposição das novas regras, as quais demandavam por parte do eleitor um maior discernimento sobre como não ter seu voto anulado, percebia-se às vésperas da eleição que havia pouco interesse por parte do governo em informar e explicar à população sobre esses complicadores. Na mesma perspectiva, a cartilha “Acorda Povo” de São Miguel trazia uma ilustração demonstrando os obstáculos que o governo impunha para a participação do eleitor na política e na própria eleição, os quais iam desde a repressão e a reforma política, até a escolha dos prefeitos biônicos (indicados), os limites do “voto vinculado” e advindos dos pacotes eleitorais, como é possível observar abaixo:

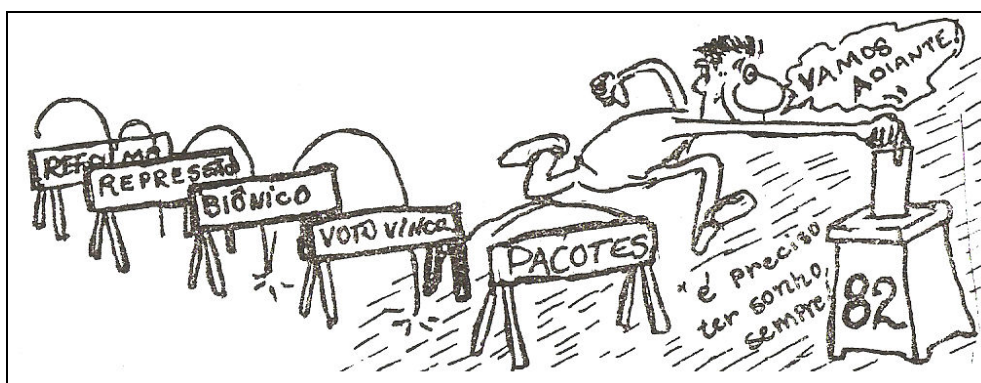


Figura 1¹⁵⁹

Além dos limites concernentes à própria eleição, a reforma partidária articulada pelo governo trazia diversas dificuldades para a criação de novos partidos, estabelecendo rígidas normas a serem cumpridas pelo agrupamento para a sua possível legalização, dificultando assim principalmente a criação de pequenas agremiações, além de impedir a existência de partidos comunistas.¹⁶⁰

¹⁵⁸ EQUIPE DE EDUCAÇÃO POLÍTICA (Setor Interlagos). **Basta**: cartilha de educação política do Setor de Interlagos. São Paulo, set. 1982, p. 22.

¹⁵⁹ EQUIPE REGIONAL DE SUBSÍDIOS (São Miguel). **Acorda Povo**. São Paulo, jun. 1982, p. 37.

¹⁶⁰ Para criar-se um novo partido e ter aprovado o seu reconhecimento provisório era preciso: publicar manifesto, programa, estatuto, criar uma Comissão Nacional Provisória eleita pelos seus fundadores e composta por um número de sete a onze membros, dentre outras obrigações legais e burocráticas. Após o reconhecimento, o partido tinha o prazo de doze meses para consolidar sua organização, onde devia realizar convenções em no mínimo um quinto dos municípios de nove estados da federação, além de organizar uma convenção para eleger os membros do diretório nacional. Sobre a legislação imposta para a criação de novos partidos, ver: KECK, Margaret Elizabeth. **PT – A lógica da diferença: O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira**. São Paulo: Ática, 1991, p. 105-108.

Com isso, além das dificuldades para se criarem novas agremiações, o governo buscava controlar e homogeneizar a estrutura dos partidos, diminuindo assim, a possibilidade de que novas e diferentes maneiras de organização fossem construídas por parte dos partidos. Dessa forma, diferentemente de outras agremiações, como o PMDB e o PDS, que já possuíam uma estrutura e organização anterior à reorganização partidária, herdadas do antigo MDB e da ARENA, os outros agrupamentos tiveram enormes dificuldades para consolidar e efetivar o partido dentro das regras impostas, com destaque para o próprio Partido dos Trabalhadores.

Analisando todos esses limites e restrições a que estavam submetidos os partidos e as eleições de 1982, um observador desatento pode pensar que elas tinham pouca importância para a sociedade, devido às pequenas mudanças reais que as mesmas poderiam possibilitar em nível prático; porém, ao contrário disso, o período pré-eleitoral, desde a formação dos novos partidos até o pós-eleição foi um momento de ampla discussão e mobilização da sociedade, principalmente entre os “setores católicos”. Nestes, desde a alta hierarquia da Igreja até o cotidiano de pequenas comunidades eclesiais, a reorganização partidária, a criação dos novos partidos e as eleições de 1982, foram motivos para amplas discussões sobre os posicionamentos e redefinições a serem tomados frente à nova conjuntura, no que dizia respeito à política de forma geral, à política partidária, à criação, à atuação e à relação com os novos partidos, com as eleições de 1982 e frente à própria concepção de sociedade que possuíam; além da instauração de normas e limites sobre a relação dos diversos grupos e pessoas ligadas à Igreja Católica com essas questões.

Desse modo, o presente capítulo tem por objetivo compreender como as relações e as tensões entre os diversos “setores católicos” e o novo momento político do país foi apreendido e ressignificado por esses diversos sujeitos. Primeiramente, estudo como os diversos grupos e pessoas ligadas à Igreja Católica na grande São Paulo posicionaram-se frente ao novo momento político vivenciado por eles, a partir das mudanças na política e nos partidos formados, compreendendo assim, como através de suas práticas e experiências eles analisavam a política, a sociedade em geral, o governo e os próprios partidos, a partir dos posicionamentos e conflitos que decorreram dessas mudanças, tanto internamente para a Igreja Católica, como na relação com as novas instituições, principalmente no que se referia à política partidária. A partir disso, analiso como esses mesmos sujeitos colocaram-se frente aos programas e projetos articulados pelos novos partidos, com destaque para a relação estabelecida com o PT, a partir dos pontos convergentes, das restrições e das rejeições frente a essas agremiações e os seus decorrentes desdobramentos.

3.1 Os “setores católicos” e a política

“A Igreja se relaciona relativamente bem com o movimento popular e sindical, mas enfrenta dificuldades no relacionamento com as propostas político partidárias. Por quê?”

Frei Betto, em outubro de 1982.¹⁶¹

A indagação acima foi proferida por Frei Betto dentro de um debate organizado pelo Centro João XXIII, que teve como temática “Igreja e Política no Brasil”, onde o religioso foi um dos palestrantes e discutiu a relação entre “Igreja e movimentos populares urbanos”. A pergunta levantada por ele expressa bem as dificuldades a que estavam inseridos o conjunto da Igreja Católica e seus diversos segmentos às vésperas da eleição de 1982, na qual pela primeira vez, depois de mais de 15 anos, a instituição, seus membros e grupos viam-se frente a diversas propostas partidárias.

E mais do que isso, sua fala demonstra como os diversos “setores católicos”, os quais tinham se tornado uns dos principais grupos de oposição ao regime militar, principalmente através do apoio e da própria atuação junto ou ao lado de diversos movimentos populares e operário-sindicais; frente à política partidária e as propostas dos novos partidos desenvolviam uma relação de extrema dificuldade. De certo modo essa problemática decorria, que diferente do período anterior, quando existiam apenas duas posições a serem tomadas, ou seja, a favor ou contra o regime militar, através do apoio dado ao movimento popular, operário-sindical ou ao próprio MDB, a abertura política e a reorganização partidária fizeram com que novas e diferentes propostas políticas se colocassem dentro da arena pública, modificando a posição e definições que a Igreja mantinha até então com outros segmentos da sociedade e tornando a relação com a política partidária muito mais complexa e permeada por diversos conflitos e pontos de tensão.

Como dito na introdução deste capítulo, o período posterior à formação dos novos partidos e anterior às eleições de 1982, ou seja, do final dos anos 1980 até o ano de 1982, foi um momento onde os diversos “setores católicos” da região da grande São Paulo dedicaram grande parte de suas discussões para debater sobre a criação dos novos partidos, e como eles próprios relacionar-se-iam e posicionar-se-iam frente às mudanças, tanto pelo que passava o país no plano político institucional, como para aquelas decorrentes da nova configuração de forças que vinham se estabelecendo na política partidária.

¹⁶¹ BETTO, Frei. Igreja e movimentos populares urbanos. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). **Igreja – Movimentos populares – Política no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1983, p. 32.

As discussões e os conflitos a respeito dos posicionamentos e dos limites postos pelos diversos grupos e pessoas ligadas à Igreja Católica, frente ao novo momento político pelo que passava o país, aos partidos políticos e à diversidade de propostas que eram decorrentes dos mesmos, foi algo que permeou praticamente todos os setores da Instituição. Nota-se assim, a existência de uma forte movimentação para com essa questão, o que ia desde a alta hierarquia da Igreja, através de declarações, pronunciamentos e normas estabelecidas por bispos, arcebispos e pela própria CNBB, até comunidades de bairro ou regiões que se reuniam para discutir essa temática e produzir instrumentos a respeito dela, dentre as quais se destacam as diversas cartilhas políticas produzidas nas mais diferentes regiões do país.

Dentre os debates e documentos produzidos por esses diferentes grupos e pessoas nesse período, três deles ganham destaque:

Primeiramente, as cartilhas políticas produzidas por todo o país, as quais debatiam desde problemas locais, tratavam das mudanças sofridas pela Igreja Católica e pelo próprio país, ao longo do século XX, até analisando os novos partidos surgidos da reforma partidária e discutindo qual seria o posicionamento do cristão frente à atuação na política partidária e às eleições de 1982. Além disso, elas tinham uma circulação e um raio de atuação bastante amplo, pois era a partir desses materiais que os diferentes grupos, dioceses, paróquias ou comunidades comunicavam-se e discutiam essas temáticas com a grande maioria dos fiéis católicos, constituindo-se assim no grande veículo de comunicação da Igreja Católica desse período para com a pluralidade e a multiplicidade de seus grupos e participantes.

As CEBs, principalmente a partir da posição de destaque que elas conquistaram dentro da Igreja no país, e na própria imprensa, também foi um dos sujeitos em que a discussão sobre a política e a relação com os partidos obteve um maior destaque e relevância, principalmente a partir da organização dos seus encontros Inter-eclesiais.

Por último, a própria hierarquia da Igreja entrou fortemente na discussão sobre a participação da mesma, do clero, dos seus fiéis e dos seus grupos frente à questão política, como também sobre a atuação e os limites estabelecidos quanto à participação e à relação com os novos partidos, a partir de diversas declarações e da produção de normas e documentos sobre o assunto.

As chamadas cartilhas de educação política foram muito utilizadas por diversas comunidades, dioceses, comissões, pastorais, dentre outros grupos, principalmente no período posterior à

reorganização partidária e anterior às eleições de 1982.¹⁶² Segundo o estudo de Lesbaupin¹⁶³, esse tipo de material vinha sendo produzido desde o início dos anos 1970; contudo, a produção desse tipo de material teve um grande impulso a partir de 1976 e com as eleições de 1978, tendo o seu maior desenvolvimento a partir da reorganização partidária e das eleições de 1982.

A confecção desse tipo de material foi algo que se disseminou por todas as regiões do país.¹⁶⁴ Porém, para esse estudo, mais importante do que fazer uma radiografia da importância e analisar as características, diferenças e especificidades das diversas cartilhas feitas pelo país, busca-se aqui discutir algumas das que foram produzidas na região da grande São Paulo e seus aspectos, principalmente aqueles relacionados à política partidária e aos novos partidos, a partir de seus pontos de tensão, limites, contradições e como as experiências e práticas vivenciadas por esses grupos eram projetadas em cima dos temas trabalhados nesses materiais.

A produção das cartilhas políticas na maioria das vezes ficava a cargo de um grupo ou equipe de leigos, que se dedicava a estudar e discutir essas temáticas, a partir de reuniões, plenárias e debates, sendo que a própria iniciativa para a realização desses materiais não costumava partir da hierarquia da Igreja ou da diocese, mas sim, das próprias comunidades, paróquias, setores, pastorais ou outros grupos ligados a ela.

Dentre as cartilhas a que tive acesso na região da grande São Paulo, a maioria delas seguia esse parâmetro em relação a sua feitura, ou seja, eram produzidas por uma equipe ou comissão, tais como: o texto “Só não enxerga quem não quer”, produzido pela Pastoral de Direitos Humanos de Osasco; as duas cartilhas patrocinadas pela diocese de Santo André: “Falando de Política...” e “Os Partidos Atuais” foram organizadas por um grupo de leigos do Centro de Defesa de Direitos Humanos da Diocese de Santo André; a cartilha “Basta”, adotada pelo Setor Interlagos da Região Episcopal de Santo Amaro, foi produzida por uma equipe de Educação Política; enquanto a cartilha “Acorda Povo” da Região Episcopal de São Miguel teve o seu texto escrito pela Equipe Regional de Subsídios e a coordenação geral ficou a cargo da Equipe Regional de Direitos Humanos.

¹⁶² Sobre um panorama maior a respeito do caráter geral das cartilhas de educação política, produzidas nas diversas regiões do país, ver: GALLETTA, Antonio Ricardo Knippel. **Pastoral Popular e Política Partidária no Brasil**. 1985. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais – História Social) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 1985, p. 152-156.; LESBAUPIAN, Ivo. As cartilhas políticas diocesanas de 1981-1982. In: _____ (Org.). **Igreja – Movimentos populares – Política no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1983. p. 57-74.

¹⁶³ LESBAUPIN, op. cit., p. 57.

¹⁶⁴ Em seu estudo, Galletta elencou mais de 115 cartilhas produzidas nesse período; porém, o número de cartilhas produzido deve ter sido ainda muito maior, visto que muitas delas tinham uma pequena tiragem ou uma circulação limitada, às vezes circunscrita à comunidade, ao grupo ou ao próprio bairro; ver: GALLETTA, op. cit., p. 166-174.

Apesar da iniciativa de se produzir essas cartilhas não ter partido da hierarquia da Igreja, era comum que as mesmas recebessem o apoio de alguma coordenação geral ou do próprio bispo, os quais muitas vezes patrocinavam sua divulgação ou referendavam os textos e os seus objetivos. Uma amostra disso, era que a apresentação de algumas dessas cartilhas era feita pelo bispo diocesano, como nas cartilhas da Diocese de Santo André, onde a apresentação do texto ficou a cargo de D. Cláudio Hummes ou a “Acorda Povo” que trazia em seu início uma mensagem de D. Angélico Sândalo Bernardino, bispo-responsável pela Região Episcopal Leste II (São Miguel). Isso mostra, que a preocupação e as discussões sobre a questão da política partidária e dos novos partidos, não ficavam restritas a um setor da Igreja, mas movimentavam desde pequenos grupos de leigos, a hierarquia local e até a própria Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

A maioria dessas cartilhas consistia num pequeno livreto, composto em média de 10 a 50 páginas. Dentre esses materiais, um que fugiu a esse padrão foi o conjunto “Fé e Política: povo de Deus e participação política”, lançado pela arquidiocese de São Paulo, o qual não era um simples livreto, mas um conjunto composto por uma apresentação de 150 slides, com figuras acompanhadas de legendas e mais um caderno de orientação. O material foi idealizado pela Comissão Arquidiocesana de Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados de São Paulo, da arquidiocese de São Paulo, em parceria com o Instituto de Ação Cultural (IDAC), coordenado pelo educador Paulo Freire, conjunto esse que segundo seus produtores era fruto de um trabalho de vários meses, o qual havia sido preparado e discutido através de diversas reuniões envolvendo teólogos, agentes de pastoral, técnicos, bispos e representantes de comunidades. Outra diferença desse material perante os demais estava no seu raio de divulgação, pois enquanto as outras cartilhas costumavam ficar restritas à região, setor, comunidade ou diocese em que foram produzidas, o conjunto “Fé e Política”, além de ter sido amplamente divulgado entre as diversas regiões e grupos da própria arquidiocese, o mesmo poderia ser adquirido e enviado via correio para qualquer local que o encomendasse para a Comissão, mediante o pagamento de uma quantia específica.

No que se refere as finalidades dessas cartilhas percebe-se que as mesmas tinham como objetivo central, o de “promover a educação política do nosso povo”¹⁶⁵, como destaca a cartilha de Santo André; porém, mais do que isso, elas tinham um caráter e uma finalidade mais ampla, como realça a cartilha “Basta”, do Setor de Interlagos:

¹⁶⁵ DIOCESE DE SANTO ANDRÉ; CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DE SANTO ANDRÉ. **Falando de Política...: sugestões para uma atuação pastoral na política partidária** (Cartilha n.º 1). Santo André, ago. 1981, p. 1.

Esta cartilha quer reunir a comunidade e ser um momento forte na luta contra a descrença, o desânimo. [...] [a qual tem] a oportunidade de se unir mais, de conhecer melhor o contexto em que vive, de clarear mais seus objetivos. Enfim, de se encontrar e buscar apoio uns nos outros para a luta que vai continuar.¹⁶⁶

Em sua apresentação inicial a cartilha mostrava como, além de buscar uma “educação política”, a mesma estava inserida dentro de um contexto maior de construção e aprendizado de lutas e experiências, a qual tinha por objetivo analisar e problematizar o momento pelo que estava passando o país e a própria sociedade, sendo assim um importante elemento de mobilização e incentivo para a participação dos católicos nessas questões. Desse modo, a formulação e utilização dessa cartilha consistia num momento privilegiado dentro de um processo de luta mais amplo, que não tinha o seu fim nem no voto, nem nas eleições de 1982, mas era um período, que em torno da questão política, a comunidade, grupo ou região poderia reunir-se para fortalecer as suas diversas lutas e objetivos.

As cartilhas possuíam como destinatários principais as próprias comunidades e as paróquias de cada região, ou então tinham um alvo mais específico, tal como a cartilha de Santo André, que se dirigia sobretudo às “camadas populares”; ou a “Acorda Povo” de São Miguel, que era endereçada especialmente para os “grupos de rua”¹⁶⁷; ou seja, aqueles que tinham uma atuação mais independente do clero ou da própria paróquia, tais como as CEBs, grupos das diversas pastorais, de Direitos Humanos, entre outros. Na mesma perspectiva, situava-se o conjunto Fé e Política da arquidiocese de São Paulo, porém devido a maior amplitude do seu material, composto pelos diversos slides, o caderno de orientação era destinado aos animadores de comunidade ou agentes de pastoral, ou seja, àquelas pessoas que coordenariam a discussão do material. No entanto, a cartilha de São Miguel propunha, que se possível, as pessoas que fossem as animadoras desses encontros deveriam passar por um processo de treinamento e debate entre elas.

Outro aspecto destacado por praticamente todas as cartilhas era que as mesmas tinham o objetivo de ser apenas o pontapé inicial ou um suporte de subsídios, como destaca a “Acorda Povo”: “O livrinho é apenas início de conversa! As comunidades promovam debates, cursos, áudio-visuais sobre a participação na política e na sociedade.”¹⁶⁸ Nesse sentido, os materiais

¹⁶⁶ EQUIPE DE EDUCAÇÃO POLÍTICA (Setor Interlagos). **Basta**: cartilha de educação política do Setor de Interlagos. São Paulo, set. 1982, Apresentação.

¹⁶⁷ Os grupos de rua eram em geral católicos, normalmente vizinhos ou que moravam próximos, faziam seus encontros em suas próprias casas, tinham ligação com alguma CEB (uma subdivisão) ou consistiam num grupo embrião que poderia vir a se tornar uma nova Comunidade Eclesial de Base.

¹⁶⁸ EQUIPE REGIONAL DE SUBSÍDIOS (São Miguel). **Acorda Povo**. São Paulo, jun. 1982, p. 1.

deveriam levar a debates e discussões posteriores no próprio grupo ou comunidade, com o objetivo de que as temáticas e assuntos levantados pelas cartilhas fossem mais aprofundados e podendo levar até à construção de materiais novos e complementares.

Uma perspectiva semelhante também foi adotada pela Comissão Arquidiocesana que havia idealizado o conjunto “Fé e Política”:

O material é aberto, isto é, ele é um início de conversa. Ele não esgota o tema nas ilustrações e nem no texto. Quando termina a projeção dos ‘slides’ é que começa o verdadeiro trabalho. É o papo da comunidade ou do grupo que conta sua vida, suas dificuldades, suas realizações. À luz da Bíblia a comunidade descobre sua experiência, identifica os obstáculos da caminhada, discute os rumos da ação a ser empreendida.¹⁶⁹

A citação deixa bem claro que o mais importante não era a cartilha política em si, mas serviria apenas como estímulo para que a comunidade, através de suas discussões e experiências a respeito de suas dificuldades e do seu próprio cotidiano, na sua relação com a fé e perspectiva cristã, ampliasse o debate sobre a sociedade, a atuação frente à política e aos novos partidos e as ações que poderiam levar a mudanças futuras no país.

Tais características mostram que, antes de possuírem um caráter conclusivo sobre as temáticas tratadas, essas cartilhas tinham o objetivo de abrir o debate sobre as mesmas, além de incentivar as discussões, a organização e a participação política desses grupos e membros, também não deveriam encerrar-se no próprio texto ou slide, mas seriam contrastadas com as perspectivas e posicionamentos levantados e discutidos pelo grupo em seu conjunto.

No que diz respeito à estrutura das cartilhas, nota-se que a maioria delas eram divididas em encontros ou reuniões, os quais tratavam de uma temática específica através de um texto-base. Esses textos possuíam uma composição bastante diversificada, que costumavam incorporar: passagens de textos bíblicos, documentos da Igreja referentes à questão política, com destaque para as conclusões da reunião dos bispos em Puebla, dos produzidos pela CNBB ou pelas próprias dioceses; notícias sobre as mudanças no período ou acontecimentos importantes com alguma ligação com o contexto ou as lutas da comunidade; ilustrações, orações, cantos, diálogos; além é claro dos textos e reflexões construídos pela equipe produtora da cartilha.¹⁷⁰ Era costume que ao final de cada encontro houvesse uma proposta de debate, perguntas ou reflexões a serem discutidas após a leitura do texto, a fim de aprofundar a temática levantada ou mesmo para que a comunidade se posicionasse perante o assunto.

¹⁶⁹ FÉ E POLÍTICA: Povo de Deus e participação política. “O São Paulo”, São Paulo, p. 9, semana 21-27 ago. 1981.

¹⁷⁰ Também havia entre esses materiais um certo intercâmbio de informações, ou seja, era comum que uma cartilha se utilizasse de outras, através do formato, pela forma de organização ou mesmo com a cópia de textos, de informações e reflexões.

Ainda sobre a estrutura dessas cartilhas, uma que me chamou muito a atenção foi a “Acorda Povo”, porque enquanto a maioria delas preparava para cada encontro um texto-base a ser lido e discutido pela comunidade, a cartilha da zona leste paulistana trazia a discussão dessas temáticas através da formulação de uma celebração religiosa específica para cada encontro. A estrutura dessa celebração guarda em certa medida uma similaridade com a organização da própria missa; no qual o texto e as partes do encontro eram divididos e apresentados por um animador, um rezador e momentos lidos por toda a comunidade, intercalados por cantos e orações.

No geral, esses encontros tinham uma dinâmica parecida. Tomarei como exemplo, o número 1, intitulado “Jesus de Nazaré: esperança dos pobres”. Em todos os encontros era recomendado que estivesse presente uma cruz com o nome dos participantes do grupo, mais uma vela grande e a Bíblia. A primeira parte do encontro consistia na Acolhida e na Oração Inicial, que começava com a fala do Animador, o qual dava boas vindas aos presentes e com a cruz erguida, dizia: “Eis o sinal do cristão! Nela marcamos nosso nome em sinal de compromisso com a verdade libertadora.”¹⁷¹. Em seguida o Rezador pedia a interseção da santa cruz, a proteção da sagrada família, da virgem Maria, para posteriormente o Animador acender a vela e colocá-la em cima de algum lugar, momentos esses que eram intercalados por diversos cânticos. No final da primeira parte, o Animador introduzia a temática a ser desenvolvida em cada encontro, nesse caso, a sociedade no tempo de Jesus e o posicionamento dele perante a mesma.

Nesse momento, pode-se apreender diversas características dessas cartilhas e da própria atuação desses católicos frente às questões políticas. Primeiramente, nota-se que a política e a sua realização não era algo que estava desassociado do cristianismo, da Igreja Católica e da própria religiosidade praticada por esses fiéis, ou seja, eles não viam a política como algo a parte e separado tanto da fé que possuíam, como do próprio cotidiano, mas procuravam compreendê-la a partir das experiências e discussões que possuíam enquanto cristãos e pertencentes ao grupo em questão, através de todas as suas tradições e místicas populares, como se pode perceber no ato da cruz, ao acender a vela, nas rezas, nos cânticos e no tipo de linguagem utilizada. Outro aspecto que chama a atenção é o chamamento, tanto para a participação nos encontros a partir da relação estabelecida entre a temática com a sociedade atual e o cotidiano, como também a questão do “compromisso com a verdade libertadora” que o participante teria a partir de então como cristão em atuar na sociedade e na própria política.

¹⁷¹ EQUIPE REGIONAL DE SUBSÍDIOS (São Miguel), op. cit., p. 4.

A segunda parte do encontro era dedicada à discussão sobre a temática proposta, que tinha a leitura do texto-base feita por um Contador de História e diversos Leitores. De início, o Contador de História fazia uma apresentação da sociedade em que Jesus havia nascido, descrevendo-a como dividida numa pirâmide social, destacando o fato de Jesus ter vindo da base dessa pirâmide. Depois, cada Leitor apresentava os grupos sociais que formavam essa pirâmide: os romanos, que ficavam no topo e eram vistos como dominadores do mundo inteiro e comparados à posição que os Estados Unidos representavam naquele momento; os demais grupos que detinham poder, como o sinédrio, sacerdotes, saduceus, herodianos, fariseus, escribas, publicanos, sempre com referências bíblicas de como estava estruturado cada um desses grupos. Por fim, eram apresentados os dois grupos que se encontravam na base da pirâmide, sendo o primeiro, a maioria do povo pobre do qual Jesus havia vindo e dedicado toda a sua vida e os zelotes, que também eram pobres e “Viviam na revolta fazendo luta armada. Queriam uma revolução.”¹⁷² Junto ao texto vinha uma ilustração da pirâmide formada pelos grupos que viviam na época de Jesus, como se pode ver abaixo:

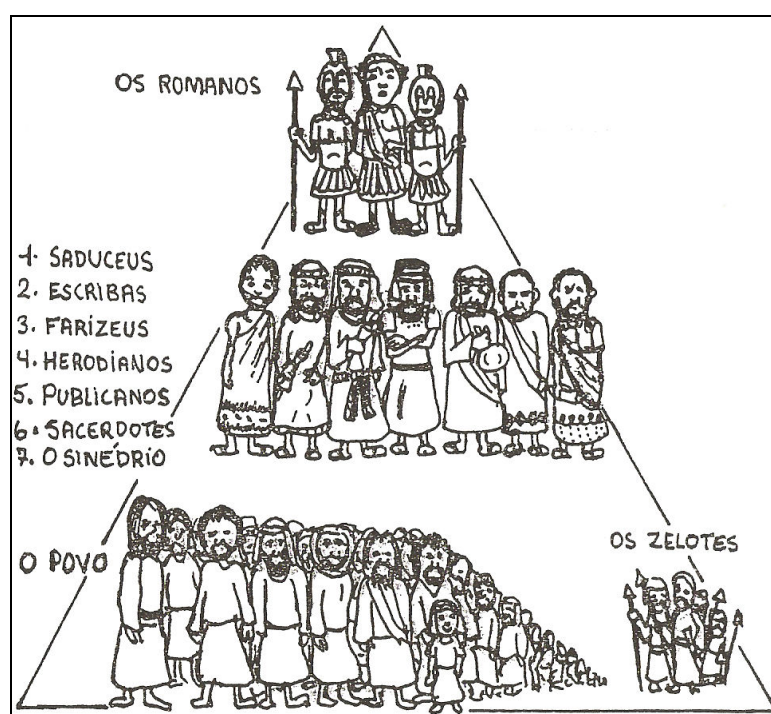


Figura 2¹⁷³

¹⁷² EQUIPE REGIONAL DE SUBSÍDIOS (São Miguel), op. cit., p. 8.

¹⁷³ EQUIPE REGIONAL DE SUBSÍDIOS (São Miguel). **Acorda Povo**. São Paulo, jun. 1982, p. 8.

Na terceira parte, o texto era intercalado entre a fala do Animador e reflexões lidas por todos os presentes, as quais destacavam como havia sido o posicionamento e a atuação de Jesus perante essa sociedade. Nisso, Jesus era apresentado como uma pessoa nascida de uma família pobre, que sempre ficou ao lado dos pobres, já que esta era a sua “classe social”; e a partir da miséria e do sofrimento do seu povo anunciou o seu projeto do Reino de Deus. Além disso, destacavam o incômodo causado pela atuação de Jesus frente aos poderosos da época, os quais o acusavam de ser um grande agitador, de querer tomar o poder e de dizer-se filho de Deus, o qual por falar a verdade aos poderosos foi torturado e crucificado, do que se conclui: “E a gente continua a missão de Cristo Jesus buscando com a união e a palavra, que é luz, a justiça para todos, sem temer morte de cruz.”¹⁷⁴. Por fim, após a oração do pai-nosso, era proposta uma discussão com o grupo, para dizerem o que tinham achado do encontro e o que haviam descoberto de importante.

Numa análise desse encontro, nota-se o quanto as comunidades buscavam discutir a sociedade atual e os seus problemas sócio-econômicos, a partir da leitura da Bíblia e da atuação de Jesus perante as situações vivenciadas por ele. Essa característica, que era uma constante desses grupos, mostra como eles tentavam relacionar a sociedade atual e a própria atuação que desenvolviam nos diversos movimentos populares e inclusive na política, como fazendo parte da tradição e prática cristão-católica, tendo como fundamento maior a interpretação dos textos bíblicos.¹⁷⁵

A respeito da caracterização dos grupos da época de Jesus é importante destacar que se fazia uma espécie de relação quanto à posição a ser tomada na sociedade pelos cristãos, quando explicitam a diferença de atitude adotada por Jesus e pelos zelotes. Porque, enquanto o primeiro colocava-se perante as injustiças da sociedade a partir da pregação da verdade, da união, do amor e do anúncio do Reino de Deus, os zelotes buscavam fazer uma revolução através da violência e da “luta armada”. Nisso, percebe-se uma crítica aos grupos que defendiam a revolução por meio de insurreições armadas, visto que, para o cristão o exemplo a ser seguido era aquele mostrado por Jesus, ou seja, através da anunciação da verdade e se fosse preciso com o próprio sofrimento.

O encontro relatado torna-se assim uma pequena amostra da importância que a questão da política e dos novos partidos possuíam para esses diferentes grupos e comunidades, nos quais a produção dessas cartilhas, que demandavam grande estudo, tempo e dedicação para a sua redação e

¹⁷⁴ EQUIPE REGIONAL DE SUBSÍDIOS (São Miguel), op. cit., p. 9.

¹⁷⁵ Posteriormente essa forma de compreender a atuação de Jesus foi criticada por outros setores da Igreja e do próprio Vaticano, que acusavam esses grupos de mostrar Jesus apenas pelas suas posições político-históricas e pelo seu caráter humano, perdendo assim, o mais significativo da existência de Jesus, que seria a essência sagrado-religiosa de sua pregação e atuação.

elaboração, eram o exemplo maior. E mais do que isso, evidenciam que essa discussão não ficava circunscrita apenas à hierarquia da Igreja ou a alguns líderes católicos e agentes de pastoral, mas era algo que mobilizava e sensibilizava diversificados “setores católicos”, como demonstram a produção dessas cartilhas e a riqueza de seus conteúdos religiosos, sócio-políticos e simbólicos. É claro que as perspectivas e os pontos de vista que cada um desses sujeitos possuía a respeito desses assuntos partia das diversificadas expectativas, problemáticas e especificidades em que estavam envolvidos ou inseridos, características essas que não devem ser compreendidas como sendo um aspecto de superioridade de uma para com a outra ou mesmo de um maior esclarecimento.

Dentre os assuntos mais tratados por essas cartilhas, destaca-se a visão que as mesmas possuíam sobre a política e os partidos políticos, com destaque para a relação que a Igreja e o cristão deveria ter ou manter com os mesmos. A respeito da política, a maioria das cartilhas procurava desconstruir a visão negativa que uma boa parte da população possuía sobre o que era a política, a partir da discussão sobre o que ela seria de fato e qual seria a sua finalidade.

O texto produzido pela Pastoral de Direitos Humanos de Osasco apresentava uma situação vivida por um de seus participantes, para destacar como a visão negativa de grande parcela da sociedade perante a política era algo comum. O texto relatava que numa reunião foi perguntado ao “povo” o que ele pensava sobre a política e a primeira resposta obtida, a qual teve a aprovação da maioria dos presentes, foi: “Quanto mais o candidato sobe, viaja pro exterior, vive viajando e o coitado do pobre sofre porque tudo sai do seu lombo”.¹⁷⁶ A cartilha observava que tal resposta mostrava que o “povo” compreendia a política como um jogo de interesses particulares e ao mesmo tempo expressava uma relação de distanciamento perante a mesma.

Tentando desfazer essa percepção negativa a respeito da política, a cartilha “Basta” do Setor de Interlagos, em seu texto buscava demonstrar como tudo o que acontecia na sociedade era resultado de uma política e a atuação e o posicionamento de cada pessoa na sociedade também era um ato político. Primeiramente, a cartilha citava várias situações cotidianas para explicar o sentido de política:

Quando os moradores de uma favela lutam por água encanada, eles estão fazendo política. Quando os moradores da periferia lutam por iluminação pública, escolas, creches, estão fazendo política.

Os bairros ricos tem água encanada, luz, esgoto, asfalto, enfim, todas melhorias. Na periferia, onde moram os trabalhadores, falta quase tudo. Esta diferença é devido a uma política.¹⁷⁷

¹⁷⁶ PASTORAL DOS DIREITOS HUMANOS DE OSASCO. “Só não enxerga quem não quer”: cadernos de orientação política. “O São Paulo”, São Paulo, p. 6, semana 14-20 mai. 1982.

¹⁷⁷ EQUIPE DE EDUCAÇÃO POLÍTICA (Setor Interlagos). **Basta**: cartilha de educação política do Setor de Interlagos. São Paulo, set. 1982, p. 14.

As situações elencadas pelo texto explicitam bem a posição da cartilha, a qual tem a intenção de identificar que toda forma de luta constituía-se num modo de fazer política, desde as lutas por creches, água encanada, reforma agrária, a realização de greves até as próprias eleições. Buscava-se assim, identificar que os diversos movimentos populares emergidos naquele período também desenvolviam uma prática política e o governo, os políticos e as próprias eleições eram apenas uma parte, ainda que importante, do que era fazer política. Porém, o texto vai além, quando realça que as diferenças sociais e o sistema em que o país e a sociedade viviam também eram fruto de uma opção e de um posicionamento político, logo, a permanência dessas situações ou as mudanças sociais eram resultado da uma política adotada e da participação das pessoas frente a isso.

Outra percepção demonstrada por essas cartilhas era que o desinteresse e até a rejeição que grande parte da população tinha sobre a política, dava-se em grande medida, devido ao caráter controlador e de poucas mudanças que as eleições e os políticos eleitos tinham na prática, visto que, a experiência vivida pelos longos anos de repressão e a intenção do governo ditatorial de fazer com que a população se distanciasse cada vez mais da política, era algo que permeava as práticas e as experiências dessa população. Nessa perspectiva, a cartilha de Santo André destacava as mudanças pelo que passava a política naquele período: “Até pouco tempo atrás era uma atividade própria dos grupos governantes. No entanto, hoje, ela está invadindo nossas vidas e novamente nos conscientizando de nossa responsabilidade política, a exigir que nossas posições sejam revistas e modificadas.”¹⁷⁸

A citação acima deixa bem claro, que apesar do distanciamento perante a política articulado pelo regime militar, na qual ela pertencia apenas aos “grupos governantes”, naquele momento, a participação da população em diversos movimentos, a própria abertura política e os novos partidos fazia com que a política passasse a ter para a sociedade um significado, um sentimento de proximidade e até uma sensação de maior pertencimento. Disso decorria, que a partir de então, a população e o cristão de modo especial teriam uma relação maior e mais próxima com a política e com os novos partidos, o que segundo a cartilha deveria fazer com que eles mudassem a rejeição quanto à política e mais do que isso, necessitavam sentir-se responsáveis e atuassem nela.

Essa concepção de política trazida e defendida pelas cartilhas fazia com que as mesmas adentrassem em outras problemáticas, como a respeito da forma que estava organizada e

¹⁷⁸ DIOCESE DE SANTO ANDRÉ; CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DE SANTO ANDRÉ. **Falando de Política...**: sugestões para uma atuação pastoral na política partidária (Cartilha n.º 1). Santo André, ago. 1981, p. 16.

estruturada a sociedade e a relação que a política mantinha com esse estado de coisas, além da possível transformação que a mesma poderia conseguir. Sobre o relacionamento da política com a forma que estava organizada a sociedade, a cartilha de Interlagos destacava:

Percebe-se no entanto que há duas ‘políticas’ opostas: a política do opressor e a política do oprimido. [...] a sociedade está dividida em classes, em opressores e oprimidos, explorados e exploradores. Existe um conflito permanente em que os interesses dos dois pólos, conflito que nasce da forma de organizar o trabalho.¹⁷⁹

A concepção de política apresentada pela cartilha relaciona-se completamente com a forma como a sociedade estava organizada. Na realidade, a política decorria da forma como estava estruturada a sociedade, ou seja, a mesma estava dividida em duas classes opostas, a dos opressores e a dos oprimidos, as quais viviam em conflito permanente, logo, a política era o resultado desses dois tipos de interesse. Essa compreensão da sociedade dividida em duas classes opostas e em permanente conflito, mostra como a concepção de classe, e da própria luta de classes trazida pelo marxismo e pelos grupos de esquerda, tão criticada pela hierarquia e grupos da Igreja em anos anteriores, era algo que estava entranhado em muitos “setores católicos”, principalmente naqueles que tinham uma maior relação com os movimentos populares e operário-sindicais; já que era um pensamento recorrente, como demonstra a cartilha da região de São Miguel:

O mundo está dividido entre ricos e pobres. [...] Existem aqueles que são donos das fábricas, das terras, das máquinas, das ferramentas de trabalho. Trabalham pouco e se enriquecem bastante. Fazem as leis e compram a justiça. São donos dos grandes jornais e dos canais de TV. Têm apoio do exército e da polícia. Dominam e impõem a sua vontade. [...] Existem aqueles que não têm as ferramentas, nem terra, nem poder, nem lucro, nem dinheiro. Trabalham muito e ficam cada vez mais pobres. Só têm a força do braço, alugada por um baixo salário. Quando se ajuntam para lutar pela justiça são força invencível! Mas a classe dominante toma muito cuidado para não permitir que isto aconteça! Seria o fim.¹⁸⁰

A cartilha “Acorda Povo”, além de conceber a sociedade dividida em duas classes opostas, explica como cada uma delas se articulava perante a população, o governo e os poderes constituídos para manter essa estrutura. A classe dominante era caracterizada como sendo uma minoria de 5% da população, que detinha todos os meios de produção e para manter esse poder articulava-se fortemente através da utilização em seu favor: do judiciário, do governo, da polícia, do exército e pelo controle da mídia; enquanto, a classe dominada, que representaria mais de 80% da população, apesar de possuir unicamente a força de trabalho, a mesma se caso se unisse para

¹⁷⁹ EQUIPE DE EDUCAÇÃO POLÍTICA (Setor Interlagos), op. cit., p. 15

¹⁸⁰ EQUIPE REGINAL DE SUBSÍDIOS (São Miguel), op. cit., p. 28.

modificar a sociedade seria invencível, porém destaca que a correlação de forças a que estava articulada a classe dominante colocava sérios empecilhos para que isso de fato ocorresse.

A partir dessa concepção de sociedade, as diversas cartilhas propunham que a mudança na sua estrutura só poderia ser possível através da política e da participação do cristão comprometido com a mesma, como ressalta a cartilha “Falando de Política...”, de Santo André: “É uma atividade social importante e fundamental para que possamos conservar ou transformar a atual sociedade.”¹⁸¹ Assim, a política passava a ser considerada a grande força, a qual faria com que a mudança ou a continuidade da sociedade fosse possível.

No entanto, para a efetiva participação na política era necessário o reconhecimento e a atuação na “ferramenta” que levaria na prática a essa mudança, ou seja, o partido político. Buscando compreender o que seria um partido político, sua função e finalidade, a cartilha “Basta” do Setor Interlagos, mostrava que para cada trabalho existe uma ferramenta adequada, citando como exemplo que para se derrubar uma árvore existe um machado ou para se conseguir melhores salários, as ferramentas são os sindicatos, grupos de fábrica ou oposições sindicais, logo, para a política o instrumento a ser utilizado seria o partido político, compreendido da seguinte maneira:

Como o nome já indica, os partidos são organizações de uma ‘parte’ da sociedade para defender seus interesses. Os partidos são organizações que procuram expressar os interesses de cada classe, propondo um programa político para toda a sociedade. Seu objetivo é chegar ao poder e organizar a sociedade a partir dos interesses da classe que representa.¹⁸²

Na citação acima, a cartilha destacava a importância que o partido político possui, visto ser ele quem busca organizar a sociedade, a partir de um programa político apresentado e dos interesses da classe que ele se propõe a representar. As cartilhas apesar de destacarem que a finalidade dos partidos era a conquista do poder, o caderno de orientação que acompanhava o conjunto “Fé e Política” da arquidiocese de São Paulo, salientava:

Fazer política não é só tomar o poder, mas é encontrar organismos e instrumentos capazes de dividir e de controlar, o exercício de poder colocando-o a serviço das classes populares e trabalhadoras. A ação política é um serviço que vai consolidando um poder popular. Somente este poder organizado com a participação dos movimentos populares é que terá força diante do poder do Estado. O povo deverá controlar o poder que confia a seus representantes no Estado para que este também se torne serviço democrático e social para o bem de todos.¹⁸³

¹⁸¹ DIOCESE DE SANTO ANDRÉ; CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DE SANTO ANDRÉ. op. cit., p. 16.

¹⁸² EQUIPE DE EDUCAÇÃO POLÍTICA (Setor Interlagos), op. cit., p. 16.

¹⁸³ COMISSÃO ARQUIDIOCESANA DE PASTORAL DOS DIREITOS HUMANOS E MARGINALIZADOS DE SÃO PAULO; ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Fé e Política**: povo de Deus e participação política. São Paulo, 1981, p. 56.

Desse modo, para a cartilha da arquidiocese, a prática política não se encerraria na atuação num partido político ou na conquista do poder por esse partido, mas a partir da consolidação do que ela chama de um “poder popular”, o qual seria obtido através da criação de organismos e instrumentos, que deveriam ter como objetivo a divisão do poder, para assim ser possível o seu controle pelas classes populares. Essa concepção de “poder popular” mostrava que os movimentos populares eram vistos pelos produtores da cartilha como o grande sujeito político da época, já que somente com sua organização, através de uma ampla participação democrática é que seria possível uma real transformação da sociedade.

Mais do que isso, através dessa argumentação, a cartilha buscava dirimir a idéia de que os novos partidos poderiam dividir ou enfraquecer o movimento popular, como discutido no capítulo anterior. Porque, as duas esferas, tanto a participação num partido popular que almejasse a conquista do poder, como o fortalecimento dos movimentos populares, eram atividades que faziam parte da mesma prática política.

Partindo dessa concepção do que era política, sobre a função do partido político e a forma como estava organizada a sociedade, a maioria das cartilhas incentivavam a participação da população no espaço da política, seja através do partido político ou na própria eleição. Nessa perspectiva, toda a população, mas principalmente os cristãos deveriam interessar-se pela política, já que da forma que estava estruturada a sociedade, segundo a cartilha “Basta”, a indiferença quanto à política também era uma atitude política “[...] de quem está concordando com a situação. Na prática estão do lado do opressor.”¹⁸⁴

Nesse sentido, a participação na política, segundo a cartilha “Acorda Povo” dar-se-ia primeiramente a partir de uma atitude atenta e crítica a respeito dos partidos, com a análise e discussão dos seus programas, quais interesses defendiam e quais mudanças sociais propunham. Além disso, essa participação poderia ser praticada através de outras atitudes: pelo voto; como simpatizante de um partido, comprando seus jornais, dando dinheiro e acompanhando suas atividades; sendo filiado; militante, ajudando em seu fortalecimento; ou como candidato, ficando assim à disposição do partido e trabalhando para ele em tempo integral.

Desse modo, as cartilhas políticas produzidas nesse período em todo o país, mas principalmente as da grande São Paulo, mostram como alguns grupos católicos leigos ou ligados à Igreja Católica apreendiam a questão política, a forma como estava organizada a sociedade, o

¹⁸⁴ EQUIPE DE EDUCAÇÃO POLÍTICA (Setor Interlagos), op. cit., p. 15.

partido político e como deveria ser a atuação do católico frente a esses assuntos. Essa compreensão será fundamental para analisar como esses sujeitos se colocaram perante os novos partidos e principalmente em relação ao PT, o que discuto no próximo item do capítulo.

Agora, retomando a questão das cartilhas, outro elemento destacado por elas estava na relação que o cristão enquanto tal e a própria Igreja Católica deveria ou poderia desenvolver com a política e os partidos políticos. Sobre isso, a cartilha “Falando de política...”, de Santo André, refletia:

Os cristãos são o mesmo povo que irá votar na próxima eleição. Portanto, o cristão, assim como os demais brasileiros têm que participar e construir uma sociedade nova, mais justa, sem divisões e com mais igualdade. E, além do mais, é a mesma pessoa que vai à Missa que também faz a feira. Não podemos separar o ser humano de um lado, a fé, de outro a política, pois nele tudo está ligado.¹⁸⁵

A citação defendia a participação dos cristãos na política e nas eleições, e mais do que isso, que estes deveriam atuar na construção de uma sociedade justa, sem divisões e com mais igualdade. A justificativa, para isso, estava na argumentação de que seria impossível separar de uma pessoa o seu lado religioso, do seu cotidiano e da sociedade em que estava inserida e por consequência a própria política. A partir dessa formulação, pode-se pensar que a Igreja Católica teria perante aquele momento de abertura, uma relação de naturalidade através da atuação e participação do católico frente à política e aos partidos políticos, visto que essas atividades eram inseparáveis. Porém, diferentemente do proposto e defendido pela cartilha de Santo André, a relação construída pela Igreja Católica, principalmente por parte do clero e da hierarquia, para com o novo momento político e em especial com os novos partidos, foi extremamente tensa, complexa e marcada por recuos, limites e pontos de conflito.

Um dos grupos em que a relação da Igreja Católica com a política foi marcado por diversas discussões e tensões foi o relacionado às Comunidades Eclesiais de Base, principalmente entre o clero, com destaque para as discussões que envolveram e foram decorrentes do IV Encontro Inter-ecclesial das CEBs. Como dito anteriormente, as CEBs tinham alcançado na Igreja latino-americana, mas principalmente no Brasil, uma posição de destaque e conseguido um forte crescimento desde os anos 1970, sendo considerada por muitos como a grande novidade da Igreja brasileira e até como modelo para a Igreja da época, ou seja, “uma nova forma de ser Igreja”, as quais costumavam ter uma forte presença dos leigos e uma importante atuação junto aos movimentos populares. Assim, pelo destaque que recebiam dentro da Igreja e pela importância que tinham conquistado na

¹⁸⁵ DIOCESE DE SANTO ANDRÉ; CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DE SANTO ANDRÉ, op. cit., p. 14-15.

própria sociedade, a relação das CEBs com a política foi algo que movimentou tanto a hierarquia da Igreja, como os seus participantes, a qual foi fortemente abordada e discutida por diversos setores da instituição católica e por diversos veículos de comunicação.

Junto a esse contexto, teve lugar o IV Encontro Inter-eclesial de Base, realizado em abril de 1981, em Itaiaci, um bairro da cidade paulista de Indaiatuba, o qual contou com a presença de 300 pessoas, representando 71 dioceses, de 18 estados do país. Os encontros inter-eclesiais, criados ainda nos anos 1970 e fortalecido nos anos posteriores, reuniam desde bispos, teólogos e militantes da “base” com o objetivo de aproximar as diversas experiências, perspectivas e vivências pelo que as comunidades passavam e servir como um espaço de discussão dos seus problemas, dificuldades, proximidades, projetos e planos de ação. Apesar de constituírem apenas a ponta desse movimento, devido à complexidade e diversidade que existiam entre as CEBs de todo o país e muitas vezes numa mesma cidade, esses encontros foram conquistando uma extrema importância, porque articulavam as práticas e pensamentos cunhados pelos participantes das CEBs, os quais eram apresentados e reelaborados junto ao clero, teólogos e agentes de pastoral. Desse modo, pela grande dimensão que eles vinham obtendo no período, suas discussões e conclusões ganhavam uma enorme valorização e notoriedade perante a Igreja Católica e outros setores da sociedade.¹⁸⁶

Uma característica do inter-eclesial realizado em Itaiaci foi a forte presença dos participantes das CEBs na coordenação e condução do encontro, sendo que, dos 300 participantes, 184 eram leigos das CEBs, os quais estavam acompanhados de 20 assessores, 56 agentes de pastoral e ainda 20 bispos e um cardeal. Outra mostra da importância desses Intereclesiais era que os mesmos vinham sendo trabalhados numa etapa preparatória; nesse encontro, as comunidades produziram mais de 300 relatórios, em que eram descritas as experiências, dificuldades e perspectivas de cada uma delas, além de realizarem encontros regionais anteriores, nos quais essas experiências eram utilizadas para auxiliar na preparação e organização do encontro nacional e onde eram escolhidos os representantes de cada região para o IV Inter-eclesial.

O encontro realizado em Itaiaci teve como tema “Igreja, povo oprimido que se organiza para a libertação” e um dos assuntos que mais ganhou destaque nas suas discussões foi a respeito

¹⁸⁶ A respeito da trajetória, mudanças e discussões ocorridas nos diversos Intereclesiais, ver: TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto. **Os encontros intereclesiais de CEBs no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1996. E especificamente sobre o IV Intereclesial: BETTO, Frei. **O fermento na massa: o 4º encontro intereclesial das Comunidades Eclesiais de Base – Itaiaci, abril de 1981**. Petrópolis: Vozes, 1983.; SOUZA, Luiz Alberto Gómes de. **A Política Partidária nas CEBs**. Petrópolis: Vozes, 1981.

da política e sobre a relação e a participação em partidos políticos, devido ao clima de abertura política, da criação dos novos partidos e da proximidade com as eleições de 1982, o qual além de permeiar todo o encontro, teve o terceiro dia de discussão dedicado a ele, com a temática “serviço na política”. Segundo Gómes de Souza, certos setores, principalmente alguns meios de comunicação, traziam uma perspectiva completamente distorcida das discussões a respeito da relação das CEBs com a política, chegando muitas vezes a criar a expectativa de que sairia do encontro, a opção por um determinado partido.

Porém, como bem destacou o estudioso, no IV Intereclesial, a discussão sobre a relação CEBs-política tinha características e preocupações bem diferentes, do que posicionar-se pela escolha de um partido. Assim, as discussões do encontro a respeito da política buscavam analisar e refletir sobre o que era a política e como as CEBs e os seus militantes colocar-se-iam e posicionar-se-iam frente a reorganização partidária e os novos partidos.

O início dos debates teve como dinâmica de discussão a experiência que cada comunidade tinha com a política. Primeiramente, as reflexões dos participantes, antes de relatarem uma relação de proximidade com a política e com os partidos, demonstravam um certo desinteresse e até uma recusa para com essas temáticas, devido principalmente às experiências negativas que tinham sido construídas com eles nos anos precedentes. Dentre esses aspectos, destacavam a decepção frente aos candidatos eleitos pelo voto das comunidades, a tentativa de manipulação e até de aparelhamento das comunidades por parte de partidos e políticos, além da preocupação que o partido político poderia desmobilizar os movimentos populares ou que num primeiro momento seria preciso fortalecer a comunidade e esses movimentos, para só depois se pensar na atuação num partido.

Percebe-se que muitos desses receios quanto à política e aos partidos políticos, já tinham sido levantados por outros grupos da Igreja, como discutido no capítulo anterior, principalmente no que dizia respeito ao temor do partido político dividir a oposição e enfraquecer ou até atrapalhar os diversos movimentos populares. Mas, além disso, ao mesmo tempo nota-se que em muitos participantes, o distanciamento frente aos partidos num certo sentido era consequência da falta de um maior desenvolvimento entre a prática e as experiências das CEBs com os partidos e seus programas até aquele momento, como ressaltou o teólogo e frei Clodovis Boff em seu resumo sobre os trabalhos do dia referente à política: “Para as CEBs a política é toda a prática organizativa, reivindicatória, de participação e decisão. Para elas, também a política só tem

sentido se inicia seu programa nas bases. Por isso, a crítica aos partidos existentes foi uma constante.¹⁸⁷

Apreende-se assim pela fala do religioso, que apesar da possível simpatia ou da identificação de alguns setores da CEBs com um ou outro partido ou prática política, elas mesmo defendendo que toda atuação ou mobilização era em si uma ação política, notava-se entre boa parte de seus participantes uma compreensão de que os novos partidos políticos não tinham seus programas vindos fundamentalmente das “bases”, o que de certo modo explicava o distanciamento frente à política e aos próprios partidos. Contudo, torna-se importante ressaltar que os Inter-eclesiais, por terem participantes de todo o país, muitas vezes, podiam fazer com que algumas experiências e práticas junto aos partidos políticos vistas como positivas, ficassem quase imperceptíveis, perante o descontentamento de grande parte de seus membros.

Uma amostra disso, era que ao mesmo tempo outros militantes das CEBs, em suas falas defendiam a articulação e participação das CEBs e seus membros na política e nos partidos políticos, como por exemplo: “‘Aparecem trabalhos políticos fiéis a classe oprimida’[...]‘É preciso conhecer os partidos e o que eles querem; se é só de interesse deles ou da luta do povo’, ‘A organização do povo leva a uma posição político-partidária’¹⁸⁸ ou “‘nós cristãos temos que ligar fé e política.’”¹⁸⁹

Essa discussão prévia a respeito da participação e a relação a ser estabelecida com os partidos políticos, de um certo modo balizou o documento final do encontro, conhecido como Carta de Itaici, o qual começava a demonstrar as dificuldades, as ambigüidades, as tensões, a relação conflituosa e os limites que a Igreja Católica, nesse caso as CEBs, passavam a construir com a política partidária e que só aumentaria até às eleições. A Carta de Itaici, foi assim chamada pois buscava ser mais um resumo ou uma síntese do resultado das discussões, direcionada às próprias CEBs, do que uma conclusão final, mas nem por isso deixava de constituir como decorrência de negociações que buscavam abranger ou contemplar os diversos posicionamentos existentes dentro dos seus diversos grupos; a qual de início ressaltava a importância da política:

A política é a grande arma que temos para construir uma sociedade justa, do jeito que Deus quer. Mas esta arma está sendo mal-usada pelos que nos exploram. [...] Ação política boa é quando nos unimos para defender a nossa vida e os nossos direitos contra

¹⁸⁷ AZEVEDO, Jô. IV Encontro Inter-Eclesial de CEBs, em Itaici conclui: Comunidade também é lugar de amadurecimento político do cristão. “**O São Paulo**”, São Paulo, p. 10, semana 1-6 mai. 1981.

¹⁸⁸ SOUZA, Luiz Alberto Gómes de. **A Política Partidária nas CEBs**. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 711.

¹⁸⁹ BETTO, Frei. **O fermento na massa: o 4º encontro intereclesial das Comunidades Eclesiais de Base – Itaici**, abril de 1981, p. 78.

os mentirosos e os exploradores, através das associações de bairro, sindicatos e outras formas de organização popular.¹⁹⁰

O documento procurava desfazer a rejeição que boa parte das comunidades tinha perante a temática da política, vista muitas vezes como algo sujo ou apenas buscando interesses pessoais, mas tentava compreendê-la como a principal maneira de transformação da sociedade, ressaltando que toda atuação em defesa dos direitos da população era um ato político, o qual se realizava por diversos meios, como o sindicato ou os movimentos populares. Depois disso, o documento também realçava a importância dos partidos políticos e a atenção que as CEBs deveriam dedicar a eles:

Não devemos ter medo de entrar na política, pois do contrário seremos derrubados e enganados pelos politiquinhos espertos e gananciosos. [...] Por isso, devemos discutir entre nós os programas e a prática dos partidos políticos, descobrir quais os interesses que eles defendem, qual a mudança de sociedade eles propõem. [...] para descobrir [...] quais são os partidos que realmente vêm do povo e defendem os interesses e os direitos do trabalhador.¹⁹¹

Mas ao mesmo tempo, o documento advertia:

Achamos também que a comunidade eclesial de base não é e nem pode ser um núcleo partidário, mas ela é o lugar onde devemos viver, aprofundar e celebrar a nossa fé, onde devemos confrontar a nossa vida e a nossa prática com a luz da Palavra de Deus, para ver se a nossa ação política está de acordo com o Plano de Deus. Na comunidade eclesial de base devemos buscar a força para nos animar nas lutas que fazemos, seja no bairro, seja no campo, seja no mundo do trabalho, seja no partido político.¹⁹²

Assim, a Carta de Itaici defendia a discussão e a atuação das CEBs e dos seus membros na política partidária, e ainda recomendava a Comunidade Eclesial como um lugar onde os programas e as práticas dos partidos políticos deveriam ser discutidos e debatidos, chegando a fornecer os critérios que deveriam ser levados em consideração nessa discussão, ou seja, através da forma que os partidos compreendiam e defendiam os interesses do povo e do trabalhador.

Mas, num segundo momento, o documento ressaltava que a CEB era prioritariamente um local onde se deveria fortalecer a fé e a prática religiosa, a partir da confrontação com a atuação dos seus membros nas diversas esferas da vida, ressaltando que ela nunca poderia virar um núcleo partidário. É claro que com isso, as CEBs e seus participantes buscavam enfatizar a função religiosa e a autonomia que as mesmas possuíam perante os demais movimentos, inclusive em relação ao partido político, mas ao mesmo tempo começavam a esboçar um certo limite ou mesmo uma separação, ainda que um pouco difusa nesse momento, do que seria o

¹⁹⁰ CARTA de Itaici. In: TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto. **Os encontros intereclesiais de CEBs no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1996, p. 170.

¹⁹¹ *Ibid.*, p. 170.

¹⁹² CARTA, op. cit., p. 170-171.

campo fé-religião e o campo da política e da ação partidária, limites e dificuldades esses que serão aprofundados em outros posicionamentos da Igreja, como demonstro a seguir.

Dentro da Igreja Católica, mas principalmente em sua hierarquia, os anos de 1981 e 1982 foram extremamente pautados pelas discussões a respeito da relação a ser estabelecida entre os diversos setores da Igreja e a questão da política partidária. Porém, mesmo dentro da hierarquia, essa questão nunca foi compreendida de forma homogênea ou marcada por um posicionamento único, mas sim por diversas tensões, as quais se davam através de uma atitude de precaução ou com a imposição de limites perante essa atuação. Analisando as primeiras discussões sobre a participação do cristão na política partidária, pode-se perceber uma defesa e até um incentivo dessa atuação, como se observa na fala do cardeal-arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, em dezembro de 1980:

Todos estão convidados a começar hoje a fazer sua experiência política, sua sensibilização para a política. E, se amanhã, aparecer realmente o partido que corresponde ao que vocês querem, vocês vão entrar nesse partido. Aos bispos não convém que o façam. Aos padres jamais convém fazer. Nem as religiões. Porque eles tem que unir os cristãos de todos os tipos. Mas, cada cristão em seu partido, há de levar a sua identidade, a sua experiência pelo povo.¹⁹³

A explanação de D. Paulo foi feita num encontro organizado pelo Centro “Oscar Romero” de Defesa dos Direitos Humanos e Promoção do Migrante, que reuniu mais de 500 pessoas das comunidades e paróquias da Região Episcopal do Ipiranga. Em sua fala, o cardeal além de defender o interesse e a participação do cristão na política, mesmo separando a atuação dos bispos e padres, os quais não deveriam entrar na política partidária devido a sua missão essencialmente religiosa, vê como natural que os leigos “entrassem” num partido, principalmente se este correspondesse aos anseios e esperanças articulados por suas experiências e práticas.

Porém, conforme os novos partidos começavam a delinear seus programas, propostas, práticas políticas e as articulações visando às eleições de 1982 tornavam-se mais claras; ao mesmo tempo em que ocorria uma maior proximidade na relação da Igreja Católica com a política partidária e os partidos, ao invés de um grande entusiasmo perante a participação dos cristãos, percebe-se uma tentativa de dissociação da prática religiosa para com a política, principalmente através de documentos que buscavam esclarecer e criar normas para esse tipo de participação. Na grande São Paulo, tive contato com três dessas “orientações”, sendo que a primeira delas foi uma carta apresentada por D. Paulo em julho de 1981, com o título “Orientação

¹⁹³ TOMA, Tacco. D. Paulo Evaristo Arns durante encontro com as bases: O pobre é o termômetro de uma nação. “O São Paulo”, São Paulo, p. 10, semana 5-11 dez. 1980.

para a política”, na qual o cardeal buscava esclarecer como deveria ser a relação da Igreja Católica frente ao novo contexto vivido pela política brasileira e a participação nos novos partidos.

Nela, o cardeal ressaltava a importância que o “povo” tinha em analisar os programas partidários e a prática política dos seus membros e candidatos, além de destacar a percepção de que as comunidades católicas da arquidiocese de São Paulo estavam mais preocupadas com os critérios para a participação política, do que com os partidos em si. Utilizando-se de textos produzidos pela Igreja, tais como documentos pontifícios, as conclusões de Puebla e “Exigências Cristãs de Ordem Política” produzido pela CNBB, o religioso salientou a importância da atuação política do leigo, visto que Puebla conclui: “A política partidária é campo próprio dos leigos.”¹⁹⁴ Fora isso, pontuava que nenhum partido, por mais próximo que fosse das aspirações dos fiéis, jamais poderia representar toda a multiplicidade da Igreja e destacava também que a participação do cristão leigo na política partidária deveria basear-se em princípios cristãos como a não-violência e o respeito ao pluralismo e à dignidade das pessoas.

Contudo, o texto finalizava-se com uma frase que começava a estabelecer os limites a essa participação política: “Essencial que Pastores, agentes de Pastoral e Comunidades como um todo se abstenham da política partidária e caminhem, juntos e conscientes na busca do bem comum.”¹⁹⁵ Assim, depois de defender a participação política dos leigos, nessa última frase, o cardeal, apesar de já ter rejeitado a participação na mesma de bispos, padres e freiras, destacava que as Comunidades como um todo deveriam se abster da política partidária, criando assim, uma certa dúvida em como a participação dos leigos seria fortalecida, visto que deveria ocorrer uma abstenção de toda a comunidade perante o assunto. Analisando o caráter amplo e subjetivo dessa frase, nota-se o quanto a relação da Igreja com a política partidária não era vista como algo tão natural e interligado como defendia a cartilha de Santo André, mas era compreendida, isto sim, com um certo receio e estava marcada pelas tentativas de manter um distanciamento ou mesmo de criar uma separação entre as duas esferas.

Aprofundando ainda mais esse aspecto, um dos membros fundadores e nessa ocasião presidente da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, o advogado José Gregori na coluna semanal da Comissão no jornal “O São Paulo” comentou o texto de D. Paulo e interpretou a última frase transcrita acima, da seguinte maneira:

¹⁹⁴ CARDEAL ARNS, Paulo Evaristo. Encontro com o Pastor: Orientação Pastoral para a Política. “O São Paulo”, São Paulo, p. 7, semana 17-23 jul. 1981.

¹⁹⁵ CARDEAL ARNS, op. cit., p. 7.

[...] D. Paulo indica para os mais diretamente engajados na vida da Igreja a **abstenção da política partidária**. [...] Aí há nuances e especificidades que tornam a fidelidade evangélica de difícil convivência com a vida política partidária tão cheia de alçapões de sectarismo e redemoinhos de discriminações passionais.¹⁹⁶

Para o futuro deputado estadual pelo PMDB e Ministro da Justiça no governo Fernando Henrique Cardoso, a abstenção da política partidária das Comunidades defendida pelo cardeal, significava na prática o afastamento da política partidária daqueles que tinham uma ligação mais direta com a vida da Igreja, fossem eles clero, religiosos ou leigos, incluindo assim desde coordenadores de pastoral até catequistas e ministros da palavra. Porém, o mais interessante na fala de Gregori era a justificativa usada para que não ocorresse essa participação na política partidária, a qual segundo ele possuía certas práticas que não eram possíveis de ser conciliadas com a participação na Igreja, tais como as divisões e as paixões exacerbadas que existiam nesse campo de atuação. Um dos fatores que chama atenção nessa argumentação era que a relação com os movimentos populares e principalmente com o movimento operário-sindical, a qual assim como a política partidária, também era extremamente pautada por diferentes projetos, práticas e disputas entre diversos grupos e tendências, na qual a própria Comissão de Justiça e Paz em que Gregori era membro, costumava ter uma importante relação de apoio e atuação, não era vista da mesma forma, logo, percebe-se como a política partidária na visão desses sujeitos era compreendida e marcada por extremas dificuldades e diversas limitações.

Discutindo a relação do cristão com a política partidária a partir de um caso concreto, D. Paulo parecia seguir a mesma linha de Gregori, no que dizia respeito à separação da atuação do leigo na Igreja e nos partidos políticos, como pode-se observar: “[...] um presidente de uma comunidade de base me pediu para participar de partido. Disse a ele que teria toda minha benção, mas diria que então, depois dessa ação não continuasse mais como presidente da comunidade.”¹⁹⁷

Essa fala do cardeal, dita numa entrevista ao jornal “O São Paulo”, em junho de 1981, demonstrava as contradições do discurso da Igreja e a dificuldade na relação com a política partidária. Porque, enquanto o próprio D. Paulo, que anteriormente enfatizava ser a política partidária um campo prioritário dos leigos e defendia a participação dos mesmos nos partidos, a fim de que levassem para eles a experiência e os valores cristãos, mostrava na prática que essa atuação não era compreendida como natural. Posto que, um líder de comunidade ou qualquer outra

¹⁹⁶ GREGORI. José. Justiça e paz para todos: Palavras do pastor. “O São Paulo”, São Paulo, p. 9, semana 24-30 jul. 1981, negrito do autor.

¹⁹⁷ O PADRE NÃO EXISTE PARA SI MESMO. “O São Paulo”, São Paulo, p. 4, semana 5-11 jun. 1981.

pessoa que tivesse algum cargo ou posição de destaque dentro da Igreja, não poderia conciliar os dois trabalhos, mas tinha de optar entre atuar na comunidade ou no partido, ou seja, as atividades em vez de serem complementares ou independentes, eram na realidade excludentes, mostrando assim os limites no discurso de parte da Igreja quanto à defesa da participação do cristão, seja através da política ou dos partidos e assim na própria na atuação e transformação da sociedade.

Todas essas dificuldades, que principalmente a hierarquia da Igreja tinha na relação com a política partidária e o estabelecimento de limites sobre a participação da instituição perante a mesma, teve como ponto de grande importância a criação de normas, por parte de dioceses ou outros grupos da hierarquia. Além da Carta analisada acima, as outras duas “orientações” a que tive acesso na grande São Paulo foram lançadas em 1982 e possuíam como temática e preocupação central as eleições que ocorreriam nesse mesmo ano. Uma delas foi produzida pela arquidiocese de São Paulo com o nome “Alguns critérios de participação política” e assinada pelo Colégio Episcopal de São Paulo, o qual era composto pelo cardeal-arcebispo e pelos demais bispos-auxiliares, sendo veiculada na própria capa do jornal da arquidiocese, em sua edição de 30 de abril de 1982; a outra foi destinada a diocese de Santo André e recebeu o título de “Orientações referentes à política”, sendo assinada pelo próprio bispo diocesano, D. Cláudio Hummes.

Além dos títulos, que tinham praticamente o mesmo sentido e eram até parecidos, os dois documentos fixavam normativas bastante similares e possuíam muitos pontos em comum. De início eles colocavam-se com o objetivo de dar um posicionamento da hierarquia perante as eleições que se aproximavam. Em seguida, retomando as conclusões de Puebla ressaltavam a importância da questão política e destacavam que a política partidária era campo prioritário do leigo, tal como a constituição e a organização dos partidos, sendo que os pastores e as Comunidades como um todo deveriam abster-se da política partidária.

Contudo, diferente da primeira orientação feita por D. Paulo, a qual consistia numa carta em que o prelado buscava discutir e esclarecer alguns pontos a respeito da relação da Igreja Católica com a política partidária, os dois documentos em questão elencavam e estabeleciam as normas que deveriam ser observadas pelos diversos grupos, comunidades e leigos, no que concernia à relação da Igreja Católica com a política partidária.

Primeiramente, os dois documentos destacavam e até incentivavam as comunidades, paróquias ou grupos a promoverem debates de formação política, os quais deveriam ser sempre marcados pela pluralidade de posições e projetos políticos, buscando nunca restringir a discussão a

um único partido. Após isso, as duas orientações tratavam da utilização dos espaços da Igreja, da seguinte forma: “Entendemos que não se deva ceder salões paroquiais e muito menos os recintos de culto para reuniões ou núcleos locais de partidos políticos: com essa medida evitaremos propaganda direta ou indireta, que cause divisões, quiçá profundas, em nossas comunidades.”¹⁹⁸

A partir dessa norma da arquidiocese de São Paulo, nota-se que a relação da Igreja com a política partidária, realmente estabelecer-se-ia bem diferente, do que ocorria com outros movimentos, tais como os populares ou operário-sindicais, que surgiram a partir de comunidades ou grupos católicos, muitos dos quais utilizavam os diversos espaços da Igreja para reuniões ou outros eventos e na maioria das vezes eram apoiados e até saudados com grande entusiasmo por parte da hierarquia, como sendo parte do compromisso da Igreja com o “povo” e com a transformação da sociedade. Porém, mais do que isso, mostrava um fechamento do espaço eclesial, não só o de culto, mas de todos os recintos da Igreja, sejam salões paroquiais, comunidades de base, pastorais e outros locais, em que os partidos poderiam fortalecer-se ou dinamizar seu crescimento; além disso, demonstrar que tais espaços já poderiam estar sendo usados por grupos ou militantes católicos para a realização dessas práticas e eventos.

Ressalta-se que o argumento para isso, mais uma vez colocava-se em razão da tentativa de separação ou busca de uma suposta “neutralidade” da Igreja frente à questão partidária, como bem argumenta o documento da diocese de Santo André sobre a não utilização dos espaços da Igreja: era “[...] para evitar a impressão de a Igreja estar se envolvendo em política partidária.”¹⁹⁹

Essa deliberação mostra claramente a mudança de posição tomada por parte da hierarquia da Igreja frente à questão partidária nesse período. Porque, enquanto em agosto de 1979, como relatado no capítulo anterior, o salão da paróquia de São Miguel, na zona leste paulistana havia sido cedido pelo próprio bispo-regional D. Angélico para uma reunião cujo objetivo era popularizar, discutir, difundir o programa do PT e incentivar a criação de núcleos do partido nos bairros, a qual recebeu uma importante cobertura do próprio jornal da arquidiocese; a partir desta normativa, este tipo de procedimento, pelo menos oficialmente, estava proibido de ocorrer em todos os espaços da Igreja na arquidiocese de São Paulo e no ABCD paulista.

Por último, as duas orientações tratavam sobre a continuidade da participação do leigo nas funções, nos cargos ou nos trabalhos que possuíam dentro da Igreja ou em qualquer um de seus

¹⁹⁸ CARDEAL ARNS, Paulo Evaristo (Colégio Episcopal de São Paulo). Alguns critérios de participação política. “**O São Paulo**”, São Paulo, p. 1, semana 30 abr. a 5 mai. 1982.

¹⁹⁹ HUMMES, D. Cláudio. Orientações referentes à política. “**O São Paulo**”, São Paulo, p. 3, semana 18-24 jun. 1982.

grupos e comunidades. Já destaquei que sobre isso, o próprio D. Paulo havia se colocado pelo afastamento do leigo perante as suas funções na comunidade. Porém, o documento que representava não só o posicionamento do cardeal, mas de todos os bispos da arquidiocese, era mais cauteloso e menos incisivo em relação a esse afastamento, o que mostra que esta questão podia não ser consensual por parte dos membros da hierarquia. A esse respeito o Colégio Episcopal declarava: “Durante o período eleitoral, não convém que as comunidades convidem pessoas, que são candidatas a cargos políticos, para falarem sobre qualquer assunto, a fim de não parecer propaganda indireta, que possa ferir os membros da comunidade, de outra opção.”²⁰⁰

Assim, ao invés de impor o afastamento a todo leigo que atuasse ativamente num partido político de suas funções na Igreja Católica, o documento mostrava-se mais brando e recomendava que só os candidatos a cargo público não deveriam se pronunciar dentro dos espaços da Igreja e apenas durante o período pré-eleitoral. Em contrapartida, a diocese de Santo André, tão fortemente marcada pela atuação junto aos operários durante as greves dos anos anteriores, mostrava-se bastante rígida quanto a este assunto:

Os candidatos a cargos políticos, que são coordenadores de comunidades ou de Pastorais, ministros nas paróquias, ou ocupam qualquer outra função de dirigentes dentro das paróquias, comunidades ou grupos da Igreja, devem compreender que não convém ficar nessa função, sem que por isso deixem de pertencer ao grupo, comunidade e paróquia, de que, como cristãos co-responsáveis, por nenhum motivo deveriam se distanciar.²⁰¹

No entanto, percebe-se que esse tipo de posicionamento frente à questão político partidária não foi unânime ou homogênea dentro da própria hierarquia da Igreja. Uma mostra disso deu-se nas orientações políticas estabelecidas pelos bispos do Regional Nordeste II da CNBB,²⁰² a partir das conclusões da sua XVI Assembléia, realizada na cidade de Olinda em março de 1981, que teve a presença de 23 bispos e cujo tema central foi: “Ação Pastoral e Ação Político-Partidária”. Nas orientações decorrentes desse encontro, intituladas “Indicações pastorais frente ao compromisso político-partidário”, os bispos nordestinos também incentivavam a educação política nas comunidades e a discussão sobre os projetos e as propostas dos novos partidos, porém, diferentemente dos documentos acima, propunham outra perspectiva para os católicos que fizessem a opção de atuar na política partidária:

Criar condições na Igreja para que os Cristãos, que fazem uma opção partidária, permaneçam vinculados a sua comunidade de fé e aí possam confrontar a sua ação com as exigências do evangelho. [...] Onde houver alguém que pretenda assumir ou já

²⁰⁰ CARDEAL ARNS, op. cit., p. 1.

²⁰¹ HUMMES, op. cit., p. 3.

²⁰² O Regional Nordeste II reunia as dioceses dos estados de Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

assumiu responsabilidade pastoral e ao mesmo tempo responsabilidade político-partidária, que reflita com os grupos, aos quais pertence, e em comunhão com a Igreja local, sobre a conveniência desse duplo engajamento, tendo como critérios principais: o respeito pela autonomia relativa dos campos respectivos, a repercussão na comunidade e a viabilidade prática.²⁰³

Nota-se nesse trecho, que os bispos nordestinos não tinham uma posição de rígida separação ou de possível “neutralidade” por parte dos católicos perante a política partidária, e ao invés do fechamento da instituição para aqueles que optassem pela atuação num partido, propunham que estes deveriam manter-se vinculados a sua ação pastoral, a fim de avaliarem sua opção política frente a sua prática e fé religiosa. E para aquele que tivesse uma ação político-partidária e ao mesmo tempo exercesse algum cargo ou função na Igreja, o documento defendia que essa dupla militância era plenamente possível, contanto que o mesmo respeitasse a autonomia concernente a cada campo de atuação; e nos demais casos, ao invés de impor alguma norma ou restrição, propunha que a questão fosse discutida e analisada pela própria comunidade, grupo ou Igreja local, para que estes se posicionassem perante a viabilidade prática e as problemáticas decorrentes dessa situação.

É claro que os bispos nordestinos tinham como ponto de referência as discussões, problemáticas e especificidades pelo que vivenciava a Igreja Católica nessa região, as quais poderiam ser um pouco diversas daquelas que eram sentidas na grande São Paulo. Contudo, penso ser importante destacar essas reflexões, visto que a hierarquia nordestina tinha posições e visões bem diferentes e de certo modo até opostas sobre a relação a ser estabelecida com os partidos políticos e a participação dos fiéis, em relação aos que eram defendidos pelos documentos da hierarquia da Igreja na grande São Paulo.

Porém, dentro da própria hierarquia da arquidiocese de São Paulo, existiam membros que a respeito da atuação e da relação com os partidos políticos possuíam uma visão diferente daquela expressada pelos documentos produzidos sobre o assunto. Um exemplo disso estava na compreensão que D. Angélico Sândalo Bernardino, bispo da Região Episcopal Leste II (São Miguel) tinha da relação do católico frente à participação nos partidos: “É missão do leigo mudar a sociedade, tornando-a justa e fraterna. Ora, o partido político é um desses instrumentos para isto.”²⁰⁴ O bispo de São Miguel desse modo, não via uma separação entre o apoio à participação do

²⁰³ REGIONAL NORDESTE II – CNBB (Conselho Pastoral). Indicações pastorais frente ao compromisso político-partidário. “**O São Paulo**”, São Paulo, p. 7, semana 18-24 dez. 1981.

²⁰⁴ NASCIMENTO, Gilberto. A Igreja não tem partidos garante Dom Paulo Evaristo. **Grita Povo: Jornal da Região São Miguel**, São Paulo, n. 4, p. 3, nov. 1982.

leigo em outros movimentos, como no operário e também na política partidária, visto que o partido era apenas mais um instrumento para a transformação da sociedade, logo, para ele se a Igreja defendia essa mudança, nada mais natural do que apoiar a atuação do leigo dentro desse campo.

O bispo ainda via como plenamente possível o leigo atuar e manter suas funções na comunidade religiosa e ao mesmo tempo militar num partido político, contanto que o mesmo conseguisse e soubesse separar a autonomia e as especificidades de cada área de atuação, como relata: “Conheço muitos líderes que conseguem fazer tal separação. Conheço outros que não conseguem. É o risco que devemos aceitar, insistindo sempre em que tais campos são distintos, não podendo ser confundidos e muito menos instrumentalizados.”²⁰⁵ Esse posicionamento de D. Angélico demonstra que a relação dos militantes católicos com os partidos políticos seria sempre marcada por situações difíceis, conflitantes e permeada por diversos riscos, porém, ressalta que esses desdobramentos eram consequência da atuação e dos posicionamentos tomados pela Igreja naqueles últimos anos e que a mesma ao invés de tentar separar ou limitar a ação dos seus fiéis, deveria ver a questão político partidária como um novo desafio no qual todo o conjunto da Igreja teria de enfrentar.

Retomando a pergunta feita por Frei Betto no início deste item, na qual ele indaga por que a relação da Igreja Católica com a política partidária era extremamente problemática, em oposição à estabelecida com os movimentos populares e operário-sindicais, que era relativamente boa, percebe-se em suas falas, que o religioso criticava fortemente essa dificuldade, receio ou mesmo a tentativa de separação que boa parte dos membros da instituição católica tentava estabelecer perante a questão partidária, compreendendo que:

Ora, precisamos aprender a reconhecer o valor próprio de cada uma dessas esferas da sociedade civil e saber que são complementares e não excludentes: a comunidade eclesial, o movimento popular, o movimento sindical e o partido político. Todas são igualmente importantes. E a fé deve ser fermento em todas elas, embora seu lugar específico de nutrição, reflexão e celebração seja a comunidade eclesial.²⁰⁶

Frei Betto, mais uma vez mostra como os posicionamentos dentro da Igreja frente à questão político-partidária eram bastante heterogêneos na região da grande São Paulo e no próprio ABCD paulista, onde ele era assistente da Pastoral Operária (PO) na diocese de Santo André. Desse modo, enquanto o bispo da diocese proibia que qualquer espaço da Igreja fosse utilizado pelos partidos e determinava o afastamento das funções religiosas dos leigos que tivessem optado por militar num partido, a fim de evitar a impressão de que a Igreja estava se

²⁰⁵ NASCIMENTO, op. cit., p. 3.

²⁰⁶ CHINEM, Rivaldo (Entrevista). Frei Betto: a fé cristã e a opção política. “O São Paulo”, São Paulo, p. 10, semana 30 jul. a 5 ago. 1982.

envolvendo em política partidária; Frei Betto, apesar de alegar que não se filiaria a nenhum partido devido a sua condição de religioso, compreendia que a relação entre as diversas esferas, incluindo a comunidade religiosa e o partido político, tinha um caráter complementar e não de separação ou exclusão, ou seja, uma atuação era plenamente compatível com a outra. Assim, o frade dominicano defendia, que o cristão poderia, deveria atuar e participar na Igreja, no movimento popular e no próprio partido político, contanto que buscasse respeitar a especificidade e o caráter de cada um desses campos. No decorrer de sua fala, ele ainda criticava aqueles que temiam a atuação partidária, os quais segundo ele, tinham, mesmo que inconsciente, a concepção de que a Igreja era o seu próprio “partido”, ou seja, não conseguiam delimitar e compreender as especificidades de cada uma dessas esferas, mas as viam como concorrentes.

Torna-se importante destacar que não é o objetivo deste trabalho avaliar qual posição da Igreja Católica perante a questão político-partidária seria a mais acertada ou a incorreta, mas sim, discutir as tensões, os limites e as contradições desses posicionamentos e compreensões, visto que, as relações estabelecidas com os novos partidos políticos dar-se-ão dentro desse contexto de abertura política e serão essas questões que constituiram o pano de fundo e permearam toda a relação dos católicos com a política partidária.

Percebe-se assim, que a relação existente entre os diversos setores da Igreja Católica com a política e os partidos foi algo extremamente tenso, complexo e muitas vezes contraditório e ambíguo, com posicionamentos variados, os quais por um lado buscavam valorizar a questão da política, a importância dos partidos, a atuação e a participação neles; por outro lado conviviam com posições que tentavam desassociar e até estabelecer uma separação entre a política, principalmente a partidária, da Igreja e das práticas religiosas, as quais se materializavam nos limites e normas criadas ao longo desse período.

Também é importante salientar, que a questão político-partidária e a participação nos partidos possuíam algumas características próprias, além disso, constituíam-se numa novidade para uma sociedade marcada pelo autoritarismo e pela diminuição da importância e do poder dos partidos. Logo, a participação na política e o surgimento de novos projetos e propostas políticas inseriam-se dentro desse contexto de transformações, pelo qual a própria Igreja Católica também vinha atravessando internamente naqueles últimos decênios. Desse modo, essas relações mostravam os desafios e as dificuldades que os grupos católicos, principalmente aqueles que tinham uma postura mais atuante, uma posição mais crítica ao governo e de apoio às

transformações sociais, estavam colocados frente a essa nova problemática, que se constituía numa pluralidade de projetos, partidos e até então um novo, desconhecido e muitas vezes problemático espaço de articulação e interação.

Assim, será a partir desses contatos, pontos de tensão e diversos posicionamentos, que os “setores católicos” se articularam e estabeleceram relações de aproximação, apoio, recusa ou rejeição frente aos novos partidos, principalmente com a proximidade das eleições que ocorreriam em 15 de novembro de 1982. Nessa perspectiva, o próximo item discute e analisa como os diversos “setores católicos” posicionaram-se, compreenderam e atuaram frente aos novos partidos que se lançavam na arena pública, através de seus pontos em comum, critérios estabelecidos e mesmo pelo apoio direto ou indireto, tendo como ponto de referência a relação estabelecida junto ao Partido dos Trabalhadores (PT).

3.2 Os “setores católicos” frente às eleições de 1982: a opção pelo PT?

“Se uma casa estiver caindo, com os alicerces podres, as paredes desmoronando, o que se faz? Uma reforminha aqui, uma pintura ali, mexer em alguns alicerces? Ou se derruba a casa para construir uma outra, com novos alicerces, telhado e pintura nova? Muitas pessoas pensam que a situação para os trabalhadores brasileiros é parecida com esta casa, que não há reforma que resolva, que a solução é **transformar a sociedade** construir uma nova casa.

[...]

QUE PARTIDO(S) PROPÕE A CONSERVAÇÃO DA CASA? QUE PARTIDO(S) PROPÕE A REFORMA? QUE PARTIDO(S) PROPÕE UMA CASA NOVA?”²⁰⁷

As duas frases colocadas acima são as principais “conclusões” ou resultados a que chegou a cartilha política “Basta”, produzida pelo Setor Interlagos, na zona sul paulistana, depois que ela apresentou as características e propostas dos novos partidos. Nelas, percebe-se a comparação da situação da sociedade brasileira com o estado de uma casa, a qual estava em precárias condições, com os alicerces podres e as paredes desmoronando, na qual se colocava a seguinte questão: numa casa assim, bastava uma simples reforma ou era necessário demoli-la para construir outra com novos alicerces e boas estruturas? Para os produtores da cartilha o país encontrava-se numa realidade muito semelhante à da casa apresentada. Logo, conclui-se que a população que via a situação do país da mesma maneira, não deveria optar pelos partidos que defendessem a

²⁰⁷ EQUIPE DE EDUCAÇÃO POLÍTICA (Setor Interlagos). **Basta**: cartilha de educação política do Setor de Interlagos. São Paulo, set. 1982, p. 20-21, grifo do autor.

“conservação da casa” ou sua reforma, mas sim, por aquele que propusesse a construção de uma nova casa, ou seja, a transformação da sociedade.

Através dessa conclusão, nota-se que a cartilha não se remete diretamente a qual partido ela compreende que propõe a transformação da casa, porém, para se chegar a ele ou a eles era preciso analisar as características e as propostas dos novos partidos decorrentes da reorganização partidária, as quais a própria cartilha apresentava nas páginas anteriores.

Na cartilha, cada partido era apresentado através de um resumo contendo as características, a trajetória e suas principais propostas, juntamente com as pessoas de maior destaque que pertencem a cada agremiação e o candidato ao governo estadual paulista.

O Partido Democrático Social (PDS) era visto como uma continuidade da ARENA, que defendia toda a política do regime existente desde 1964, apesar de seu programa falar “[...] em reforma agrária e participação dos trabalhadores na direção (cogestão) e lucros das empresas.”²⁰⁸. Dentre os seus membros são citados o então “presidente-ditador” Figueiredo, quase todos os generais, o ex-ministro Delfim Neto, Paulo Maluf e o candidato ao governo paulista, Reinaldo de Barros.

O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT) foram apresentados como partidos que disputavam o espólio de Getúlio Vargas. A cartilha dizia que muita gente compreendia o PTB como um partido auxiliar do governo, sendo os seus políticos mais conhecidos, a própria Ivete Vargas, sobrinha-neta de Getúlio e Jânio Quadros, então candidato ao governo do estado. Enquanto isso, o PDT que possuía como proposta central: “[...] um capitalismo com menor exploração.”²⁰⁹, era apresentado como sendo ligado à social-democracia europeia, além de ser destacado como tendo mais força política nos estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul; e seus quadros mais conhecidos eram: Leonel Brizola, o educador Darci Ribeiro, o ex-líder das Ligas Camponesas Francisco Julião e o candidato ao governo paulista, Rogê Ferreira.

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) era visto como uma continuação do MDB com algumas variações. A agremiação era caracterizada por congregar entre seus componentes setores bem diversos da sociedade, tais como empresários, classe média e trabalhadores, os quais estavam no partido por considerar necessário a sua manutenção até o fim do regime militar. Segundo a cartilha, seu programa: “[...] defende a democracia, a saída dos militares do poder e melhora de vida para o povo.”²¹⁰, além de propor a convocação de uma

²⁰⁸ EQUIPE DE EDUCAÇÃO POLÍTICA, op. cit., p. 18.

²⁰⁹ EQUIPE DE EDUCAÇÃO POLÍTICA, op. cit., p. 18.

²¹⁰ EQUIPE DE EDUCAÇÃO POLÍTICA, op. cit., p. 19.

constituente, para fazer de novo as leis básicas do país. O partido era descrito como tendo a segunda maior bancada do congresso e por ser forte em alguns estados importantes, além de possuir vários políticos conhecidos, como Ulisses Guimarães, Tancredo Neves, Aurélio Peres e Franco Montoro, candidato a governador.

Por fim, foi apresentado o Partido dos Trabalhadores (PT). Sobre a forma como a cartilha tratava o PT, duas características chamaram-me a atenção: primeiro, o tamanho do texto dedicado à descrição do partido, o qual era maior que o das outras agremiações; e por ser o único apresentado fora de ordem, porque enquanto o PDS era o n. 1, o PTB o n. 2, o PT por ser o n. 3 ao invés de vir na seqüência, foi colocado por último.

Segundo a cartilha, a proposta de criação do PT advinha de alguns dirigentes sindicais que participaram das lutas operárias a partir de 1978 e destacava que sua proposta: “[...] é formar pela primeira vez na história do país um amplo partido dos trabalhadores, sem a participação das classes dominantes.” Em seguida, dizia que o programa do partido defendia: “[...] uma reforma agrária profunda e o fim do regime capitalista, com a proposta de uma sociedade socialista, sem exploradores e explorados.”²¹¹ A cartilha ainda colocava um trecho do programa petista, o qual dizia: “Não há democracia sem socialismo, nem socialismo sem democracia. [...] Fim da exploração do homem pelo homem. **Queremos a transformação da atual ordem econômica, social e política**, e não apenas soluções provisórias e imediatas.”²¹² Por fim, ressaltava que o PT também propunha a criação de uma Central Única dos Trabalhadores, eleita democraticamente e defendia a independência dos sindicatos em relação ao Estado e aos partidos políticos, além de apresentar os seus dirigentes mais conhecidos: Olívio Dutra, Hélio Bicudo, Plínio de Arruda Sampaio, Irma Passoni, Paulo Freire, mais o candidato a governador e o nome mais conhecido do PT, o próprio Luis Inácio da Silva, o Lula.

A partir da leitura das propostas políticas apresentadas pelos produtores da cartilha, não fica muito difícil perceber que o Partido dos Trabalhadores era a única agremiação que defendia a “construção de uma casa nova”, ou seja, a transformação da sociedade atual, critério este colocado como o principal para a escolha de um partido. Assim, enquanto o PTB era visto como um auxiliar do governo, o PDT buscava construir “um capitalismo com menor exploração” e o PMDB propunha a “melhora de vida para o povo”, o PT era o único que defendia profundas

²¹¹ EQUIPE DE EDUCAÇÃO POLÍTICA, op. cit., p. 19.

²¹² EQUIPE DE EDUCAÇÃO POLÍTICA, op. cit., p. 19, grifo meu.

transformações, tais como: reforma agrária, o fim do próprio regime capitalista e a construção de uma sociedade socialista, sem exploradores e explorados.

Assim, a análise acima sobre a cartilha “Basta”, mostra que a relação estabelecida entre certos “setores católicos” e o Partido dos Trabalhadores não ocorria de forma direta ou simplificada, mas era o resultado da reflexão desses grupos, das experiências e da própria concepção de sociedade que esses sujeitos vinham construindo ao longo desses anos. Logo, a “opção” pelo PT, como descrito nesse caso, dava-se através das características e propostas que os partidos decorrentes da reorganização política apresentavam e da maneira que os mesmos estavam postos dentro do quadro político. Dessa forma, o PT vinha construindo em torno desses grupos católicos vários pontos de contato e convergência, criando assim uma forte relação no que dizia respeito à identificação de idéias, propostas e mesmo de práticas políticas e de concepção de sociedade.

Outro ponto importante na análise desse caso, está em constatar como a tentativa, por parte de alguns setores da hierarquia, de que houvesse uma educação política dissociada da escolha ou defesa de partidos ou mesmo uma “neutralidade” perante o aprofundamento das propostas partidárias não ocorria na prática. Isso mostra como essa dissociação ou neutralidade era muito difícil de ser realizada, ou porque não dizer quase impossível, visto que tanto a hierarquia, quanto os leigos possuíam práticas, concepções e projetos de sociedade, que se materializavam através dos partidos e de suas propostas.

Retomando a análise da cartilha, pode-se perceber que a construção de uma nova casa ou a transformação da sociedade era o ponto mais importante a ser destacado por ela e assim fazia com que houvesse uma identificação perante à proposta petista. Porém, essa não era a única característica que deveria ser levada em conta pelos cristãos na hora da escolha por um partido.

A maioria dessas características eram decorrentes da forma como a cartilha compreendia a sociedade, a qual foi descrita mais pormenorizadamente no item anterior, ou seja, que ela estava dividida em classes de opressores e oprimidos, as quais possuíam interesses opostos e viviam em permanente conflito.

Partindo disso, o primeiro partido a ser completamente rejeitado era o PDS, visto que ele “conservaria a casa”, ou seja, manteria a sociedade como estava, pois apesar de falar de reforma agrária e cogestão nas empresas, segundo a cartilha esse discurso era uma manobra do partido para conquistar o apoio dos trabalhadores, já que: “Como a classe trabalhadora é a grande maioria do povo, os partidos dos poderosos dizem que também defendem e representam os

trabalhadores.”²¹³ Com isso, a cartilha também destacava que era necessário analisar não só o discurso do partido, posto que este era elaborado muitas vezes para buscar o controle do poder e o apoio dos trabalhadores, sem os quais seria impossível de se governar; mas também sua prática e seu real compromisso com os trabalhadores.

Nessa perspectiva, a própria cartilha dizia que se a situação de pobreza e exploração estava aumentando e os ricos vinham ficando cada vez mais ricos, logo: “[...] você deve votar na oposição. Agora fica a dúvida: qual oposição, qual partido, Serão todos a mesma coisa?”²¹⁴ Para responder a essa pergunta, além do exemplo da casa em ruínas, a cartilha trazia nessa parte do texto a seguinte ilustração:



Figura 3²¹⁵

Esse tipo de ilustração era comum nas cartilhas. A maioria delas, apesar de não possuírem texto ou conversa e terem um caráter complementar, traziam elementos visuais importantíssimos e repletos de significados, os quais indicavam escolhas, identificação de projetos e relações de afinidade.

Uma amostra disso é a própria figura acima, porque apesar de representar em desenho a pergunta feita pela cartilha, ela destacava uma sigla, o “PT”, a qual estava colocada em tamanho

²¹³ EQUIPE DE EDUCAÇÃO POLÍTICA, op. cit., p. 17.

²¹⁴ EQUIPE DE EDUCAÇÃO POLÍTICA, op. cit., p. 20.

²¹⁵ EQUIPE DE EDUCAÇÃO POLÍTICA, op. cit., p. 20.

maior, mais centralizada e era a única que não possuía cortes, como também a palavra “TRABALHADORES” que apresentava as mesmas características. Fora isso, o desenho trazia como destaque entre os três personagens, a figura de um operário, como se percebe pelo seu capacete e macacão, onde a sigla do PT estava colocada bem acima de sua cabeça. Assim, nota-se como o desenho trazia em si uma série de significados e elementos que remetiam a uma identificação entre os trabalhadores e os operários para com o PT, enquanto os outros grupos sociais e os demais partidos eram negligenciados ou colocados num segundo plano.

Além do exemplo da casa em ruínas e da ilustração, a cartilha buscando clarificar ainda mais a escolha pelo partido de oposição, colocava a seguinte pergunta: “Pode um partido defender os interesses de todas as classes da sociedade, do peão e do patrão, sem enganar ninguém? Por quê?”²¹⁶ Assim, analisando-se a forma como os partidos foram apresentados pela cartilha, nota-se que essa pergunta estava direcionada à maneira como estava composto o PMDB, partido que congregava desde empresários até setores da classe trabalhadora. Com isso, fica claro que a forma como estava estruturada a sociedade não se coadunava com a composição do PMDB, porque, se os interesses entre opressores e oprimidos eram opostos e irreconciliáveis, um partido composto dessa maneira era no mínimo incongruente e estava enganando uma dessas classes. Nesse sentido, também havia uma identificação com o PT em relação a essa questão, posto que este tentava pela primeira vez na história do país, formar um amplo partido de trabalhadores sem a participação das classes dominantes.

Nessa análise, percebe-se também que a opção pelo PT decorria da limitação que os partidos possuíam, devido a forma abrupta como a reorganização partidária vinha sendo realizada, logo, a escolha e a identificação pelo PT era de certa forma uma consequência dos limites e contradições que os outros partidos tinham ou representavam, visto que o PT era o único declaradamente “socialista” que se apresentava naquele momento.²¹⁷

Outra questão percebida na análise que essas cartilhas faziam dos partidos, era que os mesmos ainda estavam inseridos num processo inicial de formação e consolidação, os quais possuíam projetos e propostas ainda pouco concretas e definidas, logo, essas apreciações muitas

²¹⁶ EQUIPE DE EDUCAÇÃO POLÍTICA, op. cit., p. 17.

²¹⁷ O PDT através de seu líder Leonel Brizola, também propunha um socialismo ainda que de um certo modo moderado e conciliador; porém, sua proposta de partido advinha muito mais das tradições trabalhistas provenientes do varguismo, do que uma proposta identificada com a tradição socialista, visto que não propunha o fim do capitalismo e da divisão da sociedade entre classes sociais, mas sim a construção do socialismo através de reformas democráticas, as quais como se percebe não se identificava com o socialismo defendido pelos militantes católicos.

vezes tinham um caráter de transitoriedade e de indefinição, as quais indicavam e buscavam uma maior consolidação das agremiações. Assim, as eleições e a atuação dos partidos ainda eram vistos como limitados naquele momento, porém o resultado das mesmas ajudaria a resolver os problemas do povo, além de poder vir a se constituir como uma mostra de força e insatisfação da população perante o governo. Logo, a eleição era vista como mais um momento, ainda que importante da luta da classe trabalhadora, a qual teria o seu término apenas com o fim da exploração e divisão da sociedade entre opressores e oprimidos.

Nas outras cartilhas produzidas na região da grande São Paulo nota-se também que foi a partir dos critérios estabelecidos para a escolha dos partidos e pela caracterização dos mesmos, que passou a ocorrer certa preferência ou uma identificação perante determinada agremiação. As duas cartilhas produzidas pela equipe do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Diocese de Santo André colocavam os seguintes critérios para a escolha de um partido: que fosse popular, que defendesse o direito dos oprimidos, que combatesse a ditadura e todo poder opressor, que lutasse pela independência econômica, a mudança social e visasse “[...] organizar o povo, a fim de poder decidir sobre o modelo econômico que lhe convém.”²¹⁸

Com esses elementos e critérios, a segunda cartilha, intitulada “Os partidos atuais” apresentava as agremiações a partir dos segmentos sociais a que pertenciam seus componentes, de sua prática política, dos interesses que representava e de que maneira se formou. A primeira característica dessa apresentação que chama atenção era como os partidos foram organizados, sendo que o PDS, PTB, PSD e o Partido Popular (que se incorporou ao PMDB) haviam sido formados “de cima para baixo”, enquanto os únicos que tinham tido uma formação diferente foram o PMDB e o PT. Contudo, o PMDB também havia sido formado de cima para baixo, mas sua diferença era que as bases tiveram uma participação na sua organização, logo, o único partido que havia sido “Formado de baixo para cima, com ampla participação das bases” era o Partido dos Trabalhadores.

Nisso, conclui-se que, analisando os critérios para a escolha de um partido e o modo como eles foram formados, o único que se constituía como verdadeiramente popular era o PT, visto que apenas ele tinha sido formado de baixo para cima e ainda havia contado com a ampla participação das bases nesse processo. Torna-se até curioso destacar neste momento, que durante os anos de 1979 e 1980, como discuti no capítulo anterior, muitos católicos criticavam ou

²¹⁸ DIOCESE DE SANTO ANDRÉ; CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DE SANTO ANDRÉ. **Falando de Política...:** sugestões para uma atuação pastoral na política partidária (Cartilha n.º 1). Santo André, ago. 1981, p. 9.

rejeitavam o PT por este não ter nascido verdadeiramente das “bases”, enquanto que agora, essa característica era colocada como um diferencial, senão o principal elemento do PT perante os demais partidos. Isso mostra o rápido crescimento do PT enquanto proposta e projeto político e a mudança de percepção que grande parte dos católicos empreenderam neste curto espaço de tempo em relação à formação e à proposta petista.

Nessa cartilha de Santo André, a respeito da prática e da atuação dos partidos, o PDS era visto como aquele que representava os interesses do governo, das grandes empresas, dos latifundiários e era composto por elementos desses grupos; enquanto o PTB foi compreendido como a agremiação que era conivente com o regime e representava a pequena e média burguesia, além dos políticos profissionais, logo, por essa apresentação, nenhum dos critérios propalados pela cartilha eram encontrados nesses dois partidos. Sobravam então, o PDT, o PMDB e o PT.

O PDT era apresentado como um partido de oposição, composto por políticos trabalhistas, sindicalistas, intelectuais e outros elementos de classe média e visava construir um “[...] tipo de socialismo: a social-democracia (‘socialismo onde for necessário, capitalismo onde for possível’), através da atuação político-parlamentar e reformas trabalhistas.”²¹⁹ Analisando a forma como o PDT foi descrito na cartilha, nota-se que o mesmo recebeu poucas críticas dos seus produtores, já que de certo modo, ele era de oposição e propunha uma mudança social, contudo não se enquadrava entre os principais critérios estabelecidos, tais como: ser verdadeiramente popular e buscar a organização do povo. Porém, avaliando essas cartilhas, o que se percebe a respeito do PDT, era que o mesmo não tinha uma grande influência ou penetração no estado paulista, o que levava a um certo distanciamento ou até um desinteresse para com as propostas do partido.

Quanto ao PMDB, além de ter uma certa participação das bases em sua formação, o mesmo era ressaltado por ter atuado na denúncia e oposição ao regime militar, o que coadunava com o critério de o partido combater a ditadura e todo o poder opressor. No entanto, assim como na cartilha do Setor de Interlagos, o grande problema do partido estava na sua ampla composição, a qual incluía desde latifundiários até movimentos populares, “[...] o que torna um pouco confusa sua posição”²²⁰, ou seja, era vista como contraditória, o que levava o partido a não ter propostas ou projetos bem definidos.

²¹⁹ DIOCESE DE SANTO ANDRÉ; CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DE SANTO ANDRÉ. **Os partidos atuais:** sugestões para uma atuação pastoral na política partidária (Cartilha n.º 2). Santo André, mai. 1982, p. 9.

²²⁰ Ibid., p. 9.

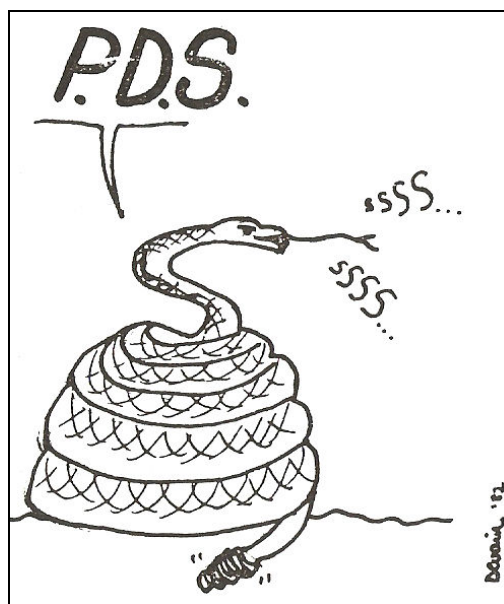
Enquanto isso, o PT não era bem apresentado só por ser o único partido que havia surgido de baixo para cima, mas também por representar os interesses dos trabalhadores urbanos e rurais, por buscar ser o mais autêntico partido de oposição e por ter uma proposta realmente nova. Contudo, a maior identificação dos critérios da cartilha para com o partido estava relacionada a sua proposta: “[...] de construção de um socialismo autônomo com a participação direta do trabalhador”²²¹ Assim, a proposta petista era a que possuía mais pontos de convergência aos critérios colocados pela cartilha, ou pelo menos, a que mais se aproximava, visto que, buscava a mudança social através da construção do socialismo e garantia que o povo decidiria o modelo econômico do país, através da participação direta do trabalhador.

Por fim, na cartilha “Acorda Povo” produzida pelos católicos da região de São Miguel, na zona leste paulistana, diferentemente das demais, os partidos políticos eram apresentados de forma mais crítica e direta, mas ao mesmo tempo de uma maneira menos aprofundada. Esse perfil de um certo modo decorria provavelmente da forma como a mesma estava organizada, ou seja, com um texto produzido para ser lido por diversas vozes e num formato de celebração, como demonstrado no item anterior. Outra singularidade desse material estava em suas ilustrações, onde a apresentação de cada partido vinha acompanhada de um desenho, que se relacionava com a proposta ou a uma característica da agremiação.

Esse caráter crítico e direto da cartilha é percebido pela forma como o PDS foi apresentado: “É o partido responsável pela situação de exploração e dominação. Votar neste Partido ou em algum candidato do PDS é apoiar a injustiça e aceitar a dominação dos poderosos.”²²² Além dessa caracterização completamente negativa e quase abominável do partido e de quem o apóia, o mesmo ainda era representado com a ilustração de uma cobra, animal identificado por transmitir um sentimento de repulsa, muitas vezes de medo, a qual pode atacar a qualquer momento, sendo que grande parte delas são venenosas, além da imagem negativa que remetia aos cristãos devido o papel desempenhado por ela no acontecimento bíblico de Adão e Eva:

²²¹ DIOCESE DE SANTO ANDRÉ; CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DE SANTO ANDRÉ, *op. cit.*, p. 10.

²²² EQUIPE REGIONAL DE SUBSÍDIOS (São Miguel). **Acorda Povo**. São Paulo, jun. 1982, p. 30.

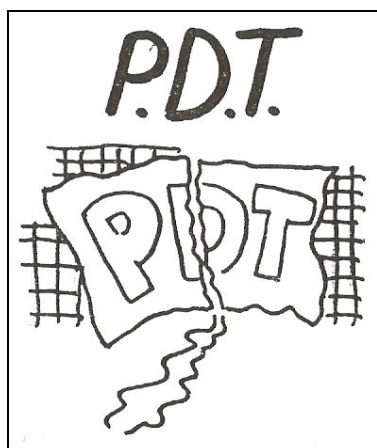
Figura 4²²³

As ilustrações referentes ao PTB e ao PDT ajudam bastante a entender de que forma a cartilha compreendia esses partidos. Na ilustração do PTB vê-se a figura de um cemitério com as lápides de Vargas, de Jânio Quadros, que apesar de ainda estar vivo e ser o candidato do partido ao governo paulista, constava como data de sua morte o ano de sua renúncia à presidência e uma lápide vaga a espera de um próximo político desse grupo. A figura remete o PTB a uma prática e proposta política antigas, sem espaço e fora de contexto para a sociedade de então, a qual “A todo custo quer ressuscitar o antigo PTB da época da Ditadura de Getúlio Vargas. [...] ou seja, a volta das ‘raposas políticas’”²²⁴, logo, o texto tratava o partido como uma tentativa de ressurgir o “populismo” varguista, o qual era fortemente criticado.

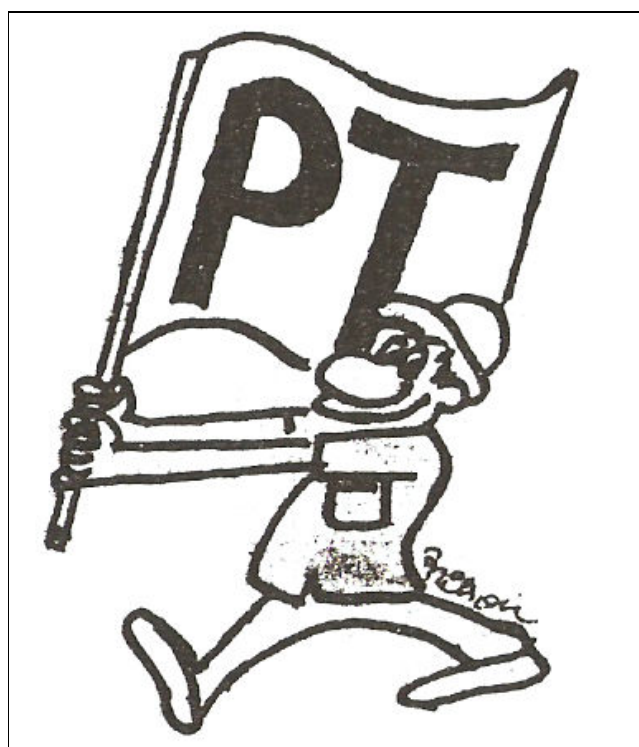
O desenho com a sigla do PDT representava bem a formação do partido, porque na sua ilustração a sigla do PDT aparece com um racho ao meio, mostrando que o partido era o resultado da divisão daqueles que se diziam herdeiros do trabalhismo e do populismo, Ivete Vargas e Leonel Brizola, e não um partido com propostas e práticas próprias. No texto, o partido era apresentado por defender os Trabalhadores, porém pouco adentrava em suas características, visto que “É um partido mais do Sul do Brasil.”; revelando assim, mais uma vez, o distanciamento com que o PDT era sentido por esses grupos.

²²³ EQUIPE REGIONAL DE SUBSÍDIOS (São Miguel). op. cit., p. 30.

²²⁴ EQUIPE REGIONAL DE SUBSÍDIOS (São Miguel). op. cit., p. 31.

Figura 5²²⁵Figura 6²²⁶

Os desenhos que tratavam do PMDB e do PT também possuíam pontos em comum e significados bastante simbólicos:

Figura 7²²⁷Figura 8²²⁸

²²⁵ EQUIPE REGIONAL DE SUBSÍDIOS (São Miguel). op. cit., p. 31.

²²⁶ EQUIPE REGIONAL DE SUBSÍDIOS (São Miguel). op. cit., p. 31.

²²⁷ EQUIPE REGIONAL DE SUBSÍDIOS (São Miguel). op. cit., p. 32.

²²⁸ EQUIPE REGIONAL DE SUBSÍDIOS (São Miguel). op. cit., p. 32.

Como se pode observar nas figuras acima, diferentemente das anteriores, esses dois partidos foram representados por uma figura humana, remetendo já desse modo, a idéia de possível participação no partido, visto que, mais que uma sigla ou uma tradição, eles eram formados por pessoas reais e não distantes da população. Porém, a grande diferença entre os dois homens das figuras está na forma como cada um deles foi representado e o “estado de espírito” que deixavam transparecer. Pois, enquanto o homem que representava o PMDB encontrava-se parado e com um semblante confuso, receoso e assustado, o do PT era representado por um militante carregando uma enorme bandeira do partido, estava em movimento e ainda deixava transparecer um sentimento de disposição e confiança perante o ato que estava realizando, ou seja, a sua atuação e militância no PT.

Entretanto, além das ilustrações que colocavam o PT como o único a ter uma caracterização extremamente positiva, outro ponto que chama a atenção na diferença entre o PMDB e o PT era a forma como os dois foram apresentados. Porque, enquanto na cartilha o PMDB apenas era destacado por defender uma constituinte, a liberdade sindical e as eleições diretas, além de ser composto por gente da classe média e popular; o espaço dedicado ao PT, além de ser muito maior, as suas propostas eram colocadas de maneira bem mais descritiva. Dentre as características salientadas sobre o PT, a cartilha realçava principalmente que ele era um partido de oposição, o qual surgiu mesmo contra a vontade do governo e nasceu das greves dos metalúrgicos e da luta dos trabalhadores.

As características do PT mais uma vez eram as únicas que se compatibilizavam com os critérios colocados pela cartilha, os quais deveriam ser observados pelo cristão quando da escolha de um partido: “[...] que mais defende os interesses reais do povo oprimido e trabalhador.”²²⁹ Partindo dessa premissa, apenas o PT possuía tais características, através das seguintes propostas: “O PT quer acabar com a Ditadura, quer a Libertação do povo; quer permitir que o povo tenha vez na política, quer que os trabalhadores decidam sobre a riqueza do país. [...] É o único Partido que tem núcleos que se reúnem nas vilas e nos bairros.”²³⁰ Percebe-se assim, que a apresentação das propostas do PT possuía muita identificação com “os interesses do povo oprimido” defendidos pela cartilha, desde a busca pela libertação do povo até a participação do trabalhador na política através dos núcleos formados nos bairros.

²²⁹ EQUIPE REGIONAL DE SUBSÍDIOS (São Miguel), op. cit., p. 33.

²³⁰ EQUIPE REGIONAL DE SUBSÍDIOS (São Miguel), op. cit., p. 32-33.

Assim, a partir da análise das ilustrações, das características e dos critérios estabelecidos por essas cartilhas, pelo menos na região da grande São Paulo, nota-se uma grande aproximação e identificação com o PT, da qual se pode apreender diversos significados. Primeiramente, percebe-se como o PMDB, que apesar de ser a maior força de oposição naquele momento, devido a sua estrutura, organização, quadros partidários e por conter grupos de esquerda que ainda optavam por atuar em seu interior, além da imagem construída nas eleições de 1974 e 1978, entre esses segmentos católicos, o partido era pouco valorizado e suas propostas e práticas políticas encontravam pequena ressonância. Enquanto isso, o PT, apesar do pouco tempo de existência, havia construído um forte processo de identificação junto a esses setores, logo, acredito que mais importante do que dizer quais grupos ou militantes católicos optaram pelo PT (quantificar), é analisar de que forma a proposta, a formação e as práticas petistas foram aceitas, coadunavam-se e identificavam-se com as experiências, os projetos e as perspectivas sócio-políticas desses católicos, o que levava a uma aceitação e até mesmo a uma atuação e militância no partido.

O material “Fé e Política: povo de Deus e participação política” produzido pela Comissão Arquidiocesana de Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados de São Paulo e veiculada por toda a arquidiocese, diferentemente das outras cartilhas, não fazia uma apresentação dos novos partidos, nem de suas propostas políticas. Contudo, o material desde o início do seu processo de discussão, que deu origem à criação do material, foi marcado por polêmicas devido a relação que estabeleceu e os posicionamentos que tomou para com os partidos políticos e principalmente a respeito do PT.

O primeiro fato relacionado a essa questão ocorreu ainda em novembro de 1980, quando foi organizado pela mesma comissão a “Semana de Direitos Humanos”, que teve como temática central “Comunidade de Fé e Participação Política”, a qual reuniu no Colégio Santa Inês, no bairro do Bom Retiro na região central paulistana, mais de 100 representantes das CEBs de várias Regiões Episcopais da arquidiocese e contou com a presença do próprio cardeal-arcebispo D. Paulo Evaristo Arns. No entanto, não foram as discussões da Semana, que debateu questões como a relação entre a Igreja e a política, que ganharam destaque entre muitos de seus participantes, nos meios políticos e na própria mídia, mas sim, um “Roteiro de Reflexão” elaborado por professores e uma equipe de leigos, que foi utilizado como subsídio para essas discussões.²³¹

²³¹ Um dos membros da comissão e um dos seus principais porta-vozes era o professor José J. Queiroz, que na época ocupava o cargo de Coordenador dos Institutos de Estudos Especiais da PUC-SP e atuava como advogado no Centro Santo Dias da Silva de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo.

Nesse texto preparatório, o qual boa parte dele foi transcrita pelo jornal “Folha de S. Paulo”, a reorganização partidária era amplamente explicada e analisada, assim, como também as propostas dos novos partidos. Apesar de ser um documento inicial e introdutório para as discussões, o mesmo fazia uma importante análise das características e dos pontos positivos e negativos de cada proposta partidária. Sobre eles, o Roteiro criticava fortemente o PDS por representar “[...] o que de mais reacionário, bajulador e carreirista havia na ARENA [...]”,²³² e o PP (depois incorporado ao PMDB), que apesar de se dizer popular era o “[...] porta-voz da grande burguesia associada ao imperialismo [...]”²³³

Já o PTB e o PDT eram vistos como partidos possuidores de posições bastante confusas, principalmente por tentarem fazer ressurgir a tradição trabalhista de Vargas. Porém, enquanto o PTB era compreendido como sendo manejado pelos interesses do governo, as propostas pedetistas, tais como o nacionalismo e o controle do capital estrangeiro, eram relacionadas às proposições advindas da social-democracia européia.

Além de criticar e rejeitar os três partidos acima, o que mais causou espanto para a grande imprensa, foi a forma como o documento posicionou-se frente ao PT e ao PMDB, vistos como os únicos partidos de oposição: “A oposição mais conseqüente, no entanto, está a cargo do PMDB e do PT.”²³⁴ Porém, o próprio PMDB era visto com sérias restrições, posto que, por abrigar em sua composição diversos setores sociais, isto “[...] dificulta que esse partido seja de fato expressão das lutas dos setores explorados de nossa sociedade.”²³⁵ Contudo, o texto ressaltava a existência dentro do PMDB da Tendência Popular,²³⁶ a qual tinha uma atitude combativa e de denúncia na defesa dos direitos humanos e contra a repressão aos movimentos populares.

Partindo disso, o PMDB não era bem compreendido, já que suas posições variavam muito, as quais por vezes eram vacilantes e conciliatórias e em outros momentos combativas; sendo que, a própria Tendência Popular entendia a agremiação mais como uma frente parlamentar ampla, que lutava por liberdades políticas do que propriamente um partido, logo, segundo o Roteiro era a Tendência que possuía uma prática mais combativa do que o próprio partido em si. Desse modo, o único partido visto positivamente era o PT, porque segundo o

²³² CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Dossiê: A Igreja, os movimentos e o Estado 1978-1979. In: **Pasta:** Igreja-Política – Igreja e as eleições 1972-1983, mai. 1995, p. 81

²³³ Ibid., p. 81.

²³⁴ Ibid., p. 81.

²³⁵ Ibid., p. 81.

²³⁶ A Tendência Popular consistia num grupo de políticos do MDB, os quais além de possuírem uma posição de combate ao regime militar, costumavam ter como origem as “bases” populares.

documento buscava articular as lutas do campo e das cidades, tinha como elemento de crescimento as próprias “bases” e levaria à construção do socialismo através do desenvolvimento das lutas populares. A única restrição em relação ao PT não estava ligada às suas propostas, mas sim às possibilidades de colocá-las em prática e a concretização do próprio partido, posto que seria difícil construir o PT a partir das bases, ao mesmo tempo em que ele deveria adequar-se à legislação partidária imposta e controlada pelo regime militar.

Desse modo, a rejeição de praticamente todos os partidos desde o PDS até o PDT, com exceção da Frente Popular existente dentro do PMDB e tendo o PT como a única proposta que além de não receber nenhuma crítica direta, tinha seu projeto e sua forma de organização analisadas de forma amplamente positivas, causou um grande mal-estar na Comissão e na própria arquidiocese. Torna-se importante destacar, que a arquidiocese de São Paulo, pela importância que possuía na Igreja brasileira e pelos posicionamentos e práticas que vinha desenvolvendo perante toda a sociedade, qualquer atitude ou posição que partisse ou estivesse ligada a ela, costumava ter uma grande publicização e repercussão. Uma amostra disso foi que vários veículos de imprensa como a “Folha de São Paulo” e o carioca “Jornal do Brasil” noticiaram os posicionamentos que constavam do documento, sendo alvo de críticas inclusive de membros do Senado, tais como Jarbas Passarinho do PDS e do próprio Tancredo Neves, então no Partido Popular.

Com a repercussão e as críticas causadas por esse Roteiro de Reflexão, o professor José J. Queiroz, membro da Comissão, amenizou a sua importância, dizendo que ele não era um documento oficial ou oficioso da Igreja e estava sujeito a críticas e reelaborações. A partir disso, os grupos e organizações ligados à arquidiocese de São Paulo começaram a ter uma maior cautela e até mesmo um certo distanciamento frente a uma análise mais direta e crítica das novas propostas partidárias.

Essa posição pode ser apreendida no próprio jornal da arquidiocese “O São Paulo”, que apesar de publicar inúmeras matérias relacionadas à educação política, mantinha uma grande prudência em posicionar-se ou manifestar-se nas questões mais diretamente relacionadas às propostas partidárias. Esse episódio, também pode ter sido uma das causas pelas quais o material “Fé e Política”, produzido pela mesma comissão e assumido por toda a arquidiocese, não apresentava as principais propostas e características de cada partido, diferentemente da maioria das outras cartilhas.

Mesmo não adentrando mais diretamente nas propostas partidárias, o conjunto de slides produzido pela Comissão e pelo Instituto de Ação Cultural (IDAC), o qual era coordenado pelo educador Paulo Freire, levou a maior polêmica sobre o apoio da Igreja Católica a um determinado partido, a qual foi amplamente explorada por diversos políticos, mas principalmente pela grande mídia. O material não apresentava as propostas dos partidos; porém, o que gerou toda a celeuma foi o Slide n. 24, apresentado abaixo, que era acompanhado das seguintes legendas: “De repente apareceu uma nova encruzilhada no meio do caminho [...] eram os partidos políticos, cada um propondo um caminho diferente para o povo.”²³⁷ A ilustração do slide mostrava um grupo de pessoas que se encontravam de frente a um poste composto por 6 setas indicativas de caminho, onde cada uma trazia a sigla de um dos novos partidos. Como é fácil observar, o que causou grandes problemas para os produtores da cartilha e para a própria arquidiocese foi a forma de como estas setas estavam posicionadas: o PT estava acima das demais, enquanto as outras estavam abaixo dela e eram apresentadas de maneira sobrepostas, na seguinte ordem: PMDB, PDT, PP, PTB e PDS:

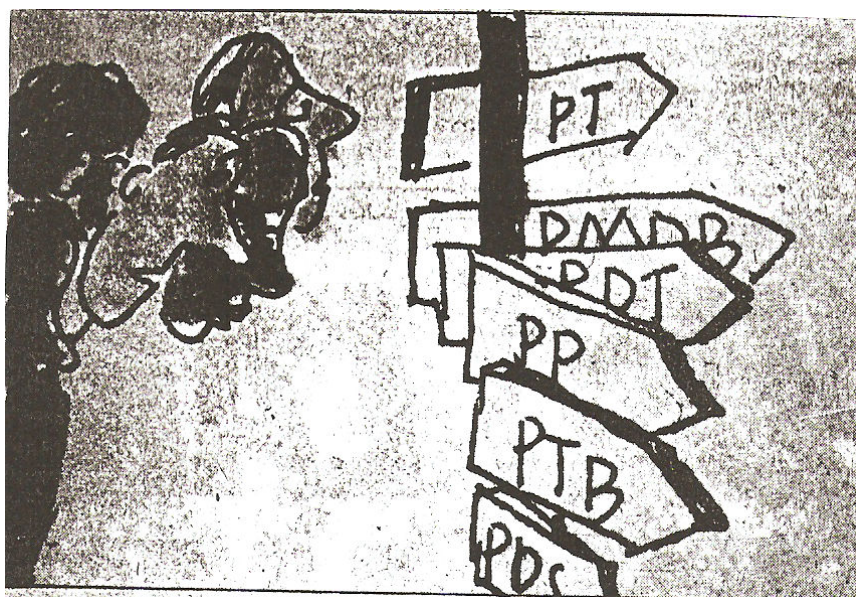


Figura 9²³⁸

²³⁷ COMISSÃO ARQUIDIOCESANA DE PASTORAL DOS DIREITOS HUMANOS E MARGINALIZADOS DE SÃO PAULO; ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Fé e Política**: povo de Deus e participação política. São Paulo, 1981, p. 17.

²³⁸ CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Dossiê: A Igreja, os movimentos e o Estado 1980-1981. In: **Pasta**: Igreja-Política – Igreja e as eleições 1972-1983, mai. 1995, p. 165.

Fazendo uma análise da disposição das setas, o mínimo que se pode depreender desse desenho era que o PT tinha alguma diferença ou algo de diverso perante os demais partidos. Todavia, a ordem que os partidos estavam colocados no poste correspondia inteiramente à forma como a Comissão tinha analisado anteriormente os partidos no seu “Roteiro de Reflexão”, a partir de seus pontos positivos, negativos e de suas propostas, os quais se coadunavam com as práticas e os projetos da citada Comissão. Sendo que, os próprios Slides eram uma continuidade da reflexão sobre fé e política, que teve início com esse documento e com a Semana de Direitos Humanos de 1980. Além disso, o coordenador do IDAC era o educador Paulo Freire, que naquele momento já tinha manifestado a sua preferência pelo PT, no qual além de ativo militante, tinha sido um dos membros fundadores do partido.

Percebe-se assim, que a disposição das setas antes de ser um descuido ou algo sem importância para os produtores do material, ela trazia em si a forma como esses sujeitos compreendiam e analisavam os novos partidos e suas propostas. Convém destacar que no lançamento do material, feito com grande destaque por diversos movimentos da arquidiocese e pelo próprio D. Paulo, o qual ressaltou que os slides já haviam sido apreciados pelo Colégio Episcopal, ou seja, por todos os bispos e os coordenadores de Setor da arquidiocese, os quais de certo modo tinham aprovado ou no mínimo aceitado e concordado com o seu conteúdo, visto que, o mesmo seria amplamente divulgado e poderia ter uma grande repercussão.

A ilustração das siglas foi amplamente destacada por parte dos grandes jornais que cobriram o lançamento do material, ocasionando diversas críticas de políticos e da própria mídia, que passaram a rotular o material como sendo tendencioso e marcado por partidarismos. No entanto, apesar de ressaltar que o material não tinha a intenção de induzir a escolha de determinado partido, mas ser um subsídio que objetivava discutir e incentivar a participação política, sendo que, o poder de escolha dos partidos dar-se-ia através do aprofundamento das discussões e por opções pessoais; a decisão da arquidiocese perante essa situação foi a de suprimir as siglas partidárias do tão propalado slide, como mostro abaixo:



Figura 10²³⁹

Assim, praticamente um mês após o lançamento do conjunto preparado pela Comissão e pelo IDAC, a atitude da hierarquia da Igreja foi a de modificar o material e suprimir as siglas dos slides que fossem produzidos a partir daquele momento. O mesmo não aconteceu com o manual de orientação que acompanhava os slides, o qual já havia sido impresso. Essa decisão, mais uma vez, mostra como a relação da Igreja e principalmente de sua hierarquia com a questão partidária era bastante tensa e conflituosa, pois frente à polêmica causada pelo slide n. 24, a arquidiocese ao invés de defender o por quê da construção da ilustração, dar uma explicação perante o assunto ou mesmo adentrar mais pormenorizadamente na discussão dos novos partidos, fazendo dessa forma uma defesa do material e dos produtores e idealizadores da cartilha, optou por recuar e “simplesmente” retirar as siglas partidárias da cartilha.

Esse episódio ilustra bem a atitude da hierarquia da Igreja, a qual ao mesmo tempo em que buscava incentivar a participação política e nos partidos, tentava distanciar-se dos mesmos, posicionamento este que não deixava de criar situações difíceis e problemáticas para a instituição. De certo modo, esse conjunto de slides demonstra isso, pois diferentemente das outras cartilhas que apresentavam os programas, os interesses, as práticas e os principais membros de cada partido, o conjunto da arquidiocese, apesar de defender a participação nos partidos políticos, além de não apresentar as suas propostas, com a retirada das siglas, sequer dizia o nome das

²³⁹ A CAMINHADA DO POVO. “O São Paulo”, São Paulo, p. 9, semana 4-10 set. 1981.

agregações que haviam surgido após a reorganização partidária. Além disso, a opção de não apresentar os programas e as características dos partidos, tais como as outras cartilhas, mas apenas as setas com as siglas acabou provocando mais problemas e dificuldades, do que os materiais que adentravam profundamente na temática dos novos partidos.

A respeito de como essas cartilhas de educação política e os próprios partidos eram apercebidos e compreendidos pelos diversos grupos que se utilizavam desses materiais, pouquíssimas matérias ou relatos foram produzidos. Contudo, um evento que muito me chamou a atenção foi a realização do chamado “Pic-Nic político”, organizado pela Equipe Regional de Direitos Humanos, o qual reuniu aproximadamente 500 participantes da zona leste paulistana no Pátio do Colégio Pio XII, no dia 22 de novembro de 1981, os quais chegaram em dez ônibus, onde durante todo o dia foram feitos diversos comícios e até uma simulação de eleição.

O evento destacado acima mostra que muitos militantes aprofundavam as discussões sobre a participação do cristão na política e a respeito das propostas dos novos partidos políticos. E mais do que isso, ele trazia uma visão de como grande parte dos militantes católicos desse período compreendiam esses assuntos e posicionavam-se perante os novos partidos, pois diferentemente das cartilhas que traziam o pensamento de uma pequena equipe ou de alguns leigos que vinham se dedicando a essas temáticas, o “Pic-Nic político” demonstrava as expectativas e as experiências de centenas de pessoas.

O evento contou com uma interessante dinâmica; que consistia em cada um dos seis setores participantes a adotarem um partido político, do qual defenderiam seu programa e suas plataformas, com faixas, cartazes e cabos eleitorais fazendo sua propaganda; inclusive com a organização de comícios, onde eram apresentadas não só as características, mas as próprias práticas de como esses partidos eram compreendidos e vistos por esses católicos.

No comício do PTB era simulada uma reunião de cúpula com a presença de Ivete Vargas, além da entrega de camisetas e apitos com a sigla, o qual foi finalizado com o discurso da mesma política, representada por uma dona de casa, que explanava: “O PTB não vai parar no governo Vargas, mas será um governo moderno que herdará de Getúlio apenas a justiça e o amor aos brasileiros.”²⁴⁰ Com essa dramatização e características, tais como a reunião de cúpula, os militantes demonstravam ver o PTB como um partido articulado por poucas pessoas e sem a

²⁴⁰ SARNO, Maria José. Política não é só partido, fé não é só oração (Avaliação e experiências de algumas regiões). “O São Paulo”, São Paulo, p. 10, semana 4-10 dez. 1981.

presença do “povo”, além do seu aspecto contraditório de ao mesmo tempo propor um governo moderno, porém mantendo como principais idéias e plataforma, a tradição varguista.

Durante cada comício, um mastro com fitas coloridas era levantado e circulava pelo local, o qual trazia perguntas e questionamentos sobre os partidos e suas características. No caso do PTB, era indagado se camisetas e presentes substituíam salários justos e quem estava por trás desse partido. Com esses questionamentos, percebia-se uma crítica à política populista que o partido dizia herdar, porque ao invés de mudanças e propostas reais para os trabalhadores, o mesmo apenas oferecia brindes e propalava “a justiça e o amor aos brasileiros”. Sobre quem estava por trás do partido, os católicos destacavam a percepção de que a agremiação havia sido criada com o apoio do governo e no intuito de angariar votos e simpatizantes das classes populares e dos diversos setores de trabalhadores.

No comício do PMDB foi ressaltado o seu caráter de resistência ao golpe de 1964 e ao mesmo tempo apresentado como uma Frente Democrática. Assim, como nos outros materiais já destacados, o questionamento ao PMDB referia-se ao caráter de ser uma Frente e a existência em seus quadros de diversos grupos e setores heterogêneos da sociedade, sobre o que perguntavam: “Dá para o operário se juntar com o patrão?”²⁴¹. Além disso, nota-se que nenhuma proposta do partido foi destacada, mostrando assim, que o PMDB ainda vivia mais das lutas anteriores à reorganização partidária e pouco apresentava de concreto para a mudança da sociedade, além de constituir-se como uma Frente de Oposições.

Na dramatização sobre o PDS, o qual era o mais bem organizado, apareciam belas e risonhas crianças, as quais agradeciam ao governador pela creche que lhes havia dado de presente. Enquanto isso, um aparato policial, no qual chapéus de jornal simbolizavam capacetes e cabos de vassouras, as armas e os cassetetes, mantinha o povo afastado do governador, o qual dizia em seu discurso não representar nem a esquerda, nem a direita. Assim, no comício do PDS vê-se claramente o desmerecimento da luta da população por uma creche e a apropriação de suas conquistas pelo governo, como se as mesmas fossem um presente para a população; além é claro do distanciamento do povo para com o político e o próprio poder, através do corpo policial que separava o governador do resto das pessoas.

Nas perguntas feitas para o PDS, os católicos indagavam onde estava a abertura para o Lula, os sindicalistas e os posseiros do Araguaia, destacando assim a repressão que ainda era

²⁴¹ Ibid., p. 10.

imposta a esses grupos e sujeitos; além de questionarem o discurso do governo, o qual era confrontado com o cotidiano das pessoas: “Se o governo militar está tão bom, porque a vida do povo está cada vez pior?”²⁴²

Nesse momento, ainda existia o Partido Popular (PP), que logo depois foi incorporado ao PMDB. Em seu comício cantava-se uma marchinha a qual afirmava ser ele um partido popular, mesmo sendo constituído por banqueiros, visto que não excluía ninguém que quisesse nele adentrar. Nisso, nota-se uma crítica à nomenclatura do partido, o qual apesar de se dizer “popular”, não possuía nenhuma identificação com quem ele dizia representar, além de mostrar o partido como sendo controlado e assumindo os interesses dos banqueiros, já que alguns deles tinham entrado na agremiação.

O PDT foi representado por Leonel Brizola e pelo Índio Juruna, ponto esse que era fortemente questionado, pois se perguntavam quais seriam as propostas do partido que ligavam Brizola ao líder indígena e cacique Mário Juruna, mostrando assim, um partido sem uma base e uma identificação entre seus membros. Além disso, indagavam se o PDT era o reduto do que tinha “sobrado”, remetendo à disputa com Ivete Vargas para ver quem era o verdadeiro herdeiro do trabalhismo, a qual acabou dando origem aos dois partidos. Também descreviam o partido como sendo atrasado e sem identificação com as lutas operário-sindicais do período, o que se dava através de um grupo de sanfoneiros que durante o comício “[...] cantava as honras à classe operária.”²⁴³

A respeito do PT, o jornal “O São Paulo” que fez a cobertura do evento dizia que: “O programa do PT foi atentamente ouvido e em resumo propunha a organização das massas para que o povo assuma o poder.”²⁴⁴ Desse modo, além de destacar o interesse dos participantes para com a proposta petista, a mesma ainda foi amplamente apresentada, tendo como ponto central a defesa da organização das massas a fim de se chegar ao poder do povo. Durante o comício também foi simulada uma intervenção policial, onde o “povo” apanhava muito, provocando grandes vaias da platéia, acontecimento este que procurava identificar o partido como sendo composto pelos “oprimidos” e defensor de seus interesses, já que estes também sofriam com a violência e a repressão do governo.

Quanto ao PT também foram realizados questionamentos, nos quais perguntavam se o Lula sozinho conseguiria resolver os problemas, criticando assim, a centralidade que o PT

²⁴² SARNO, op. cit., p. 10.

²⁴³ SARNO, op. cit., p. 10.

²⁴⁴ SARNO, op. cit., p. 10.

possuía na figura do então líder sindical; e por fim, indagavam se o operário precisaria de direção, ou seja, se era necessária a existência de um partido que representasse os trabalhadores, visto que, os mesmos poderiam criar suas próprias formas de organização.

Torna-se importante salientar que esse encontro havia sido realizado ainda no ano de 1981, onde as propostas dos partidos de um certo modo ainda estavam sendo definidas, tanto que o próprio PP acabou nem sobrevivendo até às eleições do ano seguinte. Porém, mesmo com esses limites, o encontro possui uma extrema importância, visto que demonstra como grande parte dos católicos da grande São Paulo, principalmente aqueles que tinham uma maior ligação com os movimentos populares e com as CEBs, interessavam-se e inseriam-se dentro das discussões a respeito da abertura política e das propostas partidárias, como pode-se perceber com as criativas e simbólicas representações preparadas por esses militantes e pelos próprios questionamentos que eram formulados e colocados para cada partido.

O encontro encerrou-se com a realização de uma eleição simulada entre os participantes, a qual teve o seguinte resultado: 7 votos para o PP e o PDT, 14 para o PDS, 21 para o PMDB, 28 para o PTB e 162 para o PT. O resultado dessa simulação, além de demonstrar a expressiva escolha pelo Partido dos Trabalhadores, seja pela recusa aos demais partidos, mas muito provavelmente pela identificação destes sujeitos para com a proposta petista, ainda destacava como os outros partidos de oposição encontravam pouca ressonância entre essas pessoas. Mostra disso foi que o PDT acabou recebendo menos votos que o próprio PDS, o qual havia sido fortemente criticado durante todo o encontro; e o próprio PMDB que nas últimas eleições tinha se tornado o grande partido de oposição e conquistado vitórias expressivas na região leste da cidade, obteve menos votos do que o próprio PTB, partido também bastante criticado no encontro.

Contudo, tanto em 1981 como ao longo de 1982, diversos católicos leigos entraram para o PT, destacando o caráter, a importância e a identificação para com o partido, os quais militavam em diferentes grupos, desde a Comissão Justiça e Paz da arquidiocese, passando pela Pastoral Operária e chegando às próprias CEBs.

Um dos militantes católicos que entrou para o Partido dos Trabalhadores nesse momento foi o advogado Hélio Bicudo, no qual posteriormente ocuparia importantes cargos. Bicudo tinha um reconhecido trabalho na defesa dos direitos humanos e junto à arquidiocese de São Paulo, onde era membro-fundador da Comissão Justiça e Paz de São Paulo e presidente do Centro Arquidiocesano Santo Dias da Silva dos Direitos Humanos. Quando da sua entrada no partido, ele escreveu uma

carta ao jornal “O São Paulo”, na qual pedia o afastamento de suas funções nos órgãos vinculados à arquidiocese, como norma discutida no capítulo anterior, e também explicitava o porquê da atuação na militância político-partidária e os motivos que o levaram a atuar no PT.

Primeiramente, Bicudo destacava que a sua opção pela militância partidária era vista como uma forma de aprofundar o trabalho e as lutas que vinha desenvolvendo a favor dos direitos humanos e que essa atuação seria a única forma de poder dar ao povo uma verdadeira participação no processo político, social e econômico e assim trazer as mudanças necessárias para o país. A respeito da escolha pelo PT, ele compreendia que: “[...] é uma conseqüência lógica, no contexto da minha atuação na árdua luta em favor do respeito pelos Direitos Humanos.”²⁴⁵

Assim, o importante advogado via como um processo natural a opção pelo PT, pois através de sua adesão aos itens do manifesto do partido, ele identificava a agremiação e a sua plataforma como a mais próxima perante o trabalho que vinha desenvolvendo junto à luta pelos direitos humanos. Ele destacou que havia participado de articulações políticas que objetivavam a construção de um partido com caráter socialista ou popular, mas com a não concretização do mesmo, ele acreditava ter encontrado no PT:

[...] os fundamentos para um fecundo trabalho que, [...] possa constituir-se em força vital para transformações que, por certo, irão implicar na adoção de toda uma estratégia capaz de impedir a espoliação a que estão submetidas as classes populares e capaz de impor a devida austeridade na condução dos negócios públicos.²⁴⁶

Na citação acima, percebe-se que Bicudo, com um discurso um tanto quanto diferente daqueles elaborados pelas cartilhas, devido a sua condição de ex-promotor e jurista, defendia fortemente a proposta do PT, o qual segundo ele era a instituição que poderia levar à transformação do país e conseguir dar uma melhor resposta às aspirações das classes populares e conseguir o fim de sua exploração, através de um governo que seria austero nas questões públicas. Por fim, outra característica destacada como positiva pelo advogado, era que enquanto muitos políticos e partidos utilizavam-se da política apenas como forma de controlar e manterem-se no poder, o PT compreendia a atividade política “[...] como o meio hábil para se alcançar o bem-estar do povo.”²⁴⁷

Dentro de outra perspectiva e com uma linguagem bem diferente de Bicudo, a católica Meire, participante do Grupo de Mães da Comunidade do Monte Santo, na zona leste paulistana, colocava o seu apoio e a opção pelo PT da seguinte forma: “Eu apoio o PT porque é um partido

²⁴⁵ BICUDO, Hélio. Hélio Bicudo se lança na política. “O São Paulo”, São Paulo, p. 9, semana 12-18 jun. 1981.

²⁴⁶ Ibid., p. 9.

²⁴⁷ BICUDO, op. cit. p. 9.

de pessoas simples e humildes, é o partido de trabalhadores. Votar contra o PT hoje é votar contra o trabalhador.”²⁴⁸ Nota-se na posição da católica do Grupo de Mães, que a opção maior pelo PT não estava tanto nas propostas constantes em seu programa ou manifesto, mas sim, pelo o que ele representava, composto por “pessoas simples e humildes” e por defender os interesses dessas pessoas, ou seja, dos próprios trabalhadores. Percebe-se assim, como o PT era visto numa relação maior de proximidade com o cotidiano desses moradores e com as lutas que os mesmos construíam, chegando ao ponto da militante dizer que se opor a ele seria colocar-se contra os próprios trabalhadores.

Esses dois depoimentos acima, do ex-integrante da Comissão Justiça e Paz e da participante do Grupo de Mães, deixam transparecer que a aproximação, identificação, apoio e escolha pelo PT dava-se a partir de diversos grupos, com diferentes perspectivas tanto práticas, cotidianas, como teóricas, além de demonstrarem que os critérios que levavam a opção pelo partido, apesar de possuírem pontos em comum, variavam consideravelmente devido a argumentação que possuíam e a partir da experiência de onde eram produzidos. Isso mostra, que o PT, apesar de todos os limites colocados pela Igreja, era o único que recebia tais manifestações de apoio, pelo menos é o que se apreende nos documentos, depoimentos e jornais produzidos na região da grande São Paulo, que tratam desse período.

Outro importante momento em que a participação e os posicionamentos dos católicos leigos a respeito dos novos partidos recebeu um grande destaque foi durante a “IIª Semana do Trabalhador”, promovida pela Pastoral Operária de São Bernardo do Campo e pela Matriz Nossa Senhora da Boa Viagem. A Semana, realizada no salão da igreja matriz de São Bernardo durante a última semana de julho de 1982, teve como tema central “Fé e Compromisso Político” e contou com um grande número de participantes em todas as noites que o evento ocorreu. Em sua programação havia um ciclo de palestras com temáticas que iam desde a “Atuação política de Jesus” proferida pelo frei Clodovis Boff, até “Como funciona a política no Brasil”, cujo palestrante foi Luiz Eduardo Wanderley, professor de ciências políticas da PUC-SP.

Para este trabalho, a quarta noite do encontro foi muito significativa, pois teve como temática “O cristão e a militância política”, onde foi feito um debate com representantes do PT, do PMDB e do PDT que eram vinculados à Pastoral Operária, no qual os militantes explicavam os

²⁴⁸ NASCIMENTO, Gilberto. A Igreja não tem partidos garante Dom Paulo Evaristo. **Grita Povo: Jornal da Região São Miguel**, São Paulo, n. 4, p. 3, nov. 1982.

motivos da escolha por cada um desses partidos. De início, nota-se a ausência de representantes dos outros dois partidos existentes, o PDS e o PTB, os quais, como demonstrei ao longo do texto, eram vistos por esses grupos católicos como agremiações ligadas ou articuladas ao governo.

O representante do Partido dos Trabalhadores foi Anízio Batista, operário metalúrgico ligado à Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, além de dirigente da Pastoral Operária de São Paulo e membro da Comissão Nacional de Pastoral Operária. Anízio era filiado ao PT e no momento do debate já tinha aceitado concorrer ao cargo de deputado estadual pelo partido. Segundo ele, um dos motivos para a escolha pelo PT era que o partido havia sido criado no meio do trabalhador, e mais do que isso, além de suas propostas serem discutidas por esse grupo, ele valorizava a importância do próprio trabalhador em assumir a liderança política e disputar cargos eletivos, e em 1982 vislumbrava: “[...] e até como presidente da república nós vamos assumir, se Deus quiser.”²⁴⁹

Porém, não era só pela origem e a forma de organização que o metalúrgico católico havia escolhido o PT, mas principalmente pela perspectiva de mudança da sociedade que o partido trazia e o diferenciava das demais agremiações: “[...] a proposta do PT não é igual a de todos. É diferente, ele tem uma proposta socialista. Essa plataforma nacional foi discutida com os trabalhadores em geral e eu acredito no PT.”²⁵⁰ Na fala de Anízio percebe-se que a proposta de construção de uma sociedade socialista, não era apenas um ponto do partido, mas ganhava importância pela forma como havia sido articulada, ou seja, através da discussão feita pelos próprios trabalhadores.

A defesa do PMDB foi feita por Vicentinho²⁵¹, metalúrgico aposentado, militante sindical e membro da Ação Católica Operária de Santo André, além de filiado a esse partido. O militante iniciou a explanação destacando a sua participação no MDB, o qual mesmo tendo se originado em decorrência dos militares, transformou-se num aglutinador das forças populares e tornou-se um ponto de protesto do povo, que apesar de não ter sido um partido do povo, ele passou a ser uma opção da população em oposição ao regime autoritário.

Sobre os motivos para a escolha do PMDB após a reorganização partidária, o militante destacava que em sua visão ainda não era o momento de se instituir um sistema pluripartidário e

²⁴⁹ BETTO, Frei (Org.). **Fé e compromisso político**: Palestras proferidas durante a 2ª Semana do Trabalhador, promovida pela Pastoral Operária de São Bernardo do Campo e Matriz Nossa Senhora da Boa Viagem, em julho de 1982. São Paulo: Paulinas; São Bernardo do Campo: Pastoral Operária de São Bernardo do Campo, 1982, p. 59

²⁵⁰ Ibid. p. 60.

²⁵¹ É importante salientar que o militante em questão não é o mesmo homônimo que posteriormente foi presidente da CUT e deputado federal pelo PT.

que o PMDB de certo modo continuava a caminhada iniciada nos anos anteriores, contudo destacava que muita coisa ainda precisava ser mudada dentro do próprio partido, já que segundo ele “[...] é o homem que faz o partido e não o partido que faz o homem.”²⁵²

Finalmente, ele ressaltava que todos os partidos de oposição tinham um cunho socialista e de defesa do povo em seus programas e o necessário era “[...] chegar a um consenso onde as idéias se fundirão em busca de um socialismo que realmente venha em defesa de todo o povo brasileiro.”²⁵³ Assim, a fala de Vicentinho além de rebater a idéia do militante petista, o qual dizia que a diferença do PT para os demais partidos era a sua proposta socialista, nota-se que ao invés de destacar as propostas e os diferenciais políticos da sua escolha pelo PMDB, a sua opção pelo partido dava-se mais pela análise do processo político da época, o qual ainda estava em construção e não havia chegado o momento de construir-se novos partidos, os quais segundo ele, ainda poderiam ser consolidados em torno de uma proposta socialista que representasse toda a sociedade.

Por último, o PDT foi defendido pelo trabalhador da construção civil João Elias, que era da Pastoral Operária de Porto Alegre e filiado ao PDT. O lugar de origem de Elias num certo modo já demonstrava a falta de penetração que o PDT possuía na grande São Paulo, pois enquanto os militantes do PT e do PMDB eram da própria região, ele vinha da capital gaúcha. Uma amostra disso, foi que o próprio Elias começou a sua explanação destacando que o PDT não tinha grande influência em São Paulo e segundo ele, isso decorria do fato da região ser um núcleo tradicionalmente anti-getulista, para a partir dessa questão esclarecer o que o partido tinha do getulismo.

Ele destacou que o PDT não seguia as linhas políticas de Vargas, mas sim “[...] as idéias sociais que Getúlio Vargas tentou aplicar em seu último período de governo [...]”²⁵⁴, ou seja, as propostas políticas do momento em que Vargas foi presidente e não as advindas da ditadura do Estado Novo. Além disso, ele demonstrou que após o golpe de 1964, os diversos líderes trabalhistas, como o Brizola e o ex-presidente João Goulart haviam sido difamados e a verdade sobre eles nunca tinha sido colocada à prova.

Fora esses motivos, para explicar o porquê da sua escolha política pelo PDT, ele fez uma comparação do seu partido com o PT. Elias apontou que a proposta petista era realmente nova e congregava excelentes líderes sindicais como Lula e Olívio Dutra, porém ele ressaltava que os mesmos em relação à política ainda eram inexperientes, além disso, destacava que o trabalho que

²⁵² BETTO, Frei (Org.), op. cit., p. 64.

²⁵³ BETTO, Frei (Org.), op. cit., p. 65.

²⁵⁴ BETTO, Frei (Org.), op. cit., p. 70.

os líderes e militantes estavam fazendo no PT seria plenamente possível de ser realizável dentro do PDT. Sobre a semelhança e a diferença entre o PT e o PDT, ele entendia que: “Os nossos objetivos são os mesmos, as nossas táticas é que são diferentes. O PDT tem uma proposta socialista ao lado de uma vasta experiência.”²⁵⁵ Com esse argumento, a fala do militante petista de que o partido era o único com uma proposta socialista era mais uma vez refutada; e para demonstrar o diferencial do PDT para com o PT, Elias destacava que apesar de possuírem objetivos iguais aos do PT, o que faltava a este último era a tradição e a experiência trazida pelo PDT, as quais se expressavam através da sua diferente concepção de “tática” a ser utilizada.

Dentre as falas e os posicionamentos dos três militantes, o que se apreende foi que enquanto o petista buscava mostrar a novidade da proposta do seu partido e a diferença desta para as demais, os outros dois participantes e defensores do PMDB e do PDT, longe de criticarem a proposta petista, apenas demonstravam as suas limitações. Assim, enquanto o militante do PMDB mostrava a limitação do seu próprio partido e acreditava que ainda seria possível chegar a uma proposta socialista de consenso entre as diversas forças de esquerda, o defensor do PDT, apesar de ressaltar os objetivos do PT como positivos e a qualidade de seus líderes, colocava como a sua grande limitação a falta de experiência.

Todavia, se entre diversos leigos e grupos ligados à Igreja Católica crescia a identificação ao PT através de diferentes manifestações de apoio, em relação ao clero, poucos foram aqueles que se posicionaram fortemente a favor de uma agremiação ou articularam uma discussão mais aprofundada ou direta sobre os novos partidos, as suas propostas e características. Essa situação decorreu provavelmente tanto das orientações e proibições criadas pela hierarquia da Igreja nesse período, quanto da compreensão de que não seria conveniente para os elementos do clero posicionar-se publicamente a respeito dos partidos ou a favor de uma proposta partidária, visto que segundo o discurso oficial da instituição, esse campo era destinado aos leigos.

Dentre os religiosos que se colocaram ou discutiram essa temática ganha destaque um artigo escrito pelo padre Francisco Falcone, membro da Equipe de Direitos Humanos de Itaquera, na zona leste paulistana. No texto publicado no jornal “O São Paulo” e intitulado “A ditadura e os partidos”, o religioso fazia uma discussão sobre a política, os novos partidos e a posição dos católicos e das CEBs frente aos mesmos.

²⁵⁵ BETTO, Frei (Org.), op. cit., p. 72.

Primeiramente ele apresentou os novos partidos, sendo que o PDS era visto como o Partido do Estado, o qual “É o responsável hoje pela situação de exploração e dominação. [logo] Votar neste partido significa compactuar, aceitar a injustiça institucionalizada e a organização da sociedade como tal.”²⁵⁶ Depois de excluir o voto ao PDS, já que a escolha por esse partido seria apoiar a injustiça e a manutenção da sociedade de exploração, ele dividia os demais partidos em dois tipos: os liberais, o PTB e o PDT e os de oposição, o PMDB e o PT.

Frente a esses partidos, Falcone colocava que o católico deveria levar em conta os seguintes critérios: a que interesses de classe o partido estava envolvido, analisar a sua prática e se a mesma correspondia às suas propostas, além de saber como estas eram elaboradas e encaminhadas. Por fim, ele analisou o PMDB e o PT a partir da conjuntura da reorganização partidária e tendo em vista o posicionamento a ser tomado frente às eleições de 1982. Sobre o PMDB, o padre destacava que o partido naquele momento havia conquistado maior espaço e tinha mais força estrategicamente, logo, se a política fosse considerada como um “jogo de poder”, o voto ao partido seria uma opção estratégica, porém, questionava fortemente a composição e a estrutura do mesmo a partir da seguinte pergunta: “[...] a oficialidade e estrutura deste partido inspira confiança e credibilidade?”²⁵⁷

Já o Partido dos Trabalhadores era visto pelo padre como uma agremiação que trazia uma nova bandeira de luta e a sua estrutura originara-se a partir das classes trabalhadoras, mas ao mesmo tempo, não tinha os espaços conquistados pelo PMDB. Nesse sentido, ele questionava se o PT por ter propostas novas, inspirava confiança e credibilidade e se votar nele também não seria mais estratégico a fim de abrir mais espaços para o partido. No entanto, a partir dessa análise e dos questionamentos colocados para o PMDB e o PT, o religioso terminava o seu texto com uma indagação bastante sugestiva: “Levando em conta que as eleições de 82 não alterarão as relações de poder, em qual partido votar?”²⁵⁸

Analisando a pergunta final de Falcone e a linha de interpretação construída por ele ao longo do texto, percebe-se claramente que a melhor opção a ser tomada naquele momento seria a escolha pelo PT. Porque, na sua visão os resultados das eleições de 1982 não trariam grandes mudanças reais para a conjuntura política e ao invés de votar no PMDB, que já estava consolidado, mas ao mesmo tempo possuía uma estrutura e uma oficialidade bastante questionada

²⁵⁶ FALCONE, Francisco. A ditadura e os partidos. “**O São Paulo**”, São Paulo, p. 6, semana 11-17 jun. 1982.

²⁵⁷ Ibid., p. 6.

²⁵⁸ FALCONI, op. cit., p. 6.

e duvidosa; a escolha pelo PT, poderia abrir mais espaços para o partido, o qual trazia uma proposta nova e havia se estruturado a partir das classes trabalhadoras. Sendo assim, além da novidade representada pelo PT, a opção pelo partido numa eleição que traria poucas mudanças reais, poderia consolidar uma nova e diferente força dentro da oposição política do país.

Além de Falcone, que fazia a escolha pelo PT de uma forma indireta, ou seja, através da análise da conjuntura política da época, outros elementos do clero posicionaram-se diretamente a favor do partido. Dentre esses, ganha destaque o próprio Frei Betto, que apesar de não ser um filiado e nem participar de suas reuniões, sentia-se fascinado pelo partido, pois: “[...] vejo nele a expressão política da parcela mais combativa da classe trabalhadora brasileira.”²⁵⁹ Fora isso, ele declarava o seu voto ao PT, pois essa sua atitude seria uma forma de fortalecer uma das poucas ferramentas existentes na sociedade, que representava e defendia os “pequenos” do país e completava: “Hoje, prefiro correr o risco de errar com a classe trabalhadora do que ter a pretensão de acertar sem ela.”²⁶⁰

Desse modo, para o frade dominicano, o PT além de ser uma nova ferramenta construída pelos “pequenos”, era visto como sendo a real expressão da classe trabalhadora mais combativa. Por fim, o religioso ainda fazia uma crítica às concepções vanguardistas de muitos grupos, principalmente dos anos 1960 e 1970, dos quais ele próprio tinha apoiado ou militado, quando afirmava que preferiria errar juntamente com a classe trabalhadora do que acertar sem contar com o seu apoio e participação.

Também na região da grande São Paulo, entre os religiosos apoiadores do PT, destacava-se a madre Cristina Sodré Dória, a qual era a fundadora e uma das diretoras do instituto Sedes Sapientiae na cidade paulistana, escritora de livros de pedagogia e psicologia, além de ter sido militante em diversas lutas e organizações, tais como: na JUC, no apoio e defesa dos presos políticos e no movimento pela Anistia. Assim como Frei Betto, madre Cristina também apoiava a proposta petista, porém diferentemente deste, ela filiou-se ao partido e apesar de destacar que o Instituto onde era diretora não tinha qualquer ligação com a política, ressaltava que o mesmo havia disponibilizado o seu espaço para o PT, onde este teria promovido diversas reuniões no período de elaboração do seu programa. Esse caso ilustra bem como as normas estabelecidas pela alta hierarquia da Igreja, que tentava estabelecer os limites na relação com a política partidária

²⁵⁹ CHINEM, Rivaldo (Entrevista). Frei Betto: a fé cristã e a opção política. “**O São Paulo**”, São Paulo, p. 10, semana 30 jul. a 5 ago. 1982.

²⁶⁰ Ibid., p. 10.

não eram profundamente seguidas, como mostram esses apoios, a filiação da religiosa e a própria utilização do instituto pelo Partido dos Trabalhadores.²⁶¹

Sobre os motivos de sua aproximação e escolha pelo PT e a função a ser desempenhada pelo partido na sociedade, numa entrevista ao *Jornal do Brasil* em abril de 1982, a madre ressaltava: “Acredito que o PT será o futuro partido revolucionário do país. O PT não deve tomar o poder por enquanto, deve primeiro preparar a classe operária. A luta revolucionária do PT vai depender do curso histórico e do poder de luta da classe operária.”²⁶² Pelo depoimento acima, percebe-se que a religiosa compreendia o PT com bastante entusiasmo, o qual além de ser o futuro partido revolucionário do país, teria a função a longo prazo de preparar e organizar a classe trabalhadora para a conquista do poder.

Nessa mesma perspectiva, mesmo não sendo um militante da região da grande São Paulo, gostaria de destacar o próprio Leonardo Boff, um dos principais pensadores da Teologia da Libertação, o qual em agosto de 1982 publicou no jornal *Folha de São Paulo* um artigo intitulado “As Cebbs, os partidos e o PT”, onde discutia a relação das CEBs com os novos partidos e com o PT. Nele, o franciscano ressaltava que, com exceção do PT, todos os novos partidos haviam sido formados pela classe dominante e não colocavam em questão o problema do “Capital”.

Porém, mais do que isso, o PT possuía dois importantes traços de afinidade com os anseios sociais das CEBs, sendo eles: era um partido que havia nascido dos próprios trabalhadores e por isso tinha uma “base popular”, diferente dos demais que apesar de buscarem no “povo” as suas bases eleitorais, elas não se sentiam representadas nesses partidos, mas tinham isso sim uma participação dependente; e o

[...] perfil ideológico do PT também nasce de baixo; não nasceu alinhado com este ou aquele movimento ideológico; é libertário sem precisar ser marxista. Trata-se de um partido essencialmente histórico, porque recolhe o dinamismo político do povo. Tem o sopro longo do povo.²⁶³

Desse modo, a característica de o partido ter nascido das bases dos trabalhadores também havia configurado o seu perfil ideológico, o qual ao invés de ter surgido tendo como referência um determinado movimento ou doutrina, como o próprio marxismo, era um partido libertário no sentido

²⁶¹ Torna-se importante destacar que apesar da Arquidiocese de São Paulo ser o órgão de maior poder da Igreja Católica na cidade de São Paulo, a mesma não tinha autoridade sobre a Congregação de Santo Agostinho, da qual pertencia a citada religiosa, que respondia diretamente ao Vaticano.

²⁶² CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. **Dossiê:** A Igreja e as eleições 1972-1983, mai. 1985, p. 156.

²⁶³ CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Capítulo 1: CEBs – julho/1981 a julho/1997. In: **Pasta:** Igreja-IGR, p. 71.

que apreendia as experiências, as expectativas e os projetos que emergiam no próprio povo. Com isso, Boff amplia ainda mais a concepção de que o PT seria o conduto político que transformaria a sociedade brasileira, porque além de não estar preso ou ser dependente de nenhuma doutrina ou movimento, o mesmo ainda “[...] tem condições de levar mais longe as aspirações sociais amadurecidas dentro das CEBs [...] e dar forma política à fé libertária destes novos cristãos.”²⁶⁴

A partir das diversas cartilhas, grupos, leigos e religiosos, através das suas atitudes e posicionamentos relacionados à questão partidária e ao próprio PT, seria muito simples concluir que os mesmos naquele momento haviam optado pelo PT. Porém, mais do que essa simplificação, buscou-se com este trabalho e com este capítulo em particular demonstrar que a relação estabelecida entre os diversos “setores católicos” com o PT inseria-se dentro de um contexto mais amplo, no qual as práticas, as expectativas e os projetos articulados por esses grupos e militantes católicos de certa forma encontravam-se e interagiam com o PT de uma forma extremamente complexa, tensa e ao mesmo tempo marcada tanto por suas limitações como por relações de apoio, de identificação ou até de “fascinação”.

Contudo, como demonstrado nos dois primeiros capítulos, não há como negar, que desde as primeiras propostas de criação de um partido popular até às primeiras aproximações e rejeições para com o Partido dos Trabalhadores, o período pré-eleitoral, ou seja, desde o final de 1980 até 1982, foi marcado por um crescimento na proximidade desses católicos para com o partido, seja pela identificação com suas práticas, suas propostas políticas ou mesmo pelos projetos em comum. Assim, ao invés de dizer que os católicos optaram pelo PT, acredito que esse momento foi constituído por uma forte identificação da prática, das experiências e das expectativas desses católicos para com a proposta petista, as quais iam desde a forma como o partido estava se organizando, ou seja, de baixo para cima ou através das classes populares até a sua proposta socialista, a qual levaria ao fim de uma sociedade dividida entre exploradores e explorados.

²⁶⁴ CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO, op. cit., p. 71.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No momento em que faço estas considerações, as discussões a respeito das eleições que ocorrerão no final deste ano de 2010 começam a ganhar força, e no meio delas surge um artigo escrito pelo bispo da cidade de Guarulhos, D. Luiz Gonzaga Bergonzini, no qual diz:

Na atual conjuntura política o Partido dos Trabalhadores (PT) [...] se posicionou pública e abertamente a favor da legalização do aborto, contra os valores da família e contra a liberdade de consciência. [...] Isto posto, recomendamos a todos verdadeiros cristãos e verdadeiros católicos a que não dêem seu voto à Senhora Dilma Rousseff e demais candidatos que aprovam tais “liberações”, independentemente do partido a que pertençam.²⁶⁵

A declaração acima diz muito sobre as mudanças pelo que passaram tanto a Igreja Católica, quanto o próprio Partido dos Trabalhadores, desde o período em que foram analisados por esta dissertação até os dias de hoje. A diocese de Guarulhos, também na região da grande São Paulo, foi criada em fevereiro de 1981, quando do seu desmembramento da diocese de Mogi das Cruzes e no momento em que a cidade possuía 550 mil habitantes. Hoje o município é a segundo maior do estado, com mais de um milhão e duzentos mil habitantes, sendo um dos locais, que devido ao seu rápido crescimento possui uma relevância e um destaque muito maior do que nos anos 1980.

Digo isso, porque foi como morador dessa cidade e vindo de uma família de tradição católica, que durante os anos 1990, mais precisamente em minha infância e adolescência, que iniciei minha relação e participação na Igreja, nesse momento com uma maior proximidade e depois com um maior distanciamento. Além disso, foi ainda nessa época que convivi com algumas questões, tensões e disputas que só depois de um certo tempo e já então na faculdade pude compreender, ou seja, os embates entre os que tinham um posicionamento mais crítico atuação frente às questões sócio-políticas com aqueles que eram contrários e se opunham a essa forma de posicionamento. Desse modo, a declaração do bispo acima, demonstra bem claramente o resultado e os caminhos pelo que grande parte da Igreja Católica vem percorrendo no Brasil, e mais especificamente na região da grande São Paulo, ao longo dos últimos anos.

É claro que não busco aqui fazer uma comparação simplista e mecânica da atuação e da relação da Igreja com a política e com os partidos políticos da época em que estudo para com o

²⁶⁵ BERGONZINI, D. Luiz Gonzaga. “Daí a César o que é de César e a Deus o que é de Deus” (Mc 12,17). Guarulhos, jul. 2010. Disponível em: <<http://www.diocesedegarulhos.org.br/miolo.asp?fs=menu&seq=701&gid=10>>. Acesso em: 10 ago. 2010.

momento atual, devido os limites e as diferenças conjunturais concernentes a cada um desses períodos, mas sim levantar e discutir um pouco as mudanças e transformações pelo que grande parte da Igreja passou ao longo desses anos e como os mesmos posicionam-se neste momento a respeito dessas questões. Partindo disso, o que se observa no texto de D. Luiz é que ao invés de fazer uma discussão ampla e complexa da política nacional a partir de argumentos ou critérios para a escolha de um partido político, percebe-se nele que a relação da Igreja Católica com a política acabou sendo reduzida muitas vezes a temas como a legalização do aborto e a união civil entre casais do mesmo sexo, os quais costumam vir carregados de uma argumentação fortemente moralista, que mais se parece com as “Marchas com Deus” de 1964, do que com grande parte dos posicionamentos tomados por diversos setores da Igreja durante os anos 1970 e 1980.

Na parte do artigo reproduzido acima, o atual bispo de Guarulhos mesmo dizendo que a Igreja não deveria colocar-se perante a política partidária, ele argumenta que, por ser um combatente em defesa da fé, da moral cristã e dos valores da família, sente a necessidade de pedir aos seus fiéis que não votem na candidata do PT à presidência da República, a ex-ministra do governo Lula, Dilma Rousseff e nos candidatos que tenham o mesmo posicionamento. Apesar da CNBB ter dito que o texto não representava a opinião da entidade e tendo-o retirado de sua página na internet, o mesmo causou grande repercussão na imprensa local e nacional, entre os membros dos vários partidos e na própria candidata, a qual respondeu que nunca tinha dito ser a favor do aborto, mas sim defendido a discussão pública do tema.

Porém, mais importante do que saber se a candidata e algumas correntes do PT defendem a legalização do aborto, as quais existem no partido desde o seu surgimento; é perceber como a Igreja Católica, mais do que um conservadorismo, passou cada vez mais a minimizar a sua relação com as questões sócio-políticas e a discussão sobre os diversificados problemas pelo que vivencia a sociedade. Porque, ao invés de analisar os programas, o histórico dos partidos, dos candidatos, as experiências e as práticas dos governos, passou a “condenar” uma candidata ou um partido, por uma única posição.

É claro que as transformações que ocorreram na Igreja Católica entre os anos 1960 e 1990 deixaram grandes marcas, contudo nota-se que os grupos, militantes e a hierarquia que apoiavam ou tinham uma posição mais crítica perante as questões sócio-políticas e uma atuação mais combativa na sociedade, parece estar bem enfraquecida e diminuída dentro da instituição, na qual ganham força posições extremamente conservadoras, como a do bispo acima e de grupos que

defendem um distanciamento da Igreja para com as questões sócio-políticas, tais como os ligados à Renovação Carismática Católica (RCC).

Porém, não foi só a instituição católica que passou por mudanças nesse período, mas no momento o próprio PT encontra-se bem diferente daquele dos anos 1980, o qual além das mudanças, avanços, conquistas, erros e acertos, já administra o país por dois mandatos presidenciais consecutivos. Uma amostra dessa mudança está na escolha da ex-ministra Dilma Rousseff para ser a candidata do partido à sucessão de Lula. Assim, enquanto nos seus primeiros anos, o PT era reconhecido e destacava a característica de ser formado pelas “bases” populares, por respeitar a vontade e a opinião dos trabalhadores através dos seus núcleos e de sua democracia interna, na eleição deste ano, a escolha pela ex-militante do PDT gaúcho e no PT desde 2001 foi resultado da vontade ou mesmo da imposição do próprio Lula, que devido ao enfraquecimento de diversos quadros do partido e também do PT, desde a “crise do mensalão” durante os primeiros anos de seu governo, articulando a manutenção da aliança de partidos de centro-esquerda que dava sustentação ao seu governo, escolheu o nome da ex-ministra para sucedê-lo, fato este que não passou por praticamente nenhuma grande discussão interna dentro do partido.

Entretanto, neste momento, antes de concluir algumas questões ou de rediscutir assuntos que já foram abordados ao longo do texto, gostaria de destacar alguns pontos que foram descobertos ao longo da pesquisa ou que foram abertos por ela. Primeiramente, penso que muitas questões relacionadas à relação da Igreja Católica com o Partido dos Trabalhadores ainda merecem ser mais amplamente discutidas, as quais pelos limites concernentes à própria dissertação não receberam a merecida análise, tendo em vista que muitas delas não eram questões candentes nos documentos encontrados e selecionados. Dentre elas, destaco as relações e as tensões existentes entre os militantes e grupos católicos com os demais elementos existentes dentro do próprio PT, principalmente aqueles estabelecidos com os diversos agrupamentos e correntes de esquerda.

Contudo, acredito que as principais questões em aberto deixadas por esta pesquisa referem-se ao período posterior às eleições de 1982, onde grande parte da Igreja passou a se envolver e debater outras temáticas e a rediscutir as relações com a política e os partidos políticos; e dentro do próprio PT, o qual passou por um momento de redefinições e reestruturação.

O resultado das eleições de 1982 foi visto pela maioria dos analistas do período como uma grande derrota para o PT, chegando até ao ponto de alguns deles temerem pela própria continuidade do partido. Essa percepção adveio dos próprios resultados do PT nas eleições, visto que o partido não elegeu nenhum senador e governador, apenas 8 deputados federais, 12 estaduais, no estado paulista conquistou somente a prefeitura de Diadema e Lula como candidato a governador, apesar de ter recebido mais de um milhão e cem mil votos e ter conseguido 10% dos votos válidos, acabou ficando em quarto lugar, atrás de Franco Montoro do PMDB, Jânio Quadros do PTB e Reinaldo de Barros do PDS.²⁶⁶

Esses números também não foram muito bem vistos pelos grupos articuladores do próprio partido, o qual passou por um processo de redefinições e a organizar-se através de tendências internas. A formação dessas correntes eram em geral consequência da acentuada divergência entre aqueles que defendiam, que a partir de então a prioridade do PT deveria voltar-se para a organização dos trabalhadores e os que propunham um fortalecimento do partido tendo como ponto de perspectiva as discussões e redefinições resultantes do período posterior às eleições de 1982.

Entre os seguidores do primeiro pensamento destacam-se principalmente os grupos e organizações de extrema-esquerda, muitos dos quais não acreditavam ou não defendiam a conquista do poder político através da via eleitoral e compreendiam o PT mais como um partido “tático”, ou seja, como uma Frente de esquerda que atuaria nas questões imediatas, como na luta pela democracia e ajudando na preparação dos trabalhadores e da sociedade para a chegada da revolução, a qual dar-se-ia através de um partido “estratégico”, que na maioria das vezes se encarnava no próprio grupo ou organização a que pertenciam. Em oposição a esses grupos foi organizada dentro do PT em 1983 a “Articulação dos 113”, uma tendência que reunia sindicalistas autênticos, militantes católicos, intelectuais e militantes de esquerda independentes, os quais não negavam os limites dos embates institucionais, mas defendiam o fortalecimento do partido, de suas lutas e a redefinição das estratégias do mesmo para com a sociedade;²⁶⁷ além de criticarem aqueles que viam o PT como uma Frente liberal parlamentar-institucional similar ao

²⁶⁶ Sobre o resultado das eleições de 1982 e suas consequências para o próprio PT, ver: SOUZA, Maria do Carmo Campello de; KUGELMAS, Eduardo. Eleições 82. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 2-7, abr. 1983.; SINGER, André. **O PT**. São Paulo: Publifolha, 2001, p. 48-53.; KECK, Margaret Elizabeth. **PT – A lógica da diferença: O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira**. São Paulo: Ática, 1991, p. 104-193.

²⁶⁷ A respeito disso, SINGER, op. cit., p. 52, destaca que parte dessas redefinições estavam ligadas à estratégia de como o partido apresentava-se perante a sociedade, com lemas como “Trabalhador Vota em Trabalhador” e “Vote no Três que o resto é burguês”, que por serem bastante duras, diretas e nada descontraídas, acabavam afastando boa parte dos eleitores da classe média e aqueles considerados “menos politizados”.

PMDB ou os grupos de esquerda, que mesmo no PT se consideravam como os verdadeiros partidos de vanguarda.

Dentro da Igreja Católica no período posterior as eleições, outras temáticas passaram a ganhar destaque e importância no seu debate com a sociedade. Uma amostra disso foi o editorial escrito pelo advogado Mario Simas e também membro-fundador da Comissão Justiça e Paz de São Paulo, no jornal da arquidiocese “O São Paulo”, logo após as eleições de 1982, intitulado “Agora, rumo à constituinte”. No artigo, Simas defendia que passadas as eleições, a grande luta dar-se-ia pela instalação de uma Assembléia Nacional Constituinte com a participação e a representação dos mais significativos segmentos da sociedade. Além da Constituinte, outra temática emergida depois das eleições foi a campanha pelas “Diretas Já” durante o ano de 1984.

Além disso, nota-se também nesse momento que grande parte dos militantes católicos desacreditados ou desanimados com a política partidária retomaram o trabalho junto aos diversos movimentos populares. Enquanto isso, aqueles que continuavam com uma forte atuação nas questões político-partidárias passaram a rediscutir a relação e a participação do militante e das comunidades católicas com os partidos políticos, debate este marcado pelo aprofundamento das propostas e articulações partidárias, assim como de suas tensões e disputas internas. Ao mesmo tempo, alguns grupos sofreram um processo de “despolitização” de suas temáticas e práticas sócio-políticas e começaram a ter uma atenção mais voltada para questões espirituais e ligadas à religiosidade popular, muito por causa das pressões, acusações e mesmo condenações que as atuações e posicionamentos sócio-políticos desses grupos e militantes vinham recebendo de boa parcela da hierarquia da Igreja, principalmente por parte do Vaticano, o qual teve o apoio de um importante segmento da Igreja latino-americana.

A respeito do resultado das eleições e do próprio PT, este tão propalado por diversos grupos católicos durante todo o período eleitoral; poucos artigos, documentos ou relatos que debatessem e discutissem a sua participação e os seus resultados foram encontrados. Numa análise simplista, esse fato poderia ser encarado como uma prova da descrença ou decepção dos militantes e grupos católicos a respeito do resultado negativo do PT nas eleições, o qual não refletiria o empenho, a militância e o poder de influência que esses católicos acreditavam possuir ou representar. Entretanto, numa análise mais a fundo dos poucos documentos encontrados nota-se que o sentimento posterior às eleições e seus resultados variavam bastante, desde aqueles que as viam como um momento positivo ou um avanço e fortalecimento das lutas populares surgidas

até então para dentro do campo político-partidário, até daqueles que analisavam o resultado como bastante negativo e com uma sensação de derrota ou mesmo de desânimo.

Uma amostra do aspecto positivo das eleições e da participação do próprio PT nas mesmas foi descrito pelo torneiro mecânico Joaquim Miranda, o qual havia saído como um dos candidatos do PT a prefeito de Osasco, numa entrevista ao Boletim Nacional da Ação Católica Operária (ACO) no início de 1983. Miranda, que além de militante sindical, era dirigente nacional da ACO e atuava numa comunidade católica na própria cidade de Osasco, destacou que o período pré-eleitoral foi marcado por grandes dificuldades e limitações, desde a falta de militantes até problemas de ordem financeira. Tanto que na cidade o PT havia conseguido realizar apenas dois comícios com mais de mil pessoas, sendo que a maioria da campanha tinha sido marcada por pequenos comícios com cerca de cem a trezentas pessoas, mas principalmente através de pequenas reuniões nas casas, nas comunidades, em sociedades amigos de bairro e com debates em escolas.

Mesmo com todas as limitações, o militante católico via como positiva a experiência político-partidária. Miranda acabou recebendo 9.500 votos como candidato a prefeito de uma cidade que tinha um contingente eleitoral de 250 mil votantes e o PT local conseguiu eleger dois vereadores, uma professora e um metalúrgico. Porém, para ele mais importante do que o resultado das eleições era o significado e os contatos que as mesmas haviam proporcionado durante o período eleitoral, onde além de publicizar a proposta petista, o mesmo tinha possibilitado conhecer novas pessoas que se mostravam dispostas a participar tanto como militantes do partido, quanto em outras organizações populares; e concluía:

Sáimos fortalecidos e respeitados pelos companheiros de trabalho, pela população em geral, e pelos componentes dos demais partidos. Falávamos ao povo que precisávamos de um partido que atuasse no dia-a-dia, porque nossos problemas são diários. Acreditamos no que falamos. Estamos construindo esse partido. Valeu a pena. A luta continua.²⁶⁸

Na citação acima, fica claro que para o militante católico a eleição de 1982 havia sido apreendida como uma experiência altamente positiva, devido à possibilidade que a campanha tinha trazido em ampliar o crescimento e o avanço das lutas populares, além de ter sido um elemento fundamental para a consolidação da proposta petista e do próprio partido. Sendo que, para ele o resultado da eleição não foi tão ruim assim, e podia de uma certa forma até ser

²⁶⁸ AÇÃO CATÓLICA OPERÁRIA (ACO). **Assumir**: Boletim Nacional da ACO. Rio de Janeiro, ano IV, n. 5, jan. – fev. 1983, p. 9.

considerado como uma vitória, posto as dificuldades e as limitações que o partido possuía em comparação com as demais agremiações.

Uma análise positiva da participação do PT nas eleições de 1982 também foi descrita pelo padre e historiador José Oscar Beozzo, no artigo intitulado “PT: Avaliação Eleitoral”. Nele o religioso que possui uma grande ligação principalmente com as CEBs e os movimentos populares, destacava que o PT antes de tudo constituía-se numa novidade dentro da política brasileira, o qual não tinha uma tradição ou organização prévia, diferente das demais agremiações. Além disso, o partido estava inserido numa legislação eleitoral extremamente limitante e dentro de uma sociedade marcada pela “hegemonia burguesa”, tanto nos meios de comunicação, como nas organizações político-partidárias; logo, a existência do PT nesse contexto ainda repressivo e fortemente limitado, mesmo com a estratégia por parte do governo de dividir a oposição com a criação de novos partidos, já poderia ser vista como uma vitória. Entretanto, os resultados obtidos pelo PT, segundo ele foram muito mais em decorrência do voto vinculado, que favorecia o voto útil ao PMDB, da falta de recursos financeiros para a campanha e de estrutura do partido, principalmente nas cidades do interior paulista, do que uma fragilidade ou um fracasso da proposta petista.

Desse modo, para Beozzo, o resultado do PT nas eleições só poderia ser visto como uma derrota por aqueles muito entusiastas ou pelos que não tinham analisado a correlação de forças existentes dentro do campo político partidário brasileiro. Porém, antes do que uma derrota, devido aos poucos cargos conquistados pelo PT, o padre via esse resultado com mais pontos positivos do que negativos, o qual além de levar o partido a corrigir os erros que uma vitória encobriria, no decorrer do período eleitoral a agremiação conseguiu construir uma campanha política nova e ao mesmo tempo rica de significados e experiências, e mais do que isso o PT havia construído um imenso capital político em todas as regiões do país, visto que “[...] ele emerge inegavelmente pelo número de diretórios, de filiados, de militantes provados no embate eleitoral, pela consistência de sua proposta, como o terceiro partido do país [...]”²⁶⁹

Porém, para grande parte dos católicos que haviam se identificado com a proposta petista ou mesmo apoiado o partido, o sentimento e a compreensão do resultado das eleições foram bem opostos aos relatados por Joaquim Miranda ou dos analisados pelo padre Beozzo. Um exemplo

²⁶⁹ BEOZZO, José Oscar; LISBOA, Apolo Heringer. PT: Avaliação Eleitoral. *Revista de Cultura Vozes*, Petrópolis, v. 77, n. 4, p. 18-36, mai. 1983, p. 30.

disso foi o texto publicado por Frei Betto na revista *Lua Nova*, em 1985, intitulado “Como ficam os cristãos”, no qual ele analisa de forma negativa o resultado das eleições e a atuação das CEBs junto ao Partido dos Trabalhadores. Segundo o frade dominicano, esses resultados eram decepcionantes e cita como exemplo o estado do Espírito Santo, onde apesar da forte presença e organização das CEBs, o PT não conseguiu eleger sequer um vereador.

Na tentativa de explicar esse fato, Frei Betto salientava que a identificação das CEBs para com o PT estava bastante circunscrita aos padres, religiosos e agentes de pastoral que as assessoravam e não abarcava a maioria dos seus membros, destacando que parte desse posicionamento era fruto do processo educativo das próprias CEBs, o qual fazia com que esses militantes tivessem uma atitude crítica em relação aos seus líderes religiosos, às suas posições e preferências inclusive políticas. Desse modo, para o religioso o grande problema era que grande parte dos membros das CEBs ainda tinham suas preferências eleitorais baseadas nas relações pessoais e não nos partidos e em seus programas, visto que: “A falta de maturidade política facilita a manutenção do voto como dívida, favor e compromissos pessoais.”²⁷⁰

Assim, para o religioso o “fracasso” eleitoral do PT, principalmente no que dizia respeito à atuação das CEBs e dos seus membros, era que a maioria destes, apesar de atuarem em diversos movimentos populares e defenderem o fim de uma sociedade com exploradores e explorados, ainda não tinham a maturidade política de transformar esse discurso e essa prática num programa político e numa atuação partidária. Concernente a esse pensamento, discutindo a participação dos católicos dentro do próprio Partido dos Trabalhadores num artigo de 1986, o frade destacava que apesar de muitos deles terem ajudado a organizar e consolidar o PT, os mesmos possuíam sérias limitações para atuar no partido político, posto que eles “[...] não estavam suficientemente preparados para ingressar numa esfera marcada pelo pluralismo e pela conflitividade de tendências ideológicas, muitas delas clandestinas, e na qual se exige uma atuação qualitativamente distinta de que desempenhavam na pastoral.”²⁷¹

Assim, as diversas análises produzidas por Frei Betto, nas quais ele buscava discutir os por quês da difícil relação estabelecida com a política partidária de forma geral e em especial com o PT, mostram bem como o resultado das eleições de 1982, visto por ele como

²⁷⁰ BETTO, Frei. Como ficam os cristãos. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 29-31, jan. – mar. 1985, p. 31.

²⁷¹ BETTO, Frei. Os cristãos na política (Comentário ao texto de Clodovis Boff). **Tempo e Presença** (Encarte, Debate: A participação dos cristãos na política partidária), Rio de Janeiro, n. 212, p. 17-22, 1986, p. 17.

“decepcionante” e a posterior atuação no PT cada vez mais complexa e permeada por diversos conflitos, traziam a emergência de um tempo em que não bastava uma posição simplista ou até “ingênua” de apoiar um determinado partido, uma proposta política ou discutir a participação ou não dos católicos na política partidária. Mas sim, um período marcado pelo avanço do processo democrático e das diversas tendências e propostas políticas que se configuravam nos diversos partidos de esquerda e dentro do próprio PT.

Desse modo, analisando os significados das relações estabelecidas entre católicos com a política partidária, com as eleições e com o próprio PT, pode-se apreender a partir dos relatos e análises feitas pelo militante católico Joaquim Miranda ou pelos religiosos padre Beozzo e Frei Betto, que o contexto, as ações e os posicionamentos analisados por esta dissertação: ao mesmo tempo em que estavam marcados por limitações em suas propostas políticas e na atuação frente aos novos partidos, as quais poderiam anos depois serem vistas como ingênuas, extremamente utópicas ou até com os pés fora da realidade política do período; também podem ser avaliadas como um momento rico de significados, nos quais as atitudes e os posicionamentos tomados por esses sujeitos realizados dentro de um contexto ainda marcado por uma abertura política limitada e com um cenário político-partidário ainda bastante confuso, foram de vital importância para não só a consolidação da democracia brasileira, mas também dos partidos, das propostas e dos projetos políticos que se consolidariam e se articulariam a partir de então; claro que depois disso, inseridos em novas questões, que se não eram mais problemáticas seriam no mínimo mais polarizadas e complexas.

FONTES

Acervos consultados

Arquivo Metropolitano de São Paulo “D. Duarte Leopoldo e Silva”

O Arquivo Metropolitano, também conhecido como o arquivo da Cúria, é mantido pela arquidiocese de São Paulo e composto por materiais e documentos produzidos pela hierarquia católica e pelos seus grupos e pastorais. Para a pesquisa, o arquivo possibilitou o contato com diversos documentos, principalmente com o jornal “O São Paulo”, produzido pela própria arquidiocese, além de outros, tais como planos de pastoral e relatórios quinqüenais produzidos pela mesma instituição.

Centro de Documentação e Informação Científica “Prof. Casemiro dos Reis Filho” (CEDIC) – PUC-SP

O CEDIC, mantido pela PUC-SP, apesar de ter como documentos centrais, aqueles produzidos por diversos grupos católicos leigos durante a primeira metade do século XX até o início dos anos 1970, o mesmo também possui importantes materiais relacionados às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a Pastoral Operária (PO), tais como cartilhas, relatórios, folhetos, dentre outros, com destaque para o importante caderno de educação política produzido pela Comissão Arquidiocesana de Pastoral dos Direitos Humanos da arquidiocese de São Paulo para às eleições de 1982, intitulado “Fé e Política: povo de Deus e participação política”.

Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro (CPV)

O antigo Centro de Pastoral Vergueiro constitui-se num dos principais acervos no que diz respeito aos movimentos populares e operário-sindicais, que emergiram na região da grande São Paulo entre os anos de 1970-1980; além possuir uma riquíssima quantidade de materiais que tratam sobre a atuação dos movimentos e grupos católicos desse período. O CPV, devido à variedade de temáticas e materiais presentes em seu acervo, auxiliou na pesquisa através de diversos documentos vinculados a diferentes setores católicos, tais como aqueles produzidos ou ligados à JOC, PO, ACO, CEBs, paróquias e dioceses, de movimentos populares e operário-sindicais, como também, a partir de dossiês temáticos confeccionados com matérias publicadas na grande imprensa nacional, além do acervo de jornais conhecidos como sendo da pequena imprensa ou imprensa popular, como o “Grita Povo” e o “Jornal da Vila”.

Centro Sérgio Buarque de Holanda (CSBH) – Fundação Perseu Abramo

O arquivo do Centro Sérgio Buarque de Holanda, mantido pela fundação petista Perseu Abramo reúne os principais documentos e publicações produzidas pelo partido e a respeito dele. Apesar

de não tratar especificamente da relação com a Igreja Católica e seus grupos, o arquivo foi importante por possibilitar o contato com os documentos iniciais do partido e com uma de suas primeiras publicações, “O jornal do Trabalhador”, os quais trazem a dinâmica e as problemáticas desse período inicial da história do PT.

Jornais

Grita Povo: Jornal da Região São Miguel – De julho de 1982 a dezembro de 1989.

O jornal “Grita Povo”, que no início era mensal e depois tornou-se quinzenal, circulou entre os anos de 1982 e 1990 na região leste paulistana de maneira gratuita. O jornal era produzido e editado pelo Centro de Comunicação e Educação Popular de São Miguel (CEMI), organização vinculada à Região Episcopal Leste II, que tinha o objetivo de divulgar e fomentar as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e os diversos movimentos populares que emergiam na região. A publicação trazia os posicionamentos dos diversos grupos e militantes da região, ligados ou não à instituição católica, abordando desde as pequenas lutas dos bairros até questões relativas à política e à conjuntura nacional do período, além de ser um canal e um divulgador dos movimentos populares.

Jornal da Vila: o jornal do trabalhador – De março de 1978 a junho de 1980.

O “Jornal da Vila” foi editado por um período pouco maior de dois anos, ou seja, entre os meses de março de 1978 a junho de 1980. O jornal circulava gratuitamente em bairros da região sudeste paulistana, como Vila Brasilina, Vila das Mercês, Jardim Clímax, Parque Bristol e Jardim Miriam, apesar de não estar vinculado a instituições ou grupos católicos, auxiliou bastante na pesquisa no sentido de que suas matérias e artigos abordavam não só a atuação dos diversos movimentos populares e operário-sindicais da época, mas também a relação destes com a abertura política, a reformulação partidária e principalmente com o PT em seu período inicial de formação.

Jornal dos Trabalhadores – De março de 1982 a maio de 1983.

O “Jornal dos Trabalhadores” foi o primeiro periódico produzido pelo Diretório Nacional do PT, tinha uma edição quinzenal e foi publicado entre março de 1982 a maio de 1983. Apesar de não tratar diretamente das relações entre os diversos grupos e militantes católicos para com o partido, o jornal traz um amplo panorama sobre a organização, a estruturação e os primeiros debates que maçaram essa fase inicial de consolidação do partido.

O São Paulo – De 1978 a 1982.

O semanário “O São Paulo”, criado nos anos 1950 e existente até os dias de hoje, constitui-se no jornal oficial da arquidiocese de São Paulo. No período consultado, a arquidiocese era comandada pelo cardeal D. Paulo Evaristo Arns e o editor do jornal era o bispo-auxiliar D. Angélico Sândalo Bernardino. O periódico, além de ser o porta-voz do pensamento da igreja paulistana da época, trazia diversas matérias e artigos que discutiam sobre: a atuação dos diversos movimentos sociais e operário-sindicais; a respeito do contexto sócio-político do período; além de claro de tratar sobre a abertura política, a reorganização partidária e o próprio PT.

Documentos

AÇÃO CATÓLICA OPERÁRIA (ACO). **Assumir**: Boletim Nacional da ACO. Rio de Janeiro, ano IV, n. 5, jan. – fev. 1983.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **1º Plano bienal de pastoral 1976-1977.**

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **2º Plano bienal de pastoral 1978-1980.**

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **3º Plano bienal de pastoral 1981-1983.**

BETTO, Frei. Como ficam os cristãos. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 29-31, jan. – mar. 1985.

_____. (Org.). **Fé e compromisso político**: Palestras proferidas durante a 2ª Semana do Trabalhador, promovida pela Pastoral Operária de São Bernardo do Campo e Matriz Nossa Senhora da Boa Viagem, em julho de 1982. São Paulo: Paulinas; São Bernardo do Campo: Pastoral Operária de São Bernardo do Campo, 1982.

_____. Igreja e movimentos populares urbanos. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). **Igreja – Movimentos populares – Política no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1983. p. 27-34.

_____. **O fermento na massa**: o 4º encontro intereclesial das Comunidades Eclesiais de Base – Itaici, abril de 1981. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. Os cristãos na política (Comentário ao texto de Clodovis Boff). **Tempo e Presença** (Encarte, Debate: A participação dos cristãos na política partidária), Rio de Janeiro, n. 212, p. 17-22, 1986.

_____. **Prática Pastoral e Prática Política**. nov. 1979.

BEOZZO, José Oscar; LISBOA, Apolo Heringer. PT: Avaliação Eleitoral. **Revista de Cultura Vozes**, Petrópolis, v. 77, n. 4, p. 18-36, mai. 1983.

BERGONZINI, D. Luiz Gonzaga. **“Daí a César o que é de César e a Deus o que é de Deus” (Mc 12,17)**. Guarulhos, jul. 2010. Disponível em: <<http://www.diocesedeguarulhos.org.br/miolo.asp?fs=menu&seq=701&gid=10>>. Acesso em: 10 ago. 2010.

CARTA de Itaici. In: TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto. **Os encontros intereclesiais de CEBs no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1996. p. 168-171.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Capítulo 1: CEBs – julho/1981 a julho/1997. In: **Pasta**: Igreja-IGR.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Dossiê: A Igreja, os movimentos e o Estado 1980-1981. In: **Pasta:** Igreja-Política – Igreja e as eleições 1972-1983, mai. 1995.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Dossiê: A Igreja, os movimentos e o Estado 1978-1979. In: **Pasta:** Igreja-Política – Igreja e as eleições 1972-1983, mai. 1995.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Dossiê: Trabalhadores Metalúrgicos (Parte II) In: **Pasta:** Igreja-Política – Igreja e as eleições 1972-1983, mai. 1995.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Documento: Fé e Política, In: **Pasta:** Igreja – Pastoral Operária – Arquidiocese – São Paulo.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Dossiê (Pasta suspensa): Documentos, In: **Igreja – Política.**

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO Dossiê (Pasta Suspensa), Igreja – Teologia da Libertação (Documentos até 1979).

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. **Dossiê:** O Movimento Sindical no A.B.C. (São Bernardo).

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. **Dossiê:** A Igreja e as eleições 1972-1983, mai. 1985.

CENTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR (CEPIS); INSTITUTO SEDES SAPIENTIAE. **O que é política partido e a atual reformulação partidária:** Caderno de Educação Popular. São Paulo: Paulinas, nov. 1981.

COMISSÃO ARQUIDIOCESANA DE PASTORAL DOS DIREITOS HUMANOS E MARGINALIZADOS DE SÃO PAULO; ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Fé e Política:** povo de Deus e participação política. São Paulo, 1981.

COMISSÃO DE PASTORAL OPERÁRIA. **Boletim Nacional.** Volta Redonda, ano I, n. 0, mai. – jun. 1979.

COMISSÃO DE PASTORAL OPERÁRIA. **Boletim Nacional.** Volta Redonda, ano II, n. 5, jun. 1980.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO (CELAM). **A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio:** conclusões de Medellín. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1971.

DIOCESE DE SANTO ANDRÉ; CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DE SANTO ANDRÉ. **Falando de Política...:** sugestões para uma atuação pastoral na política partidária (Cartilha n.º 1). Santo André, ago. 1981.

DIOCESE DE SANTO ANDRÉ; CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DE SANTO ANDRÉ. **Os partidos atuais:** sugestões para uma atuação pastoral na política partidária (Cartilha n.º 2). Santo André, mai. 1982.

DIRETÓRIO NACIONAL DO PT/ SECRETARIA NACIONAL DE FORMAÇÃO POLÍTICA: FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO/ PROJETO MEMÓRIA (Org.). **Partido dos Trabalhadores:** resoluções de encontros e congressos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

EQUIPE DE EDUCAÇÃO POLÍTICA (Setor Interlagos). **Basta:** cartilha de educação política do Setor de Interlagos. São Paulo, set. 1982.

EQUIPE REGIONAL DE SUBSÍDIOS (São Miguel). **Acorda Povo.** São Paulo, jun. 1982.

FALA Frei Betto. **Em Tempo,** São Paulo, ano III, n. 101, p. 5, 6-19 mar. 1980.

HUMMES, D. Cláudio. **Relatório aos bispos:** presença da Igreja na greve dos metalúrgicos do ABC em 1980. Santo André: Diocese de Santo André, set. 1980.

III CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO. **A evangelização no presente e no futuro da América Latina:** Puebla - Conclusões. 2 ed. São Paulo: Loyola, 1979.

MARTINS, Heloisa H. T. de Souza. Debate: A Igreja na greve dos metalúrgicos São Bernardo – 1980. **Religião e Sociedade,** Rio de Janeiro, n. 6, p. 7-68, nov. 1980.

NÚCLEO AMPLIADO DE PROFESSORES DO PT-SP. **LULA, Luiz Inácio da Silva:** entrevistas e discursos. São Bernardo do Campo: ABCD; Sociedade Cultural, 1980.

PARÓQUIA DE VILA REMO. **A SEMENTE,** São Paulo, n. 27, mar. 1980. Informativo.

PASSONI, Irma dep. **O povo e a reorganização partidária:** colaboração de um grupo de trabalho em preparação para o encontro sobre a participação política da mulher, nov. 1979.

PASTORAL OPERÁRIA DO ABC. **“Sonho, realidade, utopia”:** Pastoral Operária – 20 anos (1979-1999).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Lais Wendel. **O resgate da dignidade:** greve metalúrgica e subjetividade operária. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 1999.

ALMEIDA, Ivan Antônio de. **A Síntese de Uma Tragédia:** Movimento Fé e Política. Ouro Preto: UFOP, 2000.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **O Movimento Operário e a Construção da Central Única dos Trabalhadores no Brasil:** disputas e concepções – 1977-1983. 1998. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 1998.

ANTUNES, Ricardo. **A rebeldia do trabalho** (O confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978-80). São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.

AUGUSTO, Adailton Maciel. **Mística e Utopia:** História da Pastoral Operária em São Paulo (1970-1996). 1997. Dissertação (Mestrado em Teologia Dogmática) – Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, São Paulo, 1997.

AZEVEDO, Clovis Bueno de. **A estrela partida ao meio:** ambiguidades do pensamento petista. São Paulo: Entrelinhas, 1995.

BATISTONI, Maria Rosângela. **Entre a fábrica e o sindicato:** os dilemas da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (1967-1987). 2001. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2001.

BERBEL, Márcia Regina. **Partido dos Trabalhadores:** tradição e ruptura na esquerda brasileira (1978-1980). 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1991.

BETTO, Frei. **O que é comunidade eclesial de base.** São Paulo: Brasiliense; São Paulo: Brasil Cultural, 1985.

CANCIAN, Renato. **Comissão Justiça e Paz de São Paulo:** gênese e atuação política (1972-1985). São Carlos: EdUFSCar, 2005.

CHAUI, Marilena et al. **Leituras da crise: diálogos sobre o PT, a democracia brasileira e o socialismo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 255-271, dez. 2007.

DELGADO, Malu (Da Reportagem Local). Aprovação a Lula bate recorde. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 20 dez. 2009. Caderno Brasil, p. A-10.

DOMÉZI, Maria Cecília. A paróquia desafiada a ser Comunidade de Comunidades. In: TORRES-LONDOÑO, Fernando (Org.). **Paróquia e comunidade no Brasil: perspectiva histórica**. São Paulo: Paulus, 1997, p. 209-247.

_____. **Elas ergueram as painéis: Donas de casa: da luta contra o Custo de Vida à construção da cidadania, periferia sul de São Paulo, 1970-1980**. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 1997.

FARIA, Hamilton José Barreto de. **A experiência operária nos anos de resistência: a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e a Dinâmica do Movimento Operário (1964-1978)**. 1986. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 1986.

FENELON, Déa Ribeiro. Cultura e História Social: historiografia e pesquisa. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 73-90, dez. 1993.

FERREIRA, Marieta de Moraes; FORTES, Alexandre (Org.). **Muitos caminhos, uma estrela: memórias de militantes do PT**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

GALLETTA, Antonio Ricardo Knippel. **Pastoral Popular e Política Partidária no Brasil**. 1985. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais – História Social) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 1985.

GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da Libertação**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

KECK, Margaret Elizabeth. **PT – A lógica da diferença: O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira**. São Paulo: Ática, 1991.

KRISCHKE, Paulo; MAINWARING, Scott. (Orgs.). **A Igreja nas bases em tempo de transição**. Porto Alegre: L&PM; São Paulo: CEDEC, 1986.

LAMOUNIER, Bolívar. **Voto de desconfiança**: eleições e mudança política no Brasil – 1970-1979. Petrópolis: Vozes; São Paulo: CEBRAP, 1980.

LESBAUPIAN, Ivo. As cartilhas políticas diocesanas de 1981-1982. In: _____ (Org.). **Igreja – Movimentos populares – Política no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1983. p. 57-74.

LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. **Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil**: hipóteses para uma interpretação. Petrópolis: Vozes, 1979.

LORO, Tarcísio Justino. **Espaço e poder na igreja**: a divisão da arquidiocese de São Paulo. 1995. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

LÖWY, Michael. **Marxismo e teologia da libertação**. São Paulo: Cortez, 1991.

MACHADO, Adriano Henriques. **A Desarticulação da “Igreja da Libertação” no Brasil (1979-1989)**. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2006.

_____. A eleição do papa Bento XVI: uma Análise da Relação do Cardeal Joseph Ratzinger com a Igreja Católica do Brasil. **Ensaio de História**, Franca, v. 1, n. ½, p. 11-20, 2006.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MAROSSE, Maria Tânia. **Utopia e realidade**: os núcleos de base do Partido dos Trabalhadores na cidade de São Paulo nos anos 80. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2000.

MARTINS, Heloisa Helena Teixeira de Souza. **Igreja e movimento operário no ABC: 1954-1975**. São Paulo: Hucitec; São Caetano do Sul: Prefeitura de São Caetano do Sul, 1994.

MENDES, Leandro de Aquino. **O “Povo de Deus” na política: Partido dos Trabalhadores e Igreja Católica em Montes Claros – MG na década de 1980.** 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, 2010.

MENEGUELLO, Rachel. **PT: a formação de um partido (1979-1982).** São Paulo: Paz e Terra, 1989.

PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira. **Democracia, Igreja e voto: o envolvimento dos padres de paróquia de São Paulo nas eleições de 1982.** 1984. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1984.

PRANDI, Reginaldo. **Um sopro do Espírito: a renovação conservadora do catolicismo carismático.** São Paulo: Edusp; São Paulo: Fapesp, 1998.

RODRIGUES, Cátia Regina. **A arquidiocese de São Paulo na gestão de d. Paulo Evaristo Arns (1970-1990).** 2008. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

RODRIGUES, Geraldo Antonio. **Lutas Populares e a Pastoral Católica na Zona Leste: 1968/1988.** 1988. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 1988. 2 v.

RODRIGUES, Pe. Geraldo Antonio. **Defesa da Vida e Cidadania: experiências pastorais e políticas de moradores da Região Leste da cidade de São Paulo.** 1995. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 1995. 2 v.

RODRIGUES, Iram Jácome. Igreja e movimento operário nas origens do novo sindicalismo no Brasil (1964-1978). **História: Questões e Debates**, Curitiba, n. 29, p. 25-59, 1998.

_____. **Sindicalismo e política: a trajetória da CUT.** São Paulo: Scritta, 1997.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980.** 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

SELIGMAN, Felipe. Para senador italiano, Tarso disse “umas cretinices”. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 jan. 2009. Brasil. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1601200911.htm>>. Acesso em: 30 jul. 2009.

SINGER, André. **O PT**. São Paulo: Publifolha, 2001.

SYDOW, Evanize; FERRI, Marilda. **Dom Paulo Evaristo Arns: um homem amado e perseguido**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SOUZA, Luiz Alberto Gómes de. **A Política Partidária nas CEBs**. Petrópolis: Vozes, 1981.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de; KUGELMAS, Eduardo. Eleições 82. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 2-7, abr. 1983.

TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto. **Os encontros intereclesiais de CEBs no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1996.

TELLES, Vera da Silva. **A experiência do autoritarismo e práticas instituintes: Os Movimentos Sociais em São Paulo nos Anos 1970**. 1984. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1984.

TORRES-LONDOÑO, Fernando. 1955-1979 três Conferências Gerais do Celam e uma Igreja ante o desafio da transformação na América Latina. **Religião & Cultura**, São Paulo, v. VI, n. 12, p. 11-29, jul.-dez. 2007.

THOMPSON, Edward P. **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

UYDENBROEK, Xavier. **Movimento do Custo de Vida: um movimento que rompeu o cerco da repressão**. 1987. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 1987.

VARUSSA, Rinaldo José. **Pastorais Operárias: religiosidade, propostas e práticas políticas (São Paulo, 1964-1975)**. 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 1995.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **Democracia e Igreja Popular**. São Paulo: Educ, 2007.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)